ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA – EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL

TEREZA CRISTINA ATAÍDE CAPUA

UM ESTUDO SOBRE O CENTRO DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE VILA VELHA (Cramvive)

VITÓRIA, ES
2021

TEREZA CRISTINA ATAÍDE CAPUA

UM ESTUDO SOBRE O CENTRO DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE VILA VELHA (Cramvive)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Mestrado, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa da Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Área de Concentração: Políticas de Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Processos Sociais e Sujeitos de Direito

Orientadora: Profa. Dra. Gissele Carraro

VITÓRIA, ES

2021

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

C255e

Capua, Tereza Cristina Ataíde
Um estudo sobre o Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha (CRAMVIVE) / Tereza Cristina Ataíde Capua. - 2021.
240 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Gissele Carraro.

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2021.

1. Política pública. 2. Violência - gênero. 3. Serviços especializados – mulheres – Vila Velha (ES). 4. Violência - mulheres. 5. Violência doméstica. I. Carraro, Gissele. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDD 364.374

TEREZA CRISTINA ATAÍDE CAPUA

UM ESTUDO SOBRE O CENTRO DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE VILA VELHA (Cramvive)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 15 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Gissele Carraro
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM
Orientadora

Profª. Drª. Janice Gusmão Ferreira de Andrade
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM

Profª. Drª. Gilsa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Dedico essa pesquisa as mulheres da minha vida,

Minha mãe, mulher simples, professora dos longos caminhos, “arteira” menina das longas estradas guiadas pelo cavalo “Telegrama”, amigo de tantas aventuras, inclusive aquela em que grávida de 8 meses, na cela virada, ‘éramos’ presas entre as quatro patas do cavalo ventania. Talvez por isso o gosto pelo vento nos cabelos e pelas ousadas caminhadas e venturas pela vida. Coragem de desvendar os cafezais e campos de Irupi; enfrentar a “tulha velha” adaptada de um chiqueiro conjugado com escola, na Pedra Preta; nas idas de ônibus e vindas a pé (de São Tiago a Guaçuí); das longas estradas da Fazenda Sabará, montaria nos cavalos e charretes; e, por último, na Fazenda Cachoeira, escola com pátio (em sensala e tronco) palco de “inúmeras torturas”, desventuras em casarões, barbados (animais enormes - macacos) e cemitério de escravos. Muitos caminhos e estradas ... ventura + ar...

À minha avó Maria, anjo da minha vida e meu amor eterno.

Às minhas “meninas”, Ana Tereza Capua Sana e Maria Clara Capua Sana, filhas queridas, minha melhor aventura ...

A minha querida Fabiane, Bible, meio irmã/meio filha, eterna companheira de todas as jornadas, alma de luz e reluzente ser banhado em fé, poesia.

A todas Elas que me fizeram ver o mundo de cabeça para baixo e experimentar a vida aos galopes entre as quatro patas do vento ventania ... de cruzar além das expectativas de “um balcão” de “venda do interior” ou as s somas e subtrações, atrás da máquina de calcular. A Elas travestidas de vida e arte, coragem e medo, aventuras e quedas, amores e ódios; substantivo VIDA.

Ao nosso enredo, canção ainda a se construir... em outros quintais ... arranhada das duras caminhadas, com caldos e tropeços nos lagos de todas as idades, atenta aos unguentos (e bruxarias), de todas as arranhuras e ‘belezuras’, faces outras, das novas faces.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai italiano “carcamano” de quem me lembro, pequena, das enormes pernas de um “gigante”; hoje tão pequeno com cabelos cor de algodão.

Ao meu irmão e minha irmã, meus queridos companheiros, desde a barriga, pela vida afora.

Ao meu companheiro e amor, João José Barbosa Sana, na tradução da estrada... “não soltou a minha mão”.

Ao meu querido “guru”, conselheiro e eterno irmão mais velho, José Ataíde Barbosa, por ser meu guia pela jornada terrena; e a minha mais admirável e carinhosa prima Aparecida Herlane, inspiração na caminhada;

Ao meu amigo/irmão do coração, querido Gustavo Ribet Cruz; você me faz resgatar aquela que ri sem saber o porquê; só de te ver...

À minha querida vizinha e amiga, “da sopa gostosa nos acalantos das noites frias”, também doutora em cuidado e arte, barriga de única poesia chamada Rafaella; de cantos, encantos e correções do início da iniciante pesquisadora.

Ao homem e mulher da Central Multidisciplinar do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, aquele e aquela que a atuação me fizeram ressurgir, ressignificar minha vida e minha profissão; Carlos Costa e Flávia Lima, minha mão não soltou a de vocês durante a “dura caminhada”... dedicação e amor.

Ao Dr. Pedro Henrique Meneses e Carolina Tetzner, os encantadores da minha humanidade; ouvia as vozes e seguia as palavras de conforto e esperança, cuidado e mais que competência técnica, Mestres Ascencionados da Esperança... Siga... vai passar.

Às queridas Christyane Machado e “Di” que seguraram minha cabeça nos dias do ‘abraço ao lixo’; contavam as estrelas cadentes e soltavam em coro de vozes “solidariedade e amor”.

Aos colegas de trabalho, todos os seres amorosos da Vara da Infância de Guarapari - feliz no retorno ao trabalho, viagem olhando o entardecer e agradecendo a vida – Deus os acolham sempre.

À Elaine Bonorino e Kátia Kaiser por todo o amor compartilhado comigo na doação e militância dos direitos humanos e das mulheres.

À Ana Cláudia Simões, mulher guerreira e remadora contra a maré, sobrenome valentia, acertou na continuidade, juntamente com a equipe do Cramvive, do equipamento estratégico na luta pela vida das mulheres e pela política pública.

Às mulheres da Banca Examinadora, Gilsa Helena Barcellos e Janice Gusmão, sábias e sabedoras da libertação, vozes da resistência e apaixonadas, bruxas encantadoras do conhecimento... edição limitada de seres rebeldes ...

À minha querida orientadora “gaúcha” a quem aprendi a admirar e amar; todos os cuidados, as poesias, as partilhas, as divagações, os vinhos e as risadas... Ah!... as risadas?! Partilha também como menina rebelde, cabelos vermelhos, loiros, “cor de sonho”; sonhadora! Esperança corre em suas veias, assim como você esperançava nos pastos no retorno da escola: ouvir e “cuidar” dos colegas... escuta “qualificada”. Do quadro do Eterno “Tche”, sempre presente nas orientações ou grupo de poesia *online*, aos trigêmeos quadros de “Vitoriar”; para se banhar e lembrar do nosso Estado. Seja sempre, muito amada, muito bem-vinda! *A ti minha gratidão, mestra querida!*

RESUMO

O presente trabalho procurou aprofundar os meandros do Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha (Cramvive), instrumento de políticas públicas; priorizando a análise a partir de 2017, após a “segunda” reestruturação. Como contar tal período sem reconstituir um pouco da sua história? Registrar, sair da “invisibilidade”, traços e percursos da resistência. Em um primeiro momento despertar os olhares, eludidar os campos da origem e constituição da política, do Estado e cidadania, bem como revisitar as lutas e resistência das mulheres, da colonialidade – interrelações à produção da política pública, nos limites e possibilidades da sociedade capitalista. A leitura epistemológica entrelaçou o marxismo dialético, tempo histórico do ser mulher em contexto social, cultural e político. A relevância do trabalho está em sua interface avaliativa, *ex post* e de processo, realizada através de pesquisa documental, releituras de autoras e autores que, em campos teóricos, discutiram as categorias gênero, violência e políticas públicas. Certo é, que o incerto ocorreu. A versão do instrumento de um dos municípios que compõem a Região da Grande Vitória – Vila Velha; das faces ocultas, as várias outras: não-institucionalizada, institucionalizada, desmantelada, (des)estruturada, reestruturada; herança da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, encoberta e recoberta pelas “naus” das políticas governamentais municipais; tanto é que, o enredo foi narrado em histórias temáticas, entrevistas, além de uma viagem guiada por documentos, nas diversas interfaces da política pública em Vila Velha/ES. Várias descobertas em que ocorreu o nascedouro do instrumento de políticas públicas para mulheres com mais de 15 anos de história no município. Para além do seu percurso, a despeito dos limites e desafios, está a persistência e, porque não afirmar, as possibilidades de atuação e reação no campo do enfrentamento à violência contra a mulher em âmbito local. Após todo esse tempo de história e luta, se reconhece aqui a riqueza de possibilidades, amplo campo de debates a ser conhecido, conquistado.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Gênero; Violência; Serviços Especializados.

ABSTRACT

This study sought to deepen the intricacies of the Reference Center for Specialized Care for Women in Situations of Domestic Violence in Vila Velha (Cramvive), a public policy instrument, especially from 2017, after the “second” restructuring. How to tell this period without reconstructing a little of its history? Register, get out of “invisibility”, traces and paths of resistance. At first, awake eyes, evading the fields of origin and constitution of politics, the State and citizenship, as well as revisiting the struggles and resistance of women, coloniality - fetishization of the female subject, interrelated to the production of public policy, in the limits and possibilities of capitalist society. The epistemological reading intertwined dialectical Marxism, the historical time of being a woman in a social, cultural and political context, objectivity and subjectivities, built on intersections of class, race and gender. It is a case study, evaluative, ex post and process reading, carried out through documentary research in rereadings of authors who, in theoretical fields, discuss the categories gender, violence and public policies. It is certain that the uncertain occurred. The version of the instrument from one of the municipalities that make up the Greater Vitória Region – Vila Velha; from the hidden sides, the various others: non-institutionalized, institutionalized, dismantled, (de)structured, restructured; legacy of the National Policy to Combat Violence against Women, hidden and covered by the “ships” of municipal government policies, at the whim of the winds and rulers. So much so that the plot was narrated in thematic stories, interviews, in addition to a document-guided trip, profiles and spoken portraits of the National Policy to Combat Violence against Women are revealed in the various interfaces of public policy in Vila Velha/ES , particularly Cramvive, which aims to shed light on an institutional look at the field of local public policies.

Key words: Public Policy; Gender; Violence; Specialized services.

LISTA DE SIGLAS

ANL	Aliança Nacional Libertadora
CadÚnico	Cadastro Único
CRAS	Centro de Referência Assistência Social
Cramvive	Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assitência Social
CIM	Centro Integrado da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CIODES	Centro Integral Operacional Defesa Social
COMDDIM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Vila Velha
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
FMI	Fundo Monetário Internacional
LC	Lei complementar
LMP	Lei Maria da Penha
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MP/ES	Ministério Público do Estado do Espírito Santo
MS	Ministério da Saúde
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NEVID	Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos da Mulher
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RMGV	Região Metropolitana da Grande Vitória
SESP	Secretaria Estadual de Segurança Pública
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social de Vila Velha
SEMPREV	Secretaria de Prevenção e Combate à Violência
SPM	Secretaria de Política Pública para as Mulheres
SEMDES	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
SIM	Sistema de Informações de Mortalidade
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TJ/ES	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
UVV	Universidade de Vila Velha

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resumo dos principais eventos e instrumentos internacionais sobre as Mulheres.....91
Figura 2 - Eixos da Proposta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Rede e os Centros de Referência.....100
Figura 3 - Linha do Tempo: elementos históricos e políticos.....133
Figura 4 - Estrutura do Cramvive: espaço físico.....170
Figura 5 - Processos Interventivos.....173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipos de violência contra as mulheres atendidas no Cramvive, de 2017 a 2020 140
Gráfico 2 - Estrutura do Cramvive: equipamentos.....166
Gráfico 3 - Estrutura do Cramvive: localização e acessibilidade.....167
Gráfico 4 – Principais equipamentos da Rede de Serviços que se articulam ao Cramvive.....199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sujeitos Sociais Pesquisados.....124

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
1.1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS 22

2 ALGUMAS PINCELADAS NO PANORAMA DO PROCESSO HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS POLÍTICAS PÚBLICAS 30
2.1 O PATRIARCADO E ALGUMAS NUANCES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 30
2.2 A FEMINILIDADE CONSTRUÍDA, A PAR DE DUAS REALIDADES 33
2.2.1 A "fetichização da mulher" e a construção dos moldes científicos: inter-relações com o surgimento do capitalismo 33
2.2.2 A imprescindível "leveza" do ser mulher no Brasil: intercâmbio de opressões e lutas desde a colonialidade 40
2. 3 POLÍTICA PÚBLICA: QUEM É ESSA (DES)CONHECIDA? 51
2.3.1 Política: traços de sua origem e constituição a partir de uma análise do cenário 51
2.3.2 Primeiras aproximações críticas: Estado, cidadania e questão social 54
2.4 POLÍTICA PÚBLICA: BREVES APONTAMENTOS SOBRE SUA ORIGEM E DEFINIÇÕES 60
2.4.1 O ciclo de políticas públicas: elementos do processo 70

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL E AS AGENDAS FEMINISTAS A PARTIR DAS PAUTAS LOCAIS 76
3.1 FEMINISMO: DIREITOS E POSSIBILIDADES 77
3.1.1 Primeira onda feminista: final do século XIX e o início do século XX 78
3.1.2 Segunda onda feminista: Século XX – anos 1960 e 1990 81
3.1.3 Terceira onda feminista: Século XX – anos 1980 e 1990 86
3.1.4 Quarta Onda feminista: Século XX – a partir de 2013 88
3.2 PRINCIPAIS NORMATIZAÇÕES INTERNACIONAIS: A AGENDA GLOBAL E AS MULHERES 89

4 UM OLHAR INSTITUCIONAL: HISTÓRIA DE PERSISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DO Cramvive 101

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO E NUANCES ECONÔMICAS, SOCIAIS E URBANAS) DO ESPÍRITO SANTO 101
4.2 BREVES NOTAS DA MULHER CAPIXABA: DA SOCIEDADE CAFEEIRA À INDUSTRIAL 104
4.3 VILA VELHA-ES: UMA VISÃO PANORÂMICA SOBRE O MUNICÍPIO 105
4.3.1 Um olhar sobre as políticas públicas para mulheres: aproximações e nuances sobre o Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha (Cramvive) 108
4.3.1.1 Versão não-oficializada 109
4.3.1.2 Versão oficializada: criação legal/institucional 116
4.4 A EXPERIÊNCIA DA SEGUNDA REESTRUTURAÇÃO DO Cramvive PELAS LENTES INSTITUCIONAIS (2017-2020) 134
4.4.1 A Reestruturação do Cramvive a partir do olhar das profissionais 134

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 203

REFERÊNCIAS 208

APÊNDICES 227
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA COM A GESTORA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VILA VELHA/ES 227
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO *ONLINE* PARA PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL DO CRAMVIVE 229
APÊNDICE C – PARECER (PLATAFORMA BRASIL) 231
APÊNDICE D – CARTA DE ANUÊNCIA 232
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 233
APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO DO FORMULÁRIO DE PESQUISA: QUESTIONÁRIO *ONLINE* 238

1 INTRODUÇÃO

Desejo que os seus amores
te amem também nos seus piores
dias
desejo que você não force a barra
e compreenda que o que é seu
inevitavelmente virá pros seus braços
desejo que as quedas te lembrem
de estrelas cadentes
desejo que não te entregue a alguém
somente para escapar de você
desejo que se lembre de ser gentil
com quem você está se tornando
e desejo que saiba que talvez
você não volte a ser quem foi
e que isso é maravilhoso.
(Ryane Leão, 2017)

Por muito tempo, na história desse país, nada foi mais adequado à (des)ordem social do que o “adágio popular: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Foi assim que o Estado brasileiro tratou, historicamente, a questão da violência doméstica: silêncio e impunidade. Milhares de mulheres sofrem os mais diversos tipos de violência e morrem por serem mulheres. Neste contexto, a escolha da temática parte do pressuposto de que o fenômeno da violência contra a mulher é complexo, naturalizado e legitimado pela sociedade e, por inúmeras vezes, pelo Estado brasileiro. Este, notadamente marcado, desde a colonização, por seu viés patriarcal, escravista, de classes, cujo pilar é a sacralidade da propriedade privada (CHIAVENATO, 2004), o que justifica, historicamente, a não intervenção pública no que tange à violência doméstica.

A construção histórica de gênero impõe relações de poder, tanto dentro da estrutura familiar quanto na relação política mais ampla. Dirigentes afirmavam o controle e a força em revoluções, legitimando o poder da autoridade central como atributos masculinos, enquanto, aos subjugados, fraqueza e subserviência, atributos tidos como femininos (SCOTT, 1995). Os modelos preexistentes de identidade, a respeito da construção do feminino e masculino, engendram diferentes expectativas: ao masculino, o padrão de virilidade, ligado à agressividade e à força, à livre iniciativa e à satisfação imediata dos desejos; ao feminino, repercute a percepção de seu corpo como objeto de apropriação e aceitação da agressividade masculina. São, sobretudo, condicionantes violentas.

A questão social[1] havida no cerne do capitalismo se expressa nas contradições do processo de desenvolvimento das forças produtivas, cuja maior expressão é a desigualdade social, “[...] os sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes . Abrange a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social — jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas [...]” (IAMAMOTO, 2017, p. 22). A questão da violência está intrínseca a esse processo. Obviamente, a violência contra a mulher, uma das formas de expressão da questão social, antecede ao próprio processo de formação capitalista, muito embora agrave-se na luta por melhores condições de vida, trabalho e garantia de direitos para as mulheres. Por força do movimento feminista, a violência contra a mulher assumiu visibilidade e transformou-se nessa expressão da questão social, portanto, demandatária da atenção por parte do poder público. Chama-se atenção para o elevado índice de violência contra as mulheres no Brasil e no estado do Espírito Santo. De acordo com os dados do Mapa da Violência 2015[2], o Brasil ocupava o quinto lugar mundial no ranking de assassinatos de mulheres dentre 83 países pesquisados, evidenciando um dos mais altos índices mundiais. Em contrapartida, o Espírito Santo ocupava, no período de 2003-2012, a primeira posição nas unidades federadas do país em índices de homicídio de mulheres e, em 2016, de acordo com o Atlas da Violência de 2018[3], a sétima posição, em índices de homicídios de mulheres.

Para fazer frente a isso, a sociedade brasileira realizou um amplo e sistemático movimento de constituição do problema e a adoção de alternativas à violência contra

[1]Há “múltiplas e até mesmo contraditórias interpretações e denominações, é inegável que muitos são os que procuram equacioná-la. Uns dizem desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão [...]. Apanham aspectos básicos das desigualdades sociais que atravessam a sociedade brasileira” (IANNI, 1991, p. 5).

[2] A fonte para análise dos homicídios é o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS), de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

[3]Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), elaborados pela Diretoria de Estudo e Políticas de Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea (Diest). Compete a esse órgão o estudo e pesquisa da estrutura, organização e forma de funcionamento do Estado brasileiro e suas interrelações institucionais e compreender as relações entre este o mercado e a sociedade no tocante ao desenvolvimento nacional. A diretoria pertence ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que se constitui como uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia, com atividades com teor científico e de pesquisa, por meio de publicações (eletrônicas, impressas e eventos), com o intuito de dar suporte técnico/institucional às ações governamentais na formulação/reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros (BRASIL, 2021). Uma dessas pesquisas é o Atlas da Violência desenvolvido por aquele órgão conjuntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

à mulher. Um grande marco institucional para o novo foro de políticas públicas foi a criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM)[4], ocorrida em 2003, e a implementação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, em 2004, a partir da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em Brasília, no mesmo ano[5].

Contudo, somente em 2007 alçaram-se as bases para o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, consolidando a ideia de uma rede[6], articuladora de diversos serviços e ações especializadas. A ideia de rede subdivide-se em Rede de Enfrentamento, alicerçada em quatro eixos norteadores (prevenção e combate à violência contra as mulheres, assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência) e a Rede de Atendimento, galgada em um conjunto de atividades e serviços dos diferentes setores (assistência social, saúde, segurança pública e justiça).

No enfoque deste trabalho pretende-se abordar os serviços especializados[7], atendimentos exclusivos à mulher em situação de violência doméstica, pertencentes à Rede de Atendimento à Mulher, particularmente o Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Esse órgão se constitui como instrumento estratégico no atendimento/enfrentamento a esse tipo de violência. São espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, aliados ao serviço de orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que assegurem suas necessidades sociais, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de

[4] A lei 10.683, de 28 de maio de 2003, criou, a partir da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, que funcionava junto ao Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM).
[5] A Política Nacional visa "estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como a assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional" (BRASIL, 2011a).
[6] Outras premissas se aliam a ideia inicial: as capacitações para a formação de agentes públicos; a criação de normas e padrões de atendimento e das redes e apoio a projetos educacionais e culturais ligados à prevenção da violência, além da ampliação de acesso à justiça às mulheres e aos serviços da segurança pública.
[7] Compostos por Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência, Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas, Núcleos da Mulher na Defensoria e Ministério Público, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar, Central de Atendimento (180), Ouvidoria da Mulher, dentre outros.

direitos, bem como promovam sua autonomia e o resgate de sua cidadania (BRASIL, 2006a).

Por se tratar de uma política pública recente na sociedade brasileira, há a necessidade de estudos que tenham como objeto de análise a existência de serviços especializados de atendimento – Centro de Referência Especializado no Atendimento às Mulheres em âmbito municipal -, haja vista que a singularidade da temática reside no fato de que determinadas propostas nacionais, replicadas em estados e municípios, em resposta à violência, criem mecanismos que interseccionem, promovam e fortaleçam a autonomia das mulheres no sentido de superar o impacto da violência sofrida.

Portanto, analisar, de forma mais aprofundada, as políticas públicas e o contexto sócio-histórico no qual está inserido o Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha (Cramvive), no sentido de evidenciar processos, resultados, possibilidades, limites e desafios para o espaço tempo do passado, presente e futuro, é imprescindível. Reside assim, a relevância social deste estudo, que consiste em compreender se a implantação e institucionalização de políticas públicas de combate e prevenção, a partir da análise de um de seus serviços – Centro de Referência Especializado de Atendimento às Mulheres –, equipamento estratégico que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência da política pública local, sobrevive, apesar dos gestores locais, com perfis e concepções diversas para a política.

Infere-se a outro passo que, na vertente científica, o estudo empreendeu um campo inicial de análise de um dos eixos do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no que concerne ao fortalecimento da Rede de Atendimento e implementação da Lei Maria da Penha. O aporte teórico sobre capitalismo, patriarcado, gênero e políticas públicas foram utilizados como categorias centrais de estudo, ao mesmo tempo em que se buscou enriquecer novas formas de pensar/agir, relação dialética a partir das políticas públicas de atendimento à mulher. Outrossim, procurou-se produzir conhecimentos que possibilitassem a compreensão/intervenção no fenômeno da violência contra à mulher. Esse movimento está presente para a pesquisadora em sua esfera social como cidadã, profissional, estudante e militante de direitos humanos. A motivação profissional está na trajetória ligada à atuação, tanto

na que figurou como pedagoga em uma escola estadual (atendimento a mães de alunos/alunas vítimas de violência) quanto naquela em que trabalhou como advogada de um programa de atendimento às vítimas de violência do Governo Federal (Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes – CEAV), e, posteriormente, no seu campo profissional atual como analista judiciária do Tribunal de Justiça do estado do Espírito Santo (TJ/ES) nas áreas criminal e família em que chamavam atenção os dados alarmantes de mulheres vítimas de violência.

Muito se atribuiu, ainda, à faísca originária ao seu interesse no campo de gênero: a pesquisadora é uma conhecedora, na prática, das amarras/desafios da violência contra a mulher na sua formação familiar primária, em sua faceta psicológica, na figura vitimada matrilinear. Noutra banda, alia-se a motivação pessoal como primeira filha graduada, em nível superior, de pequeno proprietário rural, com terceiro ano primário incompleto, e de professora primária estadual aposentada. Genitora, raiz mulher guerreira, descendente de negra e índia, proeza de superar sua ínfima fonte de renda (salário como professora), na aventura de se lançar na venda de pó-de-café, ovos e bananas, pequeno comércio e negócio com a vizinhança para que a descendência fosse além do futuro, destino previsto, como atendente de balcão ou funcionária de escritório de contabilidade com ensino médio. Muitos produtos vendidos; assim como muitos foram os copos d'água na faculdade para despistar a fome à noite, depois de um dia inteiro de trabalho, somente com o almoço no estômago. E superou... E sobreviveu... a guerreira... e a filha dela! Professora, pedagoga, atriz, sindicalista, advogada, também “pessoal dos direitos humanos” e trabalhadora do Poder Judiciário. É uma honra estar entre tantas histórias, memórias de mulheres, história de Todas, negras, índias, guerreiras, pobres, de muita luta pela vida, por formação, mais que acadêmica, humana.

No que se diz respeito à temática dessa dissertação, está refere-se ao campo das políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Delimita-se, assim, o campo de pesquisa: i) política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres; ii) o espaço geográfico é o município de Vila Velha-ES e o objeto de pesquisa é o Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha (Cramvive); iii) o espaço-tempo sobre o qual se delineia o presente estudo é o período de 2017-2020, após a segunda reestruturação do

Cramvive. A escolha do município foi pelo fato da pesquisadora residir na Região Metropolitana da Grande Vitória, municípios congregados que possuem alto índice de violência/homicídio de mulheres. Os locais que compõem essa região possuem alta densidade populacional no estado e contabilizaram, em 2017, cerca de 70 homicídios ocorridos, taxa referente a 10.000 mulheres, conforme o Mapa das Mortes Violentas de Mulheres no ES: de "A a Z"[8]. Vila Velha é um dos municípios que compõem a região Metropolitana da Grande Vitória e um dos maiores, em termos populacionais, aliado ao fato do município se constituir como sede para o Centro de Referência Especializado em Atendimento às Mulheres vítimas de violência doméstica, razão pela qual será o campo, objeto da pesquisa.

Para a investigação, apoderar-se-á da matéria, delimitada como objeto, em seus pormenores, à luz da totalidade, é primordial analisar, em resposta aos objetivos propostos, o tipo de pesquisa a ser desenvolvida, neste caso, caracterizada como uma pesquisa de caráter avaliativo. Muito embora existam inúmeros estudos teóricos sobre avaliação, que dimensionam um "arsenal" de métodos e técnicas, cuja única preocupação é "medir" e "qualificar" suposta intervenção estatal, o pressuposto do presente estudo é o de aferir se o Estado, na produção da política pública, no exercício de seu papel e construção de conteúdo contribui, a partir de seus instrumentos, para a redução das desigualdades de gênero.

> Nessa direção a avaliação, em geral é apresentada como um instrumento capaz de determinar a relação custo-benefício (AGUILAR; ANDER-EGG,1995) existente entre os 'gastos' de determinado programa ou política social e seus efeitos em matéria de pessoas beneficiadas, sem considerar as especificidades e particularidades dessas políticas [...]. Ao contrário, a avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade (BOSCHETTI, 2009, p. 4).

Em outro passo, o estudo busca compreender novas formas de pensar/agir, relação dialética (conhecimento/ação), a partir das políticas públicas para mulheres e, tal aspecto de estudo avaliativo aponta para além do conteúdo técnico, o aspecto político,

8 Trata-se de uma ferramenta que congrega dados estatísticos advindos dos boletins de ocorrência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo. Os dados foram obtidos em virtude de convênio realizado pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo, sob a coordenação do Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos da Mulheres (NEVID).

no ultrapassar do limiar econômico e técnico, visão avaliativa “pura e simples”, para a restituição de um conteúdo sistematizado e ordenado e, para tanto, como instrumento de direito. Tem-se como premissa que

> [...] o objetivo do conhecimento deve ser a mudança social [...]. Por conseguinte, os principais destinatários do conhecimento, são os setores subalternizados da sociedade, para que possam instrumentalizar suas lutas e demandas a partir de informações que historicamente lhes têm sido negadas e omitidas (SILVA, 2008, p. 170).

Nessa direção, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, como qualquer outra política pública, devem gerar mudança, impacto, e, por conseguinte, buscar alterações nas condições e modo de vida das pessoas. Desta feita, o ato de avaliar esse tipo de política para além de ato eminentemente técnico, possui caráter político de instrumentalizar as lutas sociais. Além disso, o intuito da avaliação neste estudo é na perspectiva avaliativa[9] *expost*, formativa e de processo, respectivamente, quanto ao momento, natureza e modelo de avaliação, para reorientar e aprimorar o serviço, em sua fase de execução, de dada política pública (SILVA, 2005) dirigida às mulheres em situação de violência.

Esta pesquisa configurou-se, também, como estudo de caso, porque analisou o processo de implementação do Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha-ES (Cramvive), um importante instrumento criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Tal órgão é responsável por orientação psicológica, social e jurídica para a superação da situação de violência, fortalecimento das vítimas e resgate da cidadania no município capixaba. O principal objetivo do Cramvive é atender às moradoras de Vila Velha, vítimas de violência doméstica, promovendo a atenção, a proteção e a assistência às usuárias, constituindo-se como importante marco das Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no município.

[9] A avaliação do serviço far-se-á, no entanto, a partir dos sujeitos diretamente implicados na gestão e condução do Cramvive, não sendo objetivo da presente pesquisa dimensionar a perspectiva do movimento social e de outros atores das redes de serviços. Assim, também, não foi possível, como inicialmente previsto nesta pesquisa, a escuta das mulheres usuárias do instrumento de política pública, em razão dos limites impostos pela pandemia da covid-19. Sabendo-se da importância de, em outros momentos e novas pesquisas, dar prosseguimento às oitivas que contemplem os outros sujeitos históricos citados.

Dessa forma, delineou-se como **problema de pesquisa**: Como o Centro de Referência Especializado no Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha (Cramvive) vem se constituindo historicamente enquanto equipamento da rede de atendimento da política pública municipal? O **objetivo geral** desta pesquisa é analisar o processo histórico de implementação do Cramvive, com o intuito de apreender sua estruturação, dinâmica de funcionamento e atendimento às mulheres em situação de violência, bem como possibilidades, limites e desafios ao trabalho desenvolvido.

O objetivo geral foi reconfigurado para fins operacionais nos seguintes objetivos específicos: caracterizar o processo de constituição histórica do Cramvive, anterior e posterior à reestruturação, evidenciando aspectos fundamentais que a determinaram e vincularam a secretarias municipais diversas; explicitar aspectos de gestão, técnicos, de metodologia de funcionamento, de atendimento e de acompanhamento as mulheres, implementadas pelo Cramvive à luz da política nacional, tendo em vista apreender sua estrutura, a dinâmica institucional e o trabalho desenvolvido; apreender concepções, objetivos e princípios norteadores das ações do Cramvive atribuídos pelos(as) diferentes sujeitos envolvidos, identificando possibilidades, limites e desafios; verificar como o Cramvive se articula com os equipamentos e os serviços da rede municipal no atendimento das necessidades das mulheres em situação de violência, intencionando apreender possibilidades de integração e complementaridade e dificuldades enfrentadas.

1.1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A orientação epistemológica utilizada nesta pesquisa é o materialismo histórico dialético, aqui considerado como melhor lente para a leitura da realidade, avesso às abordagens unilaterais, a-históricas ou parciais. Tem-se, portanto, que a relação sujeito coletivo-social-histórico e realidade delimitada como objeto que se pretende conhecer se dá, no caso das políticas públicas, em um contexto contraditório e dinamicamente relacional entre o Estado e a sociedade. Dessa forma, o conhecimento é construído na totalidade da vida social, logo, “[...] o conhecimento não é absoluto, mas é possível apreender as múltiplas determinações

dos processos sociais historicamente situados, porque o social se objetiva – a sociabilidade é objetivação" (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 39).

Para maiores suportes à análise da realidade na sociedade capitalista contemporânea, e nesta, o fenômeno da violência contra a mulher e das ações vinculadas às diferentes políticas públicas para seu enfrentamento, serão utilizados aportes de autoras feministas contemporâneas com viés marxista[10], que dão um salto qualitativo no que tange às lacunas, limitações ou ausências de outras categorias, como gênero, na obra marxiana, associando-as aos conceitos de classe, dentro das relações sociais desiguais e opressoras, haja vista o tempo histórico e a sociabilidade vigente. Para a realização desta pesquisa foram empregadas técnicas e instrumentos a seguir citados: a) revisão bibliográfica; b) história oral temática e questionários *online*; c) análise documental realizada em jornais, em sites da prefeitura (de notícias, da legislação de Vila Velha-ES), Trabalhos de Conclusão de Curso, dentre outros.

A revisão bibliográfica foi efetuada mediante produções de conhecimento científico sobre o tema elegido para a pesquisa, levando em conta estudos de autores(as) que resultaram em livros, artigos publicados em periódicos, teses e dissertações que discorreram sobre o fenômeno da violência contra à mulher e formas para seu enfrentamento, das quais as políticas públicas são mediações centrais, visando apreender os diversos pontos de vista tratados e as lacunas teóricas existentes.

Também se utilizou como técnica de coleta de dados a história oral temática, que se apresentou como um moderno recurso "[...] para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas [...] é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva" (MEIHY, 2012, p. 13). A história oral temática[11] envolveu a coleta com a gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vila Velha-ES (SEMAS), buscando compreender

[10] Para maior compreensão buscar a obra de Saffioti (2013) "A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade". A ideia norteadora da obra é a explicação da situação da mulher na sociedade capitalista nas relações entre o fator constituinte do padrão sexo permeado pelas determinações do modo de produção capitalista.

[11] Refere-se a algum evento definido, assunto específico e preestabelecido, provável versão de algum acontecimento, revelando aspectos da vida do narrador, que trazem aspectos úteis à informação da temática central. Adaptação (MEHY, 2012).

a permanência ou mudanças de concepção e trabalho desenvolvido pelo Cramvive, a partir de seu processo de reestruturação.

De forma instrumental, foram utilizados um roteiro de trabalho para a história oral temática (Apêndice A). Também se fez o uso de uma programa de gravação, integrado ao celular da pesquisadora, como recurso para o registro de palavras, expressões e demais contribuições pessoais e sensoriais da participante da pesquisa. Posteriormente, o conteúdo da comunicação foi transcrito em documento e devolvido à participante para fins de reconhecimento e validação do documento para a pesquisa. Com o emprego desta técnica de coleta de dados, pretendeu-se mostrar as experiências pessoais, dimensão prática do saber e da luta e, especificamente, pretendeu-se elucidar, “jogar luz”, em elementos como a reestruturação do Cramvive a partir de fatos e experiências pessoais de agora em diante registrados, vez que haviam pontos obscuros para o redimensionamento e identidade dessa política pública de atendimento às mulheres vítimas de violência no município de Vila Velha-ES. Tal necessidade se justificou nos meandros e implicações da transferência do Cramvive da Secretaria de Prevenção e Combate à Violência (SEMPREV) para a Secretaria de Assistência Social de Vila Velha-ES (SEMAS) durante a administração municipal anterior.

Em outro passo, para a coleta de dados, foram utilizados questionários *online*, com perguntas abertas (Apêndice B), enviados por meio da ferramenta *Google Forms* para as profissionais de Psicologia e Serviço Social do Cramvive, totalizando 03 participantes, abarcando a interface coordenação do serviço, atuação em forma de rodízio, assumida por duas, das três técnicas mais antigas do Cramvive. A pesquisa documental também foi necessária e imprescindível face a compor e dialogar com outras fontes (jornal – online, estadual; sites de notícias e acervo de leis locais; Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), documentos pertencentes a componentes do programa Cramvive em outros momentos históricos; além da dissertação de Mestrado em Segurança Pública de profissional, que exerceu a função de coordenadora e psicóloga do Cramvive. A finalidade foi complementar e aprofundar aspectos levantados e colhidos por outras técnicas, além de permitir interação dos aspectos centrais e relevantes ao objeto da pesquisa.

Para todas essas técnicas citadas foram levados em conta aqueles sujeitos que estiveram presentes antes e durante o processo de reestruturação do Cramvive[12]: i) 01 (uma) gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social que participou da implantação para a qual será aplicada a técnica da história oral temática; ii) 03 (três) profissionais, sendo 01 (uma) da área da Psicologia e 02 (duas) do Serviço Social que compuseram a equipe de trabalho na reestruturação, os dados foram coletados por meio de questionários *online.*

Também foram contemplados os documentos públicos produzidos no processo de constituição e funcionamento do instrumento da Rede de Atendimento denominado Cramvive após sua reestruturação e outros documentos nacionais norteadores, quais sejam: i) Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; ii) Normas Técnicas de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência[13]. Nestes documentos encontram-se expressos concepções, princípios, diretrizes, objetivos, estruturas mínimas para o funcionamento dos serviços, metodologias, fluxos de atendimento, entre outros.

Quanto aos cuidados éticos em pesquisa, buscou-se, inicialmente, a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Emescam, parecer nº 3.849.383 - Plataforma Brasil (Apêndice C), além da Carta de Anuência junto a gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vila Velha-ES (Apêndice D), autorização para a condução da pesquisa. Salienta-se que, antes da coleta dos dados, foram esclarecidos às participantes os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos, os benefícios e as garantias éticas do estudo realizado mediante a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (Apêndices E e F). Primeiro buscou-se, no que se refere aos participantes da pesquisa, os parâmetros definidos

[12] A execução da pesquisa foi planejada em três etapas diferentes, inicialmente. Na primeira etapa foi realizada a técnica da "História Oral Temática" com a gestora do programa Cramvive, com o marcador factual/temporal da reestruturação, ano de 2017. A segunda etapa foi executada através de entrevistas com as técnicas do Cramvive, via formulário online (*google forms*), questionários enviados por e-mails. A terceira etapa, observação participante, não pode ser realizada, vez que o ano de 2020 caracterizou-se pelo quadro diverso da pandemia da covid-19, que impossibilitou a realização de quaisquer coleta de dados com as mulheres, usuárias do Cramvive.

[13] Norma técnica é um documento que fornece regras, diretrizes ou características para produtos, processos ou métodos. Baseiam-se em resultados consolidados da ciência, tecnologia e experiência e visa a otimização de benefícios. Essa norma apresenta diretrizes para implantação dos Centros de Referência com o intuito de padronização de diretrizes e procedimentos para o funcionamento desses serviços (BRASIL, 2006a).

pela Resolução 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, quais sejam: indivíduos ou grupos que compõem a equipe de pesquisa e que participaram de forma esclarecida, voluntária e com a concessão de consentimento. Optou-se por definir as participantes do estudo em função das variáveis representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes, escolhidos em razão da vinculação mais significativa para o fenômeno investigado e por ser o que melhor se adequa à pesquisa social aplicada (MINAYO, 1994).

No que tange à análise dos dados, foi efetuada por meio da técnica de análise de conteúdo, definida como:

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

O procedimento de análise de conteúdo proposto compreendeu três fases imprescindíveis, a saber: pré-análise, organização do material com os dados colhidos por meio das técnicas utilizadas para o alcance dos objetivos do estudo; exploração do material a partir do estabelecimento de categorias explicativas da realidade, tendo em vista classificar e decompor o conteúdo; e o tratamento dos dados e das informações obtidas, com inferência e interpretação, considerando as categorias analíticas definidas no início do estudo, permeadas e delimitadas pelo referencial teórico e metodológico escolhido como lente para a leitura da realidade investigada (BARDIN, 2011).

De modo geral, foram encontrados alguns obstáculos para a composição do histórico do Cramvive. As dificuldades do percurso foram compostas de três níveis. A primeira diz respeito aos entraves pertinentes ao registro da história do instrumento de políticas públicas. Não há um banco de dados disponível sobre a constituição e especificidade do trabalho, nem há história da composição informal e formal dos serviços. A segunda dificuldade se inscreve na falta de integração na realização da pesquisa entre o Cramvive e a pesquisadora; fato que dificultou a coleta de material e a obtenção de informações claras, necessárias diversas incursões para contactar e conseguir informações.

Se quer aqui destacar, contudo, a acolhida, presteza e gentileza da gestora, abrindo as portas institucionais e as do espaço privado, sua residência em período de pandemia, e a complementar pesquisa *online*, no intuito de contribuir com o campo de investigação. A terceira se relaciona a experiência coletiva na quarentena em razão da covid-19[14]. Também foram encontradas dificuldades para a obtenção de contato com as técnicas para o envio do formulário *online*, somente possível graças à intervenção da psicóloga. O envio dos formulários se deu com um pequeno histórico pessoal da pesquisadora, enviado no corpo do e-mail, uma forma de desvelar um pouco da história pessoal da pesquisadora, tentativa de sensibilizar e se aproximar da equipe técnica. Ao final do prazo as entrevistas foram devolvidas.

A dinâmica do trabalho inicialmente objetivada, modalidade observação participante do grupo de mulheres, também não foi possível, em razão de que foram suspensos os trabalhos presenciais pelos motivos já expostos. O retorno do atendimento presencial foi gradual, no início do mês de outubro de 2020, contudo, o contato com as usuárias não foi possível, tendo a equipe técnica argumentado acerca dos limites postos pelo risco de contaminação em vista da pandemia da covid-19 que demandou reorganização dos processos de trabalho desenvolvidos pelo Cramvive.

Não foram realizadas pesquisas com o atendimento jurídico em função de que o instrumento de políticas públicas não possui advogado contratado/efetivo para a unidade. O serviço de orientação jurídica é realizado em parceria com a Defensoria Pública Estadual. Ainda, foram efetuadas inúmeras pesquisas na internet**,** desde a sua constituição informal nos quadros municipais, até a formalização e regulamentação do Cramvive, antes e depois do marco teórico da reestruturação (2017), além de visitar as legislações que pudessem interferir diretamente em sua prática e percurso histórico. A análise desses documentos, além dos comentários de jornais atinentes ao tema, permitiu a compreensão das diversas faces e nuances do

[14] Foi realizada uma nova visita ao Cramvive pela pesquisadora a fim de iniciar a coleta de dados, contato, esse sem retorno, em função de que, segundo argumentos, uma das técnicas se encontrava de férias. Com o retorno da técnica, após férias, realizada nova tentativa de reaproximação, mas já se configurava o processo de encerramento dos trabalhos presenciais e início dos atendimentos (*online* e por telefone). Somente foi reiniciada a coleta, com visita ao Cramvive, ao final do mês de setembro de 2020.

objeto estudado, inúmeras lentes da constituição histórica nas diversas experiências das políticas públicas locais.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, somados a esses a introdução ao tema e as considerações finais. O capítulo 2 aborda a origem e constituição da política, instrumento de consenso e forma de sociabilidade moderna, assim como aponta a instituição do Estado, a conformação do poder para manutenção da ordem pública, a cidadania e o direito, com origem e formulação adstrita à sociedade capitalista. Ainda, são tecidas considerações acerca do patriarcado. Primeiros tempos históricos e nova conformação, interseccionada por outras dimensões predominantes, expressões de raça, gênero, etnia. Outros elementos também são abordados na conformação da mulher aos moldes científicos e religiosos em suas interrelações com as formas de sociabilidade feminina, advindas das interrelações concretas e subjetivas, permeadas pelo percurso histórico, em termos breves, no intercâmbio de opressões desde à colonialidade, resistência e luta sob a regência do movimento feminista. Realiza, também, um pequeno perfil dedicado à análise da política pública enquanto matriz científica (origem, definições, tipologias e ciclos). Entre indas e vindas nos percursos históricos diversos traçados, em formações sociais e políticas pelo movimento feminista, agendas locais, mediadas pelos instrumentos jurídicos internacionais de proteção às mulheres, tecendo resistências.

No capítulo 3 foram abordadas as políticas públicas para mulheres no país e os principais itens das agendas feministas, temática a partir das pautas locais. A seguir o feminismo se apresenta, em direitos e possibilidades, pinceladas de sua retrospectiva histórica, tendo como foco as principais legislações internacionais que se refletiram nas políticas públicas brasileiras para enfrentamento à violência contra a mulher.

No capítulo 4 procedem-se as primeiras aproximações com o objeto de estudo, com um olhar institucional sobre a história de persistência e resistência do Cramvive. Inicialmente serão introduzidas as trajetórias do contexto capixaba em nuances econômicas, sociais e urbanas, em seguida às sucessivas aproximações, em síntese, sobre o município de Vila Velha. Posteriormente, alguns destaques para o Centro de Referência e Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência em Vila Velha (Cramvive),

invisibilizado e (in)viabilizado por constituições, (in)constituições, reformulações, desativação e reestruturação. Toma-se emprestado o apelo dramático do poema "*Morte e Vida Severina*", obra-prima do poeta João Cabral de Melo Neto, e o retrato da trajetória de Severino que deixa o sertão por melhores condições de vida, nos percursos de vida e morte, em que a persistência da vida é a força motriz para vencer a morte. Assim é o Cramvive, nas intempéries das vivências e sobrevivências aos diferentes governos e siglas, permeado de instabilidades legais e políticas nos árduos campos de confronto com a “morte”, complexo e intrincado enlace da sua sobrevivência, discrepâncias da rudeza da violência (a que permeia a ordem social e a outra que restringe as políticas públicas); invisibilidades em intercâmbio pelas lentes das profissionais. Também é um “pequeno” ensaio de correlação da práxis no campo de estudo (diretrizes, princípios, metodologia) à luz da abordagem de alguns documentos da Política Pública Nacional, aferidas pelas lentes da gestora e profissionais que trabalham no Cramvive. Vital forma de apreensão, senão por conter alhures nenhuma forma de verdade, mas visão provocativa em ensaio de acesso à riqueza histórica do que foi produzido, prospecção do que ainda será; em contribuição pela permanência do instrumento de políticas públicas. Ir as raízes do duro campo da seca, política da denúncia e anúncio, adentrar os solos com raízes profundas e fecundas da resistência e emancipação humana.

Por último, no capítulo 5, apresentam-se as considerações finais e os sucessivos apontamentos sobre o Cramvive, instrumento de políticas públicas no município, em sua história de resistência, em oposição as manifestações de sua invisibilidade por questões estruturais das políticas de governo.

2 ALGUMAS PINCELADAS NO PANORAMA DO PROCESSO HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

> Não. Apenas caminharemos sob um céu de liberdade. Observaremos como ele muda, como as estrelas nascem e a lua gira, e descreveremos a Terra e seus processos em vozes masculinas e femininas. [...] Agora sabemos que o homem não é o parâmetro do que é humano; homens e mulheres o são. Os homens não são o centro do mundo; homens e mulheres o são (LERNER, 2019, p. 49).

Neste capítulo, pretende-se recorrer a aportes teóricos para elucidar, ainda que em esboços preliminares: a) a constituição do patriarcalismo; patriarcado inter-relacionado à forma de sociabilidade colonial, arranjo preservado, coletivo e institucional; b) a feminilidade gestada nos moldes científicos, religiosos e familiares, a par de duas realidades: b.1) correlações ao surgimento do capitalismo; b.2) intercâmbios de resistências e lutas, desde a colonialidade e agendas feministas (foco local); c) a política enquanto forma de regulação social, contraditória, campo de luta; d) política pública, concertos procedimentais e sociais (consertos e desacertos)**,** marco para concretização de direitos. Ao final desse percurso almeja-se desnudar o palco, as atrizes e o texto sublinhado de faces e interfaces.

2.1 O PATRIARCADO E ALGUMAS NUANCES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Para compreender o fenômeno social da violência contra a mulher faz-se necessário o resgate de algumas categorias, como o patriarcado. Segundo Bertaux (1977 apud SAFFIOTI, 2015), o patriarcado iniciou o processo de instauração em 3100 a.C., consolidando-se em 600 a.C, ou seja, "[...] um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 250 mil e 300 mil anos. Logo não se vivem sobrevivências de um *patriarcado remoto*; [...] tendo sucedido às sociedades igualitárias" (SAFFIOTI, 2015, p. 63). No mesmo sentido, Johnson (1997 apud SAFFIOTI, 2015) assegura que a transição da "sociedade igualitária" para o modelo atual, a partir do sistema histórico, ocorre por dois fatores: i) econômico, excedente na produção; ii) descoberta da participação do homem na reprodução.

Lerner (1986 apud SAFFIOTI, 2015), por outro lado, descreve a origem do patriarcado a partir da antropoprodução[15], que permitiu a criação de sistemas simbólicos masculinos para assumir o lugar de domínio na sociedade; patriarcado é considerado um recém-nascido (estrutura hierárquica datada de 2.603, quatro anos), ante a existência da humanidade (250 mil a 300 mil anos), "[...] logo, não se vivem sobrevivências de um *patriarcado remoto*; ao contrário, o *patriarcado* é muito jovem e pujante, tendo sucedido as sociedades igualitárias" (SAFFIOTI, 2015, p. 63).

O patriarcado se constitui como uma visão de mundo em que prevalece o domínio do masculino sobre o feminino. A forma de instauração do patriarcado sustenta a dominação masculina em instituições de poder como a família, a religião, a escola e as leis. Particularmente na família, encontra legitimidade na figura do pai. A conformação do poder masculino dentro desse organismo tornou o homem seu tutor, criando uma cisão de papéis de homens e mulheres. Esse modelo de poder extrapola as relações familiares.

> Em primeiro lugar é preciso que se tenha em mente que o patriarcado refere-se, textualmente, a uma hierarquia e, assim, ao contrário do que muitas vezes se entende, o patriarcado não se restringe à relação de poder do homem sobre a mulher. Do ponto de vista histórico, trata-se de ideia mais ampla: o termo patriarcado refere-se a um governo de sacerdotes, no qual o sacerdote, o hieros, é um pai. Assim, a ideia do patriarcado implica a descrição de uma ordem particular de vida, que enaltece os pais separando-os dos filhos homens, isto é separando os homens dos meninos e colocando, tanto, os filhos menores como as mulheres, sob a autoridade do pai (GILLIGAN, 1982 apud FÁVERO, 2010, p. 48).

E vai além, presente como paradigma linguístico, modelando as subjetividades, como bem lembra Davi Silva Gonçalves (2018, p. 108):

> da mesma forma, a língua portuguesa, ainda hoje, coloca o homem, o masculino, como sendo medida do humano, da norma, referência. Perdura o complexo da costela de Adão, as formas femininas continuam sendo caracterizadas como se surgissem do masculino. O sexo feminino é praticamente apagado da referência universal que o masculino comporta; é o masculino quem dita as regras relativas à concordância. Em termos subjetivos, eles ainda são tidos, socialmente, como as criaturas lógicas, racionais, enquanto as mulheres são colocadas como criaturas emotivas, manipuláveis, quase desprezíveis. Ou seja, nós, falantes da língua portuguesa, estamos sempre encontrando no idioma usos que marginalizam, depreciam e subestimam o outro não-hegemônico; a língua é preconceituosa com mulheres assim como com judeus, negros, pobres, idosos, deficientes,

[15] Bertaux (1977 apud SAFFIOTI, 2015, p. 62) utiliza o termo como a "produção de seres humanos, ou seja, na sua reprodução não apenas biológica, mas também social".

> gays etc. As mulheres, as quais já consistem na maior parte da população brasileira, continuam tendo que enfrentar a injusta exclusão que nosso idioma ajuda a propagar, em pleno século XXI.

E mais um pouco, adiante, Saffioti (2015) coordena a reflexão de que o controle da sexualidade feminina é um dos pilares do patriarcado[16]. Lerner (2019) ratifica, em suas proposições, assim sintetizadas, que os homens se apropriaram da capacidade sexual e reprodutiva da mulher antes do surgimento da sociedade de classes e da propriedade privada. Para os tradicionalistas, a dominação feminina passou a existir porque é parte da criação divina

> Eles argumentam que, se à mulher foi atribuída, por planejamento divino, uma função biológica diferente da do homem, a ela também devem ser atribuídas diferentes tarefas sociais. Se Deus ou a natureza criaram diferenças entre os sexos, que, em consequência, determinaram a divisão sexual do trabalho, ninguém pode ser culpado pela desigualdade sexual e pela dominação masculina (LERNER, 2019, p. 43).

Acrescenta Lerner (2019, p. 31) que, a reprodução e a maternidade são destinos reservados à mulher em razão de elementos biológicos, portanto, “naturais e imutáveis”; se o patriarcado fosse biológico e natural, como não o é, “[...] então mudá-lo seria mudar a natureza”. Nessa produção histórica ocorreu a expropriação sexual e reprodutiva da mulher, anterior à sociedade capitalista; por ela depois apropriada e transformada em mercadoria, alicerce da propriedade privada.

No Brasil houve o argumento da diferença biológica, legitimação da desigualdade nos discursos médicos, religiosos e estatais. Priore (2010) menciona que o adestramento da sexualidade feminina ocorreu na colonialidade, muito embora também fosse educada pelo estatuto doméstico, futuro lar, decidido pelo pai. Ademais, havia, entrelaçada e intercruzada a disciplina médica, que subestimava e desconhecia o corpo feminino, “[...] a ciência médica passou a perseguir as mulheres que possuíam conhecimentos para tratar o próprio corpo. Esse saber informal, transmitido de mãe para filha, era necessário para a sobrevivência dos costumes e das tradições

[16] Assegurar a fidelidade, a tal ponto que a quebra de costume expõe às mulheres à morte, na estrutura legal da legítima defesa da honra. Assim, o contrato social é distinto do sexual, como se verá adiante nas análises. Um explícito e o outro implícito, escondido - a diferença sexual é transformada em política. O patriarcado está na formação e é expressão do próprio poder político. O contrato social e sexual, assim como o patriarcado e o poder político, serão analisados no segundo capítulo.

femininas" (PRIORE, 2010, p. 81). Enfim, o manual do patriarcado se instituiu como herança, como se verá adiante.

2.2 A FEMINILIDADE CONSTRUÍDA, A PAR DE DUAS REALIDADES

2.2.1 **A "fetichização da mulher" e a construção dos moldes científicos**: **inter-relações com o surgimento do capitalismo**

A expropriação de terras/acumulação primitiva, a dicotomia público e privado, produção e reprodução foram alterações significativas que, de um lado mudaram a realidade da família rural patriarcal e, de outro, transformaram-na em local de reprodução produtiva, e de relações patriarcais específicas dentro de uma nova ordem econômica, o capitalismo. Aqui está o processo: a lógica patriarcal deixa de ser um sistema autônomo, vez que não é "trans-histórico", para ser um sistema interligado e intercruzado às relações da produção capitalista[17] (ARRUZZA, 2015).

No contrato original, o Éden, em termos da sociedade civil, é tido, pelos os autores clássicos, como passagem do Estado da Natureza para o Pacto Social ou Contrato Social, no qual se constituem indivíduos livres a um poder criador e regulamentador das relações sociais: a lei[18]. Pateman (1993, p. 15) afirma que o contrato original "[...]

---

[17] Arruzza (2015, p. 46) introduz o termo trans-histórico para afirmar que "a opressão de gênero nem sempre existiu, como não existiu em várias sociedades sem classe, onde a opressão de gênero foi introduzida pelo colonialismo". Segundo Arruzza (2015), o capitalismo tende a usar pré-ordenações já existentes de forma a criar hierarquias, inclusive as de gênero e raça. A teórica aduz que a teoria unitária articula relações capitalistas, ordem social com "núcleos constituído de relações de exploração, dominação e alienação" (ARRUZZA, 2015, p. 38), teoria marxiana, sob dois argumentos: 1) exploração também é resultado da adição de dominação e alienação, não só produto de relações econômicas de per si, "a trabalhadora é um corpo que vive e pensa, submetida a forma de disciplina que a modelam – [...] o processo produtivo produz o trabalhador na mesma extensão que reproduz a relação de trabalho específica" (ARRUZZA, 2015, p. 53), ou, em outras palavras, composto de produção e alienação (construção da subjetividade); 2) a reprodução e produção são indivisíveis, portanto, combinadas: "[...] o processo de reprodução da sociedade (educação, indústria cultural, igreja, polícia, exército, sistema de saúde, ciência, discursos de gênero, hábitos de consumo etc.) desempenham um papel crucial na reprodução de relações específicas de produção" (ARRUZZA, 2015, p. 54).

[18] O ponto de partida da teoria do contrato é o direito natural; homens livres por natureza (jusnaturalismo), mas constantemente em confronto para a sobrevivência. De acordo com essa teoria, as partes somente podem contratar se forem livres e iguais, e se o fizerem de forma voluntária. Enquanto "livres e iguais", consentem e autorizam a transferência desse poder a outrem (um terceiro). Enquanto "livres e iguais", consentem e pactuam a vida em comum sem causar danos a outros, ou seja, renunciam à liberdade natural (e a posse dos seus bens) em troca de uma vida comum - "vontade social". O terceiro, soberano, usa do poder cedido para criar e aplicar as leis (normas de conduta na organização social); utilizar a força (aplicar o direito) – o contrato social que se funda na soberania, autoridade política (a pólis ou civitas). Hobbes cita o corpo político (pessoa artificial – o Estado é criado

é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada". O direito político, segundo a autora, é direito patriarcal, o poder que o masculino exerce sobre o feminino.

> Ainda associado a este debate, destacaria que outras teóricas feministas têm discutido e criticado as bases do universalismo iluminista que ancorou significativamente as teorias no alvorecer da modernidade, destacando, mais uma vez, como esse pano de fundo epistemológico também funcionou como plataforma da inferiorização e desqualificação daquelas experiências que não se enquadravam no perfil racional e homogeneizador dessa matriz. As críticas feministas têm demonstrado como, na arena política moderna, são excluídos os grupos associados com a afetividade, com necessidades básicas e desejo, e como o ideal de igualdade (abstrato, formal, universalizante) tem se prestado à tarefa de eliminar ou deslegitimar essas alteridades (MATOS; PARADIS, 2014, p. 70).

Na Idade Média[19] europeia os servos detinham a posse e uso de pequenas glebas, o que os favorecia quanto ao alcance de certa liberdade e recursos. O acesso à terra era uma realidade, apesar da servidão representar a ligação dos servos aos senhores de terras: vidas e posses regidos pela ordenação feudal. O trabalho doméstico medieval não era tão desvalorizado[20], a cooperação social feminina era uma realidade e se apresentava como fonte de poder e proteção. Posteriormente, em termos sociais, fortes resistências e lutas eram travadas nos bastidores. A fonte do principal conflito era a substituição da 'lida' do campesinato por um pagamento em dinheiro, início de outra forma de organização social responsável pela pauperização dos camponeses. Camponeses transformados em proletários. Em todas as classes sociais, contudo, as

---

por ações humanas); Rosseau dispõe que os indivíduos são morais e criam o Estado – corpo moral). Deixa de pertencer, viger a percepção da comunidade, e nasce a sociedade (indivíduos – isolados e autônomos, com direitos naturais e individuais). Nesse momento se institui a sociedade civil vivendo sob o império da lei, formulada e aplicada pelo soberano. Para Hobbes, o soberano (rei, grupo de aristocratas ou assembleia) já para Rousseau, soberano é o povo. Assim, pelo contrato, os direitos naturais são transformados em civis, cujo poder supremo é a vontade popular – perdem a posse do direito natural e 'ganham' a individualidade civil, a cidadania (como resultado desta advém o direito à posse). A democracia direta, dessa forma, é arregimentada pelo contrato social. Da mesma forma, o Estado também existe a partir dele (PATEMAN, 1993).

[19] Silvia Federici, historiadora feminista italiana, narra, no livro "Calibã e a Bruxa" (2017), a perspectiva histórica da sujeição das mulheres na origem do capitalismo, ocorrida a partir da Idade Média - período de crise das relações feudais. Aponta a Inquisição como instrumento de disciplinar o feminino, as primeiras vítimas do capitalismo, no processo de reprodução e produção social e econômica. A autora também estabelece um parâmetro comparativo, conexões entre o período atual, recrudescimento do capitalismo, e o aumento da violência contra as mulheres: a "nova caçada às bruxas". Hierarquias cruzadas na história das mulheres, pinceladas por essa e outras autoras e autores, ao longo de toda a pesquisa: da expropriação da terra à expropriação da própria vida.

[20] O trabalho feudal era realizado para a subsistência, o trabalho feminino contribuía para a família se sustentar; mulheres trabalhavam nos campos, também criavam os filhos e realizavam outras atividades domésticas; concepção diversa do trabalho doméstico dicotômico e desvalorizado da economia capitalista (FEDERICI, 2017, p. 53).

mulheres campesinas eram as mais atingidas, alternando trabalhos mal pagos ou não remunerados, com a grande maioria em condições de extrema pobreza (FEDERICI, 2017).

No século XIV as mulheres ganharam mais autonomia, eram mais 'livres' da vigília masculina em virtude de que a vida citadina dificultava o maior controle do feminino, ao mesmo tempo, surgiam os movimentos heréticos. Os hereges, na verdade, constituíam uma forma de insubordinação social e política à igreja que vendia indulgências e sacramentos. Bastou isso para que a mulher se tornasse a 'figura da heresia', reação misógina à 'indisciplina' apresentada pelas mulheres que disputavam o espaço público com os homens (FEDERICI, 2017).

No final do século XVI e XVII iniciou-se a repressão com base no desenvolvimento científico, mulheres sem vínculos religiosos, estigmatizadas por sua "impureza e inferioridade", perigosas fontes de subversão com sexualidade desenfreada, condenadas pela desordem que seus corpos geravam: personificação das mulheres com o diabo. Tem pretensão ao saber (curandeira, parteira) e desafia todos os poderes: o dos sacerdotes, dos soberanos, dos homens, da razão (PERROT, 2012).
A misoginia e a caça às bruxas foram também invisibilizadas pela história, mulheres camponesas mortas em grande "genocídio", a responsabilização do feminino: centenas de mulheres mortas, massacradas, torturadas e queimadas em fogueiras[21].

> A questão histórica mais importante [...] é como explicar a execução de centenas de milhares de 'bruxas' no começo da era Moderna e porque o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres. [...] Existe um acordo generalizado sobre o fato de que a caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre a função reprodutiva e serviu para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor. Defende que a caça as bruxas, também tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo (FEDERICI, 2017, p. 29).

[21] Federici (2017, p. 293) aponta que há muita dificuldade em precisar o número de mulheres atingidas pelo fenômeno da bruxaria, visto que muitos julgamentos não foram registrados e, se registrados, não constavam o número de mulheres atingidas. A autora cita algumas feministas alemãs, como Anne L. Barstow (1994, p. 22-23 apud FEDERICI, 2017, p. 384), que descreve: "aproximadamente 200 mil mulheres foram acusadas de bruxaria em um lapso de três séculos, sendo que a menor parte delas foi assassinada. [...] 100 mil mulheres assassinadas, mas acrescenta que as que escapavam foram 'arruinadas por toda a sua vida', já que, uma vez acusadas, a suspeita e a hostilidade as perseguiam até a cova".

A caça às bruxas representou um dos mais importantes fenômenos para a ordem capitalista, com a constituição de novos paradigmas. Houve uma verdadeira campanha de terror contra as mulheres para diminuir a capacidade de resistência do campesinato europeu diante da apropriação de terras. Além disso, aprofundou-se a divisão entre o masculino e o feminino, reacendeu-se o medo do poder das mulheres, destruindo suas crenças e práticas sociais, verdadeira afronta à disciplina das práticas laborais capitalistas. Também aconteceu um ataque disciplinado e orquestrado à cultura popular, "a caça às bruxas foi o último suspiro de um mundo feudal agonizante" (FEDERICI, 2017, p. 298). O mecanismo de perseguição às bruxas não se constituiu enquanto um processo voluntário, mas foi um campo de vasta organização estatal, englobando uma grande propaganda coletiva com o fito de gerar uma "psicose em massa" na população.[22]

> Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um grande ataque à resistência que as mulheres apresentavam contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura (FEDERICI, 2017, p. 305).

A terra foi privatizada e as relações sociais foram acirradas com o fim da economia de subsistência, o feudalismo. Em um novo regime societário, o capitalismo, a produção para o mercado foi alçada a nova figura de valor, enquanto à reprodução foi admitida como desvalor, trabalho "invisibilizado". Historicamente, o corpo feminino foi o principal terreno de exploração, a reprodução da vida no espaço doméstico, força motriz de criação e mantença dos novos trabalhadores.

> Essas mudanças históricas que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o

[22] Federici (2017, p. 299) revela um processo em que foram cooptados juristas, demonólogos, intelectuais, advogados, enfim, grandes estudiosos e teóricos da época, em uma iniciativa política de grande monta. A Igreja Católica criou a base teórica e ideológica, em franca colaboração com o Estado. Aliavam-se campos de poder em que um legislava e o outro executava, em consonância e unidade política, o surgimento dos novos Estados-nações europeus. Alguns historiadores citados pela autora, como Levack (1987), narrava mudanças, inclusive, nos procedimentos legais em decorrência da caça às bruxas: "de um sistema acusatório privado para um público durante a Baixa Idade Média; a centralização do poder estatal; e o impacto da Reforma e Contrarreforma na vida social" (LEVACK, 1987 apud FEDERICI, 2017, p. 305).

> Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado (FEDERICI, 2017, p. 145).

O resultado desse tipo de política foi à escravização das mulheres à procriação, útero como "território político"[23], procriação a serviço da acumulação capitalista. A história das mulheres é a complexa história da sociedade capitalista fundada na divisão social/sexual/racial do trabalho, nas relações e divisão de classe e na preservação da propriedade privada. As mulheres foi reservado o espaço privado e o da reprodução, pois a nova divisão sexual do trabalho especifica, além das tarefas, a dimensão subjetiva (experiências, a vida, forma de ver e se relacionar no mundo) e a dimensão objetiva (relação com o capital e sobrevivência). A divisão sexual se caracterizou, sobretudo, por relações de poder e impulso à acumulação capitalista.

> [...] a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho remunerado do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente "a parte não remunerada do dia de trabalho" e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. [...]. Dessa forma, a cumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separam os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos (FEDERICI, 2017, p. 213-214).

Essa abordagem, contudo, necessariamente se articula ao aprisionamento da mulher à esfera do privado, consoante, afirma Lerner (2019), lugar de exercício de seu principal "destino": a criação dos filhos e os cuidados com a família, tendências genéticas e psicológicas, determinismo biológico consagrado e fundado no discurso científico. A vertente tradicionalista, visão religiosa ou científica, entendiam que a submissão feminina era algo universal, 'natural', inicialmente determinada por Deus, assim como é o fundamento da dominação masculina. Por função biológica diversa do homem, também lhe foram atribuídas diferentes tarefas sociais, divisão sexual do trabalho com base nas "diferenças biológicas" como justas e funcionais: homens

[23] Federici (2017) utiliza esse termo para destacar que na Idade Média as mulheres usavam métodos contraceptivos e controlavam o parto, inclusive com a execução desses por parteiras. Após esse período a procriação passou a ser controlada pelo Estado e pelos homens, sendo as mulheres tratadas como meras 'máquinas naturais de criação, "[...] 'um desejo fanático por aumentar a população predominou todos os países durante o período que o mercantilismo esteve em seu apogeu, no final do século XVII" (HECKSHER, 1966 apud FEDERICI, 2017, p. 155).

possuem maior força e capacidade física, portanto, caçadores[24], defensores e guerreiros da frágil mulher destinada à maternidade e aos cuidados com a família.
Após o século XIX, "[...] a explicação tradicionalista da inferioridade das mulheres tornou-se científica" (Lerner, 2019, p. 45). Os defensores científicos do patriarcado justificam a exclusão e a assunção da maternidade como necessários à sobrevivência da espécie. Outras fontes científicas aliadas ao argumento da supremacia masculina, "anatomia como destino" citando Freud, constroem teorias que vislumbraram a normalidade e completude no masculino, enquanto a fêmea "era um ser humano desviante sem pênis". Havia maior controle da sexualidade feminina, haja vista o rompimento das relações comunitárias da sociedade, ou seja, havia relação entre a mudança ocorrida entre os sexos e as mudanças sociais: a família como unidade de preservação e transmissão da propriedade. Essa análise, como fundamenta Lerner (2019, p. 50), "rompeu com o determinismo biológico dos tradicionalistas".

A análise marxista foi muito utilizada pelas feministas, haja vista que o poder vincula-se, com frequência e estreitamente, a algumas instituições como a família, e, esta repercute enquanto reprodutora dos padrões de gênero e se apresenta, na concepção de Engels[25], como relação monogâmica, assegura a passagem da herança e estabelece o controle da sexualidade feminina, simples instrumento de reprodução.

> Assim, a monogamia não aparece absolutamente na história como a reconciliação entre o homem e a mulher e menos ainda como sua forma mais elevada. Ao contrário, ela manifesta-se como a submissão dum sexo ao outro, como a proclamação dum conflito entre os sexos, desconhecido até então em toda a pré-história. [...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, ela abre, ao lado da escravatura e da propriedade privada, a época que dura ainda hoje, onde cada passo para a frente é ao mesmo tempo um relativo passo atrás, o bem

[24] Segundo Lerner (2019), as antropólogas feministas, revendo trabalho de pesquisa, descobrem que nas sociedades antigas não havia a dominação/submissão com base nas afirmativas da universalidade. As tarefas de homens e mulheres eram complementares, indispensáveis para a sobrevivência do grupo. Elise Boulding (1976 apud LERNER, 2019, p. 56) demonstra que o "mito do homem caçador e sua perpetuação são criações socioculturais que servem à manutenção da supremacia e hegemonia masculinas".
[25] Engels fez muitas contribuições para a análise da posição das mulheres na sociedade e na história. Em resumo, afirma que o filósofo marxista estabeleceu conexão entre a propriedade privada, o casamento monogâmico e a prostituição; relacionou a dominação política e econômica e o controle da sexualidade feminina e o impacto "das forças sociais e culturais na estruturação e definição da relação entre os sexos" (LERNER, 2019, p. 50).

> estar e o progresso de uns se realizam na infelicidade e do recalcamento de outros (ENGELS, 1984, p. 70-71).

Nessa ótica, os homens detêm o poder nas relações sociais. Patriarcado e capitalismo retroalimentam a base e a estrutura de exploração das mulheres: direitos do homem sobre a propriedade privada e sobre a mulher. A responsabilização da mulher pelo trabalho doméstico e não remunerado colabora com a apropriação privada dos frutos do trabalho social, vez que, a responsabilidade das tarefas domésticas impacta diretamente no rigor da sua jornada de trabalho, intensivo, extensivo e intermitente.[26] Portanto, a apropriação da força de trabalho doméstico é também elemento da exploração de classe, segundo Federici (2019, p. 17), "a esfera da reprodução também é fonte da criação de valor e exploração", invisibilidade sob a "natural" ordem do dever maternal, arraigadas em fortes estruturas de poder.

Essa ordem oculta funciona com a participação e submissão das mulheres que internalizam a ideia de inferioridade por meio da educação e da naturalização de formas de pensar e agir. Segundo Lerner (2019), as mulheres participam/cooperam com essa estrutura social, por meio da doutrinação, pois que introjetam a ideia de sua inferioridade negando/ocultando a sua própria história, posto que é "[...] uma história de exclusão, de apagamentos, de sabotagens, de desvalorizações e [...] é preciso fingir que nunca lutamos" (LERNER, 2019, p. 22).

Ao emergir em questões instigantes, Perrot (2012) faz refletir sobre a história das mulheres. Romper o silêncio e trazer à luz a sequência de fatos, transformações, a denúncia do relato ausente e, principalmente, a invisibilidade. Relatos necessários de documentos, de fontes, vestígios dessa história. A narrativa da autora prosseguirá com a afirmativa da exclusão da mulher em vários campos. Na gramática, por exemplo, a mulher perde seu sobrenome no casamento. A identidade, no campo psicológico, descreve-na como selvagem, violenta, estigmatizada por seu nervosismo e paixão, enfim, "controlada por seus corpos". Tal estigma percorre para além da matéria. A filosofia aristotélica reafirma que as mulheres se movem entre a

[26] Cisne (2015) orienta a não utilização da expressão 'dupla' ou 'tripla jornada' pois faz aparentar que as jornadas são indissociadas e separadas, - somadas em perspectiva matemática, contrária à visão materialista dialética.

racionalidade e a selvageria, o humano e o animal, ser imperfeito, incompleto e defeituoso.

A mesma argumentação corre fluida de Aristóteles a Freud, na incompletude do sexo feminino, marcado pela passividade, fragmento de sua anatomia, receptáculo para o ativo esperma e seu “poder criador”. Por informações que circularam somente no século XVIII foi descoberta a ovulação, validada a partir do século XIX, confunde-se a razão com seu sexo, função na família e papel na sociedade (PERROT, 2012). Ademais, as mulheres vivem no aprisionamento de seus corpos, onde a beleza ocupa o primeiro lugar, mandamento base, valorização de partes diversas no decorrer de cada época. Sobretudo, é a beleza o capital para a barganha amorosa e o enlace matrimonial, e seus cabelos o véu da sua distinção, convenção e sinal de sua feminilidade.

Quais seriam os vestígios femininos do conhecimento em um mundo patriarcal? Aponta Perrot (2012) que o conhecimento/saber é assegurado ao masculino, o espaço do sagrado dominado pelo homem e por um Deus único e masculino, portanto, ‘querer ser culto é querer ser homem’. O exercício da função de esposa e mãe é único e útil conhecimento fim para o feminino. Mas, seria esse o fim da história para as mulheres?

> [...] o status de vítima não resume o papel das mulheres da história, que sabem resistir, existir, construir seus poderes. A história não tende ou para a desgraça das mulheres ou para sua felicidade. As mulheres são as atrizes da história [...] (PERROT, 2012, p. 166).

Perrot (2012) afirma ainda, que é necessário ultrapassar a visão maniqueísta da história. Mulheres, no decorrer da humanidade, não são sempre dominadas, não é essa a versão que esgota toda a verdade.

2.2.2 A imprescindível “leveza” do ser mulher no Brasil: intercâmbio de opressões e lutas desde a colonialidade

A história das mulheres tornou-se universal. Sedutor seria escrever o roteiro da diversidade dessas experiências no mergulho da realidade doutros mares, por todo o mundo. No entanto, neste trabalho, procura-se desvelar um pequeno novelo,

duplamente sedutor à análise: a visão do feminino nas “doces” terras e os pequenos apontamentos sobre as políticas públicas para as mulheres. Pensar na história do Brasil é revisitá-lo enquanto colônia de Portugal, um dos representantes da visão expropriatória e predadora da cultura e riqueza dos povos colonizados.

> A formação sócio histórica brasileira é recheada de opressão e exploração contra negros/as mulheres, crianças, indígenas e, portanto, engendra uma estrututurante sociedade fundada no patriarcado, racismo, classismo, sexismo e colonialidade. E, essa identidade possui uma envergadura que chega ao século XXI com fortes reflexos em novas e atualizadas roupagens. (PEIXOTO; TAUFNER; GARCIA, 2016, p. 18).

Stearns (2012) expõe que, a presença religiosa na América estabeleceu novos parâmetros[27] ao comportamento de homens e mulheres[28] indígenas. Em geral, os religiosos apregoavam o casamento posto que, como europeus, verificavam que a resistência feminina à “conversão” ao cristianismo estaria associada à ligação das mulheres ao Diabo, difusão da ideia da épica Eva, responsável pelo pecado original. À luz da reforma jesuítica, os “novos povos” deveriam se render ao casamento cristão com padrões dominantes de comando aos homens e de obediência e subserviência às mulheres, devidamente corrigidas, se necessário, pelo uso da força. Esse enredo da dominação europeia afetou a vida na América Latina e reforçou a maior subjugação das mulheres pelos homens, “o catolicismo exigia que as mulheres fossem subordinadas” (STEARNS, 2012, p. 113).

As negras foram afastadas de sua pátria, família, cultura e bens. Foram ‘a-culturadas’ nas senzalas e na casa-grande; amas de leite, serviam tanto às mulheres sinhazinhas,

---

[27] A autora aborda a questão do gênero como caráter social e histórico e compara civilizações e o resultado desses intercâmbios sociais, analisando as intensas mudanças a partir da variedade de definições de feminilidade e masculinidade em intensa inter-relação ao caráter familiar, político e econômico nas sociedades.

[28] O paradigma da cultura indígena ‘inferior’ pelos povos europeus era agravada, inclusive, pela teologia que apregoava a subordinação das mulheres indígenas, lógica ligada à colonização e a conversão ao cristianismo; as imagens das indígenas as assemelhavam, ainda mais, à figura do Diabo, “os desregramentos, o pecado e a danação originavam da fragilidade moral do sexo feminino [...]” (RAMINELLI, 2010, p. 25). Panorama revelador da temática índia: o corpo. Consoante, Priore (2016) expõe que a tradição tribal aduzia que a única forma pacífica de se relacionar com os indígenas seria por parentesco cunhado pelo casamento: a mestiçagem fazia parte de um projeto de dominação. A invisibilidade perpassa as índias; obrigadas a ‘tapar as suas vergonhas’ com as vestimentas dos colonizadores. menos submissas do que brancas; corriam livres em espaços públicos e amedrontavam os europeus. Guerreiras -, “as Amazonas”, mulheres musculosas e belas ajuntavam-se, lado a lado, em batalhas com homens nas terras ribeirinhas do rio Amazonas (REZZUTTI, 2018).

como reprodutoras e objeto sexual dos filhos e donos dos engenhos, usadas para saciar os ‘perversos’ prazeres da carne, proibidos ao leito conjugal.[29]

Priore (2009) dá ênfase à passagem das mulheres coloniais pelos discursos de adestramento[30], cabendo, primeiramente, à igreja – normatização do corpo, hábitos e formas comportamentais (nova ética sexual); e à medicina a função de disseminar a procriação da mulher. Adiante, todo o processo de normatização explicitados, tempo em que os discursos e práticas religiosas e médicas uniram-se para a constituição da colonialidade.

Segundo Priore (2010), na metrópole lusitana existia a crença de que a doença era admoestação do divino, indício contra o pecado, o imaginário que a referendava como apanágio dos céus ou maldição diabólica. Esse saber orientava a medicina, pois o médico seria, naquele momento, “[...] um criador de conceitos e cada conceito elaborado tinha a função no interior de um sistema que ultrapassava o domínio da medicina” (PRIORE, 2010, p. 79). Enquanto no restante dos países europeus a medicina se guiava por pesquisas científicas sobre o corpo e as doenças, Portugal perseguia a crença no desequilíbrio biológico norteado por poderes maléficos, literatura orientada por despreparo escolar nos ritos dos conselhos medievais do dogmatismo de Aristóteles e Galeno[31].

Como se observa nos séculos XVI e XVII, os jesuítas e os reis portugueses se contrapunham a todo progresso científico da medicina, depreciando, sobretudo, o corpo feminino. A esse des(conhecimento) a colônia unia-se à Metrópole, carente de

[29] Contudo, as mulheres negras dispunham de liderança; fugiam e lutavam por sua liberdade, tal foi o caso de Aqualtune, princesa guerreira africana, avó do famoso guerreiro Zumbi; outras tantas guerreiras destacaram-se como lideranças quilombolas, como exemplo, Teresa de Benguela. Tão corajosas a ponto de que, no desespero pela liberdade, escolhiam a morte como forma de resistir ao retorno à escravidão (REZZUTTI, 2018).

[30] O adestramento era um processo de padrões comportamentais associados à estrutura global, normatizada por tabus, constrangimentos muito além dos vividos durante o período medieval (PRIORE, 2009).

[31] Priore (2010) afirma que, naquele momento, havia o desconhecimento da anatomia feminina – o útero e seu funcionamento, território estranho e sagrado. O filósofo Aristóteles (384-322 a. C.) refutava a crença do corpo sagrado feminino e, afirmava, que a fêmea era o solo fértil, mas “[...] era o homem quem insuflava a alma [...]” (p. 82), a vida ao corpo; o útero era matéria inerte. Tamanho era o desconhecimento e misoginia que atribuíam as doenças à conexão com o demônio. Galeno, outro filósofo, era utilizado pelos médicos para associar alguns adoecimentos como femininos - melancolia, medo e tristeza, atribuídos à cor negra, fluidos advindos do sangue menstrual. Era o “estatuto biológico da mulher” – gerir e parir, ligado a outro estatuto, de fundo moral – ser frágil e submissa.

profissionais médicos, crenças permeadas pelo obscurantismo, discurso religioso ligado ao pecado (PRIORE, 2010). A visão da origem sobrenatural das doenças no Brasil deixavam expostas as mulheres que recorriam aos expedientes “sobrenaturais” de outras mulheres (parteiras, benzedeiras, possíveis vítimas da perseguição da igreja, feiticeiras e esposas de Satã), substitutas dos médicos que não se lançavam a todos longínquos espaços da colônia (PRIORE, 2010).

O poder/conhecimento autêntico das mulheres se confrontava, ainda, com o saber médico, centralizado nas capitanias centrais, não priorizando os atendimentos em áreas mais longínquas. Somavam-se às dificuldades da colônia em sua dimensão continental; a falta de condições hospitalares e sanitárias; a carência de profissionais; a falta de lucratividade da profissão médica; e, as diminutas condições de fiscalização e controle da saúde em um país “recém-descoberto”. Afirma, ainda, Priore (2010) que, as mulheres exerciam o curandeirismo no país com a extensa flora medicinal brasileira, a partir de fórmulas gestuais ancestrais e saberes advindos dos africanos e indígenas. As ervas eram retiradas dos seus quintais, espaço de economia familiar para sobrevivência, e os remédios feitos a partir dos saberes transmitidos pela oralidade, crepitavam no território do poder feminino, alvos fáceis para os tribunais eclesiásticos e científicos.

Posteriormente, na história das terras “brasis”, os discursos médicos e teológicos viam a mulher sob o olhar funcionalista de seu útero, receptáculo, depositário sagrado para a semente ativa plantada pelo macho. A mulher era um mecanismo inaugurado pelo divino, objeto exclusivo para a reprodução da espécie, sua vocação biológica.

> O desconhecimento anatômico, a ignorância fisiológica e as fantasias sobre o corpo feminino acabavam abrindo espaço para que a ciência médica construísse um saber masculino e um discurso de desconfiança em relação à mulher. A misoginia do período a empurrava para um território onde o controle era exercido pelo médico, pai ou marido. Para estes, a concepção e a gravidez eram remédio para todos os ataques femininos. E, uma vez que o macho era a “’causa eficiente’ da vida na compreensão de Aristóteles, o homem ocupava lugar essencial na saúde da mulher, dele dependendo, exclusivamente, a procriação (PRIORE, 2010, p. 84).

Tal desconhecimento na colônia, acometida pelo mesmo pensamento da metrópole lusitana, era de tal sorte que se temia o “sangue secreto”, fluídos maléficos que contaminavam a sua portadora - poder mortal que poderia envolver o mundo com seu

veneno. As mulheres em ‘épocas de sangria’ reverberavam seus fluidos por toda a terra, protagonistas da desordem e do caos. O corpo feminino, no Brasil, apesar de marcado por diversas referências simbólicas, também foi orientado pela solidariedade de saberes, troca de códigos advindos de partes distintas do globo - práticas de negras, índias, brancas, “mulatas” e mestiças misturadas em nossa cultura (PRIORE, 2010).

A misoginia das práticas médicas esteve presente em todo o Brasil colonial e incorporou a mentalidade que ligava o feminino aos mistérios da natureza - o que a afetava mensalmente, era, ao mesmo tempo, sua condição de poder. “O corpo feminino parecia, assim, o lugar de uma dupla propriedade: ele parecia ameaçador, quase demoníaco, mas ameaçava-se a si próprio ao se tornar mais vulnerável a elementos do universo exterior” (PRIORE, 2010, p. 103-104). Era enfeitiçado e enfeitiçador (sexualidade, corpo e medo), até que, posteriormente, a medicina transformasse essa “mágica” em mera fisiologia, com o advento de maior conhecimento científico

> o adestramento da sexualidade incluía o respeito ao pai e, posteriormente, ao marido, cujo programa educacional resumia-se aos conhecimentos básicos à condução de seu lar. A sexualidade feminina era vigiada, guiada pelo forte disciplinamento do corpo pela igreja e pelo Estado, sob o argumento da superioridade masculina, o masculino representava o poder e simbolizava o Cristo no lar. A mulher vivência da serpente e condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro da primeira fêmea, Eva (ARAÚJO, 2010, p. 54).

A disciplina cristã também gerenciava o leito conjugal, pois não deveria o prazer ser o fim do relacionamento, o ato sexual prestava-se somente à procriação. E como se apraziam as mulheres? Como denota Araújo (2010), os trajes femininos emergiam no cotidiano para provocar e reconectar o desejo masculino, projeto de sedução. Muito se compraz ao afirmar que o prazer feminino não se firmava, unicamente, nas vestimentas, pois até a própria missa e os festejos seriam palcos de uma ‘escapadela’ fora do leito, também a dança dava ensejos a oportunidade de seduzir e ser seduzida. Mulheres da época casavam-se desde muito cedo e a sexualidade também despertava com essa mocidade. Qualquer desvio poderia lhe custar à vida, porque a lei tornava lícita a morte da mulher casada e do seu cúmplice pelo esposo traído.

Em análise do período colonial, Lage e Nader (2012) esclarecem que a legislação legitimava a ideologia patriarcal, donde a dominação masculina estava fundamentada em uma dupla moral: ao comportamento masculino à permissividade e ao feminino à repressão. Ao padrão social, o comportamento da "mulher honesta" era conduta sexual direcionada pelo pudor, recato, sexualidade controlada, merecedora do respeito social e confrontada pela "violência permitida" em caso de quebra da disciplina imposta, responsabilizada, ao final, pelas agressões sofridas. Essa norma comportamental influenciou a ideologia de posse sobre o corpo feminino e a manobra da honra masculina atrelada ao comportamento da mulher adstrito ao seu domínio. O Código Filipino, legislação colonial, refletiu essa ideologia até o século XIX e manteve-se vigente, de forma subliminar, até meados do século XX, pois permitia o assassinato de esposas adúlteras, a morte das mulheres e a justificação da violência conjugal, sentimento de "tolerância" da agressão e forma de inocentar os homens nos limites das teses da "legítima defesa da honra"[32].

A sociedade brasileira sofreu profundas transformações a partir do século XIX com o início do desenvolvimento da vida urbana, do rigor e disciplinas impostas pelo desenvolvimento do capitalismo, novas formas de convivência social e conformações familiares da nova ordem burguesa, ideais de intimidade e maternidade. D'Incao (2010) em seu texto expõe que os espaços rurais eram fortemente marcados pela estratificação social, enquanto nas cidades, mais homogêneas em termos sociais, os moradores não se distinguiam e o espaço não se ordenava.

No início da vida nas cidades não havia leis que dispusessem sobre a organização e limpezas citadinas. Posteriormente, o significado do "interesse público" ganhava novo escopo em contraposição ao uso particular, modernização imposta pelas elites

[32] Corrêa (1983), na obra "Morte Em Familia: Representações Juridicas de Papeis Sexuais", em um clássico da literatura feminista, aborda em um estudo dos registros de atas do Tribunal do Júri em Campinas em abordagem do período (1952-1972), cujo objeto são as análises dos casos de homicídio e tentativa de homicídio ocorridos entre casais. A autora apresenta o termo "construção de fábulas" para identificar as leituras dos processos pelo que identifica como "atores jurídicos" a partir de um enredo em que os fatos são transformados em autos; diversas versões do real são recontadas em trechos utilizados em plenário que modelam estratégias, em reforço aos seus pontos de vista. O real é ressignificado, "reconstruído" a partir de esquemas de pensamentos, valorando e julgando, enquadrando os comportamentos do "réu e vítima" em "modelos de culpa e inocência", de acordo com o que é definido socialmente como papéis sociais atribuídos ao masculino e feminino .

governamentais, instituindo um conjunto de medidas higiênicas[33]. A vida burguesa e o desenvolvimento das cidades determinaram a disposição do espaço, no interior e no exterior da residência familiar, delimitação de convívio entre a nova classe e o povo, assim como acentuou o termo intimidade, permeando o espaço feminino pela vigília da sua conduta, tanto no espaço público quanto no privado.

> Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para as mulheres novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam 'educar' a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família (D'INCAO, 2010, p. 230).

D'Incao (2010) afirma que, nas famílias ricas e burguesas, a ideia era que as mulheres poderiam contribuir para a ascensão social através de casamentos arranjados, impostos pela ordenação social. A ordenação social das famílias pobres, contudo, se instituía a partir de um "novo estado de coisas"; novos valores e comportamentos que surgiam; acentuava-se a disciplina do espaço e do tempo para o trabalho prologado: "trabalho livre". A implantação dos moldes e ordenações burguesas era defendida pelos trabalhadores como essencial à implantação do novo sistema. As mulheres de todas as classes sociais, apesar de inúmeras semelhanças, divergiam quanto aos estereótipos e comportamentos das mulheres pobres, em razão de sua posição concreta na vida

> Como era grande sua participação no 'mundo do trabalho', embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil (SOIHET, 2010, p. 367).

[33] A pobreza se transformou em problema para a nova ordem social burguesa "[...] toda sorte de expressões de relações sociais locais que não fossem consideradas civilizadas, eram combatidas pela imprensa e proibidas por lei" (D'INCAO, 2010, p. 226). Medidas higiênicas e médicas, no fim do século XIX e início do Século XX, se ajustam para a modernização do Rio de Janeiro: emergência para o surgimento da República e resultado de um processo de constituição do Estado moderno. As mudanças na economia afetaram a vida familiar, medidas de novos valores em uma sociedade hodiernamente envolvida em práticas escravistas e exploração agrária.

A violência em todo esse processo era marcante, tanto a violência estrutural, que, naquele momento atingia mais coercitivamente as mulheres pobres, quanto formas específicas de violência, decorrentes de sua condição de gênero, análise e resultado de violências multiformes. Há que se destacar, todavia, que o homem pobre também não se encaixava nos moldes defendidos pela ideologia burguesa, o de mantenedor. A violência surgiu, muitas das vezes, de sua incapacidade de corresponder ao papel de mantença de sua família e de exercer o poder frente à resistência e inadequação de suas mulheres ao papel social. Por diversas ocasiões, as vítimas se rebelavam contra a violência e maus-tratos dos companheiros e respondiam com proporcional ofensa, ou seja, os estereótipos da família burguesa não se amoldavam às condições e famílias populares (SOIHET, 2010).

A educação, além da igreja, do Estado e da ciência, foi um dos principais pilares de formação dessa nova conformação social e do papel atribuído à mulher. Nesse aspecto, o papel de cuidadoras de crianças, feminização do magistério, espaço de trabalho permitido às mulheres vinculado ao processo necessário de urbanização e industrialização para as modernas cidades, a docência não subverteria o "papel" atribuído, "verdadeira carreira feminina". O espaço interno da escola tinha uma organização e poder próprios, formas de representação (LOURO, 2010). Assim,

> todo um investimento político era realizado sobre os corpos das estudantes e mestras. Através de múltiplos dispositivos e práticas ia-se criando um jeito de professora. A escola era, então, de muitos modos *incorporada ou corporificada* pelas meninas e mulheres – embora nem sempre na direção apontada pelos discursos oficiais, já que essas jovens também constituíam as resistências, na subversão dos regulamentos, na transformação das práticas (LOURO, 2010, p. 461).

Matos e Borelli (2012) aponta que, na era republicana, o Brasil aderiu ao discurso positivista na propagação de escolas para formação de professores. Mulheres das elites e setores médios ingressaram no magistério, enquanto homens abdicaram da função docente e assumiram cargos técnicos e administrativos, postos de comando na educação. Na década de 1950, o aumento da demanda por escolarização impulsionou a abertura desses postos de trabalho para docentes oriundas das classes mais populares, ao mesmo tempo em que a difusão da identificação do "magistério ao sacerdócio" impulsionou a queda do nível salarial ao longo da história.

A construção da nova sociedade exigia, por um lado, a aceitação dos modelos familiares mais civilizados, europeus, enquanto as classes populares forneciam a mão de obra para a industrialização no Brasil. O trabalho feminino integrou-se às atividades industriais, diminuído, todavia, nas primeiras décadas do século XX com o conjunto de trabalhadores imigrantes masculinos europeus e com a evasão dos trabalhadores campesinos para as cidades (SCOTT, 2012).

Esse fato, aliado ao peso dos valores tradicionais e aos anseios de uma sociedade com a visão familiar moderna voltada à formação de prole saudável, necessários cuidados e disciplina de comportamentos, alijaram a mulher do setor produtivo. O trabalho produtivo foi questionado como fator impeditivo para as 'funções naturais', mas, observando a história, pode-se vislumbrar que as mulheres sempre trabalharam, mesmo em percurso 'invisível' em suas casas, permeado conjuntamente com outras atividades exercidas que lhes permitiam algum rendimento.

> Mesmo pouco visível (nas sombras), um número expressivo de mulheres trabalhava dessa maneira, particularmente nos chamados trabalhos 'de agulha'. A qualificação da mão-de-obra era feita através do processo de socialização e da educação, ou seja, as mulheres utilizavam no trabalho habilidades apreendidas com outras mulheres ao longo de suas vidas. Destreza, rapidez, repetição e precisão eram elementos importantes para a execução de bordados e rendas, costura, tricô, crochê, manufatura de flores, ornamentos e chapéus, elaboração de enxovais de cama e mesa, lingerie, chinelos e também para a 'costura de carregação' de produtos, como os sacos de juta para o café e os uniformes fabris (MATOS; BORELLI, 2012, p. 129).

Não havia dúvidas de que inúmeros são os novos modelos de feminilidade gestados e consolidados na sociedade historicamente. Modelos são formas, moldes, e, porque não dizer são estruturas de acondicionar, aprisionar a existência, enquadrar a vida, diminuindo-a em convenções ideológicas, culturais e políticas, principalmente nas novas versões familiares com maiores direitos de escolhas para as mulheres e homens, a palavra motivadora sejam as relações amorosas (SCOTT, 2012).

O desquite, instituído no Código Civil de 1942, separação sem dissolução do vínculo matrimonial, não significou, efetivamente, mudança na vida das mulheres, eis que, além da reprovação social, enfrentavam poucas condições econômicas de sustento e independência financeira. Em 1962, a legislação brasileira instituiu o Estatuto da Mulher Casada, que permitiu a essa mulher trabalhar fora sem a "autorização do

marido”[34], um avanço em comparação ao Código Civil de 1916, que atribuía a incapacidade civil às mulheres, equiparando-as aos menores, aos silvícolas e aos alienados (SCOTT, 2012).

O aumento e acesso da mulher à educação formal; o uso de métodos contraceptivos (escolher ou não a maternidade); a instituição do divórcio em 1977 e a possibilidade de novos vínculos afetivos, formaram um significativo conjunto de transformações nas décadas de 1960 e 1970, que contribuíram para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e o arrefecer da luta das mulheres para o desenvolvimento profissional

> [...] desde a década de 1970, as mulheres das classes médias e altas puderam vislumbrar para as suas filhas um futuro em que pudessem ter uma profissão e obter o seu próprio sustento, pensando em horizontes de vida para além do casamento, ao mesmo tempo que podiam ocupar uma posição mais igualitária em relação ao marido na sociedade conjugal (SCOTT, 2012, p. 24).

Alguns destaques, em termos legais do século XX, no que diz respeito ao feminino, por outras autoras[35], vez que crescem na segunda metade do Século XX as leis para garantir o direito das mulheres, contudo, a maior garantia adveio da promulgação da Constituição Federal de 1988. Outras normas infraconstitucionais, como o Novo Código Civil de 2002, teriam que corresponder à isonomia prevista na Magna Carta: e assim, se estabeleceu a ambos os cônjuges a chefia da unidade familiar (PALAR; SILVA, 2018).

---

[34] Scott (2012, p. 23) relata que o estatuto legal aprovado prevê que a autorização somente dar-se-ia no caso em que o marido não pudesse prover, sozinho, o sustento de sua família.

[35] Em 1916 iniciou vigência, no Brasil, do Código Civil com a determinação da incapacidade civil para a mulher, necessária autorização do marido para alguns atos da vida civil, como por exemplo, para trabalhar. Na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) havia, também, a previsão de que mesmo com a permissão outorgada, o marido poderia rescindir o contrato de trabalho se representasse “ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para os(as) menores. O Código Civil de 2002 não fala mais em pátrio poder, mas em poder familiar, exercido por ambos, homem e mulher, nos termos constitucionais, forte influência do movimento feminista”, como se verá adiante (SCALQUETTE, 2014, p. 35-36). O código de 1916 também previa, no artigo 219, IV, a possiblidade de anulação por erro essencial, não virgindade descoberta pelo marido. Ademais afirmava que a chefia da sociedade conjugal era exercida pelo marido, inclusive na responsabilidade como provedor (PALAR; SILVA, 2018). As autoras ainda chamam à atenção para o Estatuto da Mulher Casada (lei 4.121/62) que manteve o pátrio poder na competência masculina e dispensou à mulher a situação de ‘colaboradora’; alterou, contudo, a situação jurídica feminina: deixava de ser relativamente incapaz. A lei nº 6.515/1977, Lei do Divórcio, permitiu a dissolução da sociedade conjugal com a divisão de bens.

Como se pode verificar, o direito, como instrumento de controle social, pairava como confirmação da subserviência da mulher, sob a aparência da suposta igualdade formal, posto que, confirmava a desigualdade, e ao mesmo tempo, ratificava o domínio patriarcal e a normatização da família. Scott (2012) explica que ocorreram transformações nas décadas de 1960 e 1970, a partir do acesso da mulher à educação formal; do uso de métodos contraceptivos (escolher ou não a maternidade); e, da instituição do divórcio em 1977 (possibilidade de novos vínculos afetivos). Esses eventos contribuíram para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e o arrefecer da luta das mulheres para o desenvolvimento profissional.

> [...] desde a década de 1970, as mulheres das classes médias e altas puderam vislumbrar para as suas filhas um futuro em que pudessem ter uma profissão e obter o seu próprio sustento, pensando em horizontes de vida para além do casamento, ao mesmo tempo que podiam ocupar uma posição mais igualitária em relação ao marido na sociedade conjugal. (SCOTT, 2012, p. 24).

Por outro lado, Palar e Silva (2018) reafirmam que a igualdade formal é um grande avanço, contudo, maior é o desafio de retirá-la do plano ideal e instituí-la no real; o registro de avanços nas leis são ameaçados constantemente por arrombos no plano político conservador. Afirma, ainda que, o direito, historicamente, é uma ferramenta adstrita aos limites da sociedade capitalista, sabendo-se necessário refletir que, embora possa ser utilizado de forma estratégica, não é capaz de superar as contradições dessa sociedade, porque sua raiz encontra-se na base da sociedade mercantil.

> O Direito, pois, é um fenômeno histórico-social também ao passo que não é pensável para além das sociedades relacionadas à história da luta de classes. Por mais que possa haver eventualmente juristas críticos e, no limite, socialistas ou comunistas, o ser da esfera jurídica tem uma existência objetiva e pressupõe as determinações do capital (SARTORI, 2014, p. 294).

Também Palar e Silva (2018, p. 741) sustentam que, “[...] por mais que ele possa ser utilizado para atenuar a situação subalterna imposta às mulheres, o direito encontra seu limite quando se pretende utilizá-lo como meio de transformação social”. Já era hora, soltar da prisões à essência com invólucro minimizado, comprimir a vida passada e presente de milhares de seres sensíveis, criativos, sociais e políticos, as mulheres.

2. 3 POLÍTICA PÚBLICA: QUEM É ESSA (DES)CONHECIDA?

2.3.1 Política: traços de sua origem e constituição a partir de uma análise do cenário

Na antiguidade, o poder e a autoridade eram exercidos pelo déspota ou chefe da família, fundado na autoridade pessoal, cuja vontade era lei. Tal patriarca arregimentava em suas mãos a riqueza, o poder religioso e a posse das armas, assim como também fazia o rei. A proteção das famílias em troca de lealdade e submissão; a supremacia da vontade; a hierarquia e a imobilidade social; o caráter mágico/místico; a divinização da vontade real e a hereditariedade eram as características marcantes nesse tipo de estrutura social em que o rei era o senhor absoluto, em analogia ao poder privado dos patriarcas (CHAUÍ, 2003).

A invenção da política, atribuída aos gregos e romanos, se firmou com a desconstrução dessas características e com a assunção dos primeiros dirigentes, os legisladores, que não permitiram a concentração de poder nas mãos do rei. Os legisladores trouxeram mudanças na estrutura social com a distribuição das terras nas mãos de algumas famílias agrárias; outras mudanças ocorreram em função da conquista de novos territórios através das guerras; e o aumento da urbanização com a consequente complexidade dos conflitos sociais decorrentes das crises econômicas e aumento da população mais “pobre” (CHAUÍ, 2003).

A política teve origem na Grécia, a partir do vocábulo polis (cidade), e identificava toda atividade humana que se referenciava na esfera social, pública e cidadã, ou seja, não era inerente à natureza, mas, antes, o resultado da convivência de diferentes desigualmente situados na estrutura social (PEREIRA, 2008). A pólis era, antes de tudo, uma cidade organizada, formada de cidadãos (politikos) livres e iguais, homens portadores de direitos, como a isonomia (igualdade perante a lei) e isegoria (liberdade de expor publicamente opiniões sobre a cidade). Civitas é o termo romano similar para a cidade, enquanto ente público ou cívico[36] (CHAUÍ, 2003).

[36] Chauí (2003) destaca também, que os gregos e romanos, na verdade, causaram a ruptura do poder despótico a partir do poder político, e criaram a divisão do espaço privado (autoridade pessoal do patriarca) e o público (identidade do poder político); a criação de instituições e funções públicas para

É necessário ressaltar que, há explícito até o momento, duas grandes expressões e respostas ao poder: a resposta patriarcal/despótica e a política. Quer aqui se destacar a resposta da política. Apesar do propalado discurso, não se trata de romantizar as sociedades gregas e romanas como sociedades ideais, haja vista que “não foi a criação de uma sociedade sem classes, justa e feliz, mas a invenção da política como solução e resposta que uma sociedade oferece para as suas diferenças [...]” (CHAUÍ, 2003, p. 353).

Pereira (2008) descreve que a vida em sociedade é complexa, face aos atributos, ideias, valores e aspirações diferentes dos seres humanos, o que resulta, cotidianamente, em conflitos. Muito embora existentes, os conflitos devem ser administrados e mantidos dentro de certos limites, seja pela coerção - quanto maior sua utilização menor seu impacto e maior o seu custo, seja pela política. Há que se destacar o termo *política*. O que vem a ser tal ideia na perspectiva da ciência política? Aqui se quer delimitar a política como forma de resolução pacífica de conflitos que expressa relações de poder. O termo “política”, no inglês, *politics*, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica dos conflitos relacionados às decisões públicas (RUA, 2014).

Os conflitos sociais movem a história e, em consequência, a política. O uso legítimo da política é um valioso instrumento de consenso entre divergentes nos Estados Democráticos. Há casos, porém, em que, nos Estados antidemocráticos, a coerção assume a forma de regulação social na falência da política, incapazes de obter completa obediência, a partir do consenso (PEREIRA, 2008). Como espaço de disputas e conflitos de interesses, a política ligada ao poder

aplicação da lei e a ideia do fundo público, bens pertencentes à sociedade criados por meio de taxas e tributos para impedir o enriquecimento ilícito dos governantes; o fim da hereditariedade; a separação entre o poder civil e o militar, subordinando o segundo ao primeiro; a quebra do paradigma da divinização dos governantes; a criação da lei e do direito, expressões da vontade coletiva e pública, impedindo o “fazer a justiça com as próprias mãos”; e, a publicidade e participação social para a tomada de decisões nos atos públicos.

> costuma ser praticada com base em um arsenal de recursos: por meio da força, da coesão, da ameaça, da sedução, do ocultamento; com o uso intensivo da sagacidade, da inteligência, da sensibilidade, do jogo com paixões e emoções (NOGUEIRA, 2001, p. 26).

Assim, a política se resume a intenso campo de luta e pressupõe mecanismos de comando/pressão em que a sociedade se organiza para atingir objetivos comuns, ou ainda, em outras palavras, “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” (RUA, 1998, p. 15).

Na obra “O Príncipe”, Nicolau Maquiavel introduz a análise do poder, a cisão da ética política e da ética cristã; dualidade. Instaura o pensamento de que a política tem lógica própria e, permanecer com a leitura da realidade como ideal, “cidade de homens bons”, é premissa para a destruição e perda do poder (NIMOR, 1996). Não aceita, por esse fato, a boa comunidade e a justiça, senão compreender que a sociedade é dividida, e “não uma” como quer “parecer ser”. Treme a Idade Média – a ideia do Homem, o grande senhor do seu destino (início do Renascimento – primavera da civilização). Ser livre, para Maquiavel, é não viver refém de nenhum outro Estado, portanto, quem conhece a sua capacidade pode agir melhor e não estar à mercê de forças metafísicas: as ações do Príncipe ninguém julga, somente o resultados destas: enfrenta situações fraudulentas (amorais), se necessárias ao “bem comum”. Deverá aliar a habilidade da raposa e a coragem do leão; disciplina e autocontrole. Pode ser devoto ou não, um homem de família, dependendo das circunstâncias, parece agir por princípios mas age por cálculo, o mundo moderno é regido por estratégias.

Freitas (2016) adverte que há descaminhos entre o ideal de virtude, a prática e a busca do bem comum. O exercício do poder cria ferramentas que, às vezes, não agrada: encarar a política na forma “nua e crua”. Governantes e governados usam o engano como ferramenta, constrõem um conjunto de pactos e expectativas. Os seres humanos tendem mais aos vícios do que as virtudes e as justificam como se todas fossem “justas e virtuosas”. Assim, mais do que a força é a legitimidade, instância do poder. Outra característica é “a disputa da glória”, “aparentar mais do que ser”. Onde está a Glória do Príncipe? Na própria história, nas ações, condenadas ou louvadas. O poder, no entanto, é cíclico e os governados projetam no governante a capacidade de

construir sonhos e guiar a determinados lugares. O Príncipe é aquele capaz de se comunicar com esse imaginário: um simulador de si mesmo, um mito (move paixões e convence que aceitem o seu poder), dos “grandes homens”, o povo se sente integrante (se reconhece e transfere o poder – dimensão simbólica).

A finalidade da política é, sobretudo, a tomada e a manutenção do poder, o Príncipe não se encaixa na figura do ideário cristão, “do dever ser”. Basta “parecer ser”; autorizado, para tanto, o uso da força e violência, da astúcia (virtu) que garante a capacidade de ser flexível para enfrentar situações adversas (fortuna). A ética política não se confunde com a ética religiosa/privada, os valores são a eficácia prática e a utilidade social das ações, a lógica da política, sem as máscaras da religião (da moralidade e da ética), reverbera o nome de Maquiavel como um ser diabólico, porém, a retórica do teórico foi “desnudar” o que já existia e, responsabilizá-lo por tal fato é como culpabilizar o mensageiro pela mensagem que traz à luz (CHAUÍ, 2003).

> Para o Ocidente cristão do século XVI, o príncipe maquiaveliano, não sendo o Bom Governo sob as ordens de Deus e da razão, só poderia ser diabólico. À sacralização do poder, feita pela teologia política, só poderia opor-se a demonização. É essa imagem satânica da política como ação social puramente humana que os termos *maquiavélico e maquiavelismo* designam. Vocábulos que, como se vê, não exprimem um conhecimento real da obra de Maquiavel e sim uma condenação teológica dela (CHAUÍ, 2003, p. 371).

Como uma das formas de organização social, a política é tida por contraditória, arranjo construído não externado, somente, pela expressão do justo. Como arena de contradições propicia a ampliação da cidadania, formação de poderes e contra poderes, visto que “é, enfim, a política que permite a organização do social como espaço instituído, historicamente construído e articulado por conflitos, propiciando a diversificação e a multiplicação de direitos de cidadania, conforme Bobbio (1992)” (PEREIRA, 2008, p. 91). Cidadania? Conceito *nati morto* na história? Será conduzido um pequeno esboço de sua origem e exercício, circunscrita e mediatizada, mais adiante, por outras discussões.

2.3.2 Primeiras aproximações críticas: Estado, cidadania e questão social

Para apreender o papel do Estado como produtor de políticas públicas se faz necessário traçar seu percurso histórico. Muito embora restem diversas acepções

sobre a temática, para os fins dessa pesquisa opta-se pela visão marxiana que explica o surgimento do Estado a partir do desenvolvimento das forças capitalistas e da luta de classes. A fim de compreender o “mundo desordenado”, conforme nomenclatura usada por Chauí (2003), algumas linhas do traçado histórico são necessárias à compreensão de certos acontecimentos que ensejaram o surgimento de outra fase econômica e social nos centros europeus (entre os séculos XV e XVII), em foco o ideal republicano, o novo papel das cidades e a nova classe social, a burguesia[37].

Branco (2006) enfatiza que em períodos outros antes do surgimento do capitalismo, a escassez convivia de braços dados com a pauperização e a pobreza, culpabilizado o fraco desempenho das forças produtivas; a contrário sensu, pela nova lógica do capital, a desigualdade seria resultado “natural” do processo societário, nunca a produção social e histórica ancorada na divisão de classes e apropriação das riquezas produzidas. Surge o apanágio da “questão social”, deslocada de seu enfoque histórico/contraditório, por estratégias ideológicas (versão neutra – pobres responsabilizados por sua pobreza) e políticas (reformar para não perder o poder – manter a exploração capitalista – legislação proibia mendicância, regulava salário, permitia punição física aos que não se sujeitassem aos baixos salários e impedia a organização dos trabalhadores). A estrutura era mantida por um Estado burguês, produtor de coesão/consenso social, com raízes históricas.

> Na Inglaterra, berço do capitalismo, conquanto o Estado fosse unificado e centralizado, em especial em termos de força coercitiva, ele não assumiu feições absolutistas. A aristocracia, desmilitarizada, não tinha mecanismos extra-econômicos de expropriação do excedente. Tendo o Estado centralizado os meios coercitivos – político, jurídico e militar -, os latifundiários foram obrigados a desenvolver meios econômicos de apropriação do excedente, com o intuito de se manterem como uma classe dominante [...] (BRANCO, 2006, p. 38).

[37] Chauí (2003) resume que essa outra fase histórica foi resultado: 1) da decadência aristocrática - ruína em função das guerras das Cruzadas - terras confiscadas pelo rei para pagamento das dívidas das batalhas -, e a debandada dos servos daquelas regiões para as cidades (comércio ou servos de famílias nobres); 2) da peste negra - agravou a decadência agrária (assolou a Idade Média e dizimou gado e colheitas), agravou a migração dos aldeões para as cidades; 3) do maior contingente de pessoas nas cidades (aumento de atividades artesanais e o desenvolvimento e intercâmbio comercial por toda a Europa); 4) das grandes rotas de comércio com o Oriente (italianos e, posteriormente, portugueses, espanhóis, franceses e ingleses) -, originou outro tipo de riqueza: o capital advindo da exploração do trabalho de homens pobres, migrantes dos campos e a exploração de negros e índios nos “novos continentes americanos descobertos”.

Por outro lado, aponta Branco (2006, p. 25), em termos históricos, o capitalismo estaria guiado por uma corrente de pensamento, certa forma de pensar que justificava que há uma "tendência natural da espécie humana para acumular". Assim, por força do processo evolutivo no curso da história, o capitalismo surge como um modo de produção de caráter eterno, "o fim da história"[38]. A ordem do mercado não seria, contudo, uma "promessa de oportunidades", de liberdade, mas um espaço de coerção, subjugação de uma classe por outra. Para a manutenção do poder e acumulação de capital necessário se faz o uso da força física (a violência), a propriedade material e a ascensão política, "[...] Marx descreve o nascimento do capitalismo como resultado da conquista colonial, dos saques, roubos e assassinatos. Em resumo, a violência foi a parteira do capital" (BRANCO, 2006, p. 31)[39].

Na análise do Branco (2006), em resumo, incapazes de resistir, os aldeões migraram para as cidades, embalados por modificações advindas da dupla aliança, burgueses e nobres: um plano formal jurídico (decretos reais e parlamentares), o "desaparecimento" da servidão por imposição legal, "direito" dado aos camponeses (homens, mulheres e famílias) para vender sua força de trabalho nas cidades que se aglomeravam; sem-terra; sem instrumentos de trabalho e sem condições de subsistência. Nasce o "cidadão", "livre e igual" no plano econômico-político; a terra, antes, no feudalismo (obrigação política e cultural), território natural para sustento da sociedade; no capitalismo -, expropriada e transacionável nos mercados, atividade altamente rentável e lucrativa, fonte de produção de riqueza (modalidade urbana e livremente comercializável)[40].

---

[38] Antes do desenvolvimento das forças produtivas do capital estaria demonstrada a pré-história humana, portanto, a lógica de otimizar recursos e maximizar lucros seria característica inata dos seres humanos, adormecida até o seu despertar nos fulgores históricos da Era Moderna. Segundo Branco (2006), Marx, em sua pesquisa, desconstrói esse pensamento da 'ordem natural' para o capitalismo, assim, esse modo de produção é uma ordem criada em um momento histórico, social, permeado pela luta de classes, tendo o mercado surgido de forma a dominar, oprimir e explorar o trabalho dos não proprietários, fundada em uma lei geral de acumulação.

[39] O principal e o mais violento método de apropriação dos meios de produção dos trabalhadores foi a expropriação das terras coletivas, os cercamentos de terras para a acumulação privada, acordo forjado por uma aliança firmada entre a burguesia e a nobreza feudal, corroborado pelo Estado absolutista inglês.

[40] Como atividade rentável e lucrativa, "a lã tornou se uma mercadoria de alto valor comercial nas cidades para utilização nas manufaturas urbanas, sustentação para o comércio exterior" (BRANCO, 2006, p.33, nota de rodapé).

Impotentes frente à realidade e às contradições sociais, era temerário que os expropriados, em maior número, pudessem se reunir e tomar a propriedade privada e promover a derrocada da burguesia, em consequência. Era preciso, portanto, criar um ente “neutro”, agente “acima de qualquer” suspeita que, aparentemente, pudesse se separar da sociedade civil e advogar no “interesse de todos”; tão abstrato e poderoso a ponto de esconder seus reais propósitos, de legitimar a dominação dos não-proprietários pelos donos do modo de produção: o Estado. Esse ente concentraria o poder de “dizer o direito” - portador das leis e, ao mesmo tempo, do domínio, da repressão e da violência, tudo o que possa parecer perigoso à estrutura econômica capitalista. A restrição da liberdade, no escravismo e feudalismo, era produto da desigualdade econômica, política e social, somente a exercendo, em seu caráter pleno, os senhores e nobres. No capitalismo, nova forma de sociabilidade, a liberdade é pressuposto, não fundada na vontade pessoal, mas no arbítrio da lei, posição e imposição impessoal da sociedade[41].

O caráter histórico-social da ideia de liberdade é um dos pressupostos defendidos por Tonet (1999), cujo pano de fundo é a sociabilidade moderna, a construção da cidadania. Cidadania assume, pois, a conotação jurídico-política, consciência, luta, ampliação de direitos existentes e conquista de novos direitos. O principal garantidor é o Estado.

> É importante enfatizar que neste momento (da organização da produção da sociedade civil) o interesse privado é o princípio regente de toda a atividade social. Esta dimensão fundante é que faz dos homens seres egoístas, competitivos, autocentrados, opostos uns aos outros e socialmente desiguais. Mas, para que possa ser feito um contrato de compra e venda de força de trabalho (e outros contratos), é preciso que os contratantes sejam pessoas livres, iguais e proprietárias. Eles têm que ser sujeitos de direitos. No entanto, a igualdade exigida pelo contrato não é uma igualdade em todas as esferas, mas apenas enquanto contratantes. Vale dizer, enquanto indivíduos abstratos. A desigualdade, que consiste no fato de que o capitalista é proprietário de trabalho acumulado (isto é, de meios de produção) e o trabalhador, apenas da sua força de trabalho, permanece intacta, apesar da igualdade jurídica. É ocioso observar que mesmo a igualdade jurídica é um processo em permanente andamento. Desse modo, paradoxalmente, a

[41] Assim, a lei, um dos institutos da modernidade aventa a possibilidade de criar direitos, trabalhar os conflitos sociais, enfim, a descrição de uma forma superior e progressiva para aperfeiçoamento da sociabilidade. No lumiar das luzes, no Iluminismo, o único parâmetro era a razão, senhora absoluta que permitiria conquistar, reformar, ampliar em progressiva “construção da liberdade”. É claro que no percorrer dessa trilha, o caminho a ser almejado, enfim alçado, seria a democracia. Tal armadilha, como suposta racionalidade, ocultava, na verdade, a ideia de que a liberdade é algo a-histórico, é como um atributo individual (TONET, 1999).

> igualdade jurídica é, ao mesmo tempo, uma expressão e um instrumento de reprodução da desigualdade vigente na esfera da produção. Ao chegarmos aqui, percebemos que o mesmo indivíduo tem a sua vida cindida em duas partes: a vida privada e a vida pública. [...] é na esfera jurídico política, ou seja, na esfera pública, que se dá a cidadania. O indivíduo sujeito de direitos não é um homem integral, mas apenas o homem enquanto participante da esfera pública (TONET, 2007, p. 6).

Em resumo, o autor expressa que, a igualdade jurídica/formal esconde a permanência da desigualdade social; a igualdade jurídica é expressão, instrumento de reprodução da desigualdade na esfera da produção capitalista, sendo, pois, a vida privada o fundamento, o pilar para a vida pública (a cidadania). O ser humano é um sujeito de direitos, mas, contraditoriamente, é um instrumento da divisão (e resultado) da sociabilidade do capitalismo, ou seja, se existe um direito que não se efetiva, em razão da realidade objetiva, não se pode chamar de direito (TONET, 1999).

O capitalismo é um modo de produção em que o princípio organizador da vida social é a relação trabalho assalariado e capital. Como afirma Tonet (2007), o Estado passa a intervir, pós Segunda Guerra Mundial, como um desafio ao exercício da liberdade, ente poderoso que atua acima de todas as vontades, máquina coercitiva e burocrática, resta, aos indivíduos, a sociedade civil, à luta contra as opressões e abusos estatais dirigido por governos e forças autoritárias.

> Ao par disto, no interior do Estado desenvolveu-se uma imensa máquina burocrática, com interesses próprios, diante da qual os cidadãos se sentem desprotegidos, agredidos, tolhidos, sem ter a quem apelar. Nos países mais desenvolvidos, esse avanço do Estado sobre os direitos dos cidadãos pode ser contido pela vidência do jogo democrático participativo. Lá os diversos segmentos sociais, altamente organizados e vivendo num espaço onde “os direitos são respeitados”, podem fazer o Estado refluir para o seu “verdadeiro” papel. No entanto, nos países mais atrasados, que estão num situação “pré-histórica”, o Estado tende a tornar-se um antro de corrupção e de arbitrariedades, opondo-se à vontade dos cidadãos e cerceando o livre exercício dos seus direitos. Diante disto, aos indivíduos só resta uma saída: organizar-se de acordo com os seus interesses, para lutar pelos seus direitos contra o Estado (TONET, 2007, p. 5).

É importante compreender os fatores que delinearam a mudança do Estado frente à população e ao sistema econômico. A concepção do Welfare State, pós-guerra mundial, foi substituída pela neoliberal, resumidas por Petras (1997, p. 18) como:

> [...] estabilização (de preços e das contas nacionais); privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); liberalização (do comércio e dos

> fluxos de capital); desregulamentação (da atividade privada) e austeridade fiscal (restrições de gastos públicos).

A cidadania, no Brasil, contudo, não se efetivou em razão de que o país enfrentava um processo de frágil cidadanização[42]; inúmeras rebeliões populares com temáticas repetidas, como diria Souza (2011), lutas por direitos básicos (terra e moradia), desde a colonização. Ingressa no mundo como país capitalista dependente, guiado, desde os primórdios, por uma burguesia que acentua a acumulação de riquezas enquanto as "Terras Brasis" navegam em um pauperismo crônico.

> O que se constata, então, é que o caminho trilhado pela entificação da sociedade brasileira significou, desde o início, uma associação subordinada aos países mais desenvolvidos. A história mostra que aqui nunca houve uma revolução burguesa em sua plenitude. Deste modo, a inclusão das massas populares no patamar da cidadania plena, jamais se efetivou, ao contrário do que aconteceu nos países centrais. Assim, hoje, como ontem, é uma ilusão pensar que o Brasil possa se tornar um país do chamado primeiro mundo. O que está em discussão, de fato, é apenas qual o lugar que ele e outros ocupará no campo da integração subordinada. O que evidencia o fato de que a burguesia é incapaz de realizar as tarefas que seriam de sua competência, seja no campo econômico, político ou social. Deste modo, a exclusão da maioria da população do estatuto pleno da cidadania é uma consequência necessária desta associação subordinada, agravada ainda pelo chamado processo de globalização econômica em curso. O que não exclui avanços, mas também recuos em certas áreas. Aliás, os pequenos avanços em alguns aspectos, extraordinariamente ampliados pela mídia e por muitos intelectuais, nada mais fazem do que esconder a violenta regressão nos campos básicos, como educação, saúde, trabalho, alimentação, moradia, segurança, etc. (TONET, 2007, p. 11).

Abortar a ideia de cidadania seria a solução, enfim, para o Brasil? Não é essa a questão!? Se a elite brasileira não lidera uma "revolução burguesa" plena, com os ideários e direitos atingidos em democracias avançadas do planeta, dentro dos limites e possibilidades da sociedade capitalista, será a cidadania uma conquista nas lutas para as classes populares brasileiras? A cidadania assume, ao mesmo tempo, um caráter paradoxal: conquista, na dimensão jurídico-política, presente no núcleo da sociabilidade burguesa, ainda não atingidas nesse território; e desafio, contraditoriamente, transformá-la em fermento à aspiração de novos horizontes, a própria superação da ideologia dominante burguesa. São realidades, portanto, de avanços e recuos contra o perverso sistema que detém o poder. A cidadania brasileira,

[42] O termo é utilizado por Souza (2011) a partir da análise da fisionomia das lutas sociais no Brasil, em artigo produzido tendo por base a tese de doutorado, em argumento que a formação social brasileira possui tradição de forte luta pela terra, por moradia e luta operária fragmentada, herdeira de um frágil processo de cidadanização.

assume o espaço jurídico-político, mas seu caráter revolucionário encontra-se no espaço da produção, muito além das reformas “prometidas” (TONET, 2007).

Souza (2018) descreve a subcidadania, uma hierarquia social travestida de “invisibilidade”, código simbólico valorativo internalizado sob o formato da neutralidade, incorporado pré-reflexivamente, na dimensão subpolítica. Esse é o cerne da dominação em nosso cotidiano, propulsora da permanência e naturalização descrita para as sociedades periféricas, aquelas à margem dos países capitalistas e enunciadas como degrau evolutivo, cujo maior horizonte é o complexo institucional da economia capitalista, a democracia e a igualdade.

Assim, como exemplo, a estrutura social brasileira correlaciona a “eficácia legal” da regra da igualdade quando se atêm a percepção desta na dimensão da vida cotidiana, ou seja, quando é “efetivamente internalizada” pelos sujeitos (SOUZA, 2018, p. 239); a ideologia do desempenho na realidade social (precondições emocionais e cognitivas) dentro da sociedade capitalista, implica afirmar que, de tal modo, o não enquadramento a tais características elencadas socialmente resulta em precariedade, em outras palavras, contingente de “inadaptados”, relegados à margem da sociedade, “percebidos e responsabilizados” por si mesmos, “própria vítima”, e pelos cidadãos por seu “fracasso pessoal”.

2.4 POLÍTICA PÚBLICA: BREVES APONTAMENTOS SOBRE SUA ORIGEM E DEFINIÇÕES

No segundo pós-guerra mundial surgem novas relações entre o Estado e a sociedade a partir da reconstrução pós-bélica, da democratização de massa, da conquista dos direitos sociais em que assumem relevância as duas principais características da política pública, que são concretizar direitos conquistados (incorporar nas leis) e alocar e distribuir bens públicos (acesso de forma igual e gratuita). Justiça social e equidade tornam-se valores menos abstratos a partir das novas relações entre o Estado e a sociedade (PEREIRA, 2008).

As políticas públicas se apresentam no desenvolvimento do capitalismo em sua fase inicial, liberalismo econômico[43], fenômeno iniciado no século XIX como um sistema de proteção social que humanizasse as relações de trabalho, principalmente na Inglaterra, vez que a liberdade prometida pelo capital não cumpriu suas promessas de bem-estar e prosperidade, fato que culminou com a exigência, pelas mais variadas razões, à intervenção estatal[44]. A política pública, como área do conhecimento, disciplina acadêmica, surge nos EUA, ao contrário do que acontece na Europa, segundo Souza (2006, p. 22), cientista política, aponta

> [...] na Europa, a área de política pública vai surgir como desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge do mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Em suma, a origem das políticas públicas diz respeito ao ramo de conhecimento denominado *policy science* surgido no pós Segunda Guerra Mundial, incluindo em seus estudos questões de justiça, equidade e de desenvolvimento social, econômico, político, no surgimento do Estado de Bem Estar-Social, próprio das sociedades capitalistas (PEREIRA, 2008).

Com a efervescência das ideias neoliberais, nos anos 1980, e o fim da Guerra Fria (polarização do panorama político mundial) aliado ao processo de globalização econômica – dois fatos históricos mundiais, debruçaram-se as críticas ao 'Welfare State'. Dessa forma, Souza (2006, p. 20) destaca a maior visibilidade das politicas públicas a partir de três fatores: 1º) redução dos gastos públicos (ajuste fiscal); 2º) novo paradigma – ação dos governos em substituição as políticas keynesianas; 3º)

---

[43] A corrente teórica que dominava as principais potências econômicas do mundo era o liberalismo econômico, no qual o fundamento - era o mercado ~~o~~ (como) mecanismo capaz de regulação social, portanto, ao Estado caberia, somente, duas funções: cumprir os contratos e garantir a propriedade privada (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

[44] A superprodução foi a questão central da crise econômica de 1929. A partir de 1926, John Maynard Keynes fundou uma teoria que rompia totalmente com os princípios liberalistas e pregava a intervenção do Estado na economia, centrada na ideia do pleno emprego, no crescimento da demanda e no aumento da capacidade produtiva da economia. O Estado assume a postura ativa de regulador social, Welfare State (Estado de Bem-estar social): período de reconstrução econômica, moral e política. O keynesianismo substitui o liberalismo após a Segunda Guerra Mundial (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

inexiste coalizão entre econômia e inclusão social (democracias recentes e frágeis – países em desenvolvimento).

Cabe aqui destacar que o objetivo do texto não é esgotar a discussão de políticas públicas em sua origem, conceitos, modelos e análises, mas, sobretudo, esboçar as principais formulações teóricas com base na composição e visão da literatura[45]. Há, assim, diferentes concepções da política na ciência política: *politics* e *policy*. Tem-se, em termos mais populares, política (*politics*) como núcleo externo das relações de poder que inspira o comportamento das pessoas e proporciona a resolução pacífica dos conflitos na vida social; *policy*, no entanto, em significado mais concreto, dispõe de diretrizes de ação e decisão, formulação de propostas relacionadas à coletividade (atividades do governo). Resta, então, que a *policy* é o resultado da dinâmica do governo em realizar políticas públicas a partir das relações de poder político (*politcs*), ou ainda, nos termos de Rua (2014, p. 17): "[...] políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos".

Os pais e fundadores das políticas públicas[46] expõem a seus termos o detalhamento de cada concepção. Souza (2006) destaca que, dentre as decisões em política pública, a mais conhecida (LASWELL, 1936 apud SOUZA, 2006), implica a resposta

[45] A pesquisadora utiliza, por sua forma didática, os autores Secchi (2017) e Rua (2014). No entanto, a autora comunga a ideia de que a organização de modelos rígidos, com a presunção de 'precisão', escondem as contradições no processo de gestão e aplicação das políticas públicas, com perspectiva de 'aparente' responsabilização de gestores e profissionais, inclusive, sobre os recursos orçamentários e políticos. Nessa visão, Boschetti (2009, p. 3) afirma que, "mais do que conhecer e dominar tipos e métodos de avaliação ou diferenciar análise e avaliação, é fundamental reconhecer que as políticas sociais têm um papel imprescindível de consolidação do Estado democrático de direito, portanto, para exercer essa função, como seu objetivo primeiro, deve ser entendido como um conjunto de programas, projetos e ações que devem universalizar direitos".

[46] Laswell (1936 apud Souza, 2006) refere-se a *pollicy analysis* (análise da política pública) como a forma de correlacionar/conciliar a produção dos governos e o conhecimento acadêmico; Simon (1957 apud Souza, 2006) - a racionalidade como forma limitada de resolução das questões públicas, ampliada se criada a partir de estruturas (regras e incentivos), modelem o comportamentos dos atores sociais para o direcionamento dos interesses sociais, em detrimento dos pessoais; Lindblom (1959;1979 apud Souza, 2006) - análises das políticas públicas, as relações de poder e as fases do processo de decisão; Lynn (1980 apud Souza, 2006) - conjunto de ações que produzirão efeitos determinados; Dye (1984 apud Souza, 2006), "política pública como 'o que o governo escolhe fazer ou não fazer'; Peters (1986 apud Souza, 2006) - a soma das atividades dos governos; Mead (1995 apud Souza, 2006) a situa em um campo de estudo dentro do estudo da política (SOUZA, 2006).

a seguinte questão: quem ganha o quê, porquê e que diferença faz. O pressuposto do estudo das políticas públicas é de que a produção dos governos possui a possibilidade de formulação e análise científica por pesquisadores, muito embora, a complexidade das discussões resulte em pensamentos literários diversos. Assim, pertinente as seguintes indagações: 1ª) a política pública é elaborada exclusivamente por entes estatais?; 2ª) somente as ações se constituem em política pública ou as omissões também o são?; 3ª) as diretrizes operacionais ou as estruturantes são políticas públicas?; e 4ª) as primeiras divergências e nós conceituais, nos termos de Secchi (2017).

Quanto à primeira pergunta, há a abordagem estatista e multicêntrica. A estatista defende que a exclusividade do Estado na elaboração e execução de políticas públicas~~,~~ deriva: a uma, da personalidade jurídica (monopólio dos atores e ente estatal); a duas, da superioridade hierárquica (elaborar e fazer cumprir as leis); a três, único ente com o poder de controlar os desdobramentos dessas (corrigir desvirtuamentos). Relativo à possibilidade de propor políticas públicas, a multicêntrica aventa a possibilidade de múltiplos centros na iniciativa e tomada de decisões, inclusive permite-a a entes não estatais, muito embora dentro do parâmetro institucional-legal do Estado.

Afirma, em sua concepção, que o caráter público dar-se-á a partir do enfrentamento de um problema público e não pela qualidade específica do sujeito proponente. Por certo, o nascimento do Estado Moderno advém da centralidade de produção de políticas públicas; do monopólio do uso da força e da concentração dos recursos do fundo público (SECCHI, 2017). Em sequência, afirma, em resposta à segunda indagação, que a concepção de política pública se refere à ação e omissão em decisões. No caso de omissão em decisões, assevera Secchi (2017, p. 6), as “situações de omissão ou negligência governamental não devam ser consideradas políticas públicas, mas apenas falta de inserção do problema na agenda formal”.

Pereira (2008) difere da concepção de Secchi (2017), porque aduz a concepção da política pública como a concretização de direitos sociais, que são de interesse comum que, através da regulação e intervenção estatal, decorre de decisões e não-decisões. Nesse sentido, não implica somente em ação do Estado. O não fazer também é uma

opção política, “[...] vale salientar que essas não-ações não são inócuas pelo fato de não se realizarem. Pelo contrário, elas geram impactos que, por vezes, podem ser mais dramáticos do que os gerados por ações governamentais” (BOSCHETTI, 2008, p. 98).

E a terceira e última pergunta, na defesa de Secchi (2017), são políticas públicas as de dimensão estruturante (macrodiretrizes estratégicas) e as de nível operacional (prática de programas, planos e políticas).

> Política pública é um conceito abstrato que se materializa por meio de instrumentos variados. Para aqueles que acreditam em espírito, é como dizer que a política pública é uma alma, e esta precisa de um corpo para tomar vida. Políticas públicas tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*, entre outros (SECCHI, 2017, p. 11).

Em outra roupagem, mas vestida da mesma compreensão conceitual, expõe Teixeira (2002, p. 2):

> [...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre o poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

Rua (2014), por outro lado, afirma que a política pública pode reverberar na esfera privada, mas não se constitui como dimensão privada, antes, se sustenta por ações e decisões de agentes estatais balizados pelo poder imperativo do Estado, ou seja, “[...] “a dimensão pública” de uma política não é dada pelo tamanho do agregado social (grandes ou pequenos grupos) sobre o qual ela incide, mas pelo seu caráter jurídico “imperativo’” (RUA, 2014, p. 18). Mormente, a autora estabelece que o Estado é um sistema organizacional em que o poder regulatório transcende aos próprios limites organizacionais e se estende a toda a sociedade (poder extroverso).

Evidencia-se, assim, que a política pública é promovida pelo Estado através de programas e ações em que se buscam atender aos anseios e direitos da sociedade. Cada governo, em diferentes momentos sócio-políticos, é marcado com a atuação dos

diversos atores sociais, que condicionam e influenciam a produção da política pública e expressam, ao final, o caráter imperativo e soberano do Estado (extensão da ações e decisões à sociedade).

Souza (2006) argumenta que, muito embora a política pública resulte de decisão política, é possível afirmar também que nem toda decisão política possui caráter de política pública. A decisão política requer a escolha dentre diferentes opções e alternativas, conforme o maior grau de prioridade ou preferência. A política pública, entretanto, advém de diversas decisões, estrategicamente equalizadas, com vistas à implementação de ações direcionadas pela decisão escolhida inicialmente.

A política pública apresenta-se, sobretudo, como um mecanismo de mudança social e possui condicionantes econômicas, políticas, sociais e culturais em torno dos recursos produzidos socialmente (SILVA, 2008). Segundo a autora, a política pública se estrutura, organiza e concretiza a partir de interesses sociais articulados para captar os recursos produzidos coletivamente. Em outros termos, o recurso coletivo - o Fundo Público, é composto por impostos, taxas e contribuições, retirado da população pelo Estado para atender as demandas sociais e desempenhar suas funções. Do ponto de vista teórico conceitual, Souza (2006) adverte que o campo das políticas públicas é multidisciplinar, portanto, um território de várias disciplinas e “olhares”.

> As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre o Estado, política, economia e sociedade, tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p. 25).

Vale ainda acrescentar que nos Estados Modernos, e sociedades cada vez mais complexas, existe relativa autonomia e capacidade dos governos, vez que a atuação é permeada por fatores diversos, em diferentes momentos históricos. Assim, o mecanismo da política pública reafirma-se como resposta decorrente de pressões sociais e apresenta contradições, campo de luta e divergência: instrumento de legitimação/subordinação à lógica capitalista X instrumento de mudança e bem-estar de segmentos sociais. Desta feita, quem decide a formulação de políticas públicas?

> Há consenso de que, nas sociedades democráticas, a identificação de problemas ocorre quando indivíduos ou grupos colocam certas demandas para o Estado, a partir de situações que constituem necessidade ou insatisfação. [...] muitas necessidades e insatisfações não chegam a constituir problemas de políticas, por nunca serem introduzidos na 'agenda' dos decisores políticos. [...] Para que ocorra é necessário que sujeitos políticos utilizem determinadas estratégias de ação no sentido de influenciar indivíduos, grupos organizados de interesse, planejadores organizacionais, candidatos, partidos políticos, legisladores, burocratas e, principalmente, a mídia (SILVA, 2005, p. 93).

Como se pode perceber, a formulação de alternativas de política para o enfrentamento de problemas que afetam indivíduos ou grupos supõe a mobilização, a organização e o tensionamento de diversos sujeitos sociais nesse processo. Outrossim, na disputa de direitos sociais advindos das políticas públicas vários são os sujeitos que compõem a luta por cidadania, os denominados "atores políticos".

De acordo com Rua (2014), em uma visão geral, são duas categorias: os políticos, atuação fundamentada por meio de mandatos eletivos, e burocratas, aqueles que dispõem de conhecimento especializado, situados em lugar estratégico na administração pública com atuação junto à população. Dentre os atores privados destacam-se os empresários, aqueles "donos do dinheiro e poder", com grande capacidade de influir nas políticas públicas, além da mídia e as redes sociais, formadoras de opinião. Outros atores são os transnacionais, monopólios financeiros e multinacionais ou representantes destes (por exemplo, Banco Mundial e o FMI).

Os atores políticos se movimentam nos bastidores e no cenário político nacional e internacional para a constituição das agendas políticas dos Estados e para a produção de programas e projetos socais, mobilizando recursos de poder. Silva (2008) enumera os principais atores que atuam no processo para adentrar a agenda das políticas públicas

> [...] Grupos de pressão, movimentos sociais e outras organizações da sociedade, potenciais beneficiários dos programas [...] transformação de problemas em questão social [...]
> [...] Partidos políticos ou políticos individualmente, propõem e aprovam políticas, responsáveis por tomar decisões e fixar prioridades [...]
> [...] Administradores e burocratas, responsáveis pela administração dos programas sociais [...] orientados por uma racionalidade baseada em procedimentos [...]

> [...] Técnicos, planejadores e avaliadores, responsáveis pela formulação de alternativas de políticas de execução dos programas [...]
> [...] Judiciário responsável por garantir dos direitos dos cidadãos [...] (SILVA, 2008, p. 98-99).

Dentre os atores citados, se quer aqui destacar o universo dos movimentos sociais. A Concepção clássica relaciona-os às revoluções e revoltas com raiz e fonte na disputa de poder, uso da violência e controle do Estado.

> A despeito de inúmeras interpretações que atribuem as conquistas realizadas às elites, por serem esclarecidas ou maquiavélicas, antecipando-se aos conflitos e decretando regras de controle social por meio de políticos, foram as lutas dos trabalhadores, pertencentes às camadas populares ou médias da população, que conquistaram as leis surgidas. Foram lutas de várias décadas, originárias de movimentos das inúmeras organizações, de diferentes matizes ideológicos [...] (GOHN, 1995, p. 200).

Secchi (2017) argumenta que um problema somente se transformará em questão pública quando os atores políticos, em suas relações enquanto sujeitos, a considerarem como um problema e, como tal, a intervenção deve se dar de forma transversal, na composição e intervenção de diversas áreas.

> Tomando esse entendimento, o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública. Naturalmente, a definição do que seja um problema público' depende da interpretação normativa da base. Para um problema ser considerado 'público', este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas. Em síntese, um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram como um problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade) (SECCHI, 2017 p. 10).

Dessa forma, cada tipo de política pública encontra diferentes formas de apoio e de rejeição na sociedade, campos ou arenas divergentes, na concepção de Lowi (1964;1972 apud SOUZA, 2006). A concepção de "arenas" parte do pressuposto que, de forma antecipada, as pessoas afetadas por medidas políticas expõem reações e expectativas antes da decisão e implementação. Há confronto/dissenso e aliança/consenso atinentes às políticas públicas na sociedade. Vários autores denominam arena política quando reações, expectativas, apoios e rejeições advêm das pessoas em razão da política e, em consequência, de fatores que influenciam, portanto, as decisões da gestão pública, consoante Lowi (1964;1972 apud SOUZA, 2006), Chrispino (2016) e Rua (2014).

Para se atentar quanto ao impacto das políticas públicas na sociedade e a necessidade de compreensão da tomada de decisão do Estado diante da questão social, dentro de determinado contexto, destarte verificar algumas arena em que a regulação estatal se evidencia: a) distributivas; b) redistributivas; c) regulatória; d) constitutiva (PEREIRA, 2008).

A política, na forma distributiva, realiza o saque dos recursos do fundo público para atender, sem maiores conflitos, à demanda social, vez que não há clareza sobre quais os atores que pagam os custos de tais decisões (BOSCHETTI, 1998 apud RUA, 2014 p. 241). É responsável por alocar bens e serviços, o único desafio é a ampliação dos benefícios ou inclusão de novos beneficiários. Um exemplo é o caso do bolsa família (programa de transferência de renda).

A arena redistributiva regulamenta a prática de vantagens e acesso a bens por um grupo em detrimento de outros, o que demanda forte reações conflitivas. Geralmente são políticas universais e de difícil encaminhamento e decisão, porque impõem perdas concretas, a curto prazo, para certos agrupamentos sociais. Um exemplo seria a taxação de tributação diferenciada das grandes fortunas.

Em sua forma regulatória é a responsável por ditar as regras específicas para determinar o comportamento dos cidadãos, envolve coerção face às regras sociais impostas. Afirma Pereira (2008, p. 100): “o Estado obriga ou proíbe e a coerção é máxima. [...] as liberdades individuais quedam-se limitadas e os interesses pessoais se transformam por decreto [...]”. Contém potencial de alto grau de conflito porque determina regras para empreendimentos, sanções e critérios para acesso a recursos e serviços. É o caso, por exemplo, do código de trânsito; lei do silêncio, dentre outras.

A arena constitutiva, todavia, determina a criação e modelo de novas instituições, inflige as “regras do jogo”, conceito estruturador, definindo a própria esfera política e seu aparato institucional, modificações no sistema eleitoral, de governo, ou seja, repercute nas condições para a negociação das demais políticas. Nas palavras de Rua (2014, p. 74), “a arena constitucional é abrangente, centralizada e fortemente coercitiva”.

Cada uma das arenas repercute em pontos de apoio ou rejeição, de forma diferenciada, dentro do sistema político, tornando-o diverso em cada realidade social. A dinâmica das relações entre os atores políticos se destaca por três padrões, na concepção de Rua (2014): 1) Lutas (conflitos e confronto entre os atores): ocorrem, geralmente, em arenas redistributivas; 2) Jogos (as negociações, as barganhas e as coalizões): situações competitivas, cuja lógica é vencer o adversário sem retirá-lo do jogo; 3) Debates (convencimento e persuasão): cada ator tenta convencer o outro de suas ideias com a conquista de um aliado.

Rua (2014) também enfoca a questão política, na versão coalizão, que caracteriza-se pela formação de alianças, duradouras ou não, em torno, por exemplo, de um objetivo comum, embora divirjam quanto ao outros temas. As alianças podem ter objetivos legítimos ou ilegítimos, denominados de conluios (acordo para excluir ou prejudicar terceiras pessoas). Negociações, espécie do gênero jogos, é um recurso de poder que se estabelece por trocas, benefícios mútuos e vantagens a ambas as partes. Outra forma de atuação é a pressão pública (atores individuais ou coletivos) a fim de causar constrangimento, mobilizar a opinião pública e/ou chamar a atenção da imprensa. Outro tipo de recursos de poder é a obstrução, manobras para atrasar ou aumentar o custo de determinadas demandas; o resultado é o cansaço e o abandono das lutas em torno da demanda inicial.

Ainda, há situações em que, segundo Lukes (1974 apud RUA, 2014) o poder é utilizado de “forma difusa e sutil”. Visa a “[...] impedir que até mesmo conflitos encobertos e assuntos potenciais que poderiam vir a entrar na agenda de política se conformem” (RUA, 2014, p. 78). Os conflitos encobertos ocorrem com a supressão das reclamações de forma a impedir que determinadas temáticas façam parte da agenda de decisão. As necessidades e aspirações da sociedade podem ser objetivos (definidos por fatores externos aos indivíduos), ou subjetivos (cada ator ou a cada grupo social). É a partir do interesse que os atores se mobilizam, explicitando a sua preferência, ou seja, a alternativa que mais o beneficia ou a seu grupo. Cada preferência envolve custo/benefício ou vantagens/desvantagens, não se limitando, porém, a valor financeiro, sobretudo, se refere a valores simbólicos como prestígio, poder, dentre outros (RUA, 2014).

2.4.1 O ciclo de políticas públicas: elementos do processo

Vários processos envolvem o desenvolvimento das políticas públicas. Comumente utiliza-se ciclo de políticas públicas, que refere-se à elaboração de políticas públicas, dinâmica, na qual seja, as principais fases que permitirão identificar as redes de poder e políticas (práticas administrativas, funcionamento, operacionalização, avaliação e controle). É um processo e faz parte de um ciclo deliberativo. São catalogadas como etapas processuais, conforme Secchi (2017): 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção.

No que tange à identificação do problema, encontra-se divergência entre a situação ideal e a realidade concreta, ou seja, uma vertente insatisfatória se transforma em um problema político quando incomoda atores socialmente relevantes. A delimitação do problema é elemento crucial para direcionar ações e decisões com o intuito de guiar todas as demais fases do ciclo (elaboração, implementação e avaliação) da política pública. Afirma-se que, nem sempre os problemas sociais são solucionados pela execução da política pública, por conseguinte, a identificação é “elemento crucial”, porém, temporário, muitas vezes porque nas fases posteriores podem-se verificar novas dimensões à demanda inicial (SECCHI, 2017).

Na formação da agenda indaga-se: por que determinadas demandas entram na agenda política e outras são relegadas? Souza (2006) enfatiza que as respostas a essa pergunta se encontram em três abordagens. A primeira focaliza as demandas em si, quando se identificam determinados problemas da gestão administrativa porque que, de fato, devem ser resolvidos. A segunda abordagem é a da política propriamente dita, forma de mobilizar a construção do consenso (consciência coletiva) que, no caso da política, é a barganha, e, nos demais casos, a persuasão. A terceira abordagem parte do pressuposto dos sujeitos políticos, visíveis (políticos, mídia, partidos, dentre outros) e invisíveis (acadêmicos e burocracia). Desta forma, os visíveis definem a agenda política e os invisíveis as alternativas para a resolução dos problemas.

A formação da agenda é fortemente afetada pelos atores sociais. Por falta de clareza, há que se destacar que várias demandas coexistem, como é o caso da ‘agenda

sistêmica”, demarcada por problemas que afetam a sociedade de forma permanente, exemplificado pela violência, desenvolvimento econômico e social; diferentemente da “agenda governamental”, aquela que reúne questões tratadas nos planos políticos de governos eleitos, cuja abrangência dependerá da ideologia, projeto político, mobilização, das crises na conjuntura social e política, etc. A agenda de determinados grupos, necessariamente, poderá, inclusive, formular novas propostas de políticas públicas a fim de complementar ou corrigir medidas já abrangidas em agendas anteriores (RUA, 2014). Cobb e Elder (1983 apud SECCHI, 2017) relacionam a formação da agenda como institucional/formal, condicionada à decisão de enfrentamento pelo poder público. Revezam períodos de estabilidade (manutenção do *status quo*) e períodos de ruptura (demandas novas ou recorrência dos velhos problemas).

De acordo com Rua (2014), a realidade social é complexa, gerando demandas sociais diversas; iniciam e processam com denominações próprias: novas, recorrentes e reprimidas. As demandas sociais novas decorrem de problemas surgidos na atualidade, a partir de “atores políticos contemporâneos” ou revolução tecnológica; as recorrentes explicitam problemas não resolvidos (reincidentes na agenda estatal), pela “sobrecarga”, podem resultar em crise e desestabilização do sistema; e, por último, as reprimidas, procedem da acumulação de problemas (estado de coisas) ou não decisões, sem, no entanto, mobilizar a atenção dos governos. Esse “estado de coisas”, geralmente, não está exposto à discussão pelas barreiras culturais ou institucionais, fato que impede, inclusive, a abertura e a inclusão da temática no debate público ou na na agenda governamental; atores sociais opõem resistência ou obstrução decisória àquela demanda específica.

> Eis tudo! As políticas públicas deveriam fechar o ‘círculo virtuoso do poder social’, primeiramente, como concepção política e depois como atos de governo. A sociedade deveria ser a origem e o destino do ‘círculo virtuoso do poder social’, mas, infelizmente, nem sempre é assim! (CHRISPINO, 2016, p. 32).

Não há linearidade no processo de formulação de uma política pública, há determinantes histórico-estruturais, econômicos, políticos e culturais que a conformam e direcionam o estabelecimento de objetivos e ações a serem desenvolvidas. Desse modo, o terceiro aspecto sequencial diz respeito a definição dos objetivos e

mecanismos de estratégia para desvelar as consequências advindas de cada alternativa escolhida. Simples assim, é a definição de ações e programas para vislumbrar o alcance dos objetivos de maneira mais eficaz, portanto, é um dos momentos imprescindíveis ao ato decisório. Cada um dos atores sociais abordará recursos de poder para pressionar os tomadores de decisão, influenciá-los em prol de suas preferências. A melhor decisão, portanto, é aquela que oferece menos resistência, segundo Rua (2014), assegura a melhor aliança entre os interesses envolvidos.

Nessa ótica, a tomada de decisões é posterior à formulação de alternativas de enfrentamento as demandas. É o momento em que a análise dos interesses são balizados e as intenções são explicitadas com base nos objetivos e alternativas estudados e definidos, resta então, a escolha do caminho a seguir. O Estado, a partir do estudo realizado e, antes mesmo dele, tem predileção por uma proposta de solução – angaria apoios (opinião pública e política) para que essa se transforme em política pública. É necessário, sobretudo, vislumbrar os horizontes históricos, pois os recursos disponíveis restringem as decisões a serem tomadas, ou seja, as decisões estão condicionadas aos recursos econômicos existentes, quer seja pelo governo que está no poder, quer por ação/reação aos gastos e decisões de governos pretéritos.

> Esse fato faz com que somente pequenas parcelas de recursos estejam disponíveis e reduz as escolhas políticas a cursos de ação que só permitem mudanças marginais, incrementais. Logo, mesmo que a longo prazo estas decisões de pequeno alcance e essas pequenas mudanças cheguem a se acumular e provocar grandes transformações, o processo de decisão, em si próprio, limita-se àquilo que é possível de ser alocado num momento preciso do tempo (RUA, 2014, p. 86).

Há que se destacar, ainda, que a decisão em política pública representa, de certa forma, uma carta de intenções sobre a possível solução de um problema, explicitado em programas, projetos e por meio de resoluções, leis, decretos, etc. Esse amontoado de decisões torna-se garantidor de ação que atenda à demanda efetiva, ou, ainda, o fato de haver uma decisão advinda de uma demanda pungente e pública não quer dizer que será efetivamente implementada. Em dado momento histórico, os atores diversos precisam crer que, tal aliança firmada por meio de recursos de poder, será devidamente implementada a partir dos conteúdos e propostas aprovadas (RUA, 2014).

Rua (2014) afirma que, desde a década de 1970, há uma fase situada entre a tomada de decisão e a avaliação do resultado: a implementação. A separação da análise do ciclo de políticas públicas de forma sequencial constitui-se como um recurso para melhor compreensão de cada etapa do processo, representa mais do que uma disposição do mundo real, de forma estanque. A implementação é um processo composto por decisões autorizativas; formas legais e institucionais; objetivos, metas e estratégias para a sua efetivação; em suma, “sair do papel”.

> Envolve os mais diversos aspectos do processo administrativo: provisão de recursos no orçamento, formação de equipes, elaboração de minutas de projetos de lei autorizando realização de um concurso para contratação de servidores, elaboração de editais para aquisição de bens ou contratação de serviços. [...] uma coisa é certa: o conhecimento dos objetivos e das normas só dá uma ideia geral do que de fato terá de ser feito pela(s) agência(s) implementadora(s) e não informa o quanto esforço será necessário para obter a cooperação e adesão dos diversos atores afetados pela política (RUA, 2014, p. 90).

A implementação não é distinta da formulação, vez que, na maioria das vezes, a implementação faz parte do próprio processo de formulação, haja vista que os nuances, o universo total do problema, somente se revela à medida da concretização do programa. A realidade é um fenômeno complexo e é natural afirmar que a implentação (execução) é a continuidade da formulação. Na verdade são idas e vindas, em interações e dinâmicas a longo prazo. As ações e concepções dos agentes públicos, porém, revelam formas de pensar, “senso comum”: a) suposição de que a decisão garante a sua implementação; b) concentração nas decisões (a prática é ignorada ou tida como responsabilidade de um outro grupo); c) implementação é, simplesmente, sinômino de ”levar a cabo” tudo o que foi decidido (RUA, 2014) A mesma autora afirma que a implementação nem sempre é o marco temporal após o qual serão colhidos os frutos advindos da política pública. Não obstante as etapas anteriores, muitos são os projetos e programas desvirtuados na prática; obstáculos e falhas podem surgir no decorrer da ação, advindos, inclusive, de erros e atropelos nas etapas anteriores à tomada de decisões.

Dessa forma, a avaliação é imprescindível, visto que é a averiguação das condições da política pública, a eficácia e resolutividade para solucionar o problema político gerador. Possui duas dimensões: técnica (coletar informações – pesquisa avaliativa); valorativa (exame das informações como processo de apoio para a política pública).

O objetivo da avaliação é contribuir para aperfeiçoar a formulação e implementação de programas e projetos (RUA, 2014; SECCHI, 2017). Boschetti (2009) defende que, no entanto, mais do que dominar técnicas e métodos de avaliação é de suma importância compreender o papel essencial das políticas sociais para a consecução do Estado Democrático de Direito com o objetivo de disponibilizar um conjunto de programas, ações para universalizar direitos. O tecnicismo gerou uma revisão a-crítica, relação custo-benefício (exacerbação do aspecto econômico, em detrimento do social), cuja função é "[...] expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade" (BOSCHETTI, 2009, p. 4). A autora cita o método de investigação dialética de Marx, tendo como fonte de análise da realidade social, em um dado momento histórico, demonstrando o seu caráter político e contraditório: i) dimensionar a totalidade - os aspectos que constituem a política; ii) indagar se há relação entre os conceitos fundantes das normas legais e os aspectos estruturadores da política; iii) analisar quais os determinantes estruturais e as forças sociais que agem na formulação e execução da política. Assim, deverá o avaliador se munir de um referencial teórico condizente com a perspectiva de avaliação.

A pesquisa avaliativa, contrapõe-se à neutralidade, vez que, o campo de análise se funda na realidade social, avessa à visão de verdade inquestionável, o saber científico sempre "é uma interpretação histórica, parcial e relativa" (RUA, 2008, p. 114). A sobreposição e uso de técnicas e instrumentos, alheios a qualquer tipo de criticidade quanto ao Estado, não é a perspectiva dessa pesquisa. Comunga-se aqui com as ideias de Silva (2008) quanto às três principais funções para a avaliação: técnica (subsídios na implementação do programa); política (informações para fundamentar as lutas sociais aos sujeitos históricos); e acadêmica (revelar contradições nos processos e conteúdo das políticas públicas). No campo avaliativo, em aproximação à perspectiva de conceituação, alia-se à Silva (2008, p. 112):

> Em termos de concepção, etimologicamente, o termo avaliação significa atribuir valor, esforço de apreciar efeitos reais, determinando o que é bom, ruim, positivo, negativo. Trata-se, necessariamente, de um julgamento valorativo; portanto, não é algo neutro nem exterior às relações de poder, mas é um ato eminentemente político que integra o contexto de um programa público, exigindo esforço de objetivação, de independência e ações interdisciplinares.

Em resumo de todo o ciclo de política pública: a constituição do problema, questão social, assume visibilidade e transforma-se em agenda (SILVA, 2005). A formulação de políticas públicas é o movimento de pré-decisão, verdadeiro diagnóstico da situação problema (o que, qual programa, abrangência, população alvo, onde e quando). A implementação, definição de programa com critérios técnicos e políticos, a definição de orçamento para a execução dos serviços e a avaliação para evidenciar os limites e potencialidades dos programas e projetos na prática.

> Parto, portanto, do entendimento de que uma política pública, desde a formulação, envolve mobilização e alocação de recursos, divisão de trabalho (tempo); uso de controles (poder); interação entre sujeitos; interesses diversos, adaptações; riscos e incertezas sobre os processos e resultados; noção de sucesso e fracasso, destacando-se a relevância dos sujeitos sociais desse processo e suas racionalidades. [...] o processo das políticas públicas é assumido, nos diferentes momentos, por uma diversidade de sujeitos que entram, saem ou permanecem nele, orientados por diferentes racionalidades e movidos por diferentes interesses, fazendo o desenvolvimento das políticas públicas um processo contraditório e não linear (SILVA, 2005, p. 97-98).

Nessa direção, aborda-se, no capítulo a seguir, uma breve contextualização histórica de políticas públicas formuladas para mulheres.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL E AS AGENDAS FEMINISTAS A PARTIR DAS PAUTAS LOCAIS

Nesse capítulo pretende-se recorrer a sucintos esboços: a) Feminismo: direitos e possibilidades: a.1) primeira onda feminista; a.2) segunda onda feminista; a.3) terceira onda feminista; a.4) quarta onda feminista; b) Principais normatizações internacionais: a agenda global e as mulheres; c) Reflexos das políticas públicas para mulheres no Brasil: tecendo a rede entre resistências e intersecções.

Dentre os atores sociais acima citados, se quer aqui destacar o universo dos movimentos sociais. Concepção clássica relaciona-os às revoluções e revoltas com raiz e fonte na disputa de poder, a despeito do uso da violência e controle do Estado,

> [...] inúmeras interpretações [...] atribuem as conquistas realizadas às elites, por serem esclarecidas ou maquiavélicas, antecipando-se aos conflitos e decretando regras de controle social por meio de políticos, foram as lutas dos trabalhadores, pertencentes às camadas populares ou médias da população, que conquistaram as leis surgidas. Foram lutas de várias décadas, originárias de movimentos das inúmeras organizações, de diferentes matizes ideológicos [...] (GOHN, 1995, p. 200).

Ao se pensar na opressão, na violência contra populações não se pode negar, contraditoriamente, a semente rebelde nascida na ânsia por liberdade. Assim, existem processos de correlação de forças e ações de protestos, germinados na história da humanidade, e, especialmente aqui, na história das mulheres, que não aceita, passivamente, a escravidão, a opressão, a submissão. Mulheres, e demais povos e subjugados lutam por sua libertação, sujeitos “desconhecidos e não reconhecidos na história” oficial travam a luta em seus cotidianos, “nesse ponto, e em todos os outros, não existe “fim da história”. Pode-se dizer “era uma vez”. Invocar começos obscuros. Dizer o princípio. Mas não o “fim”. “História a continuar. História a ser fazer também”” (PERROT, 2012, p. 169). Quem são esses sujeitos? Que história é essa, mulheres?

É necessário, sobretudo, examinar, sob a ótica feminista, a história do Brasil, posto que, por sua “ausência”, é meramente uma abordagem unilateral, escrita pelo homem branco. As ausências de informações sobre as mulheres, o desenrolar dos acontecimentos históricos, a invisibilidade se faz pelo desconhecimento das raízes e

lutas travadas pelas mulheres, intelectualizadas, negras, quilombolas, trabalhadoras, operárias e participantes individuais da narrativa política brasileira. É claro que o debruçar sobre a reconstituição histórica das mulheres encontra os seus limites, vez que, os registros consideram a experiência e a linguagem do herói masculino, na maioria das vezes, os fatos sob a perspectiva da tradição (TELES, 1993).

Não se quer aqui traçar um compêndio histórico sobre as mulheres, mas expor as suas participações e as conquistas recentes daquelas que partiram para a luta pela cidadania negada e por melhores condições de trabalho e vida. Pretende-se tecer iniciais pinceladas na aquarela dos árduos cenários da realidade cotidiana e sistematizar ações das mulheres para reivindicar direitos.

3.1 FEMINISMO: DIREITOS E POSSIBILIDADES

Antes de embarcar no estudo dos principais documentos resultantes da luta das mulheres, faz-se necessário trilhar uma breve passagem pelo movimento feminista. O movimento feminista, em diversos momentos históricos, ocupou o cenário público e veio se reafirmando na França desde 1791[47], a luta e ações contra a opressão masculina, a emergência de outros paradigmas, novas subjetividades e formas de organização do poder

> Nesse momento, as lutas das mulheres já estavam em curso. Desde o fim do século XIX, com as revoltas do operariado e o movimento sufragista, os princípios de liberdade e igualdade de oportunidades difundidos pelas revoluções burguesas passaram a ser exigidos pelas mulheres, geralmente excluídas dos processos de efetividade desses direitos. O século das revoluções teria deixado esse legado aos séculos seguintes: a reivindicação das mulheres aos seus direitos de cidadania, que se materializou em uma ação política organizada com discurso próprio e especifico na luta das mulheres. Assim, as primeiras pautas desses movimentos, pertencentes ao que se denomina primeira onda do feminismo, apresentavam reivindicações por melhores condições de trabalho, como salário, redução da jornada e salubridade, e pela conquista dos direitos políticos - de votar e de representar interesses nos parlamentos (MARTINS, 2015, p. 232).

O feminismo enquanto sujeito histórico, segundo Cisne e Gurgel (2008), fundamentam-se na mobilização e na crítica aos elementos da lógica patriarcal

[47] O feminismo surge no final do século XIX, inspirado pela Revolução Francesa, em destaque para Olympe de Gouges que escreve a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, uma adaptação da versão masculina (PINTO, 2003).

capitalista, objetivando o confronto com instituições de reprodução estruturantes e reprodutoras do caráter valorativo baseado nas desigualdades biológicas entre os sexos. Considerando os dilemas políticos e desafios de cada época, reestruturam-se fundamentos teóricos, ações estratégicas e práticas dos sujeitos coletivos mulheres.

> [...] suas raízes podem ser localizadas em lutas anteriormente travadas consciente ou inconscientemente por mulheres intelectualizadas ou por grupos de mulheres de origem popular: negras nos quilombos, trabalhadoras no mercado de trabalho ou aquelas que individualmente participaram de acontecimentos políticos (TELES, 1993, p. 12).

A título de introduzir a temática, é necessário interseccionar um breve percurso histórico das lutas políticas das mulheres e do feminismo que, para uma análise mais didática serão destacadas em “ondas”, abarcando as principais causas defendidas e o contexto histórico no país.

3.1.1 Primeira onda feminista: final do século XIX e o início do século XX

A primeira onda feminista, que iniciou no final do século XIX e foi até o começo do século XX, teve como principais causas defendidas os direitos políticos à liberdade de escolha das mulheres e ao direito a usufruir da vida pública. O contexto histórico em que se inscreve o feminismo no Brasil, a par da tendência europeia, teve como foco a luta pelos direitos políticos, direito de votar e ser votada, e pelos direitos trabalhistas (usufruir da vida pública). O sufragismo foi um conjunto de diversas manifestações que se iniciaram em todo o mundo no século XIX[48] e se prolongou, no Brasil, até 1932, quando da conquista do direito, sob a maestria e a luta de alguns expoentes mulheres[49].

---

[48] Pinto (2003) alega que, no século citado, sujeitos individuais lutaram no país pelo direito ao voto feminino: em 1881 Isabel de Sousa Matos (gaúcha – dentista) fez uso de uma lei local que permitia o voto político de honoríficos com titulação científica – a autora prossegue afirmando que, em 1891, foi discutido o direito ao voto feminino e apesar de não proibido, não foi aprovado porque, naquele momento constitucional, a mulher não era vista como sujeito de direitos; direito alusivo e exclusivo aos homens na Nova República. O país empobrecido, eminentemente rural, excludente, escravocrata (ainda que recém saído da escravidão) foi incapaz de relacionar república com princípios liberais e almejar a cidadania para todos. Até 1930 reinou o pacto federativo “entre os coronéis regionais liderados pelas duas mais fortes oligarquias estaduais do país: São Paulo e Minas Gerais” (PINTO, 2003, p. 15). Insatisfeitas com a não aprovação do voto feminino, foi criado o Partido Republicano Feminino, legado feminino relacionado as bandeiras do voto, da emancipação e autonomia para as mulheres. Também arguíam o fim da exploração sexual. Ver a autora para maiores detalhes sobre essa cruzada.

[49] Bertha Lutz retorna ao Brasil em 1918, filha de um dos mais renomados cientistas brasileiros, Adolfo Lutz, e reunia, ao seu tempo, condições primorosas como participante da elite econômica, intelectual e

No seio das oligarquias, narra Pinto (2003), se estabeleceu tensões, pois o feminismo é semente germinada, vozes femininas surgidas da erudição dentro das próprias elites, ambiente de leitura e educação propício às agentes pensantes contrárias à sua opressão. Detinham, todavia, o consentimento do governo e das elites, representantes e filhas do poder, fato que permitiu que, em 1922, Bertha Lutz organizasse e disseminasse as ideias sufragistas por todo o país[50].

> Em suma, se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros da elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem comportado na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização patriarcal (PINTO, 2003, p. 26).

Narra Pinto (2003), o primeiro feminismo, “bem comportado” de Bertha Lutz. As feministas representantes desse outro grupo agiam dentro de padrões urbanos e cultos e expressavam suas opiniões por um extenso número de pequenos jornais, justamente no século XIX e as primeiras décadas do século XX, em contexto social em que mais da metade da população vivia no campo e os índices de analfabetismo entre as mulheres eram alarmantes.

Havia, no entanto, no mesmo período histórico, dois outros tipos de movimento feminista no país. O segundo tipo era o denominado “feminismo difuso”, formado também por mulheres eruditas (professoras, escritoras e jornalistas) que defendiam questões para além dos direitos políticos; o objetivo era a educação da mulher e a luta contra a dominação masculina. As escritas feministas dos grandes jornais divergiam das feministas redatoras e detentoras de pequenos jornais, de cunho quase artesanal; dedicadas a folhetins ainda mais radicais sobre a situação da mulher (PINTO, 2003).

---

atuação profissional, concursada como bióloga do Museu Nacional. Bertha esteve presente em várias instâncias internacionais na defesa dos direitos políticos das mulheres, representando o país no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e na 1ª Conferência Pan Americana da Mulher nos Estados Unidos (PINTO, 2003).

50 Pinto (2003) informa que o protagonismo e a liderança de Bertha Lutz fizeram-na organizar a 1ª Conferência Feminista do Rio de Janeiro, evento onde foi criada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FMB), em defesa dos direitos da mulher, irradiando a ideia do movimento por todo o país. Evidenciou-se, posteriormente, que as demais expoentes e coordenadoras da Federação eram, também, oriundas de famílias pertencentes a elite econômica e intelectual da época, com carreiras consolidadas. Além de representantes das elites, estavam também presentes um número grande de profissionais que possuíam inserção social e cultural e lutavam por direitos políticos.

A terceira vertente do movimento feminista[51], as anarquistas radicais, nascidas nas primeiras décadas do século XX, surgem em razão do processo de urbanização social, acompanhado da crescente classe operária. Eclode o efervescente movimento societário como palco para várias organizações sociais, conclui a autora que, nos vários formatos e nuances feministas, expressos em diversos níveis ideológicos, assegura-se, todavia, que a principal arena de luta girava em torno dos direitos políticos, cidadania em caráter mais imediato e básico. Conviviam o feminismo “bem comportado”, representado e tolerado pelo poder, e outro “mal comportado”, composto por mulheres jornalistas e anarquistas em torno de enfrentamentos das diferentes realidades das feministas das elites.

> Daí que, longe das preocupações com os direitos políticos que ocupavam as principais feministas da época, um conjunto de manifestações operárias e de intelectuais de esquerda sobre a condição da mulher mostra com muita clareza que, já naquele momento, a questão de gênero era percebida como um aspecto organizador de um dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho. (PINTO, 2003, p. 34).

Pinto (2003) alude que há a inquietação na sociedade brasileira, o que depreende formas primeiras de organização, mas afirma que o golpe Getulista dificultou a mobilização e manifestações contrárias à época. Por outro lado, Teles (1993) aduz que a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, através de um golpe de estado em 1937, fez com que as lutas femininas se juntassem à luta do povo, em resistência ao golpe Getulista e pela democracia[52]. O centro da questão do debate de mulheres pós 1945, segundo Teles (1993), não se referia à temática da libertação da mulher com enfoques específicos de gênero. Pelo contrário, as discussões diziam respeito a assuntos mais concretos: o movimento contra a carestia, a luta em torno de creches e escolas e por condições básicas de sobrevivência, questões trabalhistas, extensão de direitos salariais e discriminações impostas por lei às mulheres casadas[53].

---

[51] As mulheres anarquistas, advindas de movimentos libertários internacionais que, se por um lado, tinham dificuldades em debater questões outras que não as universais da dominação de classe e exploração do trabalho, por outro lado, a luta anarquista (não-feminista), em princípio, transformou-se em espaços mais radicais para pensar a especificidade da luta feminista contra a opressão.

[52] Foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), um movimento liderado por comunistas, com o objetivo de derrubar a ditadura Vargas e instituir um governo popular. Tal grupo era composto por intelectuais e operárias. Olga Benário Prestes era uma das lideres do movimento, uma revolucinária alemã, que foi presa e, posteriormente, enviada à Alemanha. Em 1942 Olga foi assassinada pela Gestapo (TELES, 1993), nome dado à polícia secreta da Alemanha nazista.

[53] Aduz Teles (1993) que essa era a diferença, naquele momento, entre movimento de mulheres e movimento feminista. O primeiro dizia respeito às mobilizações por melhores condições de vida e trabalho; o segundo, aguerrido em combater a discriminação e subalternidade da mulher na sociedade.

3.1.2 Segunda onda feminista: Século XX – anos 1960 e 1990

A segunda onda feminista, datada no século XX, no período de 1960 a 1990, teve como principais causas defendidas a luta por igualdade social e direitos (liberdade sexual, maternidade e direitos de reprodução). Também, se expressou pela consciência da coletividade como um movimento transformador da sociedade. As desigualdades se expressavam por "serem mulheres". Neste contexto histórico, emergia o feminismo mais radical, surgido entre os anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na França, a partir da segunda onda feminista, em mudanças paradigmáticas a partir da ideia de que "ninguém nasce mulher, torna-se!".

Pela primeira vez o comportamento feminino é tido como condicionamento, construção social diferente e desigual acerca do masculino e feminino expresso no "O Segundo Sexo", escrito por Simone de Beauvoir[54]. O livro analisa como as estruturas sociais mantêm oprimidas as mulheres de forma a obscurecer que suas experiências pessoais também são políticas. Outras vozes femininas, Betty Friedan[55] e Germain Greer, a par dos novos conceitos, esclarecem que "a biologia de uma mulher não deve determinar sua vida" (MCCANN, 2019, p. 112).

Faz-se necessário destacar que a visão do movimento feminista se destina, segundo Martins (2015), desde então, ao questionamento dos padrões culturais e sociais que atribuem papéis específicos a homens e mulheres em suas relações sociais e pessoais, instituindo bases de poder desiguais. Desta forma, superada a luta e implantação dos direitos políticos e civis, iniciam-se outras pautas com a tentativa da compreensão das origens e causas da desigualdade citada, razão pela qual se atribuiu um novo significado ao universo da sexualidade e intimidade: "o espaço da

[49] Simone de Beauvoir nasceu em uma família burguesa parisiense e foi uma das filósofas mais importantes do século XX. Estudou na Sorbonne e esteve ao lado de um outro eminente filósofo, Jean Paul Sartre, por mais de cinquenta anos. O livro "O Segundo Sexo" analisa as raízes da opressão e explica que "ser mulher" é ser referenciada e comparada ao homem, "ser essencial e universal". Assim, o homem seria "a norma, o absoluto" e a mulher o "ser secundário, imperfeito". As mulheres, dessa forma, têm sido confinadas a um papel secundário e não nascem femininas, sua feminilidade é construída (MCCANN, 2019, p. 114-115).

[55] Friedan nasceu em Illinois (EUA), em 1921, e formou-se em psicologia. Era comprometida com uma maior participação pública das mulheres. Em 1966 ajudou a fundar a *NOW, National Organization for Women,* a maior organização feminista pela igualdade de direitos no seu país. Publicou o livro "A Mística Feminina", que revelava relações de descontentamento das mulheres, brancas e a classe média americana, aprisionadas ao casamento e à família (MCCANN, 2019, p. 120-121).

vida privada". Nessa visão, a mistificação da sacralidade da família, o lugar da "vida privada"; relações domésticas e familiares foram compreendidas como lócus do patriarcalismo, donde a autoridade masculina é imposta através das diversas instituições com repercussões na legislação, na política e na cultura.

> Há, portanto, nesse momento do feminismo, significativo deslocamento do lugar de onde fala o sujeito. Se, na primeira onda do feminismo, se evidenciam, em diversos lugares do mundo, movimentos de mulheres que reivindicam a participação no espaço público e a garantia de condições igualitárias no mundo do trabalho, a segunda onda relocaliza o sujeito e o situa no espaço privado, de onde estariam a emanar todas as desigualdades. O imaginário de igualdade e da superação das opressões transita, nesse processo, da rua para a casa, da fábrica para o lar. O opressor, do mesmo modo, é personalizado na figura do patriarca – aquele que, no âmbito das relações domésticas e familiares, estaria a inibir por meio da violência física e emocional, a fruição dos direitos e o avanço das conquistas das mulheres (MARTINS, 2015, p. 234-235).

O cenário histórico apontava para o acirramento político que culminaria em um golpe militar em 1964[56] com a cassação dos direitos políticos, exílio, cerceamento das manifestações sociais contrárias à ditadura. Período ainda mais restrito após a decretação do AI 5 em 1968, censura, a lei da mordaça e o extermínio da diferença, reinava o silêncio, fruto da violência e do terror (COSTA, 2005).

Durante a ditadura militar, na década de 1970, desenvolveu-se o movimento feminista: e o verbo se fez mulheres[57]; autonomia como palavra de ordem, altercação de definições, "[...] autonomia em termos organizativos e ideológicos, perante aos partidos políticos e outras organizações" (COSTA, 2005, p. 6). Continuou a existir, no entanto, o movimento de mulheres, forma de luta diversa, cuja bandeira de mobilização política referiam-se aos grupos de direitos humanos voltados para a anistia política[58], pela proteção dos presos políticos e pela denúncia dos

[56] Durante o golpe militar existia também um grupo de mulheres burguesas e da classe média que serviram de "massa de manobra" dos setores conservadores em apoio ao regime instaurado, inclusive com a realização de manifestações, como o foi a Marcha com Deus, pela pátria e pela família nos anos de 1964 e 1968 (COSTA, 2005).

[57] Álvarez (apud Costa, 2005) defende que o movimento feminista está inserido no movimento de mulheres de uma forma mais ampla, mas se distingue dos demais por questionar os sistemas culturais e políticos que oprimem e rotulam as mulheres; a defesa de autonomia em relação ao Estado; e, por seu caráter de formação horizontal de poder, sem esferas hierarquizadas.

[58] Segundo Costa (op. cit.), são exemplos desse movimento o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil e as Madres de la Plaza de Mayo.

desaparecidos, aliado, ainda, às organizações urbanas de interlocutoras pobres no anseio por melhores condições de vida e exigindo serviços públicos.

O movimento feminista traduz-se em uma redefinição do poder político, entendendo-o com maior abrangência a outras dimensões; tem-se, o espaço privado permeado por novas abordagens do poder com novas análises de condutas e práticas, conceitos e formulações. Segundo Costa (2005), essa tendência é uma crítica a ideia de universalização do modelo de cidadania, elaboração e contribuição teórica do feminismo ao moderno paradigma conceitual[59]. O feminismo brasileiro não pôde fugir da luta: qual seja, a especificidade da opressão do patriarcado aliada à luta contra a ditadura militar.

> O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público, tanto no espaço privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente na luta das mulheres e dos negros, a questão da desigualdade social é central (PINTO, 2003, p. 45).

Com esse pano de fundo, as mulheres foram à luta e participaram nas décadas de 1960 e 1970 das mobilizações contra a ditadura e, em seu traçado histórico, a grande maioria das feministas, como afirmado acima, se identificava com a luta da esquerda.

> É, portanto, tendo esse quadro como referência que o movimento feminista brasileiro deve ser entendido: é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político, defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (PINTO, 2003, p. 46).

[59] Costa (2005) também explicita que somente a partir dos anos 80, em função da luta feminista, é que os cientistas políticos tem-se debruçado sobre a cidadania em seus amplos aspectos, superando dilemas igualdade/diferença, em que se reconheça o pluralismo e a diversidade, uma verdadeira cidadania democrática que contemple sujeitos políticos plurais, reconhecida a ascensão da mulher ao poder.

Surge, todavia, o chamado “novo feminismo”[60] em 1972, com caráter inicial quase privado, em pequenas reuniões de mulheres intelectuais de esquerda, onde o foco da discussão estava na especificidade da luta contra a opressão da mulher, inspirada nos novos ideias feministas europeus e norte-americanos. Argumenta Pinto (2003) que a construção teórica feminista possuiu uma contemporaneidade emergencial, progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade - o poder patriarcal. A visão descrita para aquelas mulheres era paradigmática, perturbadora para a realidade do ciclo e luta contra a ditadura, vez que, quaisquer outras temáticas que não tratassem da “luta de classe” seriam discriminadas, malvistas pelo movimento de esquerda, como se os sujeitos houvessem preterido a luta coletiva por uma *“revolução íntima, pessoal”*[61].

O “perigo” do feminismo, consoante argumenta Pinto (2003, p. 53), teria por base a afirmação de que o grupo de mulheres exiladas, em contato com o feminismo no exterior, poderia representar uma dupla ameaça: tanto para a esquerda marxista masculina, por receio da ruptura feminina com a luta coletiva contra o capital ou, ainda, como um contraponto ao poder masculino nos cargos das organizações; quanto pela visão dos militares que não o via com “bons olhos” pela ameaça à família e a tradição.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu que 1975 seria o Ano Internacional da Mulher, sendo o primeiro de uma década dedicada às mulheres[62]. Pinto afirma a importância de outro espaço importante de discussão, as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 1975 a 1985[63]. A partir da década

---

[60] O novo feminismo reunia, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mulheres intelectuais de esquerda, as profissionais e aquelas de meia idade, até então as jovens na década de 1960. A criação desses dois grupos nas grandes cidades coincide com um vazio político e as mulheres reúnem-se para apontar seus questionamentos sobre seus corpos, sexualidade e a posição de poder, na sociedade e na família (PINTO, 2003).

[61] Depoimento de uma das fundadoras do grupo de mulheres no Rio de Janeiro, com trecho extraído do seu depoimento enquanto aluna da Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Rio de Janeiro e participante do Diretório Acadêmico no ano de 1972 (PINTO, 2003, p. 1).

[62] Essa data marcou, em definitivo, o feminismo brasileiro, em que a luta por direitos estava associada às discussões mais gerais, confrontar a opressão da mulher e exigir direitos, igualdade, conquistando a opinião pública, tornando-se visível. Há que se destacar que, apesar dos percalços da resistência dos militares e da militância feminista de esquerda, o movimento social de combate ao regime militar se ampliou e aliou-se à luta pelos direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher e a sexualidade. As feministas da América Latina “[...] mantiveram vínculos ideológicos e seu compromisso com uma mudança radical das relações sociais de produção, enquanto continuavam lutando contra o sexismo dentro da esquerda [...]” (COSTA, 2005, p. 5).

[63] O feminismo acadêmico utilizava à cientificidade como forma de burlar a repressão e a censura, lançando as bases para a discussão da condição da mulher no Brasil (PINTO, 2003).

de 1980, dois fatores históricos influenciaram todas as manifestações, a reforma política e o processo de anistia dos exilados políticos[64].

Há uma dimensão do feminismo, enquanto movimento, numa percepção muito complexa, explicação multidimensional, assim como o são as correntes teóricas: o Estado enquanto ente patriarcal[65]. A violência contra a mulher e a saúde são os dois grandes legados temáticos da década de 1980 e a radicalidade dessas preocupações pressionaram, politicamente, à ação do movimento feminista da época, principal distinção dessa década.

> A não submissão dessas mulheres ao poder do homem justificava a violência. Somava-se a esse poder de mando a moral católica e sexista que reinava no país e que constituía as mulheres como sujeitos submissos e castos desde a mais tenra idade, estabelecendo esse como o único padrão aceitável de feminidade (PINTO, 2003, p. 80).

Enfatiza Martins (2015, p. 234):

> se na primeira onda do feminismo, se evidenciam, em diversos lugares do mundo, movimentos de mulheres que reivindicam a participação no espaço público e a garantia de condições igualitárias no mundo do trabalho, a segunda onda relocaliza o sujeito e o situa no espaço privado, de onde estariam a amanar todas as desigualdades.

O movimento negro seguia, na década de 80, em paralelo à luta pela redemocratização, tampouco porque a luta negra não era considerada estrutural às mudanças do país, inclusive, o Movimento Negro Unificado (MNU) questionava a ausência de raça e classe nas discussões da esquerda brasileira. O movimento negro se constituía em organizações apartidárias para discutir as especificidades da luta feminina negra. Todo esse movimento emergia frente a muita resistência sob a alegação de que a luta ficaria enfraquecida frente a divisão do movimento (SILVA, 2018).

---

[64] A “reforma” destruiu a unidade oposicionista contidos na sigla Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com a criação de múltiplas correntes de pensamento, enquanto retornavam ao Brasil um grupo de militantes de esquerda, vanguarda do movimento da década de 1960, influenciados por ideias alienígenas. Essa influência dominou o feminismo de 1982 com a sua divisão em duas correntes com pensamentos diversos: por um lado, ficaram as que defendiam a institucionalização do movimento aproximando-o do Estado e, por outro, as autonomistas que advogavam a liberdade de atuação do movimento feminista com a devida autonomia frente ao Estado, sem a cooptação das lideranças (PINTO, 2003).

[65] A concepção será melhor discutida adiante.

3.1.3 Terceira onda feminista: Século XX – anos 1980 e 1990

A terceira onda feminista, datada no século XX, especialmente entre anos 1980 e 1990, teve como principais causas defendidas: a busca de total liberdade de escolha das mulheres em relação às suas vidas (interseccionalidade); saúde[66] e diversidade. Em meados de 1980, no Brasil, o contexto histórico era marcado pela luta por redemocratização e expôs o "nó" do feminismo com o campo político institucional. Dilemas e resistências na assunção das pautas: perda da autonomia (cooptação de pautas e lideranças pelo Estado - compromete a luta radical) versus o reconhecimento da capacidade do Estado Moderno como ente produtor de leis e políticas sociais. É patriarcal, mas, ao mesmo tempo, pode garantir, através de políticas públicas, a equidade de gênero por seus aparatos institucionais (PINTO, 2003; COSTA, 2005)[67].

Na década de 1990 inicia "[...] uma situação de fragilidade dos organismos dos governos de mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no Estado e o descrédito no movimento autônomo" (COSTA, 2005, p. 8). Em adesão ao projeto neoliberal e ao Estado mínimo, ocorreram modificações nas agendas políticas em razão da desregulamentação dos estados nacionais - a "ONGuização". Segundo Cisne (2008), a onguização se constituiu em um processo de terceirização dos movimentos sociais, as principais interlocutoras foram financiadas por órgãos internacionais. Transformaram-se, ao mesmo tempo, em novos mecanismos de exploração e controle dos movimentos sociais: ideológico (reprodutor de valores) e financeiro (terceirização e financiamento de interlocutores - ONG'S); período em que foram impulsionadas políticas que privilegiavam o combate à pobreza, legitimação ideológica da desresponsabilização dos estados com as políticas públicas.

> Se o neoliberalismo foi entrando em cena no palco da economia e política brasileira nos anos de 1990, o instrumento de parceria entre poder público e setor privado não ficou atrás. Tratava-se de uma quase necessidade, visto todo o discurso fatal sobre a ineficiência e impossibilidade do Estado atender

[66] A luta das feministas por saúde se materializa na implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983; e na criação de debates autônomos alternativos acerca da saúde da mulher. sses populares (SILVA, 2015)

[67] Pinto (2003) e Silva (2015) também descrevem a época como a de construção do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – 1985, criado junto ao Ministério da Justiça, com orçamento próprio. Funcionou como articulador do movimento feminista e de mulheres até o Governo Collor (1985 a 1989). Outro movimento em destaque foi o *lobby do batom* (representantes legislativas aliaram-se aos anseios feministas e ao CNDM – inspiração suprapartidária), apresentando, coletivamente, uma série de propostas para a Assembleia Nacional Consituinte. Essa época também marca as discussões sobre a temática da violência contra a mulher, que se verá mais adiante, nesse mesmo capítulo, a tese da legítima defesa da honra.

> com parcos recursos as gigantescas demandas de atendimento e a imperiosidade de dirigir a atenção para os casos mais urgentes, focalizando (como medida de suposta racionalidade) o atendimento e transferindo, ou concedendo em forma de mercadoria (e não mais direitos) para o meio empresarial (ou na figura disfarçada de Ongs, esfera público não estatal, na expressão paradoxal de Bresser Pereira) a realização, sob remuneração e garantias de risco quase zero, de serviços públicos de forma mais eficiente (MAZETTO, 2015, p. 14).

Dessa forma, as agendas múltiplas e plurais coincidem com a implantação do neoliberalismo no Brasil. Em resistência, o movimento feminista elaborou a difusão teórica com a ressignificação de categorias, cujas origens remontam às relações sociais de gênero[68]. Em contraposição a primeira corrente, surge a análise de Saffioti[69], perspectiva da totalidade, ou seja, análise das estruturas do patriarcado, racismo e capitalismo, imbricadas nas relações de poder, integrantes e integradas em cada época distinta em um processo de profunda violência.

Lerner (2019) afirma que as mulheres pagam o preço mais alto em seu cotidiano. A lição política aqui contida, a feminização da pobreza na atualidade, com a nova expansão do mercado, em que a subordinação e a violência contra a mulher permanecem na “ordem do dia”, na conquista dos corpos femininos, racismo e sexismo. Os feminismos do novo milênio, terceira onda, pode ser narrado a partir de seu caráter transversalizado, nova fase de configuração, interseccionalidade das diferenças, ou seja, fronteiras transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração, força politizadora das lutas sociais[70].

Na luta do período destaca-se a narrativa das críticas ao racismo, inclusive aquele presente na organização feminista que, nos anos 1980 e final dos anos 1990 repercute

---

[68] Esse campo teórico, segundo Scott, demonstra como constitui-se a organização social da diferença sexual, relação de poder que se “expressa primeiramente no plano da cultura, das instituições normativas, da representação e construção das subjetividades” (SCOTT, 1991 apud CISNE; GURGEL, 2008, p. 82).

[69] Saffioti (2004) propõe a análise das relações sociais em uma perspectiva da unidade classe/ gênero/raça/etnia, caso em que a dinâmica de cada uma das unidade condiciona as demais, ou ainda, “[...] a organização social destas subestruturas na estrutura global (...) destas contradições no seio da nova realidade – novelo patriarcado-racismo-capitalismo - historicamente constituída” (SAFFIOTI, 2004 apud CISNE; GURGEL, 2008, p. 83).

[70] Matos e Paradis (2014) apontam que, na década de 1990 havia uma hegemonia no feminismo, as dimensões e sujeitos diferentes, mulheres rurais, negras, indígenas, lésbicas, traduziram se em um novo efeito, mesclando, construindo e desconstruindo conceitos e novos paradigmas, diversidade de feminismos, gestados a partir de um entrelaçamento de pautas nacionais e mundiais, anseios combinados e diversos em apelo por justiça social, sexual e racial.

as múltiplas faces do movimento feminista, inclusive a versão teórica de eventos políticos com as pautas das mulheres negras (SILVA, 2018).

3.1.4 Quarta Onda feminista: Século XX – a partir de 2013

A quarta onda feminista, século XX, a partir de 2013, teve como principais causas defendidas: os feminismos das diferenças, propulsão da nova geração; exacerbação da ética e conversão autônoma das bandeiras ideológicas. O contexto histórico era marcado por um cenário das mídias e inovações técnicas e "novos ativismos nas ruas e na rede [...] do feminismo na poesia, nas artes, na música, no cinema, no teatro e na academia" (HOLLANDA, 2018, p. 13). Complementa, Hollanda (2018) descreve que os espetáculos corporais são a nova linguagem e a marca desse feminismo, assim como o comando de lideranças difusas e coletivas. A maior expressão de protesto, nesse aspecto, foi a Marcha das Vadias, "[...] que comporta suas próprias formas de expressão e tem no corpo um elemento central (p. 33)"; um "instrumento de protesto", sendo a Web a verdadeira aliada para que o "motim digital" viesse ocupar o protagonismo das ruas[71].

O retrocesso que permeia as políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher, agrava-se pelo vírus neoliberal, característica do momento histórico atual, e apresenta desafios: por um lado, repercute em violência, e, por outro, estimula novos enfrentamentos e desafios aos movimentos feministas - novas respostas à promoção da igualdade de gênero. É, portanto, chegada a hora de burlar os porões da história rumo ao direito das mulheres a uma vida sem violência. Qual será o legado às futuras gerações? Luta é um espaço comum às mulheres -, a marca feminina na história e na contemporaneidade da globalização. Luta crescente contra a pobreza crescente, a marginalização e a violência, múltiplas faces da opressão!

A partir dos anos 2000, e, especialmente, 2010, se consolidou a organização das mulheres negras com a formação da Articulação de Organizações de Mulheres

[71] Valores específicos para a mobilização são a autonomia e a a ação direta do movimento, organização jovem, pautada por lógicas interseccionais (HOLLANDA, 2018). Outros detalhes do estudo, nas diversas vertentes, ler a obra completa.

Negras Brasileiras com a atuação das jovens feministas negras em espaços institucionais,nos meios de comunicação e universidades (SILVA, 2018).

3.2 PRINCIPAIS NORMATIZAÇÕES INTERNACIONAIS: A AGENDA GLOBAL E AS MULHERES

Piovesan (2013, p. 7) aponta que, no cenário do pós-guerra mundial, a lógica na perspectiva nazista prenuncia a titularidade de direitos vinculada à questão da raça (raça ariana), “a Segunda Guerra Mundial simbolizou a ruptura com relação aos direitos humanos, significando no Pós-Guerra a esperança de reconstrução destes mesmos direitos”, lógica marcada pela destruição da pessoa humana. Tem-se, assim, o Estado como principal violador de direitos, importa, senão, em destacar que os direitos humanos não se restringem à competência exclusiva dos limites nacionais e se constituem como um sistema normativo internacional, para além da ótica meramente formal[72], criação de um aparato internacional de proteção sob a condução das Organizações das Nações Unidas (ONU).

Somente em 1940, aborda Tilio (2012), surgem os primeiros documentos relacionados à política internacional, inicialmente à título de orientações, e, posteriormente, se expressam em efetivações de direitos. Assim, em 1945 surge a Carta das Nações Unidas e em 1948 a Declaração Universal dos Direitos dos Homens[73], como princípios orientadores. O autor também destaca, com relação ao direito das mulheres que, no século XVIII, há registros históricos das reivindicações feministas explicitados, dentre os quais, os primeiros textos condutores da discussão, sob as bandeiras da igualdade, liberdade e fraternidade, são de autoria de duas grandes pensadoras: Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, durante a Revolução Francesa[74].

---

[72] Piovesan (2013) destaca que o fascismo e o nazismo ascenderam ao poder dentro do quadro da legalidade e projetaram horror e barbárie nunca antes vistos.

[73] Há que destacar que Lopes (2005 apud TILIO, 2012, p. 73) ainda assevera que, “[...] o conjunto de documentos internacionais produzidos entre as décadas de 1940 e 1960 foi escrito no masculino (segundo uma regra gramatical arbitrária), reforçando a posição inferior das mulheres e sua falta de poder [...]”. Essa forma generalizada da gramática resultou em discursos e práticas gerais e foi objeto de denúncia de teóricas feministas no final da década de 1960. O autor destaca, ainda, que embora que não se constituam como legislação obrigatória pelos países que as firmaram, são, sobretudo, orientações e princípios de monitoramento e combate à opressão contra a mulher.

[74] Olympe de Gouges assevera acerca da Declaração dos Direitos da Mulher a da Cidadã (1791); e, Mary Wollstonecraft em “A defesa dos direitos da mulheres” (1792). São escritas que demarcam o

Tílio (2012) alude que, em resposta às inúmeras denúncias do movimento, face à "invisibilidade do feminino", o fenômeno da violência contra a mulher ganhou relevo nas últimas décadas e ensejou, por parte do Estado, o compromisso efetivo na agenda dos governos, através das políticas públicas. Os "instrumentos internacionais"[75], assim chamados, garantem a prevenção e o combate à violência contra a mulher no âmbito de cada país e, em âmbito nacional, a implementação da revisão das legislações nacionais em função do conteúdo legitimador de comportamentos de determinados institutos legais[76].

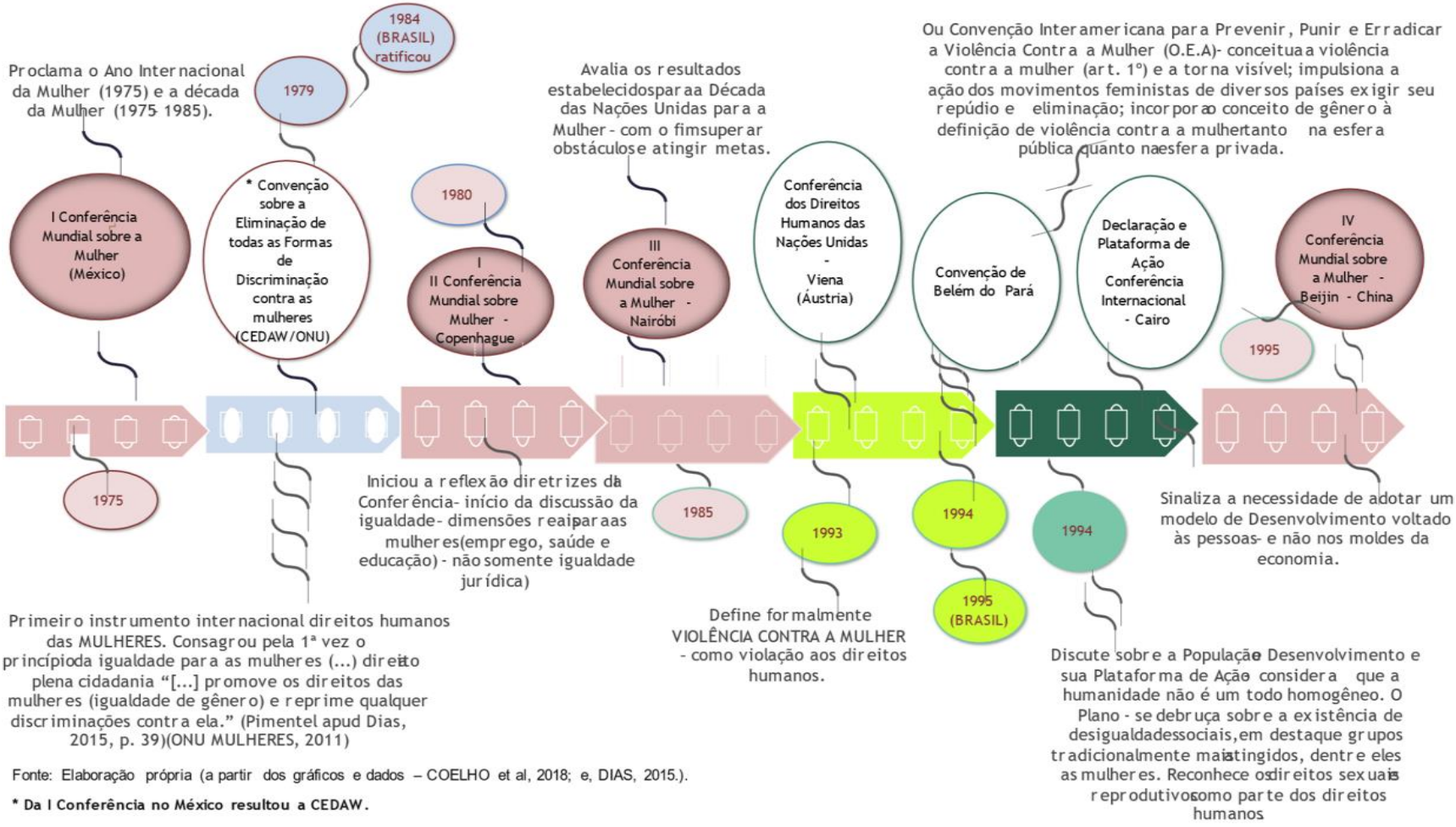
Na década de 1990, em vários países, ocorreram Conferências Internacionais orquestradas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) que guiaram a luta do movimento social, especialmente o feminista, para o reconhecimento dos direitos das mulheres e balizaram as políticas públicas de enfrentamento a esse tipo de violência. A seguir, apresenta-se, na Figura 1, os principais eventos e instrumentos internacionais sobre as mulheres.

primeiro campo público de apontamento para os direitos das mulheres, ainda que não se tenham configurado na prática.

[75] A diferença de um Tratado Internacional e um Pacto é que o primeiro estabelece princípios e orientações de caráter universal enquanto o segundo se expressa em metas e objetivos, inclusive em ações para que se cumpram os tratados internacionais, ou seja, "[...] o pacto regulamenta e operacionaliza o tratado" (TILIO, 2012, p. 73).

[76] Revelam-se e interagem sistemas globais e específicos de proteção aos direitos humanos. Orientam-se, inicialmente, pela igualdade formal e abstrata (concepção do feminismo liberal) substituída, historicamente, por um conceito ampliado de dignidades materiais (direitos humanos das mulheres). Assim, ao final da década de 1960 e início da década de 1970 se ampliou a proteção das mulheres, em termos institucionais, em todo o mundo (TILIO, 2012).

Figura 1 - Resumo dos principais eventos e instrumentos internacionais sobre as Mulheres



Fonte: Elaboração própria (a partir dos gráficos e dados – COELHO et al, 2018; e, DIAS, 2015.).

*** Da I Conferência no México resultou a CEDAW.**

Na década da mulher, grandes conferências, dentre as quais se destaca a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos em Viena (1993), resultaram, a partir da organização global de mulheres em sua luta por direitos, no questionamento às neutralidades das normas internacionais, em seu parágrafo 18: “os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais” (ONU MULHERES, 2013). Esta concepção foi reiterada pela Plataforma de Ação de Pequim, de 1995. O legado de Viena é duplo, segundo afirma Piovesan (2004), não apenas endossa a universalidade dos direitos humanos invocada pela Declaração Universal de 1948, mas confere ainda visibilidade aos direitos humanos das mulheres e das meninas, em expressa alusão ao processo de especificação do sujeito de direito e à justiça enquanto reconhecimento de identidades, novo paradigma do conceito de gênero vislumbrado em sua perspectiva transversal.

Ikawa, Piovesan e Almeida (2007) destacam alguns documentos e conferências internacionais que influenciaram nas legislações brasileiras quanto a igualdade de gênero e seus legados: 1) Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), em 1979, homologada no Brasil em 1984; 2) Convenção de Belém do Pará ou Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994); 3) IV) Conferência Mundial da Mulher – Bejin/China – em 1995. A CEDAW, em seu artigo 1º traz:

> Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

O Brasil, segundo Ikawa, Piovesan e Almeida (2007), deixou de ratificar integralmente à igualdade entre homens e mulheres no casamento, somente aderindo a tal dispositivo em 20 de dezembro de 1994. Após dois anos, através do Decreto 1.973, de 1º de agosto de 1996, promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho

de 1994. Conhecida como Convenção Belém do Pará (1994), refere-se à violência contra a mulher, definindo-a assim:

> Artigo 1. Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (BRASIL, 1994).

A Convenção Belém do Pará (1994) também considera, em seu artigo 2, as diferentes dimensões de violência: física, sexual ou psicológica,

> a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras turmas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;
> b) ocorrida na comunidade e comedida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e
> c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (BRASIL, 1994).

A IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em setembro de 1995, nos argumentos de Ikawa, Piovesan e Almeida (2007, p. 30) foi a "maior e mais representativa Conferência da história da ONU", no sentido de que os direitos das mulheres são direitos humanos e, ainda, incluem a discussão sobre os direitos sexuais. Assume, portanto, as desigualdades de gênero como dimensão política, assim como outros potenciais transformadores como as ideias de empoderamento e transversalidade. Na Declaração e na Plataforma de Ação de Pequim (1995) são definidos

> O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo. A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental (PEQUIM, 1995, p. 149).

Nessa época, a visão mais alargada permite o cruzamento dos debates inclusivos de mulheres, com suas especificidades e condições, maior visibilidade, portanto, às lutas femininas. Contribui, outrossim, com a percepção da construção social dos comportamentos e expressões do “ser feminino”.Destarte, apesar dos avanços normativos consideráveis em função desses instrumentos da declaração e das conferências internacionais, principalmente na mobilização das mulheres na América Latina na realidade, as políticas públicas precisam caminhar no sentido da diminuição das práticas culturais discriminatórias e excludentes, pois a descrição da norma não garante por si só a sua aplicação.

3.3 REFLEXO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL: TECENDO A REDE ENTRE RESISTÊNCIA E INTERSEÇÕES

Lerner (2019) utiliza o termo “dialética da história das mulheres” aos conflitos havidos entre a produção temporal concreta do feminino e a sua segregação da interpretação do que foi realizado e vivido; invisibilidade, “[...] considerava as mulheres irrelevantes para a “criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos” (LERNER, 2019, p. 28). Foi assim, na luta contra a invisibilidade, que o movimento de mulheres assumiu como relevante a agenda das políticas públicas.

Fato marcante alçou luz aos assassinatos de mulheres nos mais longínquos rincões do país, casos em que os acusados saíam impunes sob a tese de “legítima defesa da honra”[77]. As mulheres, organizadas em diferentes frentes, elegeram como principal bandeira a luta contra a violência doméstica[78]: a implantação das primeiras Delegacias

[77] Mello (2016) afirma que no final da década de 1970 e por toda a década de 1980 repercutiu a absolvição do acusado Doca Street, namorado e assassino de Ângela Diniz em dezembro de 1976, sob a alegação de “legítima defesa da honra”, após o término da relação amorosa por parte da vítima. A absolvição do acusado gerou grande comoção social e o movimento feminista se mobilizou reivindicando o fim da violência contra a mulher com o slogan “quem ama não mata”, em referência à alegação de Street que bradava: havia “matado por amor”. Em novo julgamento em 1981, Doca Street foi condenado a 15 anos de prisão. Ângela foi um dos casos de assassinato de mulheres com maior repercussão pelo país na época.

[78] A organização que se fez visível na força política e no alcance da mobilização do movimento feminista. Emergiram casos de atendimento de mulheres nos aparelhos estatais, visível despreparo e mecanismo público perverso nos atendimentos das delegacias; o que restou à mobilização feminista: a luta para a implantação das primeiras Delegacias Especializadas. Representou, assim, grande demanda e expandiu-se por todo o país (MELLO, 2016).

Especializadas de Atendimento à Mulher na cidade de São Paulo, em 1985, espaços de experiência pioneira de defesa dos direitos das mulheres (MELLO, 2016).

Em 2003, a anterior Secretaria originou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com *status* de Ministério, alocada na Presidência da República (MELLO, 2016)[79]. Anterior a esse período, as primeiras políticas públicas foram as DEAM's e as Casas Abrigo, nos casos em que as mulheres estivessem em risco iminente de morte – dimensões de segurança pública e assistência.

A I Conferência Nacional de Políticas[80] para as Mulheres em 2004, promovida pela SPM, elaborou o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM) alinhavado em 4 linhas de atuação[81], sendo o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres uma das ações previstas no documento como grande protagonista e objetivo principal - a implantação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra às Mulheres; dentre os outros objetivos elencados[82].

O principal objetivo será mantido, também, como eixo temático no II Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007). Assim, a partir do Plano Nacional, a temática sai da esfera assistência e segurança pública e se distribui em diferentes frentes no combate a essa pandemia: a violência doméstica (BRASIL, 2005). Se quer aqui deixar claro quanto ao PNPM: Tem-se a clareza quanto ao papel que o Estado exerce nas ações e políticas públicas para o combate às desigualdades sociais. Prevê, atuações conjuntas dos governos (federal, estadual e municipal), além de poder criar parcerias com a sociedade civil e o movimento popular, no sentido de

---

[79] Anteriormente, em 2002, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, em funcionamento junto ao Ministério da Justiça, transformada, posteriormente, em 2003, em SPM (BRASIL, 2005).

[80] Reuniram-se nessa Conferência um total de 120 mil mulheres participantes que formularam propostas em um conjunto de ações e de políticas públicas em trabalho coletivo/ interseccional, nas três esferas governamentais (Federal, Estaduais e Municipais), com parcerias na execução. Tratava-se de instrumento de cidadania das Mulheres (199 ações e quatro linhas de atuação). Esse Plano de ações deveria ser acompanhado e monitorado pelos diferentes órgãos do Governo Federal, coordenados pela SPM – um Comitê (criado em 2005) (BRASIL, 2005).

[81] As linhas de atuação da PNPM são: 1) Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2) Educação inclusiva e não sexista; 3) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4) Enfrentamento à violência contra as mulheres.

[82] Dentro da principal linha de atuação, Enfrentamento à violência contra as mulheres, encontram-se os seguintes objetivos: 1. implantar uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; 2. garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência; 3. reduzir os índices de violência contra as mulheres; 4. garantir o cumprimento dos instrumentos e acordos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres.

instituir e fortalecer mecanismos institucionais na defesa dos direitos das mulheres, além da sua gestão e monitoramento (BRASIL, 2005).

Outrossim, reafirma como seu “carro chefe” a Política Nacional, enquanto apresenta os serviços especializados de atendimento e a forma de organização em rede de serviços instituídos por Normas Técnicas para o funcionamento e diagnóstico. Também institui a sistematização de dados sobre a violência contra as mulheres para servir de guia aos trabalhos e pesquisas da área. A implementação da rede de serviços exigiu grande articulação da SPM, devido as competências dos entes estaduais e municipais para esse fim. Outro destaque é a atenção à previsão orçamentária, tanto em provisões quanto em aplicações e gastos de recursos (CFEMEA, 2021). Prevê, portanto, atuações conjuntas dos governos também na gestão e monitoramento dos mecanismos institucionais do PNPM e na defesa dos direitos das mulheres. Inicia-se, assim, as primeiras pinceladas na construção da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, instituída pela S.P.M., incluindo quatro dimensões/eixos de enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2005).

A Política Nacional possui como finalidade estabelecer conceitos, princípios, marcos e diretrizes. Assim, foi elaborada para explicitar a base conceitual para guiar as políticas públicas formuladas e implantadas. Compreende a diferenciação dos papéis sociais atribuídos ao masculino e feminino e sua construção histórica, política e cultural, além de apreender as estruturas sociais e culturais que a perpassam. Almeja, sobretudo, o rompimento da visão patriarcal que desqualifica e oprime a mulher (BRASIL, 2011a). Encontra-se em sintonia com a Lei 11.340 – Lei Maria da Penha (LMP)[83], compromissos também reconhecidos por tratados internacionais, Convenção

[83] A promulgação da LMP representa um marco no enfrentamento à violência doméstica no país, eis que coíbe e enfrenta o fenômeno. Em suas disposições preliminares já expõe a mulher enquanto sujeito de direitos, oportunizada a vida sem violência, com saúde física e mental. Outra inovação diz respeito às medidas protetivas destinadas a apreensão do agressor em caso de proteção da vítima, seus familiares e patrimônio - previstas no artigo 22 (destinadas ao agressor); e, no artigo 23 (destinadas à ofendida). Tais medidas protetivas podem ser aplicadas pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do advogado(a) representante da vítima. A violência, narra a autora, ultrapassa todas as barreiras sociais e atinge a todas as mulheres e de maneira inusitada, sem acreditar que o dano à integridade possa acontecer. O direito possui uma visão androcêntrica, resta, também, o compreender enquanto força e meio a ser apropriado para a legitimação das demandas feministas: a proteção da mulher - integridade física, emocional, respeito e dignidade (MELLO, 2016). A autora ainda

sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Doméstica (Convenção Belém do Pará), após a OEA recomendar que assim o fizesse.

Outro documento criado foi o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres[84] (2007), com o fim de firmar convenção/acordo para implementação e planejamento de ações integradas entre os governos federal, estaduais e municipais, a tornar consistente a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2011). O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007) define como um dos seus eixos o Fortalecimento da Rede de Atendimento e Implementação da Lei Maria da Penha - com a garantia de maior aporte de recursos por parte da S.P.M. para as Mulheres como a criação/reaparelhamento/reforma dos serviços especializados de atendimento à mulher. A partir de 2008, para realização de convênios, os principais setores para financiamento estariam nos Centros de Referência de Atendimento e as Casas Abrigo (BRASIL, 2011).

Indaga-se: o que quer dizer enfrentamento, no sentido conceitual adotado pela Política Nacional? Simples assim. Se o problema é complicado, complexo, os caminhos apontam para soluções coletivas que ultrapassem a visão fragmentada. Diz respeito à políticas amplas, articuladas e multidimensionais; ações conjuntas de diversas áreas (segurança pública, saúde, justiça, educação, assistência social, dentre outras), para que se desconstruam padrões patriarcais de comportamento. É necessário compreender que o fenômeno da violência não se restringe a visão da segurança/punibilidade, mas apreende, outras perspectivas em quatro dimensões/eixos: i) combate (cumprimento de normas penais – responsabilização dos autores da violência); ii) prevenção (ações que desconstruam mitos e estereótipos que perpetuam desigualdades – ações educativas e culturais: rompimento da tolerância frente ao fenômeno); iii) garantia de direitos (cumprir leis nacionais, internacionais e iniciativas para o empoderamento das mulheres); e iv) assistência (garantir o

assevera que a lei propõe uma abordagem multidisciplinar – além de medidas preventivas, protetivas, e até tratamento criminal, para os casos de violência doméstica.

[84] O Pacto significa a concretude da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, trabalha todas as diretrizes da Política, principalmente o fortalecimento dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de Violência e a implementação da Lei Maria da Penha."(BRASIL, 2007, p. 13) O Pacto estabelece um sistema institucional nas três esferas de poder (nacional, estadual e municipal), para além de campanhas e práticas emergenciais isoladas.

atendimento humanizado através da capacitação continuada dos agentes públicos e o fortalecimento da Rede de Atendimento) (BRASIL, 2011a).

Muitos conceitos em inúmeras lutas e histórias. Apenas se caminhará pelos conceitos; iniciar – o processo é o caminho, a estrada. O que é afinal Rede de Atendimento? O trabalho em rede[85] surge como superação dessa realidade. A rede de atendimento articula ações governamentais e não-governamentais (e comunidade em geral) para garantir, portanto, a operacionalização da quebra do paradigma das idas e vindas ao serviço público, evitando a revitimização da mulher[86] (BRASIL, 2011a).

A título de resumo, é preciso que se compreenda: a Rede de Enfrentamento contém quatro eixos/dimensões: i) prevenção; ii) combate; iii) garantia de direitos; e iv) assistência. A dimensão/eixo assistência (eixo 4) possui dois focos e objetivos: (1) Rede de Atendimento; 2) Capacitação dos agentes públicos. O item 1 – Rede de Atendimento, é composto por áreas, sendo as principais para o trabalho com as mulheres as de segurança, saúde, justiça e assistência social. Subdividem-se esses serviços/áreas, da Rede de Atendimento, em duas categorias: os serviços não-especializados[87] – para a população em geral (portas de entrada para os serviços especializados); e os serviços especializados[88] - exclusividade no atendimento à mulher (*expertise* na temática) (BRASIL, 2011a).

Essa “novidade” da formação do trabalho em rede, consoante Assis e Deslandes (2019), compõe outra perspectiva, campo de visão no atendimento integral à mulher, incentivo à composição de serviços articulados à mulher vítima de violência, propiciando a união de esforços e otimização de recursos (financeiros e humanos). Essa característica de estruturação e ampliação da rede de serviços faz parte da estratégia construída a partir da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, marcada, portanto, por uma complexa teia de serviços e instituições que se

---

85 Outras discussões teóricas sobre rede serão realizadas mais adiante no Capítulo 2.

86 Essas idas e vindas, denominada como *rota crítica*, analisado por Sagot (2000), é conceito a ser melhor analisado adiante.

87 Em geral constituem a porta de entrada da mulher na rede (a saber, hospitais gerais, serviços de atenção básica da família, Delegacias Comuns; Polícia Militar; Polícia Federal; Centro de Referência de Assistência Social/CRAS; Centro de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Ministério Público; Defensorias Públicas).

88 Compostos por: Casas-Abrigo; Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; Casas de Acolhimento Provisório; Delegacias Especializadas; Núcleos da Mulher na Defensoria e Ministério Público; Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar; Central de Atendimento (180), Ouvidoria da Mulher, dentre outros. Outros aspectos serão analisados adiante.

interligam na complexa e multidimensional questão da violência contra a mulher, "[...] ruptura com o modelo 'tradicional' de gestão pública, que tende à departamentalização, à desarticulação e à setorialização das ações e das políticas públicas" (BRASIL, 2011, p. 16).

Em âmbito institucional, os Centros de Referência Especializados estão contidos na Rede de Atendimento, dentro do Eixo Assistência, na área de serviço da Assistência Social, serviço especializado (média complexidade) com expertise na temática de gênero e violência contra a mulher. Os Centros de Referência Especializados[89] têm como objetivo ajudar as mulheres a enfrentar a situação de risco, ofertando atendimento psicossocial e orientação jurídica. A premissa do trabalho especializado é a superação da visão fragmentada da violência contra a mulher, permitindo a capilaridade institucional em um diálogo com as políticas de saúde, segurança, assistência social, dentre outros.

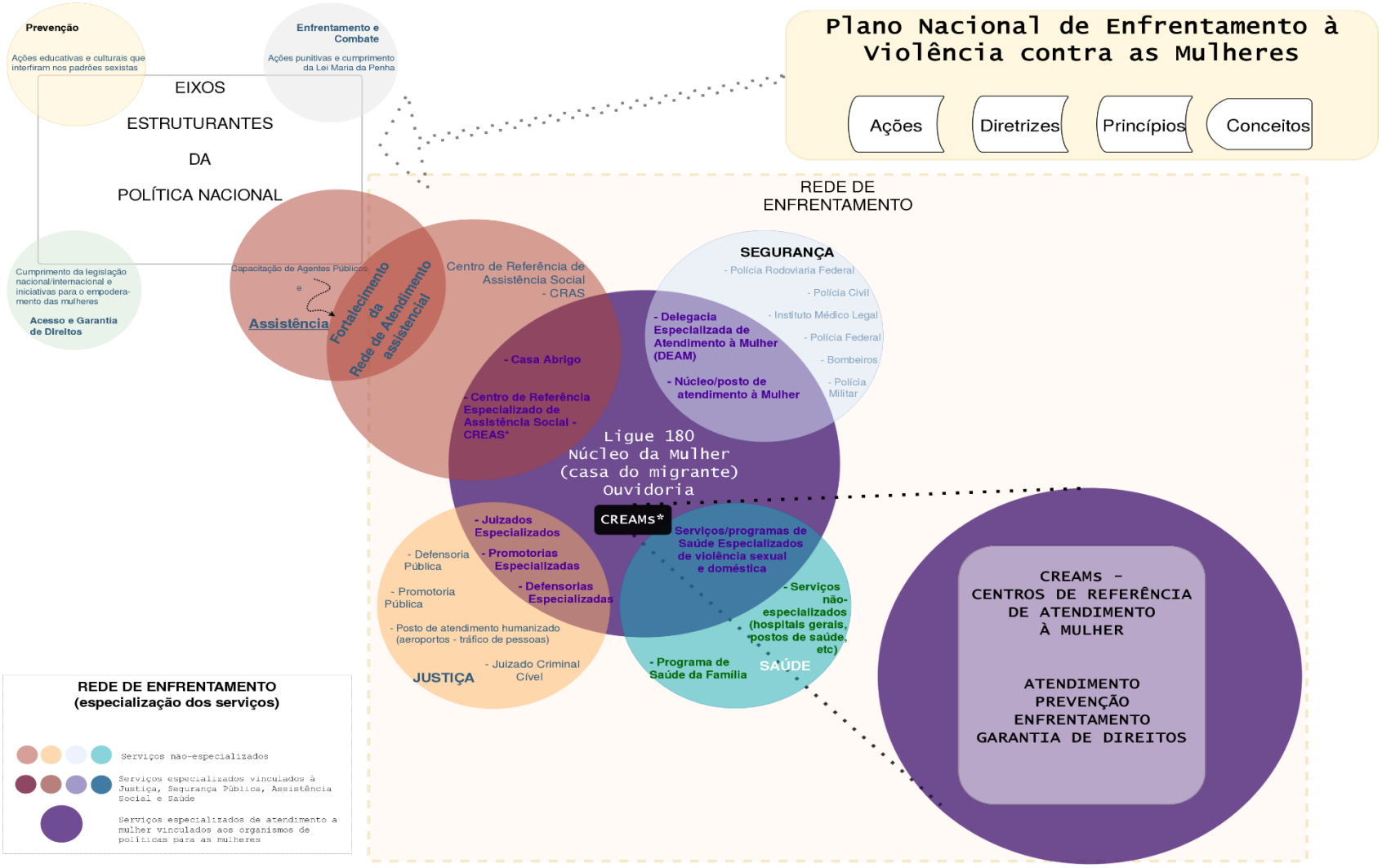
> Os Centros de Referência são estruturas essenciais no programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher da Política Nacional, uma vez que visam promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Estas instituições exercem o papel de articuladoras dos serviços governamentais e não governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero (BRASIL, 2011a, p. 59).

Nos muitos percursos e caminhos da política pública, como entender onde e como está disponibilizado o trabalho do Centro de Referência Especializado de Atendimento dentro da Rede de Enfrentamento e Atendimento em suas diversas áreas?

---

[89] Esses Centros Especializados de Referência foram inspirados na experiência do S.O.S., gestados no final de década de 1970, durante o processo de redemocratização brasileiro - apoio psicológico, social e jurídico (SILVEIRA, 2005) afirma que duas situações geraram o encerramento do S.O.S. de São Paulo: 1- a recusa ao assistencialismo (negativa das militantes se confrontava com as condições concretas de vida das usuárias – principais demandas: emprego, moradias, etc).; 2- o objetivo central das vítimas não se correlacionava aos objetivos do S.O.S. (processo de conscientização e conversão ao feminismo). Enfim, o intuito das vítimas era mais pragmático; até mesmo os ideais de cumplicidade e solidariedade são contrapostos – confrontos entre as usuárias eram contínuos e, às vezes, graves.

Figura 2 - Eixos da Proposta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Rede e os Centros de Referência



Fonte: elaboração da autora.

4 UM OLHAR INSTITUCIONAL: HISTÓRIA DE PERSISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DO Cramvive

Nesse capítulo, um segundo momento, contempla a convergência a palcos locais, assinalados: a) contextos históricos e sociais do Espírito Santo (êxodo rural e ocupação das cidades) e as repercussões (humanas, econômicas e sociais) na capital e no município de Vila Velha-ES; b) a constituição e organização do Centro de Referência Especializado no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha-ES, novas roupagens: b.1) Versão não-oficializada; b.2) Versão oficializada (o início da saga e a saga continua); c) a análise de dados do Cramvive a partir da segunda reestruturação; identidade e debates comparativos em torno da política pública, recontados pela visão histórica e equalizados pelos olhares e práticas da gestora e das profissionais. Perpassa a visão de que a política e, a concretização da política pública é parte da realidade objetiva, impregnadas pelas subjetividades resultantes.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO E NUANCES ECONÔMICAS, SOCIAIS E URBANAS) DO ESPÍRITO SANTO

A modernização da economia brasileira refletiu-se na economia e na sociedade capixaba, consoante afirmam Siqueira (2001) e Nader (2008). Com a crise da economia estadual voltada, basicamente, à exportação cafeeira[90], fator de monopólio há quase um século, institui-se novo dinamismo aliado ao padrão industrial, embora tal incursão apresentasse estrutura periférica, vez que os dois estados, São Paulo e Rio de Janeiro, já se destacavam como centros da moderna economia industrial. Naturalmente, a estrutura agrária-exportadora em crise, apoiada por uma lógica desenvolvimentista governamental, aliada a uma boa estrutura econômica (comunicação e eletricidade), ao complexo urbano portuário existente, resultou na

[90] A introdução do plantio do café iniciou no século XIX e expandiu-se rapidamente, o chamado ‘ouro negro’, representando, de 1890 a 1920, mais de 90% da exportação capixaba. O modelo econômico primário-exportador do estado determinara o tipo de mão de obra e a formação da economia no contexto socioeconômico, até final da década de 1950 (SIQUEIRA, 2001 apud NADER, 2008). O incentivo do consumo do café no Pós Segunda Guerra Mundial gerou expectativas e elevado plantio, posteriormente, resultando em expressa superprodução no mercado internacional o que causou uma grave crise internacional. Esse quadro gerou, em 1960, a erradicação de cafezais improdutivos, fato que alterou a economia do Espírito Santo.

implantação de Grandes Projetos Industriais de Impacto no Espírito Santo, com inúmeros benefícios e isenções fiscais, por longo período, para as empresas advindas para o estado.

Siqueira (2001) afirma que o crescimento acelerado da indústria no Espírito Santo, baseado em um modelo econômico às custas de uma inserção periférica no cerco econômico global das forças produtivas, desestabilizou fortemente uma região agrária, dependente, radicalmente modificada por relações campo-cidade, e desencadeou forte êxodo rural com grandes afluentes[91] humanos em direção à Região da Grande Vitória[92], a partir dos anos 1970

> concluímos ainda que as raízes desse problema não estão exatamente na questão do desenvolvimento industrial, mas no modelo de desenvolvimento adotado, que começou a se fundamentar no Espírito Santo na década de 60, quando ocorre no Estado a decomposição da estrutura agrária, que, consequentemente, proporcionou a desorganização da sociedade rural (intensificada em função da erradicação dos cafezais, da anulação do pequeno proprietário e do rápido processo de concentração de terras, com a expansão da pecuária e a plantação maciça de eucaliptos) (SIQUEIRA, 2001, p. 159).

Configura-se, no entender de Siqueira (2001, p. 160), tal processo migratório, “mais como um caso de expulsão do que atração” e “cria uma classe operária proletária urbana de baixa remuneração e malconstruída”. Nesse caso, ocorreu uma concentração urbana na Grande Vitória durante os anos 1960-1980, correlacionada à forma como se estabeleceu a acumulação de capital no estado, gerando reflexos na organização, distribuição de trabalho e nas estruturas econômicas e sociais.

Mesmo com o crescimento da indústria do estado, modelo industrial desenvolvimentista, os empregos urbanos eram insuficientes para absorver toda a mão de obra e os salários baixos reinavam, ao mesmo tempo em que, o uso de

---

[91] Siqueira (2001) também ressalta que a ocupação do Espírito Santo tem sua origem, em grande parte, da imigração europeia (italianos e alemães), trabalhadores da lavoura cafeeira.

[92] A formação da estrutura da Região da Grande Vitória é resultado de um projeto de desenvolvimento industrial e adensamento populacional e urbano iniciado na década de 1970 com ‘grandes projetos de impacto’ estabelecendo-se assim, por mais de três décadas. Esse projeto resultou em contingente populacional que evoluiu de 24,1%, na década de 1970, para 34,9%, e hoje, 47,5% da população capixaba, agregado populacional vivendo e convivendo em 5% do território do estado. Em 1995 a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) era composta pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Em janeiro de 2005 foi aprovada a LC nº 318, a qual reestruturou a Região Metropolitana da Grande Vitória – a qual passou a compreender os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão.

“tecnologia e o capital intensivo” limitavam a contratação de trabalhadores. Essa mão de obra excedente no mercado de trabalho refletiu, por outro lado, no ajustamento e nas reduções salariais, modelo intrínseco ao capitalismo, necessário à concentração de riquezas. Somado a esse fato há dificuldades de acesso aos bens de consumo, infraestrutura e serviços (educação, saúde, moradia), fatores interligados à concentração de capital: 44,7% da população não possuía rendimentos e 63,1% não estavam no mercado de trabalho “os baixos rendimentos e a falta de trabalho, aliados ao elevado contingente migratório, contribuíram para o agravamento dos problemas urbanos e afetaram a qualidade de vida da população” (SIQUEIRA, 2001, p. 149).

> Na lógica do modelo capitalista de produção, o volume de mão-de-obra disponível no mercado de trabalho atua como ajustamento entre as tendências salariais e a acumulação. Nessa linha de argumentação, o grande fluxo de trabalhadores não qualificados para a Grande Vitória foi necessário e muito desejado. Essa mão-de-obra era de grande importância para atender à construção civil, tanto dos Grandes Projetos, quanto das demais empresas, e também a existência de uma crescente oferta de mão-de-obra barateava o custo (SIQUEIRA, 2001, p. 146).

A população da Grande Vitória era constituída, em sua maioria, de pessoas com baixos salários (construção civil), empregadas domésticas e autônomos(as), e, ainda, de trabalhadores rurais advindos do interior. Esses trabalhadores na capital viviam em moradias sem água, saneamento, eletricidade e sem condições de higiene, aglomerados em mais de 83 áreas de favelas no estado. A mão de obra desqualificada, no ramo da construção civil, no término dos grandes projetos se avolumava no setor informal e, sem qualidade de vida, era uma “quase delinquência”, a “camada marginal”. Tais desigualdades e desestruturação constituíram-se não somente na sociedade capixaba, mas advieram, como num grande lastro, à população brasileira (SIQUEIRA, 2001).

Siqueria (2001) destaca que a explosão populacional, gerada no processo de transformação pelos grandes projetos de impacto, instalou o “caos social” nos municípios circunvizinhos à capital, verdadeira desorganização. A partir de 1960 o processo de ocupação de Vitória, em total desconfiguração do espaço da cidade, ocorreu com a invasão de mangues, morros e periferias por pobres, nova configuração espacial e social com altos níveis de população favelada em locais que, antes, se

constituíam em lixões[93]. As ocupações de áreas urbanas giravam em torno de 47% vivendo em favelas em 1983 e a estrutura industrial incipiente era incapaz de absorver toda a mão de obra. Em resumo, a transformação da produção econômica gerou inúmeras mudanças sociais em que o "desenvolvimento econômico" de alguns, reverberou em desigualdade social e concentração de riquezas no Espírito Santo.

4.2 BREVES NOTAS DA MULHER CAPIXABA: DA SOCIEDADE CAFEEIRA À INDUSTRIAL

A mulher estava envolvida como mão de obra rural no sistema de relações familiares desde o início da colonização portuguesa na américa. Nader (2008) afirma que a vida em sociedade, porém, envolvia a distribuição rígida de papéis sociais entre homens e mulheres: para homens, o domínio público e às mulheres o privado. A lógica regente das relações estava adstrita aos moldes da sociedade patriarcal com comportamentos, moldes e hierarquia determinada. As mulheres a dependência e aos homens a "força e superioridade". Poucas eram as oportunidades de trabalho, enquanto permanecia no imaginário social a determinação "do lugar" da mulher aprisionada ao lar.

Na década de 1970, a população de mulheres, de acordo com o Censo Demográfico do Estado do Espírito Santo, apontava que os serviços permitidos ao feminino eram, sobretudo, ligados às "tarefas domésticas remuneradas", como garçonetes, cozinheiras (área da alimentação) e cabelereiras, manicures, lavadeiras (higiene pessoal). Nader (2008) também destaca que, em geral, as mulheres exerciam atividades com baixa remuneração e em lugares menos privilegiados, com situação de trabalho de maior precariedade no estado. Outro destaque era que as tarefas domésticas, consideradas não-produtivas, eram exercidas, de forma geral, por mão de obra feminina. A dependência econômica também era outro traço da sociedade, controle econômico e político, verdadeira crença da sociedade humana repetida e propalada como "natureza feminina".

[93] "É a partir de 1977 que tem início o processo de ocupação do contorno da ilha (lado norte/noroeste), formada por manguezais e morros, local onde a prefeitura despejava todo o lixo da cidade." (SIQUEIRA, 2001, p. 101). Em anos posteriores surge a favela de São Pedro, subdividindo-se em São Pedro I, II, III e IV, última grande ocupação na década de 1980, concentrando cerca de 15.000 (quinze mil favelados até o ano 2001).

A consequência de novas relações econômicas foi o desmonte das principais funções dentro da família tradicional, o que na sociedade ocidental chamou-se de reações femininas, questionadoras do papel biológico e social a si atribuídos, cuja grande contribuição, segundo Nader (2008), foi a industrialização que, após a década de 1970, tornou-se fator de similar importância para a sociedade

> o mercado de trabalho, por seu turno, passou a usufruir da mão-de-obra das mulheres, que normalmente desempenhavam atividades consideradas tipicamente femininas dentro dos muros domésticos, e as colocou em posição estratégica no fluxo dos setores formal e informal, valorizando sua força na economia. E se, no desenvolvimento das desigualdades da história do capitalismo, uma das características da acumulação é a existência de um ponderável excedente de força de trabalho, a mão-de-obra feminina, especificamente, tornou-se um fator de grande importância após a década de 1970, quando milhares de mulheres se engajaram no mundo do trabalho (NADER, 2008, p. 89).

Apesar do trabalho fora do espaço doméstico ser reconhecido como uma conquista importante para as mulheres, também persistem desigualdades salariais que tem gerado sobrecarga de trabalho, considerando que a dupla jornada recai sobre as mulheres das famílias.

4.3 VILA VELHA-ES: UMA VISÃO PANORÂMICA SOBRE O MUNICÍPIO

Reis (2014) destaca que Vila Velha é o mais antigo município do estado do Espírito Santo, região litorânea com área territorial de 210,067 Km, centro urbano com estreita ligação e vínculo histórico com a capital do estado. A colonização capixaba iniciou-se na sede da 'capitania do Espírito Santo em 1535'[94]. Os processos urbanos de Vila Velha possuem íntima relação com as modificações apresentadas no estado do Espírito Santo e na capital, Vitória. A autora ainda afirma que o engajamento evolutivo de Vila Velha-ES foi gradativo, principalmente, nos anos 1950, com a construção de

[94] Vasco Fernandes Coutinho aportou em um local chamado de "Prainha", início da colonização europeia, na primitiva "Vila do Espírito Santo", em 23 de maio de 1535. Recebeu esse nome porque no calendário católico era o dia da Festa do Divino Espírito Santo (Petencostes) (REIS, 2014). Foi alçada à condição de município em 30/11/1896 (Decreto Estadual nº 212); vinculado à Vitória a partir de 21/04/1931 até 1938, quando da primeira desvinculação. Anexada em 1943 ao município de Vitória e desvinculada, oficialmente, em 1947. Em 1959 a primitiva Vila do Espírito Santo oficialmente recebe, através da lei estadual nº 479, a denominação de Vila Velha, 'berço da colonização portuguesa em terras capixabas'. O nome Vila Velha advém das suas circunstâncias como aporte originário no estado (NEVES; NEVES, 2004).

estradas (como foi a Rodovia Carlos Lindemberg) e a ferrovia (Leopoldina), marco para o surgimento de bairros nas regiões periféricas.

O espaço demográfico de Vila Velha-ES, como área integrante do contorno social da Região Metropolitana da Grande Vitória, foi mais gradual, para abrigar as aglomerações do estado, “que não tinham condições de se estabelecer na capital, face à sua crescente valorização e mercantilização de seu espaço urbano” (NETO, 2012, p. 115-116). No entanto, todas as rotas de acesso em suas diversas formas (pontes, trilhos, rodovias, dentre outras) se direcionavam à capital, vez que o município concentrava os serviços urbanos no estado capixaba.

Vila Velha-ES não vislumbrou, até o final da década de 1970, segundo Siqueira (2001), o desenvolvimento industrial, senão no ramo alimentício, razão porque se configurava como centro secundário, “cidade dormitório”, uma vez que as pessoas demandavam trabalho e educação na capital[95]. A partir de 1970, com a urbanização mais crescente, o município se dividiu em áreas privilegiadas (sede do município e região da orla) e área periférica (ocupação de morros e mangues e o surgimento de favelas; o processo de crescimento demográfico se deu ao mesmo tempo em que surgia intensa pauperização, quadro social marcado por grave questão social.

Chama-se a atenção de que na análise do município serão apresentados indicadores. Compartilha-se a ideia de Orsi (2009, p. 41) de que o indicador “não é um conceito, tão menos tem um valor em si mesmo, mas é uma forma de aferir e tratar a realidade”[96]. Nos obstáculos ao conhecimento tem-se que a realidade é constituída por teias de relações socioeconômicas e culturais e, portanto, para conhecê-la surgem inúmeras abordagens quantitativas ou qualitativas para construir um ‘quadro mais próximo da realidade’. É necessário, todavia, levar em conta que, por melhor que

[95] Havia estreita ligação da população da cidade com a capital Vitória em virtude das situações de trabalho e educação. A mudança referencial da capital aconteceu somente nas últimas décadas do século XX.

[96] Apesar dos indicadores se constituírem em importantes vetores de análise no processo de tomada de decisões dos setores públicos e privados, estes são particularmente úteis e se configuram insumos indispensáveis para o processo de planejamento de ações. O autor utiliza em sua tese os índices sociais IDH e IDHM e os traduz “em apenas uma abstração, uma construção teórica, que tenta aproximar-se ao máximo da realidade, a partir de recortes e procedimentos metodológicos. [...] não é uma realidade em si, se não um meio concreto que tente representá-la dentro de inúmeras limitações” (ORSI, 2009, p. 41-42).

sejam as metodologias, tal levantamento de dados refere-se a uma dimensão temporal e espacial em contínuo processo dinâmico. Assim, é com esse olhar que a pesquisadora busca a análise parcial e complexa do município, local e objeto do estudo e, pois, vislumbra a análise num espaço-tempo em construção.

Vila Velha-ES, de acordo com a pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicada em 2020, é o segundo município do estado a ultrapassar a marca de mais de quinhentos mil habitantes, cerca de 501.325 mil habitantes, o que faz com que apareça entre os 26 municípios com maior densidade populacional no país, excluindo-se, desta marca, as capitais dos estados. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[97], unidade de medida para verificar o desenvolvimento da sociedade nos critérios educação, saúde e renda, dos municípios em todo Brasil, em Vila Velha em 2010 era de 0,800 índice correspondente ao 2º lugar no Espírito Santo em qualidade de vida, logo depois da capital.

Outro fato que chama a atenção, no mesmo período, em um comparativo de todos os municípios brasileiros, é que Vila Velha-ES ocupava, naquele momento, o 40º lugar no país. Verifica-se, portanto, que embora o município desponte com um ótimo índice de qualidade de vida, ainda ostenta grandes bolsões de pobreza, aglomerados em

[97] O I.D.H. é medido por uma referência numérica que varia entre 0 e 1 (quanto mais próximo ao zero, menor é a resposta daquele território para as demandas nos três itens apontados): educação, saúde e renda. O indicador *educação* refere-se à média de anos de estudo da população aferida, ou seja, a média de permanência na escola (nível de desenvolvimento do país). A taxa de expectativa de vida (fator avaliado na variável *saúde*), ou seja, quanto maior a referência numérica da taxa, melhor são as condições de vida da população. No quesito *renda* é aferido o valor médio de cada cidadão com base no Produto Interno Bruto (PIB) – que é a soma de toda a riqueza produzida no país, por determinado tempo, dividido pelo número de habitantes. Cabe ressaltar, contudo, que o IDH apresenta limitações, vez que os itens aferidos se referem, especificamente, aos serviços ofertados nos três itens, sem delimitar/ponderar a qualidade de tais serviços comparados à realidade da população. Assim, ainda que se queira aferir o IDH de forma independente das estruturas econômicas, os baixos índices de desenvolvimentos no IDH referem-se àqueles países com menor acesso aos indicadores econômicos. As condições econômicas correlacionam-se aos critérios saúde, educação e renda, sendo fator determinante na definição dos indicadores (MOTA, 2020).

regiões periféricas, contradições e diferenças[98], nos indicadores IDH e IDH -M[99], do município de Vila Velha-ES. A pauperização aflora no processo de modernização da economia e é um dos pilares do desequilíbrio do dito crescimento.

> Neste sentido, é importante destacar, também, o elevado crescimento das demandas sociais e por serviços urbanos locais, uma vez que Vila Velha não possuía infraestrutura para abrigar e atender a grande maioria da população que passou a se concentrar em áreas periféricas intensificando o processo de favelização. O município passou a apresentar um grande déficit habitacional relativo às classes menos favorecidas que demarcava por moradias e demais condições de sobrevivência na cidade. (REIS, 2014, p. 101).

Os dados do IBGE (2018) também apontavam índices econômicos para o município: 29,7% da população Vilavelhense auferia rendimentos mensais de até meio salário mínimo per capita, ou seja, quase 1/3 da população convivia com níveis expressivos de pobreza, o município ocupava a 77ª posição dentre as 78 cidades capixabas. Outros dados apontavam, ainda, que a média salarial mensal da população era, somente de, 2,2 salários mínimos, e, somente o equivalente há 24% do total da população ocupava empregos formais. Como se vê, o município adentrava a realidade tensa e complexa do desenvolvimento acelerado do Espírito Santo, desenvolvimento à custa de níveis expressivos de pobreza e desigualdade, como parte do pacote.

4.3.1 Um olhar sobre as políticas públicas para mulheres: aproximações e nuances sobre o Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha (Cramvive)

A violência contra a mulher se constitui como um fenômeno da maior relevância para as políticas públicas. A prevenção e o enfrentamento a essa questão requerem, por

---

98 As diferenças entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é que aquele é calculado anualmente pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) desde 1990, dados apresentados a partir das áreas de saúde, educação e renda, no país. Também pode ser utilizado para medir o desenvolvimento de estados, municípios e regiões, com base nos dados e índices do IDH-M. O IDH-M é, na verdade, uma adaptação metodológica do IDH Global, a par das mesmas dimensões. Os dados estão dispostos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (parceria entre o PNUD e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e a Fundação João Pinheiro). Os dados divulgados do IDH-M referem-se ao período 2012-2017, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD do IBGE. Tais dados dizem respeito às pesquisas realizadas nas Regiões Metropolitanas (RM) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs), portanto, não há como comparar o IDH e o IDH-M.

99 O IDH-M é aferido pelo Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – (dados de 1999, 2000 e 2010).

parte de toda a sociedade, a produção e análise das políticas públicas. A pesquisadora empreendeu, no caso concreto, o estudo do equipamento Cramvive – instrumento de protagonismo no município de Vila Velha-ES porque compreendeu a relevância do estudo da temática para a realidade local: elemento estratégico de combate e enfrentamento à epidemia mundial da violência contra as mulheres, em âmbito municipal. Sem dúvida, esse equipamento de política pública, em seus inúmeros momentos históricos, diversas facetas e nuances, é digno da memória pública.

A sua existência é resistência, por isso, é importante produzir as narrativas dos seus leitos, nas intempéries do rio da história. Comprometer e reafirmar sua existência é intercruzar resistências, por quase quinze anos no município. Desnudar seu curso e percurso, portanto, é referendar, registrar, "historicizar". Adiante o caminho complexo, então, inicia-se à viagem pelos percursos históricos.

4.3.1.1 Versão não-oficializada

Bonorino (2017) é psicóloga e autora de uma dissertação de mestrado na área da Segurança Pública[100]. Nessa pesquisa a psicóloga analisa o Cramvive com o intuito de perceber se a atuação do equipamento propiciou às mulheres o rompimento da relação violenta. Também é ex-coordenadora do órgão público e perfez um pequeno histórico, cuja apropriação por esta pesquisadora é tida como essencial e necessária ao desvelar do presente estudo.

No ano de 2005 foi criada a Casa da Mulher em Vila Velha-ES, organização não-governamental (ONG), com o intuito de atender mulheres vítimas de violência, apesar de a pesquisadora não ter encontrado os dados de criação e atribuições/serviços prestados pela Casa da Mulher, assim como não logrou êxito em verificar, formalmente, sua absorção, como equipamento municipal.

[100] Essa dissertação foi apresentada à Universidade de Vila Velha (UVV) como pré-requisito à obtenção do título de mestra no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, no ano de 2017. O título da dissertação é a "Atuação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Vila Velha-Cramvive.

Muito embora, não constem dados que ratifiquem a existência da Casa da Mulher, Bonorino (2017) ressalta que o serviço de atendimento às mulheres vítimas já existia em Vila Velha-ES, sendo, mais tarde, no mesmo ano (2005), incorporado formalmente ao equipamento público municipal, acoplado à Secretaria de Assistência Social (SEMAS). O perfil de trabalho era multidisciplinar, nas áreas psicossocial e jurídica, e objetivava contribuir para a cidadania e equidade de gênero.

Outras pesquisas ratificam a informação até aqui catalogada. A incorporação do Cramvive como equipamento municipal é confirmada por outras fontes advindas, inclusive, de prestações de contas realizadas pela Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Vila Velha-ES, através da Cartilha da Empresa Aequus[101]. Essas cartilhas mencionam o Centro de Referência e Apoio à Mulher em Situação de Violência, nos anos de 2005, 2006 e 2007, como serviços na estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) do município.

Os dados colhidos no ano de 2005, contudo, não explicitam maiores detalhes quanto à estrutura e funcionamento do órgão, muito embora, nos dois outros anos citados, há, explicitamente, a informação de que o *'equipamento pertence ao quadro de serviços de proteção social de média complexidade da SEMAS'* (VILA VELHA, 2006; 2007). Destaca-se, todavia, que não há nenhuma lei ou decreto que regularize o Cramvive dentro da estrutura mencionada (VILA VELHA, 2005, p. 34, 2006, p. 38, 2007, p. 29).

Também há que se destacar que consta divergência nas nomenclaturas apresentadas. Em 2005 o Centro de Referência e Apoio à Mulher em Situação de Violência aparece com a sigla (CRAMVV); em 2006 e 2007 o equipamento (mesmo nome) é denominado sob outra sigla (CRAM-VIVE). Há que se destacar, ainda, outras duas curiosidades com relação a prestação de contas de 2007; uma, quantifica os atendimentos pelo equipamento no montante de 2.332, além de citar data mais longínqua com relação a história do serviço.

101 A Aequus é uma empresa de consultoria econômica e sistemas com atuação nas finanças públicas municipais, nas categorias de publicações, sistemas e estudos. Iniciou seus trabalhos em 1995 (AEQUUS, 2020).

> O CRAM-VIVE tem como objetivo o combate violência doméstica. Desde 2003, o programa tem oferecido suporte à mulher em situação de violência, a seus familiares e feito intervenções junto ao agressor. Através de parcerias com a Segurança Pública – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), DML, Projeto Sentinela, Univila, programas de retaguarda e de acordo firmado com o Governo Estadual, realizam-se atendimentos nas áreas jurídica, social e psicológica (VILA VELHA, 2007, p. 29).

Não há, contudo, qualquer confirmação quanto a existência de tal programa ou serviço em 2003 em convênio firmado através de parcerias com a Secretaria de Segurança Pública Estadual, ou seja, não há dados encontrados para confirmar a formalização e estruturação do Cramvive à época, que demonstrem tal parceria.

Andrade (2010) apresenta em sua tese o serviço de proteção social especial de Vila Velha, que nomeia como prestador privado de serviços socioassistenciais, englobando a Região Metropolitana da Grande Vitória. A pesquisa menciona o CRAM-VIVE (Centro de Referência e Apoio à Mulher em Situação de Violência Doméstica), com trabalho de prevenção, acompanhamento e assistência no intuito de fortalecer a autoestima e despertar para o exercício dos direitos, registrando, naquela oportunidade, o total de atendimento anual de 1.515 mulheres.

Entre 2009 e 2012, Bonorino (2017) assumia a coordenação técnica do Cramvive, com 02 (duas) equipes técnicas de acompanhamento, nos turnos matutino e vespertino. Nesse período, o equipamento funcionava desde às 7 horas, horário que permitia o atendimento às usuárias, antes dos seus períodos de labor regulares . A metodologia de trabalho dava os primeiros passos para a articulação com as redes de serviços e oferecia, além dos atendimentos individualizados, grupos de reflexão de mulheres. A equipe do Cramvive se reunia para discussões de estratégias e para formação das profissionais, com temáticas variadas sobre gênero, atendimento multidisciplinar às usuárias, dentre outras. Relatou, ainda, que, em 2010, o Cramvive, “[...] o equipamento apresentou eficácia pelo compromisso que mostrou com elas, seguindo os objetivos do programa [...] o impacto positivo dos atendimentos na vida dessas mulheres atendidas [...]” (BONORINO, 2017, p. 105).

O relato de Bonorino (2017), psicóloga e ex-coordenadora, pode ser visualizado em sua pesquisa que, para tanto, entrevistou 9 (nove) mulheres usuárias do Cramvive,

no período de 2010, com o objetivo de avaliar se o instrumento de política pública contribuiu para que superassem o ciclo da violência. Ao final do trabalho relata

> [...] na maioria das mulheres entrevistadas a relação conjugal foi norteada por atitudes violentas de desrespeito e com tentativa de subjugação decorrente de uma herança cultural familiar, em que o modelo é também de dominação masculina e submissão feminina. Mostrou, também que, na maioria dos casos desde o início da relação amorosa, houve casos sutis de dominação masculina, os quais foram evoluindo e tornando-as naturais, sendo percebidos como normais na relação conjugal, e por tais atitudes terem sido naturalizadas, as mulheres entrevistadas na época que buscaram o atendimento não reconheciam a violência (BONORINO, 2017, p. 103) .

Bonorino (2017, p. 105) ainda traz alguns resultados obtidos com as mulheres a partir dos atendimentos efetuados pelo Cramvive:

> [...] de nove, oito, através dos atendimentos no equipamento, conseguiram superar a violência por não terem tido mais agressões e por terem aprendido a se impor, enfrentando a violência sem reagir, aderindo ao programa conforme disponibilidade, participando do grupo de mulheres, em que relatam aprender a se respeitar e amar [...]. No grupo de mulheres, elas fortaleceram relações, resgataram vínculos, obtiveram apoio e identificações, entendendo que não estavam sozinhas contando umas com as outras e percebendo que a maioria viveu muitas tensões em um ciclo de violência, e que a maioria estava vivendo a ilusão de mudar o agressor, mas conseguiram descobrir que isso não era possível, trabalhando a sua frustração e entendendo que elas deveriam tomar decisões independentemente do companheiro ou marido [...].

A partir de 2011, Bonorino (2017) informa que outra fase de trabalho se inicia no equipamento. Com a aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Cramvive, enquanto serviço na estrutura da SEMAS foi absorvido (e apelidado) de CREAS Mulher, em Vila Velha. Atendia, inicialmente, o público feminino, muito embora, no final daquele ano, o CREAS tenha estendido o atendimento à totalidade das demandas de violação de direitos.

Foram utilizadas outras fontes com o fito de comprovar a relevância do trabalho de prevenção e enfrentamento à violência doméstica realizado pelo Cramvive, muito antes das modificações/reestruturações que atingiram o equipamento, elementos necessários à pesquisa. Em razão das dificuldades relativas ao acesso às fontes documentais, remonta-se às publicações da época, pelo simples fato de que a imprensa adentrava em suas notícias a pluralidade de assuntos e abordagens sobre o trabalho e o fenômeno da violência contra à mulher no município. Essas abordagens, em campos de visão diferenciadas, inclusive, em contextos sociais e políticos

diversos, apontam que os documentos oficiais, na época inexistentes, se unem a outros, com formas e apreensões da realidade que remetem a significados e significantes ao trabalho desenvolvido.

Não há formalização, portanto, por qualquer espécie normativa, para o funcionamento do CREAS-Mulher naquela estrutura inicial. Outras fontes também informam o trabalho de acolhimento e atendimento às mulheres. Essas fontes são jornais e *sítio* de notícias da prefeitura municipal, enunciando o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), como Unidade de Atendimento à Mulher, órgão ligado à SEMAS, com o objetivo de acolher e oferecer "assistência jurídica e social, além de apoio psicológico, para que mulheres vítimas de violência doméstica possam decidir suas vidas e tomar suas próprias decisões". O CREAS já atendeu, de janeiro a setembro, mais de 1,5 mil mulheres, com abordagem humanizada; atividades com dinâmicas de grupo ou atendimento individual para superarem, com dignidade, o ciclo da violência, com o "despertar nestas mulheres a autoestima", afirma Bonorino, psicóloga do programa (VILA VELHA, 2010, p. 2).

Outras fontes, como as pesquisas realizadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social (TCC), naqueles momentos (2011/2013), apontaram tal perspectiva do que se designou: o Cramvive funcionou como CREAS MULHER. Penha e Pinto (2011) e Almeida (2013) ratificam a existência do serviço do Cramvive interligado ao trabalho do CREAS MULHER no município. A primeira pesquisa, com o título de: "O perfil das mulheres atendidas no CREAS[102]: unidade de atendimento à mulher de Vila Velha/ES", realizou a coleta de dados por meio de fichas de atendimento dentro da instituição (janeiro a abril/2011), com a seguinte descrição do serviço:

> O CREAS Mulher de Vila Velha é um serviço especializado ligado à coordenação de Proteção Especial de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania (SEMAS) e trata-se de uma unidade de referência no enfrentamento à violência contra as mulheres no município de Vila Velha, e visa, contudo a ruptura da situação de violência e reconstrução da cidadania e valorização das mulheres (PENHA; PINTO, 2011, p. 44) .

[102] A equipe da época era assim constituída: 01 (uma) coordenadora; 04 assistentes sociais; 02 psicólogos; 01 advogado; 01 motorista; 01 auxiliar de serviços gerais; 01 auxiliar administrativo; 01 recepcionista (PENHA; PINTO, 2011).

Mais adiante são elencados os objetivos do trabalho no CREAS Mulher de Vila Velha:

> [...] CREAS que tem por objetivo atender e acompanhar as mulheres em situação de violência doméstica, propiciando apoio social e encaminhamento para atendimento psicológico e jurídico necessário a cada caso específico; articular a rede sócio-assistencial (sic) de atendimento à mulher em situação de violência; promover a reflexão e o debate sobre a violência contra a mulher e seus impactos na família e sociedade; atuar na prevenção das diversas formas de violência contra a mulher e divulgar a lei Maria da Penha no município (PENHA; PINTO; 2011, p. 44).

Almeida (2013) faz a segunda narrativa[103]. Em resumo a tabela apresentada pela autora, fonte CREAS CENTRAL, mostrava que a violação de direitos, tipo de violência, era a física, "76,2%, por meio da força" (p. 53). Os atendimentos eram realizados em períodos quinzenais ou mensais, em caráter multidisciplinar, e se materializavam de forma individual ou grupal, em reflexões e troca de experiências. A principal função do atendimento era ouvir as queixas e encaminhar as demandas causadas por danos físicos e emocionais (autoestima baixa e dependência emocional). A pesquisa, ainda, parece apontar uma transição do CREAS MULHER para CREAS, sendo as principais dificuldades reveladas nas entrevistas com os técnicos que atendiam junto ao equipamento, à época (ALMEIDA, 2013, p. 64):

> [...] trabalhar com muitas políticas ao mesmo tempo dificulta o planejamento das estratégias de atendimento [...] a falta de profissionais e o extensivo território de acompanhamento de cada técnico extenuam mental e fisicamente o profissional (Profissional 1) .
>
> [...] Os serviços de atendimento às mulheres não têm recorte de gênero. No CREAS onde são localizados os atendimentos a este segmento, o foco é a família [...]. O município necessita de um Centro de Referência em Atendimento à Mulher (Profissional 3).

Adiante, Almeida (2013, p. 65), sobre a avaliação da política pública de atendimento à mulher no município, as entrevistas com os técnicos do CREAS MULHER, também apontam: "não há de fato uma política pública para lidar com esta realidade no município, os serviços "existentes" só o são no papel, [...] atendimento é realizado pela

[103] O tema do Trabalho de Conclusão de Curso é "Violência doméstica de mulheres atendidas no Centro de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS CENTRAL – VILA VELHA/ES". Essa análise é realizada através de duas fontes: 1) questionário aplicado aos técnicos da unidade (perspectivas de ações desenvolvidas); e, 2) relatórios de atendimentos às mulheres – março/2012 a fevereiro/2013 (ALMEIDA, 2013).

equipe do CREAS que não dispõe de formação continuada (Profissional 1)" (ALMEIDA, 2013, p. 65)

Nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) aparecem a categoria assistência, fundamental para se compreenda e construir um mapa mental explicativo das políticas sociais públicas, no caso brasileiro e, especialmente, no contexto do município de Vila Velha-ES. O município, portanto, é o lócus privilegiado da assistência social na medida em que é o espaço mais próximo à população, posição estratégica para a gestão pública. Nesse sentido, Vila Velha atuava na gestão descentralizada e participativa do SUAS, em seus projetos e programas, cujo foco era o universo familiar. Vinculou-se, todavia, à questão social[104] como resultante da estruturação da relação capital-trabalho.[105] Nessa relação, portanto, a categoria assistência[106] se consagrava como benevolência para reprodução e, ao mesmo tempo, sobrevivência das classes subalternas (SPOSATI *et al.*, 2010).

[104] A questão social, segundo Sposati *et al*. (2010, p. 27) "é aqui considerada como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos engendrados pela sociedade capitalista historicamente resultante da constituição do operariado".

[105] A assistência, historicamente, foi construída como estratégia para enfrentar a questão social, recorte compensatório das desigualdades sociais: criação de mecanismos institucionais para enfrentamento da pobreza e pauperização, resultantes da relação desigual, núcleo fundante da sociedade capitalista. Nessa relação, portanto, a categoria assistência se consagrava como benevolência para a reprodução e, ao mesmo tempo, sobrevivência das classes subalternas (SPOSATI, *et al*., 2010).

[106] O marco fundamental de rompimento da proteção social no Brasil, enquanto benevolência, foi a Constituição de 1988, posto que, pela primeira vez, a assistência integrou o tripé do Sistema de Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social, compreendida a partir daí como direito social, campo das políticas públicas. Para regulamentar esses direitos surge a correspondente Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei 8.742/1993, "art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas." Dessa forma, é o instrumento legal que regulamenta o que está disposto na CF/88 e materializa serviços, benefícios, programas e projetos para o enfrentamento da vulnerabilidade a que se expõe determinados grupos (foco nas famílias vulneráveis pela pobreza e exclusão social). Em 2004 se constitui a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e realiza," de forma integrada às políticas setoriais, e visa seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à universalização dos direitos sociais" (BRASIL, 2004, p. 31). Fixa, portanto, diretrizes ao idealizar a assistência social como dever do Estado, principalmente quanto à descentralização político-administrativa: as normas gerais caberão à esfera federal, e aos estados e municípios restará a intervenção direta, a coordenação e execução dos programas. Assim, se configura o comando único de ações em cada esfera de governo, muito embora sejam respeitadas as diferenças e as características sócio territoriais locais. Em 2005 surge o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como instrumento para se materializar a política em todo o país. Os principais conceitos da normatização são o de sistema hierarquizado, sistematizado, organizado em níveis de complexidade, contínuo processo de construção de dois tipos de proteção social (básica e especial – média e alta complexidade).

Outro fator que merece análise é o fato de que a existência dos serviços dos Centros de Referência (CRAS) e os Centros de Referência Especializados (CREAS), equipamentos do SUAS, campo de enfrentamento a outras dimensões de atendimento/violência, não prescindem da existência dos Centros de Referência Especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, como é o caso do Cramvive. Esse instrumento de política pública faz parte do eixo assistência da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica[107], com expertise em violência contra a mulher. Os equipamentos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Cramvive), em nível municipal, portanto, não excluem a existência/trabalho dos equipamentos do SUAS (CRAS e CREAS). Os focos de atendimento são diversos e complementares, se redimensionam e interseccionam como políticas de proteção aos múltiplos olhares e enfoques dos direitos humanos.

4.3.1.2 Versão oficializada: criação legal/institucional

A lei 5.283, de 19 de março de 2012, criou a Subsecretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, inserida na estrutura da Secretaria Municipal de Defesa Social[108] do município de Vila Velha, com competência determinada (VILA VELHA, 2012):

> Art. 2º À Subsecretaria de Políticas para as Mulheres compete:
> I - Formular, coordenar e executar programas e projetos de políticas para as mulheres;
> II - Elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter local, em favor das mulheres;
> III - Elaborar o planejamento de gênero que contribua para a promoção da igualdade;

[107] A Rede de Enfrentamento diz respeito a atuação articulada de agentes governamentais, não governamental e a comunidade que tem por escopo a criação de estratégias de prevenção e políticas que garantam a autonomia das mulheres. A Rede de Atendimento encontra-se dentro da Rede de Enfrentamento e diz respeito a serviços e ações conjuntas de diferentes setores (segurança, justiça, segurança pública e assistência). Os serviços da assistência abarcam as dimensões especializadas e não-especializadas no atendimento à mulher. Os CRAS e CREAS constituem 'portas de entrada' para a rede de atendimento especializado da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

[108] A lei 4749/2009 demonstra o quadro organizacional da Prefeitura Municipal de Vila Velha e altera a nomenclatura de Secretaria Municipal de Defesa Social para Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Vila Velha. O organograma da Prefeitura de Vila Velha era constituído por dois gêneros de secretarias: 1) as de gestão (subdivididas em diversas outras) e 2) as Secretarias de Políticas e Ações Sociais, subdivididas em outras espécies: 2.a) Secretaria M. de Educação; 2.b) Secretaria M. de Saúde; 2.c) Secretaria M. de Ação Social e Cidadania; 2.d) Secretaria M. de Defesa Social; e, 2.e) Secretaria M. de Esportes e Lazer (VILA VELHA, 2009).

> IV - Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
> V - Promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação relativos à igualdade e em defesa das mulheres;
> VI - Desempenhar outras atividades afins.

Logo em seguida, em dezembro do mesmo ano, dar-se-á a criação legal do Centro Especializado de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (Cramvive), formalmente incorporado à estrutura da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (SEMDES), junto a Subsecretaria de Política para as Mulheres, em conformidade com o disposto no artigo 1º da lei 5.387, datada de 05 de dezembro de 2012.

> É criado e inserido na Estrutura Organizacional Básica da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, referida na Lei nº 4749, de 20 de janeiro de 2009, junto a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, o Centro de Referência Especializado no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica do Município de Vila Velha – CRAMVIVE, tendo como objetivo geral o atendimento e acompanhamento de mulheres em situação de violência doméstica e intra familiar (VILA VELHA, 2012).

Como se vê, em resumo, adveio a criação e estruturação da Subsecretaria Municipal de Políticas para Mulheres em março e, posteriormente, em dezembro, é criado o Cramvive junto à essa subsecretaria, ambos, pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, formal e legalmente. A previsão legal, artigo 2º da lei 5.387/2012, era de que o Cramvive objetivava, as mulheres munícipes, vítimas de violência, o cuidado e ênfase nos seguintes enfoques: atendimento, acolhimento, escuta qualificada, acompanhamento e encaminhamento a mulheres em situação de violência; fortalecimento e reconstrução da autoestima das mulheres para que superem o ciclo da violência e resgatem a sua cidadania; colaboração com publicações de trabalho e promoção de intercâmbio cultural; realização de pesquisas e estudos relacionados à temática da mulher; organização, coordenação de grupos de discussão e palestras sobre as desigualdades de gênero; construção de rede de serviços e banco de dados; estímulo as atividades de geração de renda, dentre outros.

Pelo trabalho de pesquisa empreendido por Bonorino (2017) se pode perceber que a lei de instituição formal do Cramvive adveio como forma de reafirmar o trabalho já existente, mesmo no apagar das luzes da administração (2009-2012). A lei de criação ressaltava a estrutura mão de obra e material) e composição do órgão (servidores efetivos e comissionados), em aproveitamento aos já pertencentes aos quadros do município. A institucionalização do equipamento, apresentado pelo modelo legal, atinha-se aos objetivos já mencionados. No primeiro momento, após sua formalização na estrutura municipal, o espaço disponível para o funcionamento era anexo à Delegacia da Mulher, no Bairro Prainha (segunda a sexta-feira de 07 às 18 horas). Como se verá, a versão formalizada, criada em dezembro/2012, tão logo nascida foi alterada em janeiro/2013, face a reestruturação e a minirreforma administrativa proposta pela nova gestão na política municipal (2013-2016).

4.3.1.3 Versão "reestruturada": o início da saga

A pesquisadora teve dificuldade de acesso a materiais históricos de constituição/reestruturação do Cramvive, vez que estes não foram catalogados ou registrados, foi-se, então, percorrendo caminhos da pesquisa histórica através de relatos da dissertação de Bonorino (2017), assim como outras pesquisas e fontes, como jornais antigos, folhetos, fotografias, internet, compêndios de leis, enfim, quaisquer elementos para a produção e reconstituição de pequenos trechos do contexto sócio-político do município, entremeados pelo (des)velar da história do equipamento público Cramvive. Bonorino (2017), em sua dissertação, infere que em 2013 houve a redução da equipe e a correspondente diminuição dos atendimentos, extinto, pouco depois, o cargo de advogado(a).

Textos legais e notícias de jornais aliam-se aos argumentos de Bonorino (2017). Corrobora esse entendimento a efetivação da reforma administrativa, prometida no início de 2013, com a publicação da lei 5.404, datada de 16 de janeiro de 2013, em modificação aos dispositivos da anterior lei 4749/09. A nova lei altera a disposição do órgão na estrutura e a nomenclatura, "de Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (SEMDES) para Secretaria de Prevenção e Combate à Violência (SEMPREV)", redimensionada como órgão de Apoio Direto ao Prefeito (art. 2º, I, I.4).

Dentre as modificações efetuadas, aqui se quer focar, especificamente, naquela contida no art. 1º, com a seguinte redação:

> VI - Fica alterada para 'Secretaria Municipal de Prevenção e Combate à Violência' a denominação da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, vinculada aos Órgãos de Assessoria e Apoio Direito ao Prefeito, que terá a finalidade de prevenir crimes e combate à violência, à qual integrar-se-ão a Guarda Civil Municipal, a Defesa Civil Municipal, o Centro de Referência Especializado no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica - CRAMVIVE, e comportando, ainda, as funções até então exercidas pelo Centro de Monitoramento e Operações 24 horas do Município de Vila Velha – CEMOPE [...] (VILA VELHA, 2013).

Com efeito, a partir da análise legal (lei 5.404/13), a reestruturação produz mudanças nas nomenclaturas das secretarias municipais, além de demonstrar a forma de pensar/agir da nova administração municipal. Formas de agir e pensar que, inicialmente, podem ser analisadas: i) houve, tão-somente, a mudança de nomenclatura (de Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social para Secretaria Municipal de Prevenção e Combate à Violência – SEMPREV, localizada, a partir da nova lei, como órgão de assessoria direta do Prefeito); ii) a nova secretaria juntou-se a outros órgãos de segurança, realocados e centralizados, priorizando-se, por assim dizer, a dimensão da Segurança Pública em Vila Velha; iii) foi 'apagada' outra estrutura, como a da recém-criada Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Município ou está Subsecretaria foi 'apagada', mas não extinta, por estar em pleno vigor a lei que a criou (vez que a lei citada não a extinguiu)[109]; iv) a par da violência local e estadual, foram ventiladas notícias de extinção do Cramvive. Quanto ao fato político 'novo governo' e a reforma administrativa propalada em 2013, as pesquisas e passagens em um periódico capixaba e no jornal de notícias oficiais da Prefeitura Municipal de Vila Velha, abaixo destacados, narram as percepções da reforma administrativa correlacionada à redução dos serviços públicos.

Em enfoque da reforma administrativa, o Jornal "Século Diário"[110], em 01/01/2013, expõe a notícia sobre o governo municipal de Vila Velha que promete "choque de

[109] Com um olhar mais atento pode-se verificar, em pesquisa ao site da "Prefeitura Municipal de Vila Velha: legislação online", que a lei nº 5.283, datada de 29/03/2012, encontra-se em plena vigência, o que significa afirmar que, apesar do 'desmonte' da Subsecretaria Municipal de Política para Mulheres de Vila Velha, o órgão não foi extinto (VILA VELHA, 2021, s.p.).

[110] O jornal Século Diário é online, criado em maio de 2000, com plataforma editorial independente e foco na interpretação dos fatos. Segundo o próprio jornal, "é uma leitura obrigatória para quem quer 'desvendar' os segredos do Espírito Santo". Os fundadores e responsáveis pelo jornal são os jornalistas José Maria Batista, Rogério Medeiros e Stenka do Amaral Calado.

gestão", logo no primeiro dia do governo, a redução de cargos comissionados e a extinção de duas secretarias municipais. Tal fato não aconteceu em virtude da mobilização popular (notícia datada de 16/01/2013). Posteriormente, o mesmo jornal, com notícias datadas de 30/06/2013, informa que o movimento de mulheres denunciou a extinção do CRAM-vive, presente contido no pacote de reformas administrativas previstas. O Fórum de Mulheres do Estado alertava que, após a inauguração do serviço, em espaço exclusivo "no dia 7 de março deste ano, a equipe está sendo cada dia mais reduzida, e que até os móveis do local estão sendo retirados" (SÉCULO DIÁRIO, 2013, s.p.).

Em outra notícia, o periódico, Jornal Online "Século Diário", datada de 20/10/2013, adverte sobre a realização de uma audiência pública no legislativo local, conjunção de forças do presidente da Comissão de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Câmara Municipal em parceria com o Fórum de Mulheres do Espírito Santo, cujo objetivo era debater sobre a possível extinção do Centro de Referência de Atendimento e Apoio às Mulheres Vítimas de Violência de Vila Velha (CRAM-Vive). O debate aconteceu e o executivo municipal, antes ansioso pela extinção do serviço, 'optou' pela reestruturação do instrumento, após inúmeras manifestações e ampla repercussão social. Todavia, pouco após a sua reinauguração surgiram denúncias de que o serviço do CRAM-vive estaria fechado, apesar de o Estado do Espírito Santo liderar o "ranking de homicídios de mulheres" (SÉCULO DIÁRIO, 2013, s.p.).

Na leitura de notícias no *site* da prefeitura municipal consta reportagem publicada em 16/01/2013, início da gestão administrativa, informando que "o Centro de Referência Especializado no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica não será extinto" (VILA VELHA, 2013, p. 1). O equipamento de políticas públicas será reestruturado, vez que, funciona sem estrutura adequada e os assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais continuarão cumprindo 'sua missão'. É meta fazer mais com menos e melhorar, dentro da competência do município, a área de segurança pública" (VILA VELHA, 2013, s.p.).

Em outra reportagem, datada de 09/10/2013, ocorreu a primeira audiência pública da administração, em que compareceu a Secretária da SEMPREV para destacar o trabalho realizado pela prefeitura no combate à criminalidade. Em resumo, alguns

projetos relatados: o diagnóstico e ordenação do espaço público; a instalação de sistema de videomonitoramento; armar e reestruturar a guarda municipal; atuação continua do Gabinete de Gestão Integrada (GGIM) na prevenção e combate à violência; parceria com o governo do Estado para aumentar o efetivo de policiais civis e militares, dentre outras. Ao final da reportagem, a população ao ser ouvida, assim se manifesta:

> [...] ficou claro que o anseio da sociedade não está apenas na questão da segurança, isoladamente, mas também na atenção nas áreas de saúde, educação e assistência social. Eles solicitaram, em sua maioria, que houvesse também investimentos na área de saúde para tratamento dos doentes de drogas; na educação, com um trabalho contínuo nas escolas com as crianças; um trabalho de reestruturação da família e investimento em assistência social (e não assistencialismo). Só assim, acreditam eles, que o trabalho da segurança conseguirá ser completo (VILA VELHA, 2013, p. 2).

Os relatos jornalísticos acima explicitam formas de pensar que constroem/reforçam a base do imaginário social da população. Diversas perguntas guiam a análise: Qual a ideia da reestruturação administrativa contida na frase “choque de gestão” e quais as áreas mais atingidas por essas reformas (prioritária e fragilizada) pela reestruturação? A constituição da visão da segurança, no campo jurídico e sociológico, correlaciona-se ao desenvolvimento industrial ocorrido no município a partir da década de 1970?

Nessa perspectiva, a pesquisadora identifica três eixos de argumentação, em uma releitura das notícias. O primeiro eixo, “choque de gestão”, reflete, em nível municipal, que a nova administração prioriza a Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Social e Trânsito[111], uma super secretaria (órgão de apoio direto ao prefeito), com característica integrativa de órgãos de segurança com o objetivo de prevenir crimes e combater a violência. Nessa versão de segurança estava prevista a extinção do Cramvive, instrumento de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, “reestruturado” em função da mobilização social e apresentado em nova versão sob o controle da Segurança Pública.

[111] Com a publicação da lei 5.404 a Secretaria foi alçada a categoria órgão de apoio direito ao prefeito com caráter integrativo a diversas vertentes, Guarda Municipal, Defesa Civil, o Centro de Referência Especializado e as funções de monitoramento exercidas pelo Centro de Monitoramento e Operações 24 horas de Vila Velha (CEMOPE).

Bandeira (2017) argumenta que o poder, a par das questões estruturais gerais e dos altos índices de morte de mulheres, conforme já sinalizado introdutoriamente, modela a violência como parte da concepção da dinâmica social. As investidas da violência acontecem sobre os corpos femininos e estruturam relações interpessoais que permeiam a sociedade, um fato social "naturalizado".

> A quem se dirige a violência em nossa sociedade? No geral, identifica-se o corpo feminino considerado como 'espaço preferencial', não apenas pelo volume de assassinatos de mulheres que vem ocorrendo nas últimas décadas, como também pelo grau de barbárie ao qual tem sido submetido. Nessa direção, pode-se identificar que o assassinato de mulheres assume aspectos extremos deixando de ser um 'instrumento' ou uma 'estratégia', mas transveste-se no próprio exercício do poder; daí a sua condição de força social estruturante que nem sempre é distinguível em relação a outras formas de manifestação de poder (BANDEIRA, 2017, p. 21).

O segundo eixo mostra o panorama ideológico da segurança pública (visão policialesca da segurança e a criação de mitos). Segundo Chauí (2003, p. 35), o mito é, para os gregos, "um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem a narrativa como verdadeira porque confiam [...] são narrativas feitas em público, baseadas, portanto, na autoridade e confiabilidade da pessoa do narrador". Chiavenato (2004)[112], por sua vez, explica o mito como a origem da realidade, por meio de forças e fragilidades sobrenaturais, a guiar o destino da raça humana: o povo (como "os anões da história", passivos diante da opressão) e os heróis (salvadores da pátria) para 'resgatar o povo da sua "própria torpeza"! A audiência pública de Vila Velha demonstra, dessa forma, as contradições inerentes à construção social da visão da segurança pública: 1) a visão da administração ("questão de polícia", visão policialesca da realidade): *"nunca se viu um batalhão tão ativo quanto o nosso [...]"*; 2) a visão da população (construção da segurança como resultado da integração de diversas políticas sociais): "[...] ficou claro que o anseio da sociedade não está apenas na questão da segurança, isoladamente, mas também na atenção nas áreas de saúde, educação e assistência social. segurança conseguirá ser completo." (Vila Velha – notícias, 2013, p. 2).

> Em suma, o grande mito que sustenta a imaginação social brasileira é o da não-violência porque, como asseguram os conquistadores, somos o Paraíso

[112] Chiavenato (2004) escreve o clássico livro "As lutas do povo brasileiro" que desmistifica a herança passiva do povo brasileiro enquanto demonstra, no decorrer da história, as diversas lutas e a disputa de poder por liberdade e direitos.

> terrestre reconquistado, o mundo do céu azul, dos mares verdes, das riquezas naturais e do povo ordeiro e pacífico, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais, acolhedor para os estrangeiros, generoso para com os carentes, orgulhoso das diferenças regionais e destinado a um grande futuro (CHAUÍ, 2003, p. 49).

Em paráfrase a ideia de Chauí (2003) da defesa do país como "não-violento"[113], a pesquisadora, em analogia à sociedade de Vila Velha, aduz que tal afirmativa merece algumas incursões e questionamentos: o modelo de desenvolvimento industrial dependente nos primórdios de Vila Velha, já analisado, composto por migrantes ("desadaptados"), ocupantes da cidade em transição, está na raiz da violência no município?

Nas palavras de Ianni (2004), as raízes da violência estão nas estruturas globais de poder que defendem os interesses das elites mundiais, posto que, para ocupar as novas configurações citadinas as populações abandonam seu "modo de vida", sua forma de sociabilidade de antigos mundos agrários. Esses novos moldes sociais promovem a despolitização da realidade e a "pauperização" nas grandes metrópoles, convívio de riqueza e pobreza extremas, e os Estados Nacionais (e seus correspondentes: estados e municípios), não conseguem gerenciar as políticas governamentais. O resultado das transformações político-econômicas e socioculturais geradas pelo novo ciclo social da globalização do capitalismo e da revolução burguesa mundial são: "indivíduos e coletividades [que] desterritorializam-se e reterritorializam-se, são desafiados a pluralizar e multiplicar as suas perspectivas" (IANNI, 2004, p.141).

Simples assim, o primeiro "choque de gestão", imposto pela administração de Vila Velha à época, integrava o universo de contrarreforma do Estado, minimização de investimentos nas políticas públicas em nível municipal. Os bolsões de pobreza pertencentes à lógica estrutural fazem parte do momento histórico, já percorrido

---

[113] Na análise nos mecanismos jurídico e sociológico, a autora (2003), quanto a perspectiva da nação brasileira como não-violenta, argumenta: 1) pelo mecanismo jurídico a violência está adstrita ao campo da delinquência, da criminalidade, lados opostos, em que os agressores, 'os agentes violentos' (de modo geral os pobres) são responsáveis por ações violentas contra si (ação de força policial), justificadas e legitimadas; 2) o mecanismo sociológico dispõe que o povo brasileiro é não-violento, mas, em um quadro temporal, os migrantes e populações pobres, em busca de nova vida, desestabilizam as cidades e as antigas formas de sociabilidade e de vida da população citadina em transição, são, portanto, os responsáveis pela produção da violência - os "desadaptados".

anteriormente nesse trabalho, em que os “desadaptados ou migrantes das zonas rurais” configuraram o processo social acontecido no Estado capixaba, narrado por Siqueira (2001), referenciando à industrialização acelerada e ao empobrecimento urbano.

Esse processo espelha, em detalhes, a produção da violência e inchaço das cidades da Grande Vitória no início da industrialização. Vila Velha-ES também demonstrava um agravamento das condições econômicas, sociais e carência de acesso aos serviços básicos, atingindo, prioritariamente, a população de baixa renda. Os pobres se constituíam em 58,6% da população e o grande capital avançava, sem tréguas, sobre a região. Siqueira (2001) afirma que as transformações comandadas pelo “grande capital”, grupos nacionais e internacionais, conduziram a economia capixaba ao espaço de reprodução das condições internacionais.

Assim, em território municipal (Vila Velha), similar à característica nacional, estão presentes as representações do “jeitinho brasileiro de fazer política pública”, resultado de fetiche conservador e centralizador de ação, as conhecidas “decisões de gabinete”. Em notícia do início do ano (01/01/2013), o governo municipal promete estrutura de gestão já delimitada, perspectiva técnica, com ênfase em vetores operacionais e leitura objetiva da realidade.

Claro, há que se argumentar que o planejamento, além da dimensão técnica (conteúdo do desenvolvimento tecnológico), deverá conter a visão ética de rompimento das conceituações tradicionais. O resultado da versão apresentada pela gestão municipal não é a de um planejamento como um processo de formulação coletiva de mudanças, sobretudo, de controle, de forma a incorporar os sujeitos históricos em mecanismos de participação popular. É, somente, e tão-somente, a (in)versão lógica, burocrática e conservadora das decisões autoritárias, sem destacar a importância dos segmentos políticos da população ligada, principalmente, à temática tratada (BAPTISTA, 2000). Assim, a partir de 2014, as notícias[114] do sítio da prefeitura

[114] As reportagens são publicadas a partir de Secretaria de Prevenção, Combate à violência e Trânsito (SEMPREV). Dentre os trabalhos constam diversas atividades realizadas em comemoração ao Dia da Eliminação da Violência contra a Mulher (25 de novembro), ações educativas - divulgação da Lei Maria da Penha; Campanha do Laço Branco, dentre outras, realizadas nos anos de 2014, 2015 e 2016. As notícias do *sítio* da PMVV demonstram nesses anos o caráter preventivo do trabalho efetuado,

municipal, das diversas reportagens publicadas, continuam demonstrando a participação do Cramvive em campanhas e atividades em caráter, tão-somente, "preventivo", "[...] as pessoas que procuram ajuda são orientadas sobre os diferentes serviços disponíveis para a prevenção, apoio e assistência, proporcionando assim um atendimento especializado contínuo" (VILA VELHA, 2014; 2015; 2016). Outra fonte também ratifica a visão do trabalho de prevenção, consoante se observa em entrevista de Bonorino[115].

> Segundo a coordenadora, o CRAMVIVE funciona a partir de legislação municipal e está vinculado à subsecretaria de prevenção [...] Assim, o centro tem oferecido acolhimento regular às mulheres vítimas de violência, mas também realiza oficinas, palestras, workshops, capacitações em escolas e empresas, uma vez que a equipe reconhece a necessidade de se discutir o tema e difundir outros modos de vida e olhares para as mulheres (FERREIRA, 2014, p. 1).

Para além, ainda, da simples visão de planejamento, em suas versões técnicas e subjetivas, há o estilo brasileiro de administrar. Com o título similar, Barros e Prates (1996), num clássico estudo sobre a gestão de empresas brasileiras, reconhecem uma identidade da nação, sobretudo, a partir de modos e formas de gerir/administrar. Neste momento, em analogia ao estudo referido, a pesquisadora reflete e, em síntese, aponta os principais aspectos da cultura nacional de conduzir as organizações, o que se pode verificar na forma e atuação do gestor municipal nessa época.

Há traços culturais especiais na concepção inerente à postura de líderes (concentração de poder e paternalismo, decisão como pressuposto do grupo de pertença do líder ou afins); e paternalismo (concentração de poder mais personalismo)[116]. Por esse ângulo, esta dissertação tem como pressuposto possibilitar

---

afastado, portanto, o viés do atendimento às mulheres vítimas de violência (as reportagens encontram-se descritas nas referências bibliográficas para pesquisa online e demonstram tal enfoque no trabalho do Cramvive).

[115] A entrevista "A experiência do Cramvive – o que é uma relação violenta?" foi realizada por Ferreira *et al.* (2014) e está registrada no blog "Movimentos Vila Velha", como parte do trabalho dos alunos do Curso de Pós-Graduação em Gênero e Raça da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2014.

[116] Segundo Barros e Prates (1996), convivem, por outro lado, os liderados com traços culturais de espectadores: aceitação passiva da realidade; transferência de responsabilidade (se o poder não está comigo a responsabilidade não é minha); e, autodeterminação reduzida (ações para manutenção do estado atual ou pequenas reformas sem avanço significativo). O estudo ainda destaca que na sociedade brasileira há uma certa discrepância entre a conduta real e as normas que a regulam, ou seja, na busca de estabilidade surge o formalismo, aceitação tácita de regramentos com aplicação em prática distorcida.

a criação de espaços de diálogo e reflexão, delimitando dúvidas conceituais e políticas sobre a realidade concreta, sendo, pois, por esse motivo, necessário pincelar as contradições e limites que a interseccionam.

4.3.1.4. Versão "reestruturada": a saga continua

O item anterior abordado mostra as inúmeras facetas do instrumento público Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher Vítima de Violência. Há que se destacar, contudo, quais os acontecimentos que antecederam a citada transferência do Cramvive para a Secretaria de Assistência Social de Vila Velha? Por que, novamente reestruturá-lo em 2017 se já havia sido 'reestruturado' em 2013 pela administração municipal anterior?

A nova administração municipal (2017-2020), a partir de abril, por meio do decreto 042/17, determina que o Cramvive retorne as atividades junto a SEMAS, deixando para trás a Secretaria Municipal de Prevenção e Combate à Violência – SEMPREV. O processo histórico de constituição do Cramvive para a nova gestão municipal (2017-2020) não é tão simples como "por mágica", navegando nas "leves asas" de um decreto, amontoado de letras - código simbólico de poder, transferindo um instrumento de políticas públicas de uma gestão "policialesca" de 2013, realidade permeada por visão de repressão e força ligada à segurança pública, para, em 2017, adentrar a dinâmica da Assistência Social. Pode-se afirmar, a partir da coleta de dados, que o governo municipal anterior (2013-2016) não extinguiu o Cramvive, por força da mobilização social, inicialmente, mas interferiu e desconstituiu sua estrutura, composição e metodologia de trabalho. E mais adiante, pelo que se percebe das assertivas abaixo, a primeira reestruturação em 2013, na verdade representou a desconstrução do instrumento de políticas públicas pelo governo municipal.

> *"[...] não tinha estrutura, [...] não tinha um lugar físico para dizer ali ia ser o CRAMVIVE porque [...] descobri que o lugar que existia antes a própria gestão anterior desconstruiu, não existia mais o prédio, os móveis, nada do que era do CRAMVIVE foi desfeito no momento em que, por algum motivo se desconstruiu os atendimentos, também se desfez a estrutura física. Eu acho que esses móveis foram realocados para outros setores, outros*

> *equipamentos, outras secretarias, até dentro da própria secretaria a gente achou os equipamentos que tinham sido distribuídos, e o prédio já não era mais ocupado pela prefeitura municipal"* (Bertha).

Aqui, para a gestão que iniciou na administração da política municipal em 2017, o Cramvive, como já mencionado, estava permeado pela incógnita de trabalho, invisibilidade em sua história.

> *"[...] comecei a fazer pesquisa no site da prefeitura municipal de Vila Velha para entender quais eram os serviços e políticas que estavam funcionando e que tinham alguma ligação direta ou indireta com a política da assistência social [...]. E um dos públicos que dependem muito da atuação da política de assistência é a mulher vítima de violência [...] independente de qual secretaria [...]! Não achei nada fácil no site e comecei a procurar em sites de busca e aí [...] achei o nome CRAMVIVE. Então [...] existia um Centro de Referência e aí [...] achei a lei. [...] era de 2012. Só que aí voltei para pesquisa das ações do CRAMVIVE, dentro do site da prefeitura municipal e não achei registro (...), sempre moradora de Vila Velha desde que nasci, sendo pesquisadora, estudiosa, tendo feito trabalhos no tema, frequentava muito as reuniões de conselho, muitas ações, muitas ações e trabalhos para ONG'S, e nunca tinha ouvido falar em CRAMVIVE. [...]: Seja lá como funciona para mim não funciona bem! Porque (...) não acho nada sobre ... E [...] não vejo registro em lugar nenhum e nunca ouvi falar por mais articulada e atuante que [...] fosse [...]"* (Bertha).

A transferência do Cramvive, havida no início da administração (2017-2020), foi fruto de decisão institucional, exclusivamente com sujeitos do poder público, portanto, se reuniram o secretário da SEMPREV, um representante da Secretaria de Governo e a Secretaria da SEMAS, com o aval do prefeito municipal. A citada transferência, segundo Bertha, foi legalmente instituída via decreto municipal,

> *"[...] os sujeitos foram, basicamente, exclusivamente, nesse momento até por entraves políticos que poderiam existir, que, certamente existiriam, hoje [...] posso afirmar isso, então foi acertada a decisão, foi uma decisão exclusivamente com sujeitos do poder público [...]"*

O Secretário da SEMPREV, em suas pesquisas, encontrou a estrutura legal do Cramvive dentro da pasta que geria e, conceitualmente, entendia que o instrumento deveria estar ligado à assistência social e, em abril de 2017, após uma reunião com os sujeitos institucionais narrados acima, recomendou que o órgão fosse transferido para a SEMAS

> *“[...] em abril de 2017, ou seja, só tinha três meses de mandato, o Secretario da pasta à época, o Coronel Celante, [...] foi fazer as pesquisas e os estudos dele e encontrou a estrutura de recursos humanos e alguns móveis [...] o CRAMVIVE dentro da pasta que ele geria e que ele não se sentia confortável em tocar um trabalho com tanta necessidade e responsabilidade, no conceito dele, diante de todos os casos estourando na mídia também de feminicídio e de violência doméstica, sem ele ter um conhecimento aprofundado. O que ele conhecia muito era de Segurança Pública, mas violência doméstica, não! [...]”* (Bertha).

Fato é que a gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) à época, face ao argumento de que, não se sentia no direito a declinar do desafio pessoalmente, portanto, *“[...] no mesmo dia e na mesma reunião [...], aceitou a transferência”* (Bertha).

Quando a política municipal anterior desconstituiu o serviço, as trabalhadoras do Cramvive estavam alocadas na estrutura da SEMPREV. Assim, a Secretária Municipal da SEMAS convidou a equipe do Cramvive, composta de servidoras efetivas, para uma primeira reunião, após a efetivação da transferência em maio/2017, a fim de conhecer a perspectiva de trabalho realizado anteriormente, bem como para dar ciência de que, a partir do decreto, o órgão estaria sob nova coordenação: SEMAS. A partir daí a equipe informou que o caráter metodológico do trabalho anterior estava ligado à prevenção, ao contrário da versão metodológica antes da primeira reestruturação.

> *“[...] Nessa reunião é que tive a informação das servidoras, que era uma administradora, era meio coordenadora do serviço, e a psicóloga, a assistente social [...] descreveram que o trabalho que elas estavam a frente, ligadas enquanto equipe, era ligado a prevenção. Era participação em eventos, congressos, fóruns, debates sobre o tema e depois replicação de saberes e de conceitos através de palestras em escolas, e locais públicos e privados para os quais elas eram convidadas ou pediam autorização para estar presentes”* (Bertha).

As técnicas, ao final daquela reunião, afirmaram ainda não ter interesse e nem condições emocionais para atender as mulheres vítimas de violência na nova versão proposta pela gestora do instrumento de políticas públicas.

> *"[...] entrei na seara do atendimento em si [...] com a lógica de iniciar um tratamento emocional daquela mulher que já estivesse na situação de violência doméstica. E a equipe afirmou para mim na época que elas não faziam a parte de atendimento e [...] disse que na gestão do CRAMVIVE dentro da assistência, a gente ia trabalhar com a metodologia para o atendimento e que quando isso estivesse bem estruturado, mesmo que fosse, concomitantemente, a gente também iria trabalhar a prevenção, através de palestras e outras técnicas. [...] E aí a sensação de que eu tive no final da reunião é que a equipe não ia topar estar, com a assistência social, diante dessa nova perspectiva da forma de gerir o CRAMVIVE. [...] E aí, na verdade depois, formalmente, elas fizeram um documento, como servidoras efetivas, embasadas no Estatuto do Servidor para o Secretário da pasta, declinando do convite, digamos assim, e dizendo de que não havia interesse e que gostariam de permanecer em outras funções dentro da mesma pasta"* (Bertha).

O primeiro passo da Secretaria Municipal de Ação Social foi a reativação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Vila Velha (COMDDIM), paralisado desde o ano de 2012, convocando, por edital, reunião com a diretoria anterior, entidades representativas do Poder Público e movimento feminista para reativação/reestruturação do órgão, *"[...] convidando as entidades que, teoricamente, estavam na formação do Cramvive Original, a estarem presentes nessa reunião para retomar os trabalhos, para ouvir; e outras instituições ligadas a militância da política para mulheres [...]"* (Bertha).

Outros dados também noticiam a reativação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Vila Velha (COMDDIM), inativo desde 2012[117]. Assim, a segunda reestruturação operacionalmente, com inúmeros desafios, iniciou em maio de 2017,

[117] A publicação oficial da PMVV, datada de 18/04/2017, ratificam as informações acima sobre a reativação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Vila Velha (COMDDIM), inativo desde 2012, realizando uma convocação de entidades representativas do poder público e da sociedade civil para compor a estrutura física e operacional – reativação/eleição dos membros do órgão para o biênio 2017/2018, com o intuito de reabrir os trabalhos do Cramvive. Algumas entidades representativas do Poder Público: Delegacia da Mulher, as Secretarias Municipais da Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Planejamento Orçamento e Gestão Prevenção e Combate à Violência e Trânsito, de Desenvolvimento Sustentável – Turismo e Câmara de Vila Velha. As entidades civis foram: Grupo de Mulheres Força Feminina, Movimento Organizado de Saúde (MOSAVE), Movimento de Mulheres Santa Clara, Clube de Solidariedade – Casa da Mulher, Sindicato dos Advogados do Espírito Santo, União de Cegos D. Pedro I (UNICEP), Associação de Pais e Amigos dos Surdos e outros Deficientes de Vila Velha (APSOD), Conselho Comunitário de Vila Velha (CCVV) (VILA VELHA, 2017).

em resumo; sem estrutura física, sem equipe multidisciplinar – o Cramvive já estava na SEMAS.

Em outras notícias publicadas em 22/08/2017, o sitio da Prefeitura Municipal chama a atenção que haverá a intensificação das ações voltadas ao público feminino através da SEMAS, vez que a Secretaria assumiu os atendimentos realizados pelo Cramvive. Prossegue afirmando o início dos trabalhos em participação conjunta, através das profissionais do Cramvive, junto a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (órgão do TJES), na realização da 8ª Semana pela Paz em Casa no município de Vila Velha, no parque histórico da Prainha. Nesse evento é anunciado também a inauguração da nova sede, prevista, inicialmente, para setembro. Em dezembro de 2017 foi inaugurada a nova sede do Cramvive, exibida em notícia veiculada no site da Prefeitura Municipal, que, segundo a Secretaria da SEMAS, teria a responsabilidade de

> [...] coordenar a política para mulheres em Vila Velha. Lá trabalharemos tanto na prevenção de todos os tipos de violência contra a mulher quanto ofereceremos tratamento psicológico, socioassistencial, jurídico, palestras e cursos para o mercado de trabalho e tratamento odontológico, além de encaminhamento para a rede de serviços públicos. (VILA VELHA, 2017, p. 1).

De imediato, pode-se perceber a disposição e luta para a reinstalação do Cramvive. As medidas, ainda que iniciais, frente a realidade das dificuldades, são frutos de esforço, sobremaneira, para suplantar os lapsos históricos e a falta de estrutura (recursos humanos, física, metodológica, dentre outras). Assim, sob o roteiro de Bertha, alguns detalhes dos desafios aparecem nos dados.

> *"Estrutura física não tinha então a gente começou com uma salinha aqui, improvisada, com uma pessoa que não deu certo porque era uma pessoa comissionada. Não tinha o perfil para estar alinhada com a lógica da [...] gestão então aí [...] preferi ficar sem do que ficar com uma pessoa desalinhada [...]"* (Bertha).

Necessário se faz perceber que a montagem dos recursos humanos também demandou sensibilidade e perspicácia, eis que, na negativa das servidoras efetivas da prefeitura municipal de acompanharem o Cramvive na nova dimensão do trabalho, atendimento às mulheres em situação de violência, os dados, no depoimento de

Bertha, demonstram a preocupação da montagem de uma equipe multiprofissional alinhada

> *"[...] começar uma equipe se sentindo obrigada a fazer algo que não gostaria de fazer e para lidar com searas muito complicadas [...], precisavam estar de corpo e alma envolvidas na proposta para conseguir provocar o efeito que a gente precisava para as mulheres atendidas que já eram vítimas de múltiplas violências, e, não podiam se sentir novamente desprotegidas [...], com o atendimento, talvez, é, sem o amor necessário"* (Bertha).

Além da visão quanto ao perfil das profissionais, ainda havia a necessidade de criar estratégias, dentro das profissionais pertencentes ao quadro municipal para a constituição da equipe

> *"Hoje a gente tem coordenação, referência técnica, psicóloga, assistente social, estagiários [...], administrativo, mas isso foi conseguido com o tempo. Com algumas avaliações [...] em outros equipamentos e serviços [...] insatisfações de alguns servidores efetivos com aquele serviço e com aquele equipamento, mas que tecnicamente eram muito boas, sem experiência em violência doméstica, mas com experiência em política pública e política de assistência e com mente aberta para o aprendizado. Então [...] fazendo essa seleção através do olhar, da observação, [...] fazendo as proposições. [...] Então a equipe foi construída assim: com remanejamentos e aí também tem comissionado, administrativo e os estagiários que quando é da assistência social ou psicologia, que tem o perfil adequado [...] para o Cramvive, então para ter essa estrutura. [...]"* (Bertha).

As interpretações das notícias online[118], núcleo editorial da prefeitura municipal, prossegue com suas palavras, a partir de 2017, que em resumo expressam, "a reestruturação do trabalho do órgão com a inauguração da sede física do instrumento em abrigo ao retorno dos atendimentos psicossocial e jurídico e articulação da rede de serviços em prol do combate à violência contra a mulher" (VILHA VELHA, 2017, s.p.). Logo na edição do decreto, o trabalho e a sede física não retornaram de

[118] Logo em 2017 se tem o início da reestruturação do Cramvive com a reativação do COMDDIM e a preparação da nova sede, a partir da SEMAS, de acordo com as publicações em 2017 (18/04; 22/08; 23/08; 30/08; 31/10; 27/12; 28/12). Em 2018 as notícias também apontam a intersecção dos trabalhos de prevenção (palestras e atendimento às mulheres) (10/01; 12/01; 05/02; 25/02; 02/03; 07/03; 10/03; 23/03; 28/03; 12/04; 23/04; 27/04; 28/04). Em 2019 (14/02; 07/03; 11/03), as notícias demonstram a continuidade do enfoque da prevenção, atendimento, também com foco no empreendedorismo.

imediato. Assim é que os trabalhos iniciais, segundo a reportagem[119], abrigavam o acesso a benefícios e programas sociais do governo federal em encaminhamento das mulheres para atendimento psicológico na Secretaria Municipal de Saúde e trabalhos de orientações conjuntas com o CRAS E CREAS (órgãos da SEMAS). O trabalho do Cramvive, inicialmente, era se reestruturar[120]. Após inúmeras informações acima expostas, é eficaz utilizar lentes mais resumidas e estreitar maiores detalhes ao debate, após à análise introdutória dos primeiros dados.

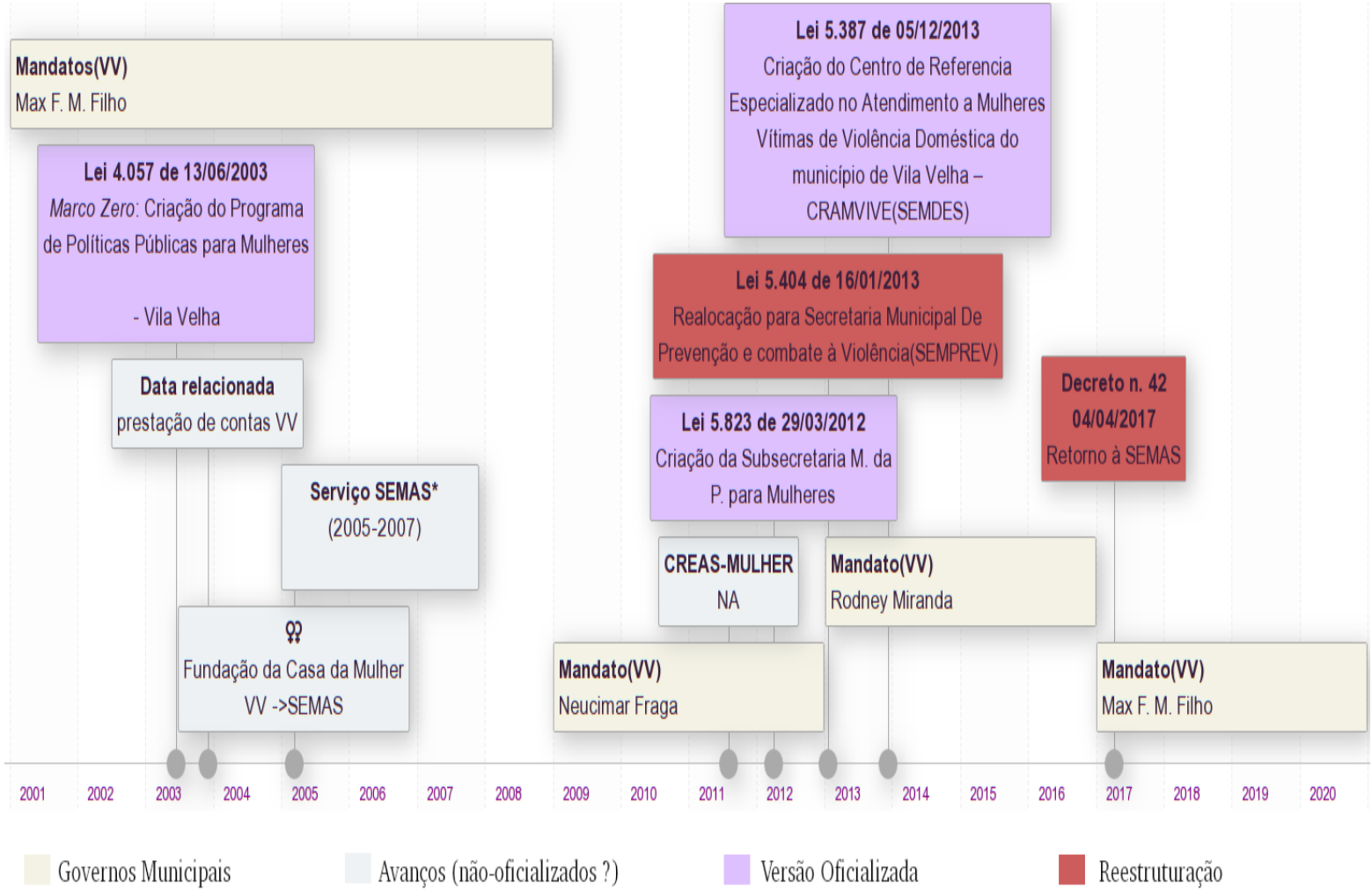
Na linha do tempo que segue adiante, se quer destacar, contudo, que a implantação das políticas públicas para mulheres no Espírito Santo e, especialmente em Vilha Velha, não está adstrita a qualquer governo municipal, eis que compartilha a ideia de Barcellos (2003)[121], quando este adverte que remonta a 1996 a realização da Campanha de Combate à Violência Contra a Mulher (CEDDM), aliando esse ente governamental aos movimentos organizados, em prol da elaboração de políticas públicas para as mulheres. A implantação efetiva da primeira política pública para mulheres gestadas no ES foi a DEAM em Vitória (1985), com o registro dos primeiros casos do invisível fenômeno da violência contra a mulher. A DEAM Vila Velha foi inaugurada em março 1988, sendo seus registros somente realizados nos últimos quatro meses de 1989, em um total de 137 denúncias. Também existe uma Casa Abrigo Estadual (Casa Maria Cândida Teixeira), único equipamento de acolhimento de demandas de alta complexidade para mulheres em risco de morte, criada em 2007.

[119] Reportagem é datada de 22/08/2017, veiculada pela Comunicação da Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV), de origem da SEMAS (VILA VELHA, 2017).

[120] De acordo com os relatórios mensais de atendimento do Cramvive enviados a SEMAS, no ano de 2018, dentre as 209 (duzentas e nove) usuárias acompanhadas, as principais características que se destacaram nos atendimentos foram: 1) a prevalência de agressão às mulheres na faixa etária entre 35 a 45 anos (83), seguida um pouco atrás da faixa etária de 46 a 59 anos (51); 2) o estado civil das usuárias demonstra que 96 mulheres atendidas eram solteiras, seguidas de perto pelas casadas (71); 3) quanto à escolaridade, predominou àquelas com ensino médio completo (85), sendo, ainda, 54 com ensino fundamental incompleto e 29 mulheres com ensino superior completo; 4) em relação à raça, evidenciou-se a predominância de mulheres da categoria negra, num total de 128 mulheres (pardas - 77 somadas as pretas – 51); enquanto 88 mulheres seriam brancas. Destacava-se, ainda, que 79 (setenta e nove) usuárias foram desligadas do Cramvive, dentre os motivos selecionados estariam – mudança de domicílio (21); evasão (4); avaliação da equipe técnica (51) e outros (3).

[121] Barcellos remonta, no capítulo intitulado “Atuação das Delegacias Especializadas da Mulher no Estado do Espírito Santo”, a intensa mobilização de mulheres no estado, também em sua versão institucional, para a implantação das DEAM’S, com o resgate histórico do surgimento dessa importante política pública de intervenção e combate à violência contra à mulher no estado.

Figura 3 - Linha do Tempo: elementos históricos e políticos



Fonte: elaboração da autora

4.4 A EXPERIÊNCIA DA SEGUNDA REESTRUTURAÇÃO DO Cramvive PELAS LENTES INSTITUCIONAIS (2017-2020)

Em Vila Velha, como se vê, a experiência do Centro de Referência Especializado percorre a história de informalidade, formalidade, desconstrução, reestruturação, fases e nuances para a (in)visibilidade social. A Figura 3 desvela esses períodos e os anuários de redação das notícias expõem as contradições e contextos, crises e limites da sobrevivência do instrumento de políticas públicas. O aparato legal, já comentado, explicita o funcionamento dos Centros de Referência, de acordo com a Norma Técnica de Uniformização à Mulher em situação de Violência.

> Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência são equipamentos da política pública especial de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, vinculam-se administrativamente ao órgão gestor das políticas para mulheres do município onde estão localizados, que tem como finalidade, encaminhar para atendimento e/ou atender a mulher em situação de violência e fornecer subsídios técnicos e estatísticos sobre a violência contra a mulher para gestores das políticas públicas básicas e especiais, bem como para profissionais, representantes de organizações e comunidade em geral (BRASIL, 2006a, p. 28).

Ao analisar o equipamento de atendimento às mulheres vítimas de violência, a pesquisadora não estava ciente da complexidade de análise da temática, pautada por subjetividades, dificuldades de gestão, contradições e carências institucionais. Considera-se, no entanto, oportuno o conhecimento sobre os vieses históricos percorridos do Cramvive: instrumento estratégico de prevenção e combate à violência doméstica dentro do município de Vila Velha, mesmo ciente das diversas incógnitas do seu tempo de constituição/funcionamento. Ressalta-se que, a violência contra as mulheres, tal qual as políticas de combate e prevenção, são permeadas por resistências, contradições e lutas contra a invisibilidade. A agenda do governo e da sociedade civil se entrelaçam na naturalização da desigualdade estrutural de poder na sociedade. Necessário e oportuno o conhecimento/resgate da história do equipamento, bem como da sua capacidade de responder às demandas sociais.

4.4.1 A Reestruturação do Cramvive a partir do olhar das profissionais

Os resultados serão apresentados de acordo com os objetivos específicos delimitados para o estudo. As construções das reflexões nos capítulos anteriores e as demais que

seguirão abaixo foram fruto de um estudo da temática realizada a partir de tentativas de aproximação com o objeto, debates com base nos referenciais e revisão bibliográfica contidas na configuração da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e na Normatização dos Centros de Referência. Importante contextualizar o trabalho dos Centros de Referência[122]:

> [...] são espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da cidadania (BRASIL, 2006a, p.15).

É objetivo dos Centros de Referência, no enfoque psicossocial, promover o resgate da autoestima e autonomia da mulher em situação de violência e instruir na constituição de mecanismos de proteção para superação do impacto sofrido pela violência (BRASIL, 2006).

Quadro 1 – Sujeitos Sociais Pesquisados

PSEUDÔNIMOS[123]	VÍNCULO[124]	FORMAÇÃO	TÉCNICA – COLETA DE DADOS
BERTHA		Ciências Contábeis	História Oral Temática
NÍSIA		Psicologia	Entrevistas Online
ELOÍSA		Assistente Social	
MARIELE		Assistente Social	

Nota: Sistematização pela autora (agosto de 2021)

Na análise das respostas, categorias a *posteriori*, o quadro do Cramvive é composto por profissionais graduadas nas áreas de Psicologia, Assistência Social e Ciências Contáveis. Nísia e Bertha tiveram acesso à pós-graduação stricto sensu (mestrado); a primeira sem contemplar, na resposta, a especificação quanto à temática e área da pesquisa e, a segunda, Bertha, em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Assistência Social. Eloísa e Mariele possuem especialização lato sensu. Elisa é pouco

[122] A Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência é um documento que "estabelece regras, diretrizes ou características [...], processos ou métodos de produção conexos [...] baseado em resultados, consolidados da ciência, tecnologia e experiência, visando a otimização de benefícios para a comunidade" (BRASIL, 2006a). Não é documento obrigatório, contudo.

[123] Na garantia do sigilo da identidade optou-se por identificar as trabalhadoras (gestora e técnicas) com nomes fictícios, a saber: Bertha, Nísia, Eloísa e Mariele.

[124] São 04 (quatro) os sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa do Cramvive; o grupo é composto por 01 (uma) gestora (vínculo comissionado) e as demais componentes são efetivas. Possuem formação e funções diferenciadas, como se verá adiante, não havendo como empenhar maiores detalhes sem correr o risco de romper o sigilo necessário à pesquisa.

clara quanto a temática e nomenclatura do curso; Mariele, contudo, possui duas habilitações: atendimento integral à família; administração e planejamento de projetos sociais. Bertha, contudo, enumera sua formação em Pós-Graduação em Planejamento Tributário Auditoria Fiscal, Pós-Graduação (certificado em Curso de Extensão em Direito Civil e Processo Civil).

Em sua formação, Mariele parece visualizar a percepção dos sujeitos dentro do universo e a partir da centralidade da família. Essas crenças permeiam a visão da Assistência Social em dado momento histórico, centralidade da família[125], espaço privilegiado do núcleo social, marcado por conflitos, contradições e desigualdades socioeconômicas, em formas e modelos diversos assumidos (MIOTO, 2004). Enfim, seus estudos parecem indicar a perspectiva e visão da Assistência Social no conjunto protetivo das políticas públicas, permeada pela lógica da universalidade.

No tocante, a área comum de atuação das profissionais é a assistência social, vínculo efetivo na esfera pública municipal, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas. Também pode-se concluir que, exceto Mariele e Bertha[126], as duas outras profissionais possuem, além do primeiro, um ou mais vínculos empregatícios: Elisa (educação) e Nísia em mais outros dois espaços cumulativos (saúde e docência), ou seja, as profissionais realizam o trabalho no Cramvive em acúmulo a outras atribuições, tendo em vista a necessidade de “sobrevivência”.

Outra característica importante observada é que as três técnicas na categoria ano/inserção, adentraram o Cramvive em três momentos distintos, em referência ao marco da reestruturação do equipamento (indicador temporal 2017). São percebidas nesse aspecto algumas variáveis: Nísia (2016 - antes); Eloisa (2018 - após) e Mariele e Bertha (2017 – durante). As profissionais trabalham com o fenômeno da violência contra as mulheres e, nesse sentido, é imprescindível perscrutar as concepções e práticas daquelas que trabalham em unidades de atendimento/enfrentamento a esse fenômeno. Nísia, Elisa e Mariele, em termos de organização conceitual, a definem como “ação que ocasione, em resumo, morte, dor ou dano e imponham sofrimento à

[125] Ver no capítulo III a análise dessa temática e a sua centralidade.
[126] Bertha possui um vínculo de 40 (quarenta) horas semanais, no mínimo.

mulher, entendidas em suas modalidades (física, psicológica, patrimonial, moral e sexual)". Expõe a Convenção Belém do Pará, em seu artigo 1º.

> Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (BRASIL, 1994).

Como se pode averiguar, são similares ao conceito constante na Convenção Belém do Pará. Elisa também dimensiona a sua ocorrência aos espaços das esferas públicas e privadas. Somente Nísia, no entanto, demonstra a apreensão da categoria violência relacionando-a à desigualdade de gênero. A recomendação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) também enfatiza que a violência é baseada no gênero, tornando explícita, em termos mais precisos, que é um problema social, não é uma questão específica, extrapola a questão individual. O Brasil é signatário dessas duas convenções internacionais no que se refere ao compromisso de, perante o sistema global de proteção dos direitos humanos, adotar políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência contra a mulher.

A pedagogia da violência se situa na estrutura social como a "naturalização" do fenômeno da violência, com certo consentimento ou até incentivo social para que os homens exerçam sua dominação, se necessário sua força, no corpo e vontade da mulher a fim de domá-la, dominá-la. Força/fragilidade, iniciativa/passividade são algumas atribuições sociais que se forjam em identidades, cujo protótipo dominante é o masculino. As diferenças biológicas são tomadas e determinadas como desigualdades com privilégio e dominância ao masculino. A autora, ainda, em outros termos, afirma que "o gênero é também estruturante da sociedade, do mesmo modo que a classe social e raça/etnia" (SAFFIOTI, 2015, p. 87).

Ainda de acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE (2019) com relação às famílias conviventes[127] em Vila Velha[128], no total de 7.598, eram, em sua maioria, quanto a tipologia, constituídas por famílias monoparentais chefiadas por mulheres (sem cônjuge e com filhos), em um montante de 4.265 famílias. O fenômeno da pauperização da população atinge, como se pode perceber, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres; correlacionam-se pobreza, desigualdade social e gênero, junto a categorias outras que se sobrepõem e interseccionam-se[129].

Outros dados também apontam que, famílias inscritas no CadÚnico[130] (IBGE, 2019) no Espírito Santo, que, no critério raça/cor (autodeclaração), 72,6% das mulheres assistidas pelo programa são negras. Em uma releitura, os dados parecem apontar que as mulheres são as mais vulneráveis, em índices de pobreza e extrema pobreza; e, dentre as mais atingidas (vulneráveis e pauperizadas) estão as mulheres negras. O termo mulher, neutro e universal, implica, sobretudo, em outras amarras e opressões. Desta forma, o fenômeno da desigualdade não advém, somente, de explicações econômicas ou de classes, pois é preciso "suspeitar" de mecanismos plurais e correlacionados que se retroalimentam na produção e manutenção das diferenças (gênero, classe, raça), seja na realidade Brasil, ou naquela de um município litorâneo do Estado do Espírito Santo (Vila Velha), como também observado anteriormente.

---

[127] Família convivente é composta por núcleos familiares em uma mesma unidade doméstica. Aquela pessoa pela unidade doméstica é definida como família convivente principal. As demais formam núcleos secundários e terciários (IBGE, 2010). Para o IBGE, as famílias conviventes são, na verdade, famílias estendidas, ou seja, aquelas com a composição de dois ou três núcleos familiares, unidas ou não por grau de parentesco.

[128] Dados apurados de acordo com o IBGE (2010), item (Amostras de Famílias), subitem (tipo de composição familiar), município de Vila Velha; dividiram-se em dois grupos: i) famílias conviventes residentes em domicílios particulares (total de 7.598 famílias); ii) famílias residentes em domicílios particulares (total 122.587 famílias).

[129] No contexto de outras análises, o Perfil da Pobreza no Espírito Santo apresenta outra análise das famílias inscritas para o CadÚnico (2019) - índices relativos as políticas públicas (domicílio, educação e mercado de trabalho). Esses cadastros demonstraram os seguintes dados para o Espírito Santo: 1) 83,8% do total de assistidos pelo programa são mulheres; 2) no critério raça/cor (autodeclaração): 72,6 % são mulheres negras (63,5% pardas e 9,1% pretas) e 26,5 mulheres são brancas (dados do IJSN, 2019, p. 11). A pesquisa também demonstra os índices de pobreza e extrema pobreza por sexo, por município, restando, quanto a Vila Velha, as seguintes observações: 1) índices de pobreza: 27.332 ou 42,1% são homens, enquanto 37.579 ou 57,9% são mulheres; 2) índices de extrema pobreza: 15.842 ou 41,1% são homens e 22.730 ou 58,9% são mulheres (IBGE, 2019, p. 89).

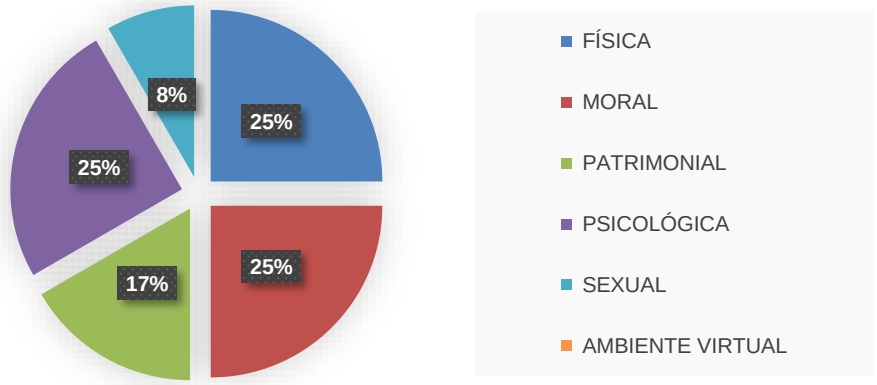
[130] O contexto de análise refere-se ao perfil da pobreza no Espírito Santo, famílias inscritas no CadÚnico (IBGE, 2019).

Enfim, a despeito de todos os obstáculos e avanços no contexto das relações de gênero, as diferenças culturais, a discriminação, o preconceito, os maus tratos e a violência aliam-se às desigualdades econômicas, aos menores salários, ao subemprego, à informalidade, à exacerbação do trabalho doméstico, às jornadas intermitentes e intermináveis, além de fatores como o aumento da violência doméstica e sexual e o feminicídio, apontam para uma sociedade machista e elitista com uma política nacional responsável pela má distribuição de riqueza e renda, sendo as mulheres os principais sujeitos atingidos, a feminização da pobreza (GOMES; CARLOTO, 2011).

Por certo, tem-se tornado muito comum o discurso da vulnerabilidade social das mulheres mais pobres e miseráveis e os altos índices de violência, em assimilação à correlação de pobreza, violência e morte de mulheres. Essa não é a apropriação adequada do tema, vez que os altos índices de violência doméstica atingem todas as classes sociais e raças, e é um fenômeno amplo e indistinto. É claro, que as mais pauperizadas são atingidas de maneira intercruzadas por outras e indistintas formas de violência e opressões.

Velázquez (2006, p. 224) defende, pois, que as formas de violência contra o feminino compartilham “alguns elementos básicos que caracterizam a violência de gênero: a coerção, a intimidação, a ameaça, a coação, o abuso, a força, o controle e o poder”. Além dos componentes básicos, a violência é composta de tipos, também descritos nos discursos das técnicas e nos documentos internacionais e nacionais acima mencionados. Assim, no Cramvive, o gráfico 1 mostra as principais violências que atingem as mulheres, de acordo com as entrevistadas.

Gráfico 1 - Tipos de violência contra as mulheres atendidas no Cramvive, de 2017 a 2020



Fonte: elaborado pela autora.

Em análise à categoria, as principais violências destacadas no atendimento do Cramvive, com o mesmo percentual, são a psicológica, física e moral. Em suas respostas, no que tange àquela que mais se destaca, é unívoca a resposta, como a de maior incidência e reclamação é a psicológica, seguida das demais. As marcas e impactos da violência física podem ser evidentes (manchas, lesões, ossos quebrados, feridas), além de outros sintomas físicos que podem advir da condição dessa violência (dores de cabeça, dores nas costas, insônia).

À guisa de produzir uma outra narrativa para melhor caracterização da violência doméstica no Espírito Santo e em Vila Velha, em especial, estima-se que, de acordo com os dados repassados pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (anos 2018, 2019 e 2020), os índices de feminicídio[131] aumentaram em 2020. O Observatório de Segurança Pública/SESP aponta que, dos 26 feminicídios verificados no Espírito Santo, as mortes atingiram as mulheres de faixas etárias de 35 a 39 anos, em números ascendentes, em termos percentuais: 24% (2018); 35% (2019) e 38% (2020). Do total de 26 mortes verificadas no período (parcial jan./mar – 2020), 5 ocorreram no município de Vila Velha. O mesmo relatório aponta que a maior incidência de mortes de mulheres assim foram distribuídas: 12 (2017); 9 (2018); 8

[131] Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, motivado geralmente por ódio, desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres (BRASIL, 2015).

(2019) e 8 (números relacionados - até março de 2020) (MP/ES, 2020)[132]. Os principais autores são os ex-maridos (relação vítima-agressor) em 83% dos casos.

As marcas vão além do físico e à medida que as mulheres são subjugadas são produzidas internamente, marcas da inferioridade que, a ferro e fogo, as moldam/deformam socialmente, se perpetuam em formas de pensar, crenças na "inferioridade", na sua pouca-valia, demérito, um sentimento incessante de culpa, "sofrimento em silêncio".

> Em suma, não se deveria nunca esquecer ou desqualificar que a violência doméstica, e/ou por parceiro íntimo, machuca não apenas o corpo, mas também a alma da mulher que sofre. Suas marcas podem persistir por anos a fio, às vezes até durante toda a vida. Ler esses sinais como apenas sintomas psiquiátricos e medicá-los é silenciar a nomeação desse sofrimento que insiste em falar através de várias linguagens. Criar alternativas de acolhimento, escuta e intervenção, não é apenas um desafio terapêutico, mas um dever ético para os profissionais de saúde em geral, e mais ainda para os da área da saúde mental (ZANELLO, 2019, p. 148).

Em uma releitura do quadro, há um número menor de incidência de violência sexual (Gráfico 1), como resultado da pesquisa sobre esse tipo de violência entre as assistidas pelo Cramvive. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 mostra que o Brasil ostenta altos índices de estupros e os dados de 2019 são ainda mais ostensivos, em sua face visível, "um estupro a cada 8 minutos", num total de 61.235[133] casos registrados. Infelizmente, a incidência é ainda maior em função de que é um crime em que há vergonha e culpa da vítima e há uma subnotificação do fenômeno. Os dados ainda apontam que, 85,7% das vítimas de estupro são do sexo feminino e mais vulneráveis (até 13 anos), cujos autores, verifica-se, em 84,1% dos casos, serem conhecidos pela vítima, em grave incidência de violência familiar (familiares ou pessoas de confiança).

> Pesa ainda neste contexto uma perspectiva moralizante em torno das vítimas, muitas vezes culpabilizadas pela violência sofrida – que tipo de roupa

[132] Dados retirados da Ecops (CIODES) Observatório de Segurança Pública/SESP apresentados no Estudo Técnico sobre registros de violência contra as mulheres realizadas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 relativos ao estado do Espírito Santo nos anos de 2018, 2019 e 2020 realizado pelo Núcleo de Enfrentamento às violências de Gênero em Defesa dos Direitos da Mulher (NEVID, 2018).

[133] As unidades da Federação que ofereceram os dados para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública são: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná Rondônia, Roraima, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo (BUENO; SOBRAL, 2020).

> usavam, porque estavam na rua este horário; e mesmo sobre as relações conjugais, como se não fosse possível a uma mulher casada recusar uma relação sexual com seu cônjuge, quase como se esta fosse uma obrigação do matrimônio (BUENO; SOBRAL, 2020, p. 138).

Sobre os questionamentos acima, acerca das relações sexuais dentro do casamento, caberia perscrutar: os dados "inexpressivos" da violência sexual apresentadas pelas usuárias do Cramvive e, em algumas pesquisas publicizadas, seriam por sua "quase inexistência" ou teria seu fundamento em formas de pensar e agir dentro da relação conjugal?

Pateman (1993) afirma que o contrato social original[134] institui as diferenças entre os sexos, e advêm da estrutura social, história de sujeição e liberdade: homens (livres e iguais), indivíduos com direitos políticos, e mulheres, pela doutrina clássica, sem liberdade natural e "sem os atributos" para ser indivíduo, assim, a diferença sexual é, antes de tudo, política. Pateman (1993) afirma que a mulher, sob essa ótica, é objeto do contrato, ou seja, a ordenação jurídica cria o contrato civil do casamento, base do contrato original, pertencente à ordem patriarcal, tanto é que, as legislações, a partir dos anos 1980, mesmo com o avanço social e legal, se recusam a aceitar o estupro na relação conjugal, ou seja, a limitação do acesso do marido ao corpo de sua mulher.

> A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; e o contrato sexual é uma história da sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do mesmo contrato original e o sentido de liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

Assim, os baixos índices de violência sexual, dentro das relações matrimoniais, parecem demonstrar menos a inexistência de tal tipo de violência e mais apontam as crenças nas relações sexuais como obrigação matrimonial, ou seja, assentimento social quanto ao acesso incondicional do homem ao corpo da mulher. Os baixos percentuais demonstrados nos dados estatísticos, sequer previstos como categoria a

[134] Pateman (1993) também aponta que a obediência voluntária ao Estado e à legislação civil traveste-se de liberdade à obediência, em prol de proteção. Essa troca permeia, por um lado, dominação, e, por outro, subordinação, regulada por legislações civis e garantida pelo Estado. Outras discussões foram realizadas sobre outros aspectos do contrato original no subitem "fetichização do sujeito mulher e a construção dos moldes científicos – interrelações com o capitalismo", anteriormente mencionadas neste trabalho.

ser analisada/contabilizada, repercutem como a naturalização e adensamento de tal fenômeno patriarcal arraigado na instituição casamento.

Quanto a categoria, objetivos do trabalho efetuados pelo Cramvive, a despeito da narrativa da própria lei de instituição do equipamento em Vila Velha[135], melhor escolha é a interpretação a partir da própria Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência. Segundo o documento acima, o objetivo principal do instrumento de política pública é, em síntese:

> [...] é cessar a situação da violência vivenciada pela mulher atendida sem ferir seu direito à autodeterminação, mas promovendo meios para que ela fortaleça sua auto-estima (sic) e tome decisões relativas à situação de violência por ela vivenciada (BRASIL, 2006a, p. 16).

Duas técnicas (Nísia e Mariele) descrevem a “superação do ciclo da violência”, categoria elencada, corretamente, como objetivo do equipamento da rede de enfrentamento. Sob o ponto de vista da análise dos objetivos, outras concepções descritas pelas profissionais do Cramvive demonstram uma exposição das respostas, indícios de desconhecimento e/ou confusão dos preceitos técnicos dos documentos referenciais da política pública.

Nísia e Eloísa citam como objetivos o suporte multiprofissional, orientações, acolhimento, encaminhamento à rede socioassistencial (saúde, educação) e atendimento jurídico às mulheres, mas, na verdade, remontam como diretrizes gerais dos Centros de Referência Especializados e/ou princípios do serviço (articulação com demais profissionais das Redes de Serviços).

Nísia descreve a categoria natureza dos Centros de Referência como se fosse objetivo. Na verdade a sua natureza se constitui como um equipamento especial de prevenção e enfrentamento à violência doméstica de média complexidade, ou seja, resta confusão entre os conceitos. Eloísa nomeia a demanda (espontânea ou encaminhada) como objetivo – é, na verdade, a forma de a usuária chegar ao Centro de Referência para, posteriormente, ser atendida.

---

[135] Criação e objetivos estudar a Lei 5.387/12, dezembro de 2012 (VILA VELHA, 2012).

Enfim, há um hiato técnico entre a forma de pensar e a compreensão das práticas e as descrições contidas nos documentos nacionais que regem o trabalho dos Centros de Referência Especializados.

Com relação aos princípios norteadores do trabalho desenvolvido, entendem-se:

> [...] são enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, a aplicação e integração ou mesmo para a elaboração de novas normas. São verdades fundantes de um sistema de conhecimento, como tais admitidas, por serem evidentes ou por terem sido comprovadas, mas também por motivos de ordem prática de caráter operacional, isto é, como pressupostos exigidos pelas necessidades da pesquisa e da práxis (REALE, 2003, p. 37).

Os princípios que emergiram das participantes da pesquisa foram os seguintes: atendimento às necessidades da mulher em situação de violência; defesa dos direitos das mulheres e responsabilização dos agressores pelo sistema de justiça e segurança; reconhecimento da diversidade de mulheres; leitura da realidade em que a violência ocorre; segurança e sigilo nas ações de intervenção que possam causar mais risco à mulher em situação de violência; articulação com demais profissionais dos serviços da Rede de Atendimento; gestão democrática, envolvendo as mulheres na definição de estratégias a serem adotadas, no monitoramento e na avaliação das ações do serviço.

Foram destacados, pelas profissionais, nas respostas aos questionários, os seguintes princípios para o trabalho no Cramvive: autonomia, equidade, sigilo e segurança (na acolhida, no convívio familiar e comunitário); controle social; justiça social; proteção integral (Nísia; Eloísa). Outra técnica (Mariele) mencionou os documentos nacionais, quanto aos princípios que norteiam o trabalho, contudo, não descreveu, nem por indicações, qualquer especificidade ou comentário.

As respostas de duas profissionais continham, nesse item, unicamente, palavras soltas, sem fundamentação e argumentos atinentes aos princípios. Se quer aqui destacar algumas categorias, comparando-as aos documentos oficiais. Percebe-se, todavia, nas entrelinhas dos discursos, o conhecimento dos conceitos atinentes aos princípios. Enfim, a discussão das categorias teóricas, paradigmas para o trabalho do Cramvive, ficaram por conta da análise da pesquisadora.

Os depoimentos seguiram e revelam o termo autonomia[136] como princípio para a libertação da opressão das mulheres. Essa análise da autonomia, enquanto princípio, sugere a violência como um processo de privação da liberdade, a hierarquização das estruturas de poder - o patriarcado como forma de tutela feminina.

> A conquista de maior autonomia pressupõe a libertação das mulheres das amarras determinadas pelo gênero que incluem a violência de gênero, a sobrecarga pela exclusividade nas responsabilidades reprodutivas e de cuidado, ficando excluídas das atividades produtivas e, consequentemente, dependentes financeiramente. A autonomia também pressupõe exercer os direitos reprodutivos e adotar todas as medidas necessárias para as mulheres participem em igualdade de condições na tomada de decisões. Em cada um dos aspectos assinalados existem desigualdades e práticas discriminatórias em que o Estado deve responder com políticas consistentes de promoção da autonomia física, econômica e política das mulheres. (GUEDES; FONSECA, 2011, p. 1.734).

A citada equidade pressupõe o conhecimento da desigualdade presente na sociedade, questão fundamental para se pensar as categorias articuladas, se se perceber que a diferença é a base para a construção do poder (SAFFIOTI, 1997). Perceber essas relações permitem equacionar autonomia e equidade, outro conceito presente nas respostas. Equidade?! Por que não igualdade? Existe diferença entre os conceitos? Sim. Há diferenças expostas por algumas autoras.

Há debate acerca do uso do termo equidade no feminismo, pressuposto do conhecimento da desigualdade real, para além da igualdade formal[137] há que defender, de fato, equidade de gênero que não obscurece as desigualdades e abstrai as diferenças enquanto as realçam. A ideologia se apropria do termo diferença e a transforma em desigualdade, “como é típico da ideologia, porém, os fenômenos são

---

[136] Guedes e Fonseca citam Lalande A. (2011) e referem-se a etimologia grega dessa palavra (autós = por si próprio + nomos = norma, lei), ou seja, significa o poder de exercer, por si, a própria lei. Liberdade significa a “propriedade pela qual o ser humano pretende poder escolher as leis que regem sua conduta, ou seja, dá possibilidade e capacidade de livre decisão dos indivíduos e grupos sobre suas próprias ações na vida” (GUEDES; FONSECA, 2011, p. 1731).

[137] Para Varikas (2009) a igualdade surge para reformulação do patrimônio (da herança), abolição dos privilégios de nascimento (século XIX), e persistência de outros (sexo, cor, classe e cultura), perfazendo o fato histórico que a diferença entre os indivíduos ‘livres e iguais’ permite acesso diverso aos direitos, ou seja, justifica e responsabiliza as diferenças pelas condições desiguais na sociedade. A “construção da igualdade” está implícita e coordena as relações políticas e sociais, sujeição X dominação como ‘situações pré-ordenadas e ‘naturais’. Essa invisibilidade das diferenças produz categorias homogêneas de direitos e deveres únicos e gerais para todos e todas, cuja organização social reforça a concepção liberal. Por outro lado: serem admitidas ‘como são', numa organização social que leve em conta suas diferenças em relação aos homens (por exemplo, a maternidade, o cuidado das crianças), reforça o regime de exceção do qual são objetos; condena a uma ‘incorporação’ específica como *mulheres*, ou seja, ‘homens imperfeitos’” (VARIKAS, 2009, p.118).

apresentados ao inverso, traduzindo desigualdade por diferença" (SAFFIOTI, 1997, p. 64).

Saffioti (1997) adverte que a diferença é menos integrativa e mais excludente de categorias sociais fragilizadas, em um exemplo, na leitura relativa ao exercício profissional de mulheres (atividades subalternizadas e menos lucrativas). A fim de constituir a divisão, os dominantes utilizam-se da diferença, espectro da desigualdade, e traduzem-na em três eixos estruturantes da sociedade: gênero, raça/etnia, classe. Assim é que a autora reafirma que a igualdade não aborta as diferenças, mas sua "marca enquanto desigualdade". Trata-se de um ordenamento social a ser alcançado através de políticas da equidade, pois são estas que levam em consideração as diferenças, respeitam-nas e as preservam como valores positivos" (SAFFIOTI, 1997, p.65). Outras como Varikas (2009) reafirmam a possibilidade de transformar o sentido formal liberal na concepção da igualdade, na garantia das mulheres em serem pessoas, reconhecidas como são

> a igualdade não é mais um princípio formal, mas um meio concreto de garantir para cada pessoa a possibilidade de fazer tudo que está potencialmente ao seu alcance: 'o que é devido a cada um' se torna um desafio político, desafio de um combate para autodefinição das necessidades e vontades. (VARIKAS, 2009, p. 121) .

Também, duas categorias expostas nas respostas foram sigilo e segurança[138]. O documento revela como prioridade os dois princípios citados, pelo fato de, no rompimento de um, sigilo, surgem situações que podem ampliar a insegurança da mulher, sua revitimação, enfim, distanciar-se de intervenções que causem riscos à segurança da mulher (BRASIL, 2011). Isto posto, é aconselhável que a intervenção seja equilibrada, medidas institucionais padronizadas e respostas individualizadas necessárias aquele caso concreto, de modo que não haja possíveis repercussões e conflitos com o agente agressor. Assegurados, portanto, sigilo e privacidade, tanto no atendimento às mulheres usuárias quanto nos dados e informações repassadas aos

[138] Na previsão da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher há a citação do Dicionário Aurélio-quanto aos termos: o primeiro, sigilo, significa "segredo" e sigiloso; 'secreto, sigilado'. Segurança, por sua vez, diz respeito ao "estado, qualidade ou condição de seguro" e seguro significa "livre de perigo", "livre de risco; protegido, acautelado, garantido". Assim, o sigilo pode ser visto como um dos quesitos para a garantia de segurança, mas não pode ser confundido com a condição de estar "livre de riscos ou protegida" (BRASIL, 2011, p. 49).

órgãos gestores (municipais, estaduais e nacionais): sejam estes de caráter geral, somente os necessários à “avaliação, fortalecimento ou redirecionamento das políticas públicas” (BRASIL, 2006, p. 13) Assim, a previsão dos dois princípios possui por escopo à integralidade e à humanização do atendimento, aspectos essenciais ao rompimento do ciclo da violência.

O controle social, em uma releitura das respostas, traduz-se em gestão democrática (ações de monitoramento e avaliação do serviço). Para tanto, toda e qualquer visão de avaliação faz-se em uma perspectiva cidadã e se perfaz como instrumento eficaz para controle social das políticas públicas por parte da sociedade. A pesquisa avaliativa, segundo Silva (2008), é uma análise crítica da política ou do programa, e, para tanto, buscam-se os princípios e fundamentos teórico-conceituais do objeto de estudo. Contrapõe-se à neutralidade, vez que o campo de análise se funda na realidade social, avessa à visão de verdade inquestionável; o saber científico sempre “é uma interpretação histórica, parcial e relativa” (SILVA, 2008, p. 114). Em todas essas noções e significados, em resumo, a avaliação, é “considerada enquanto um processo científico de produção do conhecimento para realimentar as políticas e programas sociais e para instrumentalizar as lutas sociais” (SILVA, 2008, p. 132).

A sobreposição e uso de técnicas e instrumentos, alheios a qualquer tipo de criticidade quanto ao Estado, não são a perspectiva dessa pesquisa. Comunga-se aqui as ideias de Silva (2008) quanto as três principais funções da avaliação: técnica (fornecer subsídios e correção para os problemas no decorrer da implementação do programa); política (fornecer informações para fundamentar as lutas sociais aos sujeitos históricos); e acadêmica (revelar contradições nos processos e conteúdo das políticas públicas). A quais sujeitos históricos imputa-se o processo de interlocução reivindicatória por políticas públicas?

Cisne e Gurgel (2008) afirmam que o movimento feminista mantém, frente ao Estado, uma posição de autonomia, posto que as estruturas patriarcais e capitalistas foram, historicamente, disseminadas e legitimadas por este ente. Inicialmente, em primeiro plano, as reivindicações do movimento têm sido direcionadas à estrutura governamental face ao seu protagonismo na formulação e implantação de políticas públicas. Em segundo plano é imprescindível postular políticas públicas, mesmo com

os limites demarcados pelo Estado – aparato da sociedade capitalista. Afirma que a emancipação humana[139] é inexecutável dentro da estrutura do capital, adiante somente o horizonte da emancipação política[140], segundo Tonet (1997); desafios à realização de direitos (conquista democrática).

Implica, de acordo com os resultados das respostas, a análise de justiça de gênero[141]. A crítica ao conceito advém da sua versão liberal adotada pela ONU, por sua concepção de caráter generalista, vago, como resultado de princípios legais ordenados na Constituição – princípio da igualdade. O termo é pouco conhecido no Brasil, quer seja no mundo acadêmico, ou nos cursos de direito, que sequer apresentam a perspectiva de gênero em seus currículos – construção da categoria nos debates feministas. A vertente justiça de gênero, defendidas por Silva e Wright (2016), amplia a vertente de justiça social, por esta se travestir de uma visão e teorias androcêntricas – clássica versão do ideal de justiça, argumentos de Facio (2016)[142].

> Apesar do caráter historicamente sexista e androcêntrico do direito, este é um campo importante para a incidência feminista, haja vista que tanto a ciência jurídica como os sistemas de justiça operam com códigos de gênero, ora legitimando, ora possibilitando transformações, de ordem cultural e estrutural. Fazer uma análise de gênero do fenômeno legal, abre possibilidades para a identificação das injustiças de gênero e para a construção de leis e de espaços favoráveis ao avanço da igualdade de gênero e a cidadania feminina. Nosso papel, enquanto feministas de formação jurídica, é impulsionar este debate e contribuir, de todas as formas possíveis, com essa transformação (SILVA; WRIGHT, 2016, p. 15).

Nota-se que, muitas contribuições precisam se juntar às reflexões para essa temática: direito e gênero.

No que tange às diretrizes, referem-se a um conjunto de guias que esboçam orientações gerais para se traçar um conjunto de ações. Em resumo, para uma

---

[139] Outras discussões dessa temática estarão pontuadas na categoria metodologia – Política e Pacto apropriadas e materializadas pelo Cramvive.

[140] Para o autor a emancipação política é uma forma de sociabilidade cujo poder maior determinante é o capital, ou seja, é a negação da liberdade real porque a liberdade em seu aspecto formal faz parte do projeto iluminista (cidadania = a liberdade formal; não a real). Criticar a cidadania não é negá-la, mas vislumbrar os seus limites dentro do pensamento moderno (capitalista) que a criou.

[141] Para refletir com maior extensão a categoria "justiça de gênero" sugere-se a leitura das feministas juristas, Alda Facio - feminista e especialista em equidade de gênero, jurista; e Lorena Fries, feminista socialista e mestre Internacional dos Direitos Humanos.

[142] A formatação escrita desse discurso é fruto da entrevista de Alda Facio realizada em 2010, na Cidade do México, concedida a uma das autoras do texto durante o doutorado, Silva e Wright (2016).

instituição funcionar necessita-se de procedimentos, normas para se chegar a um determinado fim (SIGNIFICADOS DE DIRETRIZES, 2021).

Estão previstas, no mesmo documento, as diretrizes gerais dos Centros de Referência, quais sejam: abordagem multidisciplinar; segurança da mulher e dos profissionais (protocolo de estratégias de segurança); atuação em rede políticas públicas de gênero; recursos humanos (nº de profissionais de acordo com a população demográfica); gestão do equipamento – coordenador; diagnóstico e avaliação da rede de atendimento e formação continuada dos recursos humanos.

Como diretrizes específicas os Centros de Referência congregam: da especialização e da natureza do serviço: equipamentos da política especial de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher; das beneficiárias diretas do serviço; gratuidade do serviço; do trabalho de equipe; da função social dos Centros de Referência.

Foram destacadas pelas profissionais, nas respostas aos questionários, as seguintes diretrizes dos Centros de Referência: i) proteger as mulheres em situação de violência; ii) contribuir para a divulgação e consolidação da Lei Maria da Penha; iii) fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica em Vila Velha; iv) promover capacitações e ações de prevenção da rede socioassistencial, educação, saúde, lazer, entre outros; v) contribuir para o fortalecimento das notificações compulsórias de violência doméstica no município; vi) garantir a integridade física e psicológica, em casos de abrigamento (Nísia). Os elementos destacados por Nísia (ii a v) estão presentes como eixos e ações previstos no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em síntese:

> EIXO I – GARANTIA DA APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA
> Ações: I- Difusão da Lei e dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres (estimular a mobilização em defesa da LMP); II- Implementação da LMP. [...]
> EIXO II – AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE SERVIÇOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
> Ações: I- Ampliação dos Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência [...]; II- Fortalecimento da Rede de Atendimento para as Mulheres em Situação de Violência: [...]
> c) Apoiar a Ficha de Notificação Compulsória dos Casos de Violência Doméstica [...], nos serviços de saúde, em cumprimento a portaria do MS (25/01/11);

> d) [...]
> e) Formação dos profissionais das áreas da segurança pública, saúde, educação, assistência social e operadores/as do direito nas questões referentes às relações de gênero e violência contra as mulheres[143]; (BRASIL, 2011, p. 31).

Assim, como se percebe, há divergência entre as respostas de Nísia, vez que não são diretrizes do trabalho nos Centros de Referência e sim eixos apontados no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Há casos de notificação compulsória (item v – Nísia), estabelecidos em lei[144], em que haja indícios de violência, portanto, é necessário adentrar o campo de estudo das estatísticas para produção da visibilidade de tal quadro de violência. Assim, os dados dos Centros de Referências e outras entidades públicas são enviados aos gestores (municipais, estaduais e federais) para a produção de relatórios e composição de avaliação do serviço, focos na formatação e implementação de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra a mulher.

A integridade física e psicológica (item vi – Nísia) estão previstas em situações de abrigamento, presentes nas diretrizes da política nacional específica . É oportuno pontuar, contudo, que a segurança também é aspecto prioritário no atendimento às mulheres usuárias dos Centros de Referência Especializados, mas o são em aspectos diferenciados, predominantemente porque

> os princípios e diretrizes dos serviços prestados nos centros de referência são o de intervir para fazer cessar a situação de violência, sem ferir o direito de autodeterminação da mulher, oferecendo meios para que fortaleça sua autoestima e decida sobre os encaminhamentos posteriores à situação de violência sofrida. A intervenção nestes centros, portanto, deve basear-se no respeito às escolhas das mulheres e na defesa dos seus direitos, assegurando o atendimento integral das suas necessidades (abrigo, serviços

[143] A capacitação dos agentes públicos também está presente como um dos Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na dimensão assistência – juntamente com a previsão da Rede de Atendimento, dada a proximidade desses profissionais com as mulheres vítimas de violência. Essa matriz possui padrão mínimo e é composta dos seguintes campos do conhecimento, assegurados pelo citado Pacto Nacional: a) conceito de gênero; b) conceito de violência contra as mulheres e tipologia; c) rede de enfrentamento à violência contra as mulheres; d) apoio psicossocial às mulheres em situação de violência; e) Lei Maria da Penha; f) direitos sexuais, direitos reprodutivos e violência contra as mulheres; g) tráfico de mulheres (BRASIL, 2011).

[144] A notificação da violência doméstica é compulsória no Brasil, nos termos da lei nº 10.778/03, nos casos de atendimento às mulheres nos serviços de saúde, públicos e privados, em caso de comprovada violência com caráter sigiloso. A alteração pela lei nº 13.931/2019, obriga a notificação, inclusive, a casos de indícios, no prazo de 24 horas, sob pena de responsabilização do responsável, face a necessidade de coleta de informações para melhorar o atendimento às vítimas e subsidiar as políticas públicas de combate à violência. A lei 10.778/03, também obriga, no artigo 4º, que as pessoas físicas e as entidades abrangidas, públicas ou privadas, estão sujeitas às obrigações previstas nesta Lei.

> de saúde, creche, trabalho, etc.), a partir da articulação do centro de referência com outros equipamentos e serviços da rede de atendimento local e do fomento de ações intersetoriais. Também devem pautar-se na responsabilização do agressor, por meio do encaminhamento dos casos para o sistema de segurança pública e de justiça, dentre outros (MELO; RODRIGUES, 2017, p. 158).

Em termos de metodologia, levando em conta a Política e Pacto apropriados e materializados pelo Cramvive, investigou-se a metodologia do Cramvive à luz das concepções iniciais, a partir do histórico da "segunda reestruturação" do órgão, estratégia junto a SEMAS. Qual foi a origem metodológica e sob quais perspectivas? Empoderamento. O que significa empoderamento? O conceito está na moda e, de antemão, faz par com a realidade social, a despeito da diversidade de significados, pertence também aos discursos do movimento feminista. O objetivo desta pesquisa é desnudar seus componentes teóricos metodológicos e revelar alguns esboços do histórico da categoria, ainda que de forma breve.

Bertha relata sua pesquisa exploratória, realizada em outro Estado, em síntese, *"[...] a submissão daquela mulher à condição de sofrer violência era ausência do que se chama hoje de empoderamento [...] conhecer as alternativas, saber que tem o direito de escolha, ter a coragem, apoio e orientação [...]".* Ao que parece, a categoria empoderamento, presente na fala das profissionais do Cramvive também está expressa nos documentos oficiais, como é o caso da Política Nacional e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres[145]. Nos dois documentos há a intersecção da categoria empoderamento da mulher.

Caminhando um pouco mais indaga-se: expressas no mesmo discurso teórico, pelo Cramvive e pela Política Nacional e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as mulheres, há similaridade nos significados apropriados e materializadas, na prática, quanto a categoria empoderamento? Presente nos documentos estão,

[145] Logo no início da discussão sobre o conceito de enfrentamento à violência, como parte da Política Nacional, apresenta-se a necessidade de ação conjunta apresentada através dos seguintes eixos estruturadores, no total de 4 (quatro): 1) Prevenção (ações educativas e culturais que combatam padrões sexistas; 2) Enfrentamento e Combate (ações punitivas e cumprimento a LMP); 3) Assistência (fortalecimento da Rede de Atendimento e capacitação de agentes); e 4) Acesso e Garantia de Direitos (cumprir a legislação nacional/internacional e iniciativas que promovam o empoderamento das mulheres) (BRASIL, 2011b, p. 13). No Pacto Nacional o termo é repetido enquanto ação da Política Nacional e aparece como EIXO III (Garantia da Segurança Cidadã e Acesso à Justiça), previsto como ação 2, d (Acesso das Mulheres à Justiça). Assim, como se observa, o conceito está presente nos dois campos como eixos - campo central da Política Nacional (eixo estruturador) e ao Acesso e Garantia de Direitos (eixo III), por iniciativas que o promovam em lugar estratégico da garantia cidadã e acesso à justiça para a equidade de gênero (BRASIL, 2011b, p. 35).

portanto, a ideia de rede de enfrentamento com estratégias (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos) para o rompimento do ciclo de violência e a construção dos direitos humanos das mulheres, base para a equidade de gênero. Enquanto sujeito de direitos, prescinde, portanto, da perspectiva tão-somente psicológica e liberal – apolítica.

As manifestações das profissionais falam da relevância do empoderamento em função de que se faz presente na aplicação metodológica do equipamento de política pública[146]. Mas, o que significa, o empoderamento para o território da política pública em Vila Velha? Dentro do Cramvive o termo é sinônimo de um sentimento de controle da própria vida, identificado, assim, com um viés individual, de autoestima.

> *"[...] É porque a gente viu que o empoderamento é uma sensação e a escolha, de como você vai se sentir empoderada é muito pessoal! Então tem mulheres que se empoderam pela aparência física; outras pela forma de se vestir e marcar o seu estilo; outras pela atividade profissional; outras no cuidado com o filho; [...] no papel de mãe; outras com a excelência do cuidado com a casa [...] se sentir uma referência nisso [...] Ali tá o poder daquela mulher que é vítima de violência por outra fragilidade [...] então a gente precisava estimular que aquele poder refletisse nas outras características pessoais que ela precisava ter para não deixar que aquela violência acontecesse*" (Bertha).

A experiência em território carioca serviu de guia para a concepção do aporte metodológico aplicado aos atendimentos no Cramvive

> *"Então a gente elencou algumas características que demonstravam diferentes tipos de atividades, de olhares; na verdade, de auto avaliação que geravam poder e pensamos nas atividades que poderiam estimular aquele poder também [...] esses caminhos, essas sugestões de técnicas [...] de empoderamento [...] e aí viriam as rodas de conversas, palestras,*

[146] A profissional revela que a metodologia do Cramvive se deu a partir de uma pesquisa realizada nas dependências do Fórum do Rio de Janeiro, em uma das varas de retratação de violência doméstica, pelo período de um ano. Compartilhou, naquela época, das inquietações da magistrada que presidia aquela unidade judiciária: a busca dos porquês de mulheres, depois de sofrerem violência, comparecerem às audiências para se retratar quanto à possibilidade de 'punição aos seus agressores'. A equipe da magistrada e a profissional capixaba reuniam-se com essas mulheres, individualmente, antes das audiências de retratação e realizavam as anamneses por meio do questionário produzido coletivamente. Foram entrevistadas 27 (vinte e sete) ao todo e, após o término das entrevistas os dados catalogados e estudados; ao final, produzido um relatório e estudados os motivos relacionados à ausência do que se designou por 'empoderamento'. Tal metodologia teve como campo de aplicação, posteriormente, o município de Vila Velha, especialmente, os desdobramentos na metodologia aplicada no Cramvive.

> *cursos de capacitação para formação profissional, os passeios culturais, a participação em organismos e movimentos de defesa dos direitos da mulher [...] E [...] desenhei uma série de atividades metodológicas, que poderiam ser aplicadas nos grupos de mulheres, [...] tinham idades diferentes, classes sociais diferentes, mas histórias com vieses muito parecidos, [...] a segurança de afirmar que, em um grau, maior ou menor, todas elas precisavam daquelas ações [...]"* (Bertha).

A concepção metodológica também foi ratificada pelas palestras desenvolvidas, *insights* da comunidade capixaba, *"[...] teve uma repercussão muito positiva no final da palestra quando mulheres vieram falar [...] do empoderamento, das formas de empoderamento e das características de cada mulher. É uma palestra provocativa [...]".* Outra dimensão também focalizada no trabalho do Cramvive foi a geração de renda, versão independência financeira para as mulheres usuárias atingirem à autonomia dentro das relações familiares. A equipe estabeleceu parcerias, inclusive institucionais para atingir esse fim (Rotary, Ministério Público Federal, dentre outras), com capacitações

> *"[...] deu um curso de várias horas durante duas semanas para um grupo 80 mulheres, divididas em duas turmas. Um curso bem profissional, profissionalizante, de empoderamento, voltado para [...] a mulher vítima de violência, mesmo! E, depois o curso, elas entram de um jeito e saem completamente diferentes, no quesito empoderamento, [...] 58% dessas mulheres já estavam no mercado, gerando renda de alguma maneira [...] a gente viu resultado [...]"* (Bertha).

No Cramvive, incorporados à categoria, presentes e interligados, em síntese, outros conceitos como apostas para alterar as estruturas de dominação das usuárias: i) estimular a autonomia[147]; ii) investir no empoderamento; iii) vivenciar a participação em organismos e movimentos de defesa dos direitos da mulher.

> O empoderamento que tratamos aqui é para explicar a mulher de forma que ela entenda o seu poder de mudar as situações em que se encontram, desde o assédio sexual à violência doméstica – questões que estão sendo comuns na sociedade (VILA VELHA, 2018, p. 1).

[147] O discurso, especialmente de uma das profissionais do Cramvive, em resumo, relaciona a categoria autonomia ao poder de decisão e independência financeira; enquanto a categoria empoderamento relaciona-se à autoestima. Os ideais e concepções do empoderamento, pelo que se percebe, parecem reforçar concepções ligadas, implicitamente, ao padrão de comportamento adstrito ao feminino - beleza, cuidado com os filhos, cuidados com a casa e maternidade.

Em outras releituras presentes no campo do discurso problematiza-se, com efeito, a partir de fundamentos históricos e ideológicos, o uso do termo “empoderamento”. Em quais perspectivas pode-se vislumbrar o conceito? Como sinônimo de “fortalecimento da autonomia dos oprimidos” para os movimentos sociais, ou como “indivíduos com capacidade de fazer escolhas” para o caráter liberal (MORAES, 2018).

Perspectiva liberal, o que isso quer dizer? Em um primeiro momento abarcar os fundamentos teóricos e históricos podem explicar a trajetória não-linear da categoria. Da tradução, o termo “*empowerment*” adveio dos Estados Unidos (década de 1970), sendo utilizado para ampliar e fortalecer a identidade de mulheres, é ligado a processos individuais e coletivos. Nesse mesmo período explodem movimentos (questão racial, direitos LGBTQ, meio ambiente, dentre outros) e pautas diversas orbitam em torno do debate sobre poder. Sardemberg (2006) analisa a apropriação feminista do termo, em dimensão internacional, para o Congresso da ONU em Nairobi e o manifesto DAWN se apresenta como um requisito para obtenção de recursos (financeiro, conhecimento e tecnológico) – focos necessários ao crescimento da autonomia das mulheres pobres – ligação dos processos internos das organizações, aliado à crítica do feminismo radical à perspectiva liberal.

Cornwall (2018) nomeia como “empoderamento light” a cooptação dos termos feministas para a criação e uso da fábulas liberais em larga escala, a partir da década de 1990, pelas agências internacionais para representar “a libertação da mulher” por políticas públicas (nacionais e internacionais), restritas ao nível econômico. Ressignificada, cooptada pelo poder, perde seu caráter político[148], enquanto idêntico contínua o pano de fundo – a desigualdade social e a pauperização - vorazes e continuas atingem, majoritariamente, as mulheres. A intenção de uma visão transformadora resultou no uso economicista do termo, em seu caráter

[148] O conceito de empoderamento nos anos 1980 se alinha à emancipação das mulheres. León (1997) chama a atenção para a importância da luta coletiva, vez que a mudança na condição das mulheres não é espontânea, frente à naturalização dos seus processos de subordinação. Cisne (2013) defende a orientação da mulher enquanto militante consciente feminista, sujeito individual, ruptura da subalternidade e ocupação dos espaços públicos (quebra as fronteiras do público-privado) e se constrói a mulher como sujeito político, individual e coletivo.

despolitizado. Um dos objetivos do documento foi apropriado pelo poder, qual seja, criar as condições para que as mulheres pobres possam ter acesso e controle sobre os recursos materiais e informacionais. Qual seria a mulher ideal para o neoliberalismo? Segundo Batliwala (2007 apud CORNWALL, 2018, p. 15)

> as regras neoliberais para a nova mulher cidadã... são bem claras: melhorar o estado econômico de sua família, participar do desenvolvimento local (se você tiver tempo), ajudar a construir e administrar instituições locais (apolíticas) como grupo de auto-ajuda; então, você não deve ter mais nenhuma energia política ou física para desafiar esse paradigma.

Em relação ao "*empoderamento light*", Cornwall (2018) conceitua como a não reivindicação do compromisso dos governos, contidos nos tratados internacionais, e o correspondente alistamento de mulheres pobres para realização de atividades econômicas, forçadas a suprir as demandas de subemprego ou desemprego masculinos, "alguns ainda podem considerar como as obrigações do Estado, tornam-se 'necessidades' das mulheres" (CORNWALL, 2018, p. 17).

Batliwala (2007 apud MORAES, 2018), adverte que o vetor desenvolvimentista, enfoque econômico, microcrédito para mulheres – abarcado pela proposta liberal, cria novos problemas: o endividamento dessas mulheres. Também, Cornwall (2018) afirma que o empreendedorismo se transforma em um negócio rentável, como um exemplo, a ONG Negócios para Responsabilidade Social (BSR).

> As mulheres são uma parte essencial das cadeias globais de valor. Como produtoras de matérias-primas, proprietárias de pequenas empresas, executivas, trabalhadoras de varejo e consumidoras, as mulheres ajudam as empresas a ter sucesso e crescer. No entanto, as mulheres continuam a enfrentar barreiras para atingir seu potencial no trabalho, no mercado e em muitos outros aspectos da vida. Isso não só impede o progresso das mulheres, como também prejudica o crescimento de empresas, economias e comunidades. Capacitar mulheres nas cadeias de valor comercial representa a oportunidade única para criar valor comercial e fortalecer a saúde, os direitos e o bem-estar das mulheres (BSR, 2016 apud CORNWALL, 2018, p. 18-19).

São conceitos distintos e conflitantes, do ponto de vista teórico-metodológico, para a mesma palavra – empoderamento[149]. Para as feministas, especialmente as latino-

[149] O termo empoderamento está presente na Política Nacional e no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Há, nos dois documentos, a intersecção do empoderamento da mulher - sujeito de direitos. Assim, como se observa, o conceito é campo central

americanas, o termo significa a libertação das mulheres das amarras da opressão e desestabilização da ordem patriarcal; para as agências internacionais é um instrumento para a democracia e erradicação da pobreza, sem compromisso com mudanças estruturais da sociedade. Em sequência, Cornwall (2018) afirma que o *empoderamento light* nunca esteve mais distante da agenda sonhada pelas feministas materialistas, em atenção, somente, aos mercados consumidores.

O processo de globalização tem gerado mudanças em todas as esferas da vida em sociedade regida pelo modo de produção capitalista neoliberal, com efeitos na organização do trabalho e nas formas de emprego da força de trabalho de homens e mulheres, onde trabalhadores(as) qualificados(as) perdem lugar para a figura de empreendedores(as), impondo

> [...] a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 14).

Essa lógica global afeta, principalmente, as mulheres, em Estado em que a prioridade de qualificação no mercado de trabalho é para homens. No cenário brasileiro, especificamente, a autora relata que estão entre as maiores atingidas as mulheres pobres e negras, critérios de raça e classe. Não é à toa a ligação entre os recortes mais descritos a questão o empreendedorismo como sinônimo de empoderamento para mulheres, principalmente, em tempos de crise, indícios de precariedade neoliberal e sua repercussão no mundo do trabalho; características de ausência de seguridade social e desrespeito às leis trabalhistas (trabalho precário). As mulheres são as mais sujeitas ao trabalho precário pelas divisões sociais do trabalho reconhecidas como “naturais”, homens no espaço da produção e mulheres na reprodução[150], ou seja, trabalho invisibilizado e falta de reconhecimento social aliado aos baixos salários e mercado informal (HIRATA, 2009).

---

da Política Nacional - eixo estruturador de acesso e garantia de direitos, por iniciativas que o promovam; e desfruta de lugar estratégico - garantia cidadã e acesso à justiça no Pacto Nacional.

[150] Kergoat (2009) demonstra que a divisão social do trabalho possui dois princípios que os antecedem: 1) o da separação (trabalho para homens e trabalho para mulheres); e 2) o da hierarquização (o valor do trabalho masculino é maior do que o feminino). Esses princípios se mantém por força da ideologia que os naturaliza e legitima, nada mais são do que construções históricas que se perpetuam na sociedade, mas não são imutáveis como querem parecer ser.

O feminismo liberal afirma que o “ser feminino” implica em igualdade de acesso à educação, trabalho e recursos econômicos, traduzindo que a marginalização da mulher restaria combatida, unicamente, pelo acesso aos bens consumíveis, bens do mercado. Não resta dúvida que esses aportes teóricos permitiram extrapolar à condição da esfera privada. Ocorre que, a inclusão e permissão do acesso à mulher à esfera pública ultrapassa a dimensão econômica, “porque a subordinação da mulher não é causada apenas por aspectos econômicos, ainda que seja agravada por eles” (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008, p. 3).

Para o feminismo radical, contudo, a grande questão é a necessidade de reinventar o termo empoderamento, redimensionando-o a dominação de gênero. Redimensionar, acima de tudo, as relações de poder em uma perspectiva coletiva, alinhavada a educação popular e a conscientização feminista autônoma (CORNWALL, 2018). Batliwala (2007 apud MORAES, 2018, p. 15), no entanto, indaga se se deve utilizar o termo empoderamento, tanto que “para ela é necessário construir uma nova linguagem, em escuta às mulheres pobres”. Enfim, por que é necessário repolitizar as fronteiras? O pessoal é político, assim como as lutas também o são. Ao politizar a luta, o movimento feminista redimensiona o princípio político da sua opressão, nas palavras de Pateman (1996, p. 47)

> [...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse a questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores políticos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de ‘esposa’, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas ‘pessoais’ só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas.

É necessário refletir e questionar o escondido, “invisibilizado”. O que faz uma administração pública extinguir uma Subsecretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres e quase interromper o trabalho de um serviço especializado como o Cramvive, em um Estado que, em 2013 ocupava o mais alto índice nas estatísticas de morte de mulheres no país?

O Cramvive, em 2013, já contava com oito anos de existência informal (2005-2012), institucionalizado em dezembro de 2012 e, “quase” extinto, em janeiro de 2013. Por que inviabilizar um dos instrumentos da política de enfrentamento à violência contra a mulher? Como já foi analisado, a constituição do Estado é patriarcal, afirmação válida para todas as instâncias de poder (federal, estadual, municipal e distrital) e estranham a presença feminina. Há que se mencionar que, a redefinição do poder político, muito mais do que a ocupação de cargos, de per si, é uma subversão da ordem público/privado. Essa ordenação se subverte quando mulheres assumem a configuração do espaço público.

Por que seria permitido à mulher a ocupação de alguns cargos ou, em termos políticos, e não outros? Seria necessária a existência de uma Subsecretaria Municipal de Políticas para Mulheres? Poderia se argumentar que não se trata de barrar a mulher na assunção de cargos de gestão já que haveria no município uma mulher na função gestora na Secretária Municipal de Assistência Social[151], cargo de maior importância e destaque político, então, porque “não permitir” a ocupação de mulheres, em destaque, em uma “simples” Subsecretaria Municipal?

São criações burguesas e patriarcais, a liberdade, o direito, a justiça e a cidadania. Saraceno (1995) disserta sobre o conceito de cidadania, que esta é o que permite a luta e a participação política para as demandas sociais. Sua construção decorre de um modelo masculino, demarcada a exclusão do feminino, a diferença exposta como desigualdade.

> As mulheres, como se sabe, foram longamente excluídas da cidadania por causa não só dos interesses da comunidade familiar, como também da sua diferença em relação aos ‘iguais’ – os homens. Ou melhor, como observam os cientistas e muitos filósofos da política, especialmente norte-americanos, a diferença (em relação aos homens-cidadãos) foi política e simbolicamente construída com a noção de cidadania, de tal modo que a sua exclusão aparece na própria origem dessa noção. As dificuldades da posterior inclusão, portanto, não seriam tanto ou apenas o fenômeno de atraso ou resistência, mas indícios daquela oposição constitutiva, que construiu as mulheres como não-cidadãs – ou melhor, como não capazes de cidadania -, porque (ao mesmo tempo) as construía como esposas e mães de cidadãos,

[151] Em seu texto “Mulheres na Sala de Aula”, Louro (2010, p. 450) destaca a feminização do magistério e reafirma o caráter da profissão como extensão das características inatas tidas como femininas: “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la”. Outras profissões e atividades ligadas ao cuidado, como é o caso da Assistência Social, em que o Estado exerce mais seu controle sobre algumas profissões, como no caso, a docência (LOURO, 2010).

> ou seja: ao mesmo tempo como sujeitos eminentemente familiares e responsáveis pela unidade familiar. Com efeito, a família, que é o âmbito primário da reprodução social também como como reprodução das desigualdades, constitui uma questão problemática para as teorias da cidadania (SARACENO, 1995, p. 207).

Como já dito, a origem da opressão das mulheres não se dá no capitalismo, mas antes dele, com o patriarcado. Sistemas opressores que atuam conjuntamente e se retroalimentam.

A emancipação política, atrelada à ordem vigente, não desestrutura nem rompe os padrões patriarcais, racistas e capitalistas, somente concede direitos inicialmente negados. Muito embora seja pertinente esse aspecto, porém, a emancipação, não o é em relação à liberdade, visto que somente se trata de permissão social de agir enquanto cidadã[152]. Problematiza-se tal questão, porque, no entendimento de Damião e Carloto (2017, p. 6), "não há emancipação nem liberdade para as mulheres enquanto todas as mulheres não forem livres, e isso considerando todas as opressões a que estão expostas: de classe, de gênero e de raça/etnia". Vale o estranhamento. Onde estaria a emancipação, termo e concepção – revolucionário desafio de contestação ao capital. Repolitizar o empoderamento? Esse assunto "dá pano para manga", ou, é manga para outros panos e planos de outras pesquisas, que estão além dos limites desta.

Pergunta a pesquisadora: Por que estudar política, logo no primeiro capítulo, para entender as nuances e entrelinhas do Cramvive? Por que retroceder, no para-brisas da história política, do feminismo, do Brasil, se o objeto de estudo da pesquisa encontra-se em Vila Velha? É como tecer a vida, interseccionada, nas palavras de Perrot (2010, p. 16) "a história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades [...]". A política compõe o conceito ligado ao de política pública. Razão, portanto, mais que pertinente: necessária. A política pública significa, em sua origem, a ação coletiva com o objetivo de promover a concretização de direitos sociais em resposta às demandas

[152] Marx analisa a categoria emancipação inserida em um contexto capitalista e patriarcal. Traduz duas dimensões do termo: emancipação política e emancipação humana. A segunda abriga "o rompimento com o sistema, [...] e a destruição da sociedade de classes, a superação do capitalismo" enquanto a primeira, emancipação política ocorre quando um grupo marginalizado conquista os direitos dentro da ordem vigente (DAMIÃO; CARLOTO, 2017, p. 1-2).

apresentadas pela sociedade, assim é que os direitos garantidos em leis são concretizados por meio de projetos, programas e serviços (PEREIRA, 2012).

Afirmar, portanto, que os direitos legais são formulados para distribuir bens, são resultantes de atividades políticas e materializam-se por meio de serviços, programas, projetos geridos e regulados pelo Estado sob o controle da sociedade. Relação simbiótica entre direito e política, articulação permeada por conflitos e competições. Os direitos são eminentemente sociais, diferente das concepções e lógica do mercado, contraponto na tendência desta pesquisa.

> *"Eu ainda não fechei meu raciocínio para concluir isso definitivamente mas a minha percepção [...], dentro da política pública do município, dentro do mundo político e olhando de dentro para fora, e de fora para dentro, como cidadã [...], é eu vejo que o interesse, não conclui ainda, mas a minha sensação, é que o interesse no cargo [...] prejudica um pouco a construção da perenização das políticas públicas porque se você trabalha com aquele comprometimento de saber que é para aquele mandato, você não estimula a pessoalização dos pontos positivos e das conquistas [...]"* (Bertha).

Tais concepções[153] aparecem com regularidade na política pública brasileira, assim identificadas: fragmentação; competição interburocrática; descontinuidade administrativa; padrões de autoritarismo e concentração de poder; separação entre formulação/decisão e implementação. O resultado para o governo é, que apesar da capacidade decisória, a baixa condição de implementar as decisões com "[...] acentuadas ineficácia e a dispersão organizacional [...]" (RUA, 2014, p. 116) e desperdício de dinheiro público.

A cultura política, à luz da colonização brasileira, historicamente demonstra que as relações patriarcais são transformadas em um sistema patrimonial -, distribuição de

[153] As concepções, atinentes à afirmação das ideias de Rua (2014), destacam os seguintes traços como matrizes da política brasileira: 1) a fragmentação - se refere a determinadas políticas que envolvem o esforço conjunto de várias áreas, sem o devido reforço integrado para a execução; 2) competição interburocrática - articulação/integração, com demarcação de áreas (disputa pelo controle da política pública); 3) descontinuidade - contínua interrupção (abandono ou substituição) da política pela inexistência da 'missão institucional', cabide para interferências das 'preferências dos novos governos', sem considerar a demanda da política pública; 4) autoritarismo e centralização – traços da formação histórica brasileira, herança colonial. A centralização das decisões impede a autonomia das agências e programas e acentuam a fragilidade e a desarticulação, 'nichos de interesses políticos personalizados' (RUA, 2014, p. 117).

privilégios a familiares e amigos, a partir de alianças e da troca de favores. Esse processo é regido pela dependência entre o “senhor” e familiares – dominação de gênero; ou, diversamente, entre o “senhor” e seus escravos – dominação racial; ou mesmo, no Estado, entre o “senhor” e os funcionários – dominação burocrática (racional-legal). Holanda (1995) afirma, em uma releitura do patrimonialismo, a dependência/subordinação do despossuído ao possuidor; assim, o ingresso do Brasil na nova ordem urbana é acompanhado pelos traços da vida rural.

O patriarcado rural traveste-se em Estado patrimonialista, ou seja, um modelo de organização política em que há o domínio do público pelo privado. A análise da constituição desse Estado Brasileiro repercute em todas as políticas locais: o “jeitinho de fazer política à brasileira”. O personalismo, dependência da imagem na concepção colonial, está presente nas entrelinhas dos dados apresentados para a releitura das concepções políticas locais

> Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. [...] Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufere relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (MURPHY, 1795 apud BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 145-146).

O resultado dos traços históricos redunda na ineficácia da política pública, o escoamento dos recursos em eterna descontinuidade e fragmentariedade, tendência à produção da imagem vinculada à propaganda, ao antever das próximas eleições. Essa característica cultural não investe de autonomia e eficácia às políticas públicas, arbitra em recorrência e primazia da política econômica em detrimento da social e, ambas, atreladas às figuras sociais, aos mitos. Uma vez configurada, as ações políticas aparecem também em concepções e práticas da sociedade civil, presente na acepção traduzida por Bertha

> *“[...] tem até dentro de núcleos, que fazem parte de um elo que poderia ser mais importante e mais atuante na atuação conjunta da prevenção da violência doméstica [...] uma vaidade tão extrema que não permite, que não querem a evolução porque senão será no governo [...] aí faz uma política*

> *contrária ao trabalho [...] não de grupos políticos, que é até natural ter esse tipo de comportamento [...] falando da sociedade civil, [...] da base ali que reclama dessa postura do Poder Executivo, mas que é igualzinho na base [...] se não for eu [...] se não me citar [...] se essa ideia não é minha então não vai ser [...] a gente não encontra as políticas de Estado, a gente encontra as políticas de governo [...]"*

Indaga-se, uma vez mais, é o cargo que se constitui como impeditivo para a perenização da política pública, ou, senão as concepções e práticas sociais e culturais arraigadas e opressivas? Ou seja, o paradigma político é um "mal necessário" ou "coisa de profissional"? Chauí (2003) continua, a imagem diabólica da política e do contraponto do ser humano como simples vítima passiva da situação "algoz" é paradoxal, vez que a política é, a uma, a criação humana para dialogar com as diferenças que, se não resolvidas, justificariam o uso da força e a guerra continua; a dois, é uma forma coletiva escolhida pela própria sociedade que delibera sobre situações que se referem a toda a coletividade, a todos os seus membros.

Então, à luz das duas indagações dispostas no parágrafo anterior, pergunta-se: como percebê-la como algo maléfico, violento e distante? Como argumentar sua criação e existência como algo isolado, externo, elemento do qual não fazemos parte e avesso a todos os envolvidos? Talvez, por uma visão invertida, mas generalizada, que a política é reservada há alguns, "os políticos profissionais", agindo em nome da coletividade e, ao mesmo tempo, em ação contrária a essa.

E como um problema político se transforma em agenda para as políticas públicas? Somente por influência do poder dominante? A implementação e definição de programas, assim como critérios técnicos e políticos, além do orçamento e avaliação dos limites e potencialidades desses, nos aspectos teóricos e práticos, em suma, a constituição do problema (questão social), torna-se visível na agenda pública através da mobilização social em que, a par do diagnóstico da demanda (o que, qual programa, abrangência, população alvo, onde e quando), surge a luta pela concretização da política pela sociedade

> Parto, portanto, do entendimento de que uma política pública, desde a formulação, envolve mobilização e alocação de recursos, divisão de trabalho (tempo); uso de controles (poder); interação entre sujeitos; interesses diversos, adaptações; riscos e incertezas sobre os processos e resultados; noção de sucesso e fracasso, destacando-se a relevância dos sujeitos sociais

> desse processo e suas racionalidades. [...] o processo das políticas públicas é assumido, nos diferentes momentos, por uma diversidade de sujeitos que entram, saem ou permanecem nele, orientados por diferentes racionalidades e movidos por diferentes interesses, fazendo o desenvolvimento das políticas públicas um processo contraditório e não linear (SILVA, 2005, p. 97-98).

Por outro lado, é a extensão da força estatal que garante o consenso nas práticas e extensões políticas? A perspectiva do Estado Neoliberal, de cunho ultraconservador, busca o apoio da sociedade civil, dissemina o discurso de que o Estado é incompetente, sem condições de gerir os serviços, portanto, de qualidade duvidosa; em consequência a privatização dos serviços e a chance do capital monopolista de aumentar seus lucros e reduzir as políticas públicas. Na última década do século XX, a partir de 1990, as políticas neoliberais produziram novas formas de dominação, de exploração (reprodução do capital) e de reprodução de valores (ideológica) o que representa um controle, manipulação do movimento social, diminuir o potencial de reivindicação e criar consenso. Em garantia a esse processo, Cisne e Gurgel (2008) afirmam que, o processo de "terceirização" do movimento social, as ONG's[154], fenômeno de um perfil do chamado terceiro setor[155], "[...] o interesse em gerar uma cultura de aceitação, e naturalização do neoliberalismo" (CISNE; GURGEL, 2008, p. 76), são risco à autonomia organizativa do movimento feminista latino americano, sob os seguintes aspectos:

> 1) O reconhecimento do sistema patriarcal como estruturante da opressão e dominação da mulher; 2) autodeterminação das mulheres como condição ontológica do feminismo como sujeito coletivo; 3) a emancipação humana como princípio constitutivo do ser político feminista (CISNE; GURGEL, 2008, p. 80).

[154] Cisne e Gurgel (2008) chamam a atenção para a diferenciação e políticas diversificadas das ONG's, muito embora não se possa olvidar dos entrelaces entre o financiador e a instituição financiada, o que pressupõe correlação, quiçá, dependência, como consequência a falta de autonomia e o risco de não rompimento com as estruturas patriarcais e capitalistas.

[155] Como "[...] os avanços legislativos no campo dos direitos sociais e da participação popular na sua formulação e fiscalização, foram fortemente atacados, a partir dos anos 90, pelo ideário neoliberal em ascensão, que passa a também investir na participação da sociedade civil, mas não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais, mas na direção de transferir a ela o papel de agente do bem-estar social. Sociedade civil é transformada num suposto "terceiro setor" situado para além do Estado (tido como o reino da ineficiência) e do mercado (tido como a esfera que visa o lucro), cabendo a sociedade civil (transmutada em terceiro setor) desenvolver suas ações com base na lógica da solidariedade, da filantropia, do voluntariado. Há aqui um esforço ideológico de despolitização da sociedade civil, concebendo-a como reino da a-política, do a-classismo, deslocando suas lutas para o campo ético-moralizante" (DURIGUETTO, 2008, p. 89).

Face a isso, o terceiro setor assume como parceiro na negociação dos direitos sociais, muitas vezes esse acesso acontece de forma precária, temporária e focalizada, ferindo a "universalidade", e a "legitimação ideológica da desresponsabilização do Estado" para com as políticas públicas.

> No momento atual, enfrentamos uma visão hegemônica de redução do papel do Estado, com o processo de desregulamentação das relações de trabalho e a flexibilização dos direitos sociais. No fundo, essa perspectiva dominante expressa uma visão de que as desigualdades são inevitáveis e que os problemas sociais, portanto, devem ser resolvidos em nível do mercado e do terceiro setor. Um dos resultados imediatos desse discurso é a realidade atual das políticas sociais que estão cada vez mais caracterizadas como políticas para pobres, portanto, sem a pretensão de serem políticas universais (CISNE; GURGEL, 2008, p. 87).

Mesmo limitada e fragmentada a sociedade democrática brasileira é invadida pela não-política, "inclusive no que se refere ao enfrentamento da questão social, com a transferência de ações – focalizadas – para o "terceiro setor", processo que caminha ao lado do crescimento da pauperização absoluta [...]" (BEHRING, 2009, p. 83). Percebe-se, dessa forma, a dimensão da compreensão da característica da política brasileira pela expressão, em resumo,

> *"Oh! Jesus...essa pergunta é difícil porque você não sabe quem vai entrar [...] quem será ou quem serão as pessoas para ocupar esses novos cargos [...], e, ainda completa, [...] sendo [...] politicamente inteligente quem entrar, não vai querer ser criticado por desconstrução [...] por lógica, sendo inteligente, vai só colher os frutos do que já tem, ampliar e melhorar. Pronto!"* (Bertha).

A coibição da violência e proteção das mulheres devem se expressar em políticas de Estado[156], através de programas, ações, serviços, enfim, mecanismos que protejam às mulheres no que se refere às desigualdades de gênero em desconstrução à cultura patriarcal. As políticas de governo, contrariamente, são respostas as demandas em um processo mais elementar do Executivo, caminho menos complexo, concentrado

[156] Há divergência entre políticas de estado e políticas de governo. Política de Estado refere-se aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência de Estado e estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários e a trajetória da política que se pretende implementar (passa por mais de uma estrutura das estruturas do Estado). Repercute em mudanças de outras normas ou disposições pré existentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade. Políticas de Governo são aquelas decididas de forma unilateral, na maioria das vezes, pelo executivo. A implementação de políticas públicas, mesmo que complexas, são mais curtas e simples, em sua forma administrativa ou ministerial setorial, conforme Almeida (2010)

no campo administrativo ou na competência dos ministérios setoriais, consoante a Almeida (2010 apud HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010). Apesar dos inúmeros avanços ocorridos, a realidade brasileira ainda aponta, e nesse campo – território, não seria diferente em Vila Velha, a precariedade e fragilidade dos serviços em atenção à violência contra a mulher. Conclui, Bertha, *"[...] então, infelizmente, dá para garantir política de governo, política de Estado ninguém tem certeza de nada!".*

Inegavelmente, ao eleger como prioridade as relações de políticas de Estado, a partir da realidade social, pergunta-se: a normatização, em função da vulnerabilidade, é pressuposto de validade, ou, em outras palavras, a norma garante à eficácia para que se perpetuem as políticas de Estado? Sobre a construção de políticas de Estado, com relação a continuidade das políticas públicas,

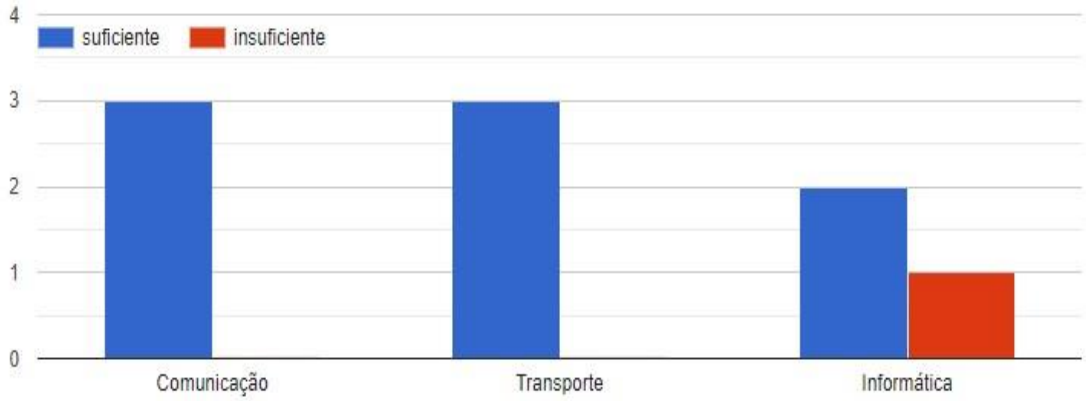
> *"[...] a perspectiva de construir política de Estado, infelizmente, por falta de normatização que discipline isso tá muito ligado a juízo de valor e vontade pessoal. Se existisse, em nível de legislação, inclusive em nível de jurisprudência de punição, a desconstrução [...] de conquistas e avanços de determinados governos, poderia se ter uma esperança maior da lógica de política de Estado. Mas acredito que, propositalmente, não há isso! [...] Então simplesmente é a vontade e o juízo de valor de quem entra...por lógica, sendo inteligente, vai só colher os frutos do que já tem... ampliar e melhorar. Pronto!"* (Bertha).

Seria essa uma indagação continua-, material para outras avaliações: entre as idas e vindas da política pública, neste complexo emaranhado, ressalta Andrade (2011) a contradição do fenômeno jurídico como superestrutura jurídico-política, como diria Marx, situação em que o direito se reproduz como mercadoria, legalismo e segurança jurídica – mediações de conteúdo alienante – forma-capital, para a ordenação da realidade objetiva. Em linhas gerais, a garantia legal é, sobretudo, forma geradora de estabilidade para a sociedade porque através dela se garante, na sociedade capitalista, a propriedade, a compra da força de trabalho e a acumulação da riqueza, ou seja, se constitui em instrumento de dominação, ainda que se possa, por meio da constituição legal, garantir determinados direitos e exigi-los, dentro dos limites e possibilidades da realidade histórica.

Em relação à estrutura do Cramvive, analisou-se: equipamento (comunicação, transporte e informática); localização, acessibilidade e espaço físico; recursos

humanos (funções e atribuições), capacitação e condições de trabalho; condições financeiras e administrativas (fluxo, processo e burocracia); condições administrativas (fluxo, processo e burocracia), em que as participantes avaliaram determinados aspectos como suficiente e insuficiente, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Estrutura do Cramvive: equipamentos

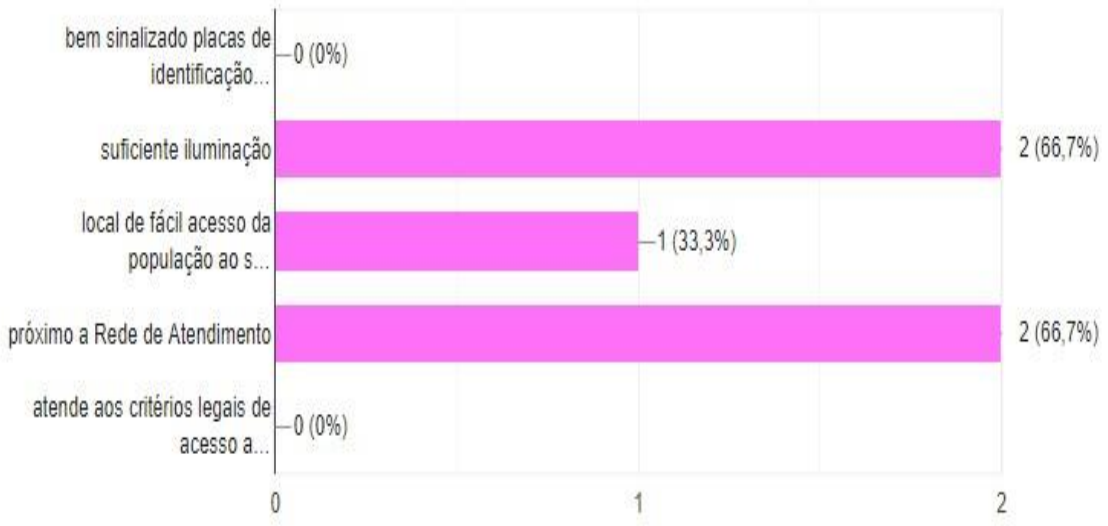


Fonte: Elaboração própria.

Como se vê, as respostas apontaram que a comunicação e o transporte do Cramvive são suficientes, enquanto o setor de informática apresenta-se como insuficiente, com a justificativa de que a rede de internet sempre apresenta problemas, o que causar prejuízo ao funcionamento do serviço.

Sobre a localização, em termos de acessibilidade e espaço físico, analisaram aspectos como: bem sinalizado com placas de identificação, suficiente luminação, local de fácil acesso da população aos serviços, próximo à rede de atendimento, atende aos critérios legais de acesso. O Gráfico 3 ilustra as respostas obtidas.

Gráfico 3 - Estrutura do Cramvive: localização e acessibilidade



Fonte: Elaboração própria.

Na leitura do Gráfico 3 pode-se inferir, pelas respostas, que o Cramvive não é um local bem sinalizado e não atende aos critérios legais de acessibilidade, bem como não possui fácil acesso para as usuárias. De fato, observa-se os inúmeros desafios apresentados as profissionais quanto à localização espacial do serviço, argumentos de Nísia, expondo, em síntese, "*as munícipes tem dificuldades para chegar ao local devido à falta de identificação do serviço, fica um pouco distante dos outros serviços e o ideal é que funcionasse todos no mesmo espaço para evitar a revitimização da mulher [...]".* Nesse sentido, também se reconhece as limitações quanto ao espaço e localização do Cramvive, em funcionamento, desde 2017, no centro de Vila Velha-ES, em um pátio de garagem, conforme se verifica na manifestação

> *"[...] hoje temos, ainda não é o local adequado, mas conseguimos uma estrutura física [...] tem uma recepção, tem os banheiros, tem uma sala de atendimento, tem a sala dos técnicos e, ainda precisa ser, ou seriamente modificada estruturalmente ou modificado o local. O ideal seria mudar o local, né? Que não fosse compartilhado o ambiente com outras secretarias, com partes de secretarias no mesmo espaço físico, embora seja separado. Embora seja separado é um ambiente amplo que tem várias secretarias [...] que não é o ideal [...]"* (Bertha).

Muitos são os desafios e limites impostos ao trabalho, inclusive na operacionalização dos serviços institucionais, conforme aponta o gráfico acima. Tenório (2018) adverte que as denúncias e atendimentos às mulheres atravessam vários serviços públicos

(policiais, jurídico, socioassistenciais, saúde, dentre outros), dada a diversidade e a complexidade da própria violência em trajetórias também complexas, resulta na desistência ou não-acionamento dos próprios serviços pelas mulheres, sob diversas alegações: desde a desconfiança e falta de credibilidade com relação ao equipamento de atendimento, senão o próprio medo ou desgaste do caminho, efeito do 'perverso percurso' para o rompimento do ciclo da violência.

Vale ressaltar que, de fato, existe um processo de idas e vindas para o rompimento do ciclo da violência, a denominada "rota crítica"[157]. Decisões propulsoras de um complexo percurso entre a procura de ajuda e a resposta institucional, espaço emaranhado por influências (externas e internas), "a falta de apoio, a revitimização e a atitude preconceituosa e ineficiente por parte de pessoas que deveriam acolhê-las, além dos seus sentimentos de vergonha, culpa e pressões" (EVANGELISTA, 2017, p. 6).

Existe, de fato, um longo hiato entre o prenúncio de segurança e proteção anunciadas pelos serviços especializados e a efetividade de tais propostas, eis que há limites para atuação dos serviços face a falta de infraestrutura, despreparo no atendimento, a reprodução de práticas e atitudes discriminatórias e a ausência de qualificação profissional para dar conta da especificidade do fenômeno da violência contra a mulher (MENEGGHEL *et al*., 2011; SAGOT, 2000; SILVEIRA, 2006).

Quanto a outra subcategoria *acessibilidade do local*, Mariele argumenta que, *"[...] na entrada não há placa de identificação e o local não possui fácil acesso por ter que passar dentro de uma garagem [...]".* Em uma síntese, apreende-se que apesar de o Cramvive funcionar em lugar estratégico, centro de Vila Velha, encontra-se em um pátio de garagem (ao final), área de acesso a inúmeros carros, chegada e saída de veículos da prefeitura, com alta circulação de homens.

[157] Para Sagot (2000), "a rota crítica das mulheres afetadas pela violência intrafamiliar na América Latina" é um estudo inovador realizado na década de 1980 que investigou o trajeto percorrido por mulheres para romper com a violência em 10 países latino-americanos. As entrevistas realizadas em organizações, governamentais e não-governamentais, demonstraram o mesmo denominador comum, qual seja, a necessidade de reforma na saúde nos países pesquisados -, apesar das diversidades sociodemográficas dos países pesquisados.

Vila Velha-ES não dispõe de um local centralizado para o funcionamento dos vários equipamentos que compõem a Rede de Atendimento à Mulher. Esse fato provoca o deslocamento das usuárias a locais diversos, fato agravante do quadro de violência, como alega Nísia. Um diagnóstico[158] revela que o Estado brasileiro, com relação à aplicação de instrumentos previstos em lei para proteção das mulheres em situação de violência, as políticas públicas são pouco eficazes, notadamente, no que diz respeito à redução do feminicídio, fenômeno que se traduz em tolerância dos poderes constituídos em todas as esferas públicas.

Há muito se propôs a criação do Centro Integrado da Mulher (CIM)[159] em Vila Velha como resultado de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado e o Poder Público Municipal, "[...] a CPMI visitou as futuras instalações do Centro Integrado da Mulher - CIM, em Vila Velha, mas como não estava em funcionamento, não foi possível verificar se atenderia [...]" (PEREIRA, 2013, p. 333). De fato, as previsões contidas no relatório da CPMI, na perspectiva de um local central para o funcionamento da Rede de Atendimento, não se tornaram realidade, o que aponta a falta de investimento e cumprimento das ações previstas, inclusive como resultado de compromissos públicos, por poderes e órgãos constituídos, "promessa é dúvida e dívida social!". Pereira (2012) argumenta que as políticas públicas apresentam especificidade no que tange a atender às legítimas demandas e necessidades sociais.

> Política pública, significa, portanto, ação coletiva que tem por função *concretizar direitos sociais* demandados pela sociedade e previstos nas leis. Ou, em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços. Por conseguinte, não tem sentido falar de desarticulação entre direito e política se nos guiarmos por essa perspectiva. (PEREIRA, 2012, p. 227).

Dessa forma, a oferta de programas, projetos e serviços requer estruturação e organização, com espaços físicos em condições adequadas para o atendimento e o

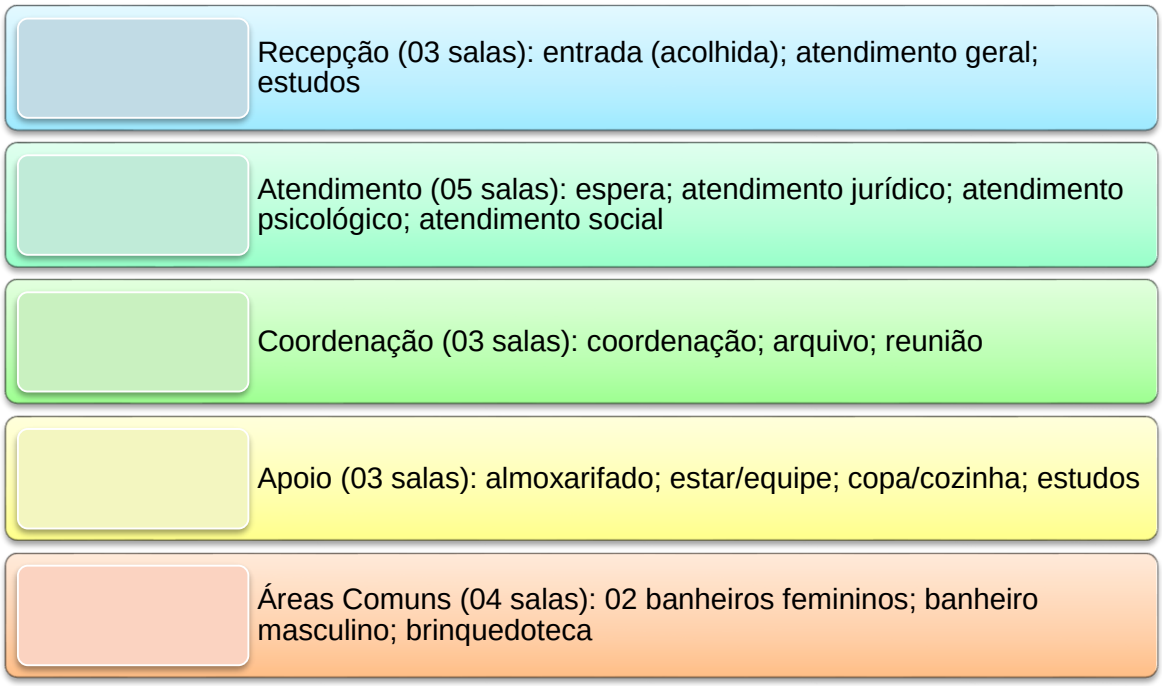
---

158 O relatório é fruto do trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar as denúncias de omissão por parte do poder público com relação às mulheres em situação de violência – 2012. Para tanto, foram realizadas visitas a todos os Estados, em que o documento relata os altos índices de violência em todo o país e a ausência de políticas eficazes para o enfrentamento à violência doméstica. Não há dados confiáveis em todos os poderes constituídos e em todas as esferas (BRASIL, 2013).

159 Os dados foram colhidos e apresentados no Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Senado Federal, com relação às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

acompanhamento do público atendido, nesse caso, mulheres em situação de violência. A respeito do espaço físco, a Figura 3 apresenta como o Cramvive configura-se nesta dimensão.

Figura 4 - Estrutura mínima prevista para os Centros de Referência: espaço físico



Fonte: Elaboração própria, considerando a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006b).

Não se teve a pretensão de produzir e engessar um modelo. O objetivo foi aferir, em termos de equipamento e funcionamento mínimos, os fluxos, a política, enfim, instituir a implantação e avaliação das políticas públicas da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Outrossim, é necessário investigar as várias características e formas como o Cramvive se reveste. Para tanto, nas respostas, as técnicas reafirmam, uma após a outra, que "*o espaço não é adequado para os atendimentos individuais e em grupo".* Em resumo, a condição do equipamento é insuficiente no que se refere à localização, espaço físico e recursos materiais.

Em grande medida, os achados da pesquisa sobre a estrutura física do Cramvive denotam as dificuldades de o serviço atuar como mecanismo de prevenção e atendimento, observando-se, desde o início, os desafios à prática, reconhecendo, como dito acima, as dimensões da institucionalização do Cramvive, incluindo a falta de recursos suficientes para criação, implantação e funcionamento. Essa questão fica

evidenciada pelas profissionais. A existência de previsão legal não resolve a questão da previsão dos recursos, haja vista o contexto atual de desarticulação da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM)[160], fato que serve como agravante para priorização e existência dos Centros de Referência.

> É fundamental que esse equipamento, bem como os demais equipamentos que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência atue efetivamente de forma a consolidar a implementação de uma política nacional de enfrentamento à violência contra à mulher, sendo necessário, para que se alcance esse fim a padronização de diretrizes e procedimentos de funcionamento do serviço assegurando a qualidade da produção nacional de dados e o necessário monitoramento. A Norma Técnica de uniformização dos centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência trouxe um importante esforço que ainda encontra muitas dificuldades para ser operacionalizado no Estado (SOUZA *et al*., 2019, s.p.) .

Haveria, portanto, contradições nos discursos institucionais dos poderes públicos? Os discursos se contradizem na prática, não-investimento e racionalização das políticas públicas, contextos distintos no Brasil, permeados pelo pano de fundo da globalização/neoliberalismo, com a consequente diminuição de investimentos nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Será mera coincidência ou existe uma lógica nos discursos e nas práticas atuais? Algumas reflexões serão empreendidas mais adiante.

Outra dimensão central são os recursos humanos, ou seja, a equipe do Centro de Referência, incluindo suas funções e atribuições, capacitação e condições de trabalho. Na realidade do Cramvive, no início da pesquisa, a equipe multiprofissional era composta por uma psicóloga e duas assistentes sociais, sem o cargo de advogado(a), em virtude de que o trabalho de orientação jurídica era realizado pela

---

[160] A SPM foi desestruturada no Governo Bolsonaro, pois foi perdido seu *status* de ministério. Hoje, o Ministério que abrange as políticas públicas nacionais é o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em pesquisa no site no citado órgão, item (Programas e Ações da SPM*)* consta como último plano de Execução de medidas concretas, no tocante ao investimento financeiro (convênios com vários estados e municípios – com descrição de valores, programa e objeto) para o Programa Políticas Públicas para as Mulheres, é datado do ano de 2014. (Informação - publicada em 2012 e atualizada em 30/11/2019 - conforme consta no site)*.* Outra curiosidade, no mesmo Ministério, diz respeito ao subitem Legislação. Ao tentar acessar as normas legais (Lei Maria da Penha, Legislação Nacional referente às Mulheres, Convenções Internacionais e Projetos de Lei) as pesquisas online não abrem; presentes, somente, o seguinte 'recado' à consulta: "Desculpe, mas esta página não existe" (BRASIL, 2020), o que sugere o desmonte, inclusive, de memórias históricas de fatos e acontecimentos de políticas públicas para mulheres no país. Verbete ao contrário daquele citado por Perrot (2012, p. 13), "[...] significativa passagem do silêncio à palavra [...]", para restabelecer o silêncio, em mais uma passagem da história brasileira: "apagar para destruir."

Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. A perspectiva do trabalho, com base nos documentos, é a abordagem interdisciplinar e intersetorial, com pressuposto de que a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos e é um fenômeno social complexo que requer diferentes abordagens de vários serviços em atuação conjunta. Contudo, nas entrelinhas dos diálogos das profissionais, pode-se perceber que a função específica de coordenadora é exercida em forma de rodízio, por Nísia ou Mariele, muito embora haja acúmulo das atribuições, especificidade técnica e coordenação, em suas atuações no equipamento. Apresenta-se, a seguir, o Gráfico 4, com a qualificação das profissionais do Cramvive no aspecto vínculo empregatício.

A Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência descreve atribuições e responsabilidades distintas às duas funções[161]: a de técnica e a de coordenação do serviço[162]. Assim, diante da norma técnica citada não é possível que haja o acúmulo de funções, como se observa, inclusive, na previsão de recursos humanos. O acúmulo de distintas funções no Centro de Referência, atinente às práticas da coordenação e da equipe psicossocial, com a exígua carga horária de 30 horas, aliado à questão do pequeno número de profissionais que compõem o Cramvive, poderá resultar em "atropelos", senão em prejuízo, tanto em relação ao exercício de ambas atribuições, quanto em relação ao desempenho do equipamento público no município.

Ainda sobre os dados de identificação profissional, categoria atribuições, assim se revelam as respostas: Nísia afirma que consistem no *"atendimento individual, atendimento em grupo, orientações e assessoria da coordenação."* Mariele alega, no entanto, que são atinentes ao *"atendimento individualizado as assistidas; visita domiciliar sempre que necessário; coordenação; funções administrativas"* (grifos da pesquisadora). Também, foram reveladas, nas afirmações de Elisa, a visão atinente às suas atribuições.

---

[161] Há previsão dos seguintes cargos na Norma Técnica de Uniformização: 1 (um) coordenador, 2 (dois) secretários, 2 (dois) assistentes sociais, 2 (dois) psicólogos, 1 (um) advogado, 2 (dois) educadores, 1 (um) ajudante geral e 1 (um) segurança (BRASIL, 2006).

[162] O Coordenador do Centro de Referência é o responsável: i) pela gestão do equipamento (gestão de pessoas, gestão de tarefas e serviços, gestão financeira); ii) por assegurar a qualidade do serviço (aprimoramento do trabalho); iii) documentar as informações referentes ao equipamento; iv) avaliar o serviço.

> *"Acolhimento, escuta qualificada, atendimento particularizado e em grupo. Acompanhamento social, elaboração de relatórios, participação em reuniões, trabalho em rede, estudo de caso, encaminhamentos diversos para rede socioassistencial, de garantia de direitos e articulação com outras políticas públicas, trabalho inter/multidisciplinar, entre outras"* (Elisa).

Como se pode perceber, os discursos das três profissionais revelam confusões de conceitos e diversos significados para as atribuições, tanto que os resultados das respostas se confundem entre o atendimento direto as assistidas; a gestão do equipamento e a integração interinstitucional do Cramvive, assim representados no na Figura 5, que segue.

Figura 5 - Processos Interventivos

Fonte: elaborado pela autora.

Uma das diretrizes da Norma Técnica de Uniformização é a abordagem multidisciplinar. Não se quer aqui, todavia, afirmar que a "confusão ou acúmulo" das tarefas ocorrem em razão de tal abordagem, vez que as intervenções nos Centros de Referência se compõem de diferentes campos do saber, em ação concomitante, logo, "os profissionais se coordenam sem confusão de papéis, o que é de fundamental

importância para que o atendimento seja de fato articulado, mantendo-se em tensão as diferenças decorrentes das especificidades de cada serviço" (BRASIL, 2006a, p. 18).

Outras diretrizes específicas, quanto as atribuições dos profissionais, afirmam a imprescindibilidade da formação dos profissionais que atuam nas redes de atendimento. Documentos, inclusive, de orientação das especialidades, haja vista todos os desafios de lidar com a complexidade/multidimensionalidade dos atendimentos, sabendo-se, muitas das vezes, das limitações e condições inadequadas de trabalho. É preciso ter a visão de que as relações sociais são permeadas por relações desiguais de poder (relações de gênero), superando a visão individualizada, articulando-a a outras práticas, para além das preocupações de especialidades de per si[163].

> Nesse sentido, é importante ainda ressaltar que a violência contra a mulher é um mecanismo que resulta de injustiça e, ao mesmo tempo, reproduz as desigualdades históricas entre homens e mulheres, já que mantêm as mulheres vítimas de violência distantes das fontes de poder e dos recursos econômicos, políticos, sociais e culturais. Assim, a violência contra a mulher está assentada em um amplo conjunto de valores, normas e símbolos culturais, compartilhado igualmente entre homens e mulheres, o que lhe oferece grande legitimidade social e exige a implementação de políticas e ações especificamente voltadas para sua erradicação (BRASIL, 2012, p. 51).

Por outro lado, a ação multidisciplinar se justifica pela complexidade do fenômeno da violência, em inúmeras interfaces. Velázquez (2006) afirma que as vítimas estão fragilizadas e, em resumo, não reconhecem a violência como um processo de construção de debilidades físicas e emocionais; correlacionam 'naturalização da violência e silenciamento' – sentem-se humilhadas, envergonhadas e com autoestima muito baixa por sofrerem violência; e, por último, desconhecem o direito, as leis e as estratégias de proteção.

---

[163] Essa previsão está descrita nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas em programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência com previsão de princípios éticos e políticos a nortear o trabalho dos profissionais com ação amparada em parâmetros legitimados. Os parâmetros demonstram que a atuação dos profissionais vai além da provisoriedade dos governos, são expressão das políticas públicas na defesa dos direitos humanos (BRASIL, 2012).

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres institui a mudança paradigmática, sob a perspectiva multidisciplinar e interinstitucional, compartilhamento de saberes e ações no sentido de interação/intercâmbio para a qualidade e eficiência da rede de atendimento. Frente a esses tipos de desafios, os qualificados profissionais, assistentes sociais e psicólogos, são responsáveis pelas primeiras abordagens (“escuta social qualificada”), espaço essencial para se romper o silêncio, e não podem comprometer as suas atuações, quer seja pela confusão de papéis, quer seja pelo acúmulo de atribuições (sobrecarga de trabalho) em prol da economia com o equipamento público municipal.

Em relação à capacitação, os resultados correspondentes à natureza das respostas pelas profissionais, natureza técnica ou teórica, demonstraram ser necessária uma abordagem sustentada pela formação no próprio serviço, na prática. As profissionais do Cramvive são oriundas de outras unidades/secretarias e os aportes teóricos foram substancializados pela ação e formação em serviço, pela busca pessoal. Não houve, dessa feita, formação intelectual uniforme, teórica, baseada em uma política institucionalizada para as profissionais que trabalham em campo estratégico e central para o fortalecimento da própria Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

> “*Capacitação a gente teve boas oportunidades! É [...] a equipe é muito proativa, então por ela mesma procurou muitas capacitações [...] se inscreveu em tudo o que pode então esse comprometimento da equipe foi além do que a gente conseguia proporcionar. Elas mesmas correram muito atrás, e participaram de fórum, seminários, debates, reunião. [...] Então é o que eu considero que, pensando em quatro anos atrás, [...], nenhuma delas trabalhava no CRAMVIVE, então o conhecimento delas com a violência doméstica era zero, e você hoje conversando [...] o nível de conhecimento, de diálogo, de propriedade que elas têm para falar sobre o tema [...]. Acredito que a capacitação tenha surtido bastante efeito*” (Bertha).

Problematiza-se, com efeito, a falta de amparo estatal, senão a “criatividade” de trabalhadores(as), ações esparsas e, às vezes, desalinhadas da política, ou a “frustração”, situação limitadora do próprio trabalho.

> *“A equipe de referência juntamente com a gestão, tem procurado alinhar as estratégias de forma a contemplar as ações estabelecidas na política nacional, entretanto há algumas dificuldades, tanto quanto ao aspecto de*

> *recursos humanos quanto ao ambiente físico apropriado e mais investimentos nesta política em nosso município"* (Nísia) .

Nesse sentido, percebe-se que, na concepção teórica, na expressão do projeto ético-político para o Cramvive é necessário que as técnicas tenham clareza sobre as linhas gerais dos documentos e seus desdobramentos, dada a complexidade da demanda, conhecimentos essenciais exigidos à expertise na temática[164]. Em tamanho horizonte de leis, planos, protocolos, pactos e redes, sob as dimensões raça, classe, etnia e gênero, a formação e a qualificação devem ser prioritárias para as profissionais do Centro de Referência, no sentido de consolidar a implementação de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

A formação continuada deve ser abrangente, de natureza técnica, operacional, gerencial e universal, dirigida ao conjunto dos(as) profissionais envolvidos(as) no atendimento. A formação profissional deve estar pautada por uma metodologia dialógica, interdisciplinar, holística que incentive a mobilização. A formação continuada de natureza técnica e operacional deve incluir disciplinas específicas, tais como: legislação que assegura os direitos das mulheres, técnicas de atendimento e acolhimento, dentre outros. Os conteúdos programáticos devem estimular o aprimoramento do trabalho em equipe, mobilizando e integrando as instituições que compõem a Rede e a melhoria crescente da qualidade do atendimento/acolhimento (BRASIL, 2006b, p. 26-27). Sem dúvida, ainda, devem estar presentes à valorização do trabalho das profissionais com perspectivas salariais dignas que permitam a dedicação à política.

Em relação às condições financeiras e administrativas (fluxo, processo e burocracia), para implantação e implementação das ações do Cramvive, inicialmente foram estabelecidas parcerias com a comunidade local para conseguir implementá-lo, o

---

[164] Além da Política Nacional de Enfretamento e a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência, outros textos decodificados, como a Lei Maria da Penha (definições, medidas, garantias, protocolos e convênios); bem como aqueles que tratem da articulação entre poderes e serviços previstos no conceito de Rede de Enfrentamento à Violência, consoante os princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único da Segurança Pública (art. 9º da Lei 11340/06). Além desses, outros documentos também se juntam: a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra à mulher; o Pacto Nacional (lançado em agosto de 2007), acordo federativo entre o governo federal, estados e municípios para planejamento de ações que se efetivem na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

aporte estrutural. Para tanto, estabeleceu-se contatos, vínculos e sensibilizou-se os órgãos para o seu intento:

> *"[...] a gente tinha muitas demandas mas naquele momento o que mais me inquietava era a estrutura de trabalho para a equipe do CRAMVIVE [...] Então [...] preferia pedir parceria, pro bem, do que escrever projeto para captar recurso [...] precisava logo. As mulheres estavam morrendo, as mulheres estavam e estão sofrendo violência doméstica e [...] não podia, [...] não queria perder esse tempo [...]"* (Bertha).

E hoje, de onde advém, então, os recursos para o Cramvive?

> *"A verba é estritamente municipal! Isso, estritamente municipal. Então depois também, através do legislativo, da vereadora dona Arlete, que também fez um projeto de criar um fundo para mulher, um fundo específico municipal para violência doméstica para apoio a política para mulheres, só que, assim, como não é um fundo incentivado, por exemplo o do idoso e o da criança e adolescente, que pode abater do Imposto de Renda, a gente não recebeu até agora, inclusive, foi até fechada a conta agora porque o banco tem um limite, para manter uma conta aberta, sem dinheiro. [...] para o CRAMVIVE, única e exclusivamente do recurso que a gente chama de fonte 1, que são as receitas próprias do município através dos tributos! Aí você imagina como é isso?"* (Bertha).

Com vistas a compreender, na presente pesquisa, as diferentes dimensões dos aspectos dificultadores e facilitadores do cotidiano profissional nas intervenções do Cramvive, apresentar-se-á, nos limites observados, mapeados por categorias, os aspectos dificultadores, que contemplam: i) poder público: falta de recursos financeiros específicos (orçamentários), falta de Investimentos (recursos materiais e humanos), descontinuidade da formação/capacitação dos técnicos, aumento da demanda sem correspondente aumento dos recursos humanos; ii) desafios humanos: usuárias (retorno à convivência com o agressor), grupos da sociedade civil; iii) rede (articulação com outras políticas – falta de retorno das demandas encaminhadas às redes).

Percebe-se, após a leitura das informações, que a maior incidência das citadas dificuldades se encontram relatadas em relação ao Poder Público, num total de 04 (quatro) respostas, havendo correlação entre elas, como demonstra

> *“o grande dificultador hoje é a estrutura física e o local [...] foi mais porque não tinha nem lugar, quem dirá, ainda apropriado. Então nós demos um passo e arranjamos um lugar que não é apropriado ainda [...] precisava de uma grande reforma que custaria um bom recurso, se fosse continuar onde está [...] Então ainda é um dificultador o espaço físico em função do sucesso do serviço [...] [...] hoje a equipe também não é suficiente [...] o tamanho e a limitação dos recursos humanos que nós temos [...] tinha previsão de [...] receber os servidores de um concurso público que aconteceu [...[o tamanho da equipe hoje que envolve o quê? Recurso! Enfim, assim, se houvesse recurso [...] teria estrutura, se tivesse recurso teria mais servidores, então assim, os dificultadores que existem estão ligados a falta de recursos [...]”* (Bertha).

Nos dados há uma especificidade quanto aos recursos financeiros e orçamentários, descritos nos relatos. Sem querer esboçar um compêndio com maiores detalhamentos para não se perder dos objetivos da pesquisa, há que se traçar, contudo, um pequeno esboço para que se entenda. O que é orçamento público? Bertha relaciona os meandros do que é necessário delimitar, o orçamento público é uma forma de controle

> *“primeiro a gente precisa ter orçamento [...]. Então tem o orçamento total da prefeitura que ele é a partir do orçamento participativo, na escolha do modo de gestão do prefeito Max, é definido prioridade diante da lógica que o total de orçamento não é suficiente para cuidar de todos os problemas no município. Então tem que escolher alguma maneira de definir quanto do orçamento geral vai para cada secretaria. A maneira dessa gestão é de orçamento participativo [...]. Então no orçamento participativo, que é o instrumento formal de decisão de gestão pública municipal, aonde a demanda é formalizada e a decisão é a partir daqueles percentuais [...]. Então o orçamento da SEMAS é muito pequeno, em função do número de serviços e de problemas [...] atuar na excelência na prevenção e, com diligência, na curativa! Muito aquém...muito aquém [...] e esse orçamento entra como um todo, que vai ser dividido para todas as políticas [...] dentro da política da assistência. [...] ele fica menor ainda [...] seguir a tipificação, da política de assistência, dos serviços obrigatórios: forma, quantidade e local, estrutura [...] já a política da mulher não tem essa mesma força, legalmente falando [...] não consigo deixar de priorizar a política de prevenção básica dentro dos CRAS e dos centros de convivência ou botar um recurso menor ali e botar um recurso maior então no CRAMVIVE [...]”*

É por oportuno afirmar que não há como realizar qualquer política pública sem orçamento/financiamento. Bertha realça esse aspecto quando reafirma a questão do governo federal na política de financiamento

> *”[...] Nos governos anteriores eu vi alguma evolução sim! Administrativa, financeira e metodológica? [...] Mais administrativa [...] vou dizer que financeiramente falando, eu não vi o empenho de ninguém [...] para dizer que estão fazendo evolução [...] na política para mulher foi publicado muita coisa [...] saiu muita legislação [...] muita diretriz administrativa [...] mas o que a população precisa enxergar para cobrar, em todos os níveis, é que não adianta lei se não tiver dinheiro! Então, assim, que governo federal fez um investimento robusto em política para mulheres? Eu não sei!”*

Transcorrido o tempo da agenda política e social do Governo Federal, principalmente entre 2003 a 2015[165], foram criados mecanismos de execução, através da construção dos Pactos Nacionais pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, incluindo, nesses aportes, a previsão de recursos orçamentários.

Então, como aqui se reafirma, não se produz política pública sem orçamento, sem garantir e consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. As ações, organizadas em parcerias do governo federal, estaduais e municipais, foram incorporadas na premissa da capilaridade[166], atingir programas e políticas de governos locais, com as suas principais metas.[167] .

Em sua apresentação, Bertha informa que não houve repasse do Governo Federal, em acompanhamento a gestão (2016 - 2020)

---

[165] Os Pactos, o primeiro (2007) e o segundo (2011), incluem a previsão de recursos orçamentários, uma vez que dois dos grandes avanços da política foram a discussão, nos âmbitos federais, estaduais e municipais, dos respectivos aumentos: a) do orçamento para enfrentamento à violência; b) do número de organismos de políticas para as mulheres nos estados e municípios (BRASIL, 2011, p. 19). Isso representou um salto importante para a incorporação de direitos na criação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica, principalmente premido e aliado às lutas históricas do movimento feminista. O Pacto se constituiu em nova forma de pensar o orçamento e garantir recursos públicos, em ações nos mais diversos ministérios, secretarias e empresas públicas, para proteger os direitos das mulheres (previsão de “recursos da ordem de 1 bilhão para o enfrentamento à violência contra as mulheres.” (Plano Plurianual (2008-2011) (BRASIL, 2007, p. 12). Os eixos representam formas diferentes de atuação e aplicabilidades dos recursos públicos para: I) Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; II) Ampliação e fortalecimento da Rede de Serviços para Mulheres em situação de violência; III) Garantia da segurança cidadã e acesso à justiça; IV) Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; V) enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres.

[166] Outras premissas do Pacto são: a) a transversalidade de gênero – visa garantir que a questão de gênero se relacione as diversas políticas setoriais; b) intersetorialidade – compreende ações em duas dimensões; a uma envolve parcerias e atores em cada esfera de governo e, a duas, é determinada pela articulação de políticas nacionais e locais em áreas diversas, como saúde, educação, segurança, dentre outras (BRASIL, 2011).

[167] Dentre as principais metas descritas no Pacto, balanço do Pacto (2006-2007), estava a destinação de recursos do Governo Federal para construir, reformar ou equipar 764 serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (BRASIL, 2007, p. 29). Outras metas também podem ser visualizadas em números, no material acima indicado.

> *"[...] em nível de governo federal, independente de quem é o governo atual [...] administrativo eu vi que teve muito avanço nos últimos anos, [...] mas burocrático [...] muito lançamento, né (?) [...] mas e o dinheiro para fazer isso tudo? [...] Tem essa lei, tem essa lei [...] mas e o orçamento? Não [...], não veio o orçamento, não! Então não adianta ter a lei! Não adianta ter a Secretaria Nacional da Mulher [...] não adianta ter o Ministério da Mulher [...] é como já teve, sem dinheiro?! Então, assim, acho que teve uma evolução administrativa do governo federal [...] financeiro não vejo [...] e metodológico também não vejo [...] porque o método, para mim, é um conjunto entre teoria e prática [...] é a práxis [...]".*

Para a consolidação da Política Pública brasileira, a par do cenário político nacional, a Secretaria de Políticas para as Mulheres sofreu o primeiro revés em uma reforma ministerial.[168] A partir de 2016, no Governo Temer e Bolsonaro, outros revezes desestruturaram a Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.[169] No governo e administração Bolsonaro (2018 - 2021), a SPM perdeu o status de Ministério e, por fim, é incorporada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com impactos que representaram outros cortes orçamentários[170] e apagamento da história[171]. Face a isso, não perseveram as informações acostadas por Bertha, eis que no período da segunda reestruturação ocorrida no Cramvive (2016 - 2020) também estava em curso o desmantelamento da política pública em nível nacional por um governo ultraconservador; cortes de financiamento e risco à sobrevivência da Política Pública para Enfrentamento a Violência contra as Mulheres no Brasil. Fato grave, pois, as políticas gestadas e, ainda, em fase embrionárias, são sufocadas e ainda refletem, como se pode afirmar, a desconstrução das políticas públicas locais.

---

168 Em outubro de 2015 o Governo Dilma realizou a fusão das secretarias ligadas à Presidência da República: a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); as de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e as de Direitos Humanos -, fundidas em um novo ministério, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

169 A SPM no Governo Temer passou a integrar o Ministério de Direitos Humanos (MDH) com cortes significativos em seus orçamentos. Na gestão desse presidente interino, a partir de 2017 houve "[...] em relação ao governo anterior, a redução de 61% à verba para o atendimento à mulher em situação de violência; a assistência teve uma queda de recursos de R$ 42,9 milhões para R$ 16,7 milhões; [...] na assistência ocorreu uma queda de recursos, de R$ 42,9 milhões para R$ 16,7 milhões [...]" (GONÇALVES; ABREU, 2018, p. 764).

170 Ratifica essa afirmação a pesquisa ao sítio eletrônico do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que demonstra que no último **Plano de Execução de Obras** consta como aquele realizado em 2014, conforme o item Programa e Ações da SPM. Ou seja, os derradeiros investimentos em investimentos financeiros e convênios (estados e municípios – com descrição de valores, programa e objeto) foram realizados pela gestão do governo federal anterior.

171 As pesquisas atinentes às normas legais referentes às mulheres (Lei Maria da Penha, Legislação Nacional, Convenções Internacionais e Projetos de Lei), não abriram para pesquisa online; somente apresentaram a seguinte mensagem: "Desculpe, mas esta página não existe [...]" (BRASIL, 2020). Desconstrução histórica presente no Governo Bolsonaro, desmonte, inclusive, das memórias históricas de políticas públicas para mulheres no país: "o apagar para destruir".

Há que se indagar, então: Por que a política da mulher não tem a mesma força orçamentária? O que significa essa afirmativa? Na visão de Bertha, há invisibilidade da política pública de combate à violência contra a mulher, apontada como falta de prioridade na escolha orçamentária pela população

> *Pois é o mais doído é ser invisível aos olhos daqueles que se dizem invisíveis... aí fica complicado porque se fosse gritante para todo mundo e invisível para o gestor público ou para o tomador de decisão ou para o legislador era menos difícil de resolver! Agora ser invisível para os invisíveis é um caminho distante que a gente tem que percorrer [...]. Então [...] vejo é assim... que o dia em que tiver um pouquinho mais ... e que tiver também a cultura da responsabilidade do uso... é, vai ser muito fácil trabalhar com prevenção, com campanhas e com o resgate [...] das pessoas vítimas da violência, das mulheres vítimas da violência porque é possível fazer muito e não se precisa de muito. Precisa-se do suficiente, e o suficiente não é tanto [...]! Infelizmente, enquanto a própria população não enxergar isso e também for para os meios de comunicação pedir por isso, não tem como nenhum gestor financeiro fazer milagre [...] condições financeiras ideais para eu tratar da violência doméstica [...] Mas a própria população, o próprio público alvo também não pede por isso! Você não vê [...] vê casos de violência, você não vê pessoas brigando para ter recurso para cuidar dessa política! [...]*

Nesse sentido, a estratégia do movimento feminista, a partir das demandas trazidas no atendimento cotidiano, é propor políticas públicas eficazes e acompanhar as discussões do orçamento no Plano Plurianual a fim de garantir recursos materiais, humanos e financeiros; pressionar os gestores para que deem prioridade a política pública para as mulheres; e, por último, divulgar para a rede de atendimento~~,~~ a discussão e estratégias para disputa de prioridade na gestão financeira.

Por outro lado, situações apontadas pelas entrevistadas, como dificuldades com o trabalho como: falta de investimentos (recursos materiais e humanos); a falta de recursos humanos e condições de trabalho, descontinuidade da formação dos técnicos; e, a falta de interesse e desconhecimento (das outras secretarias municipais quanto aos objetivos e o trabalho realizado pelo Cramvive); são, também, abordagens do ponto de vista institucional – público, pertencentes ao Estado. Qual é a relação entre a visão institucional e as dificuldades apontadas pelas entrevistadas?

Aqui se quer desvelar o pensamento social brasileiro apresentado por críticas teóricas feministas ao modelo de Estado brasileiro com raízes patriarcais e coloniais, baseadas em uma concepção de contrato social, pressuposto do modelo liberal de cidadania e de representação. É o modelo em que estruturas das dicotomias público e privado, cultura e natureza, conceitos arraigados à hierarquização do masculino sobre o feminino, relações de gênero e poder naturalizadas no âmbito estatal permeadas pela visão de "neutralidade" (MATOS; PARADIS, 2014). O conceito de Estado Moderno é considerado uma categoria central na articulação para o entendimento das políticas sociais do mundo atual. Muitas são as abordagens feministas sobre o tema, dentre elas, é importante rever o pensamento político da origem contratualista do Estado, em uma abordagem feminista[172].

Para ensejar uma leitura crítica do Estado, a partir da perspectiva feminista do pensamento social brasileiro, necessário se faz o debate sobre as estruturas do sistema social e político, patriarcal e colonial. Críticas que perpassam ao modelo liberal de cidadania e representação, base para o contrato social e para as dicotomias público/privado, cultura/natureza, razão/emoção, igualdade/diferença, conceitos vinculados à hierarquia e dominação do masculino sobre o feminino. As discussões teóricas se apropriam do debate de que o exercício do poder estatal se estrutura em forte inclinação patriarcal, disfarçada sob o manto da neutralidade. O primeiro debate reconstrói os conceitos de liberalismo e patriarcado.[173]

---

[172] Carole Pateman (1993) e Sylvia Walby (1990) são autoras feministas neste debate, citadas por Matos e Paradis (2014).

[173] Matos e Paradis (2014) afirmam que as principais críticas feministas se articulam as teorias do Estado e o contratualismo moderno em que há a distinção de quem poderia ser cidadão no Estado moderno, cisão das instâncias público/privado e a divisão masculino/feminino, restando que, o patriarcado, mais do que sua construção longínqua, sobrevive e estrutura "a forma de poder genealógico (tribal, clânico, familiar e pessoal) que se organiza a partir da dominação dos homens sobre as mulheres, seus descendentes, escravos e família" (MATOS; PARADIS, 2014, p. 62). A autoridade do pai (pater familiae) era exercida sobre a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos e, prevalecia, até mesmo sobre a autoridade do Estado, perdurando até a morte do patriarca. A família monogâmica estabeleceu a herança paterna, segundo Engels (1984) e, hodiernamente é uma forma de organização social regida por dois princípios básicos: a) subordinação hierárquica da mulher; 2) jovens hierarquicamente subordinados aos mais velhos. Pateman revisita os filósofos Locke, Hobbes e Rouseau e enseja a discussão da gênese da política para além do convencional contrato social (como já discutido nesse trabalho). O contrato sexual (legitima o domínio do homem sobre as mulheres; e o contrato de escravidão, poder e domínio dos brancos sobre os negros). Esses modelos se instituem a partir da cidadania, concepção advinda da nova visão de liberdade como elemento articulador central, a teoria do contrato social – a liberdade (teorização do público e do privado concomitante ao estabelecimento do Estado – modelo racional – contrato social). Assim, o poder político é somente exercido por seres livres e iguais e o poder paterno é o poder 'natural' masculino exercido sobre os demais membros da família, ou seja, a separação realizada nas

O debate que se quer aqui empreender é de que o Estado[174] é conservador e os seus objetivos são de perpetuar e eternizar suas formas de agir, estruturas cristalizadas, para que as classes dominantes de governo, em um determinado país, se eternizem nos principais postos de poder político com o objetivo de estabilizar os recursos materiais e de poder no controle/acesso de pessoas a estes estamentos, ou seja, são formas de pensar engendradas, naturalmente aceitas como democráticas. Essas estratégias delimitam o acesso aos bens materiais e de recursos políticos (MATOS; PARADIS, 2014).

Despatriarcalizar, conceito exposto por Matos e Paradis (2014, p. 43), significa produzir formas e mecanismos de "descolonização patriarcal e racial do Estado brasileiro e de sua forma de gestão pública". A estrutura do Estado é um sistema que articula diversas dimensões de desigualdade em constante transformação ao longo da história, em diferentes países e Estados, em opressão às mulheres em suas diferentes composições e, assim, a aparente autonomia estatal é estratégia para estender seu poder à sociedade com aparente neutralidade (ALVAREZ, 2014), e, é imprescindível desnudar esse ente, "na medida em que é capaz de mobilizar outros recursos (sejam materiais, sejam simbólicos - culturais e, claro, políticos)" (MATOS; PARADIS, 2014, p. 73).

Outra autora como Walby (1990 apud MATOS; PARADIS, 2014) afirma que nas sociedades modernas estão presentes um conjunto de estruturas sistêmicas de poder masculino[175]. Aqui se quer chamar a atenção que as estruturas patriarcais

instâncias da família e da política tem seu fundamento na 'capacidade e superioridade' masculinas. Por assim dizer, Pateman assevera que há, como fundamento, a necessidade de separar o público do privado, Rousseau infere que às mulheres é impossível tal separação, restando que as decisões políticas advindas das mulheres seriam resultado de um desvio do Estado Democrático. Ainda na releitura dos filósofos Hobbes e Locke, conclui-se que o 'indivíduo' é 'patriarcal e masculino', vez que "[...] as mulheres 'naturalmente' não teriam os atributos e as capacidades para se constituir em indivíduos" (PATEMAN, 1996 apud MATOS; PARADIS, 2014, p. 66).

[174] Pateman (1996) argumenta que o patriarcado é um articulador de relações políticas e socias a partir da concepção liberal dos indivíduos (o indivíduo é masculino), até a manutenção e os traços patriarcais formadores da concepção do Estado -, desde os tempos imemoriais. Para rememorar e desnudar tais abordagens, concepções no Estado Brasileiro, os moldes históricos de desqualificação e inferioridade de perfis que não se adequam aos padrões devem ser combatidos, vez que manter as formas e rotinas do Estado brasileiro é manter o status quo.

[175] O modo patriarcal, segundo a autora, está, modernamente, ajustado a um conjunto de seis estruturas sistêmicas: o modo patriarcal de produção, as relações patriarcais no trabalho assalariado, as relações patriarcais no Estado, a violência masculina, as relações patriarcais na sexualidade e as relações patriarcais nas instituições culturais.

contidas no Estado predominam e mantêm, intactas e dominantes, a divisão sexual do trabalho, perpetuando a violência cotidiana. Nessa perspectiva, o movimento feminista tem exigido políticas públicas para mulheres com o objetivo de despatriarcalização do Estado brasileiro.

A colonização portuguesa instaura-se sobre unidades inseparáveis, colonialismo e patriarcado, “lógica colonizadora da sociedade, da cultura, dos corpos, das mentes e das atitudes: UMA FORMA DE DOMINAÇÃO DO PÚBLICO/MASCULINO SOBRE O PRIVADO/FEMININO” (MATOS; PARADIS, 2014, p. 82). Assim, o patrimonialismo está atrelado à sociedade civil e vice-versa, ou melhor dizendo, o pensamento social brasileiro refere-se a esse olhar dependente do contexto doméstico em permanente ligação ao Estado: o patriarcado foi o princípio, “o verbo” que originou o patriarcalismo.

> Caberia analisar como o patriarcado agrário e escravista se transformou, resultando em novas formas de dominação patriarcal ante a presença de um capitalismo privado, em sua forma econômica clássica, e, sobretudo [...], sob a dominância estatal. Em qualquer dessas modalidades, ocorreu um processo de diferenciação que hipoteticamente resultou na criação de um estamento que se interpôs entre a autoridade do mandatário e a posição dos demais membros da sociedade. O capitalismo emergente no Brasil gerou, uma nova forma de patriarcado. Os laços de dependência na esfera doméstica se acentuam com o desenvolvimento do capitalismo e/ou do Estado e da burocracia estamental. O duplo enfoque analítico do público e do privado, do âmbito doméstico (trabalho reprodutivo e não remunerado) e do trabalho masculino remunerado (público), pode explicar como o desenvolvimento da racionalidade societária no contexto do Estado ou das relações de trabalho capitalistas não resultou, afinal, na superação do patriarcado (MATOS; PARADIS, 2014, p. 85).

Matos e Paradis (2014) ainda analisam o caráter autoritário da sociedade brasileira, permeada, ainda, por contextos sociais de regimes ditatoriais militarizados, consequência perversa de violência opressora e patriarcal de nossas instituições, “[...] a neutralidade do Estado é, assim, verdadeiramente uma farsa, pois se assenta em dicotomias produzidas pela modernidade para manter lugares de poder hegemonizados, pelo poder patriarcal e poder colonial [...]” (MATOS; PARADIS, 2014, p. 87).

É muito comum, como se pode imaginar, que o Estado reforce e assegure os papéis sociais. Federici (2019), ao estudar novas formas de caça às bruxas, argumenta que o aumento de mulheres assassinadas diariamente no mundo relaciona-se às novas

formas de violência contra as mulheres, “mais pública e mais brutal” (p. 90), ou seja, são novas formas de acumulação do capital que se articulam para o desenvolvimento capitalista e a centralização do poder estatal. Perseguir as mulheres como “bruxas”, armar a sociedade (militarização) e o extermínio das mulheres são estratégias, “crueldade pedagógica”[176], verdadeiro silenciamento das representantes da resistência.

A integração das mulheres no mundo, posto pela economia globalizada, dá-se através de um processo violento, inclusive, em resposta às exigências cada vez mais assertivas do feminismo: os homens, o Estado, a família patriarcal e os empreendimentos capitalistas se autossustentam e retroalimentam, gerando um processo cuja síntese seja a violência (FEDERICI, 2019). Assim, a política econômica que emerge, recentemente, estimula as relações familiares mais violentas, já que as mulheres não devem depender dos homens; devem ganhar dinheiro, levando-o para casa, muito embora, sejam vítimas de abusos se deixarem “a desejar” nas tarefas domésticas ou se exigirem mais poder como resultado dessas “conquistas”. Certo é que, a instituição do Estado, com base em princípios liberais e forma contratual, mantém estruturas patriarcais na história, por meio do campo das relações de poder calcada no gênero que são disfarçadas na pseudoneutralidade das instituições estatais (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Quanto a perspectiva das dificuldades citadas como desafios humanos esta a percepção/sentimento das trabalhadoras do Cramvive de que após o trabalho de atendimento realizado com às mulheres vítimas o que resta é a sensação de impotência. Impotência quando, apesar do acompanhamento esta mulher volta ao

[176] A Campanha #NemPenseEmMeMatar é um argumento feminista contra o feminicídio crescente no país, reunindo mulheres de todas as regiões, iniciado por Vilma Reis (socióloga e militante referência do movimento negro), Márcia Tiburi (filósofa, escritora e artista) e Tania Palma (pesquisadora e assistente social), mobilização remota para alterar o quadro, denunciando “uma cultura de ódio” e o recrudescimento, “[...] ideias misóginas transformam-se em comportamento aceito e legitimado pela sociedade, contaminando o Executivo, o Legislativo e o Judiciário capaz de sentenças sexistas e ressuscitar arcaicos argumentos [...]. Isso confirma a negligência e inoperância do Estado Brasileiro no enfrentamento à violência contra as mulheres”. O movimento se contrapõe ao fenômeno e a filósofa Márcia Tiburi afirma “[...] Trata-se de uma guerra sangrenta que precisa parar. O que desejamos com a nossa campanha é estancar o banho de sangue que vem sendo promovido pelo machismo e pela espetacularização da violência que dele faz parte”. È um movimento a-partidário e conclama todas as mulheres ao debate e à luta contra a militarização da sociedade, acesso aberto às armas e munições, e uma grande mobilização contra a onda misógina e patriarcal.

lar com agressor, como explicitado na fala da entrevistada *"[...] mas o que incomoda, realmente, é realizarmos todo o trabalho para o rompimento do ciclo de violência [...] e ela resolve retornar para o agressor [...] passando a correr riscos ainda maiores"* (Nísia). Entre os desafios nominados está o do percurso do atendimento em que, após as estratégias do trabalho de atendimento, a usuária 'opta' por retornar aos "braços do agressor". O depoimento apresentado denota que o trabalho realizado é na perspectiva do rompimento do ciclo da violência.

O que levaria, então, as usuárias a aderir o retorno ao lar a despeito de toda a violência? Parte do trabalho com as mulheres atendidas é o resgate da história de sua própria vida; similar história de vida de muitas mulheres que não conseguem subverter a "ordem das coisas". Na maioria das vezes, as intervenções para cessar o ciclo da violência são realizadas sem que se compreenda, sobremaneira, a premissa da cultura patriarcal de que homens são, 'naturalmente' violentos, ao passo que as mulheres são passivas, portanto, sujeitas à normatização da aceitação da violência em seus corpos. Desta feita, a cultura patriarcal é assimilada e interiorizada pela vítima como modo padrão de comportamentos, invisibilizada e sacralizada nas relações familiares.

> Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturadas de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento de submissão (BOURDIEU, 2011, p. 22) .

Bourdieu (2011, p. 17) reflete que a divisão entre os sexos está "na ordem das coisas", instituído naturalmente, como por encanto, em tempos imemoriais, "histórias inevitáveis". Em todo o mundo social está incorporado o *habitus*[177] que funciona como "esquemas de percepção, de pensamento e de ação", ou seja, há concordância e correlação entre as estruturas objetivas e cognitivas, entre o que é

[177] O *habitus* é o conhecimento adquirido e histórico que se incorpora no corpo e na mente dos agentes. É, na verdade, uma segunda natureza que orienta 'o agir, o pensar e o sentir' (MONTEIRO, 2018, p. 57). O autor ainda prossegue afirmando que o *habitus* não é inalterável, vez que não nasce com os indivíduos, é adquirido através do processo de socialização, quer no primeiro grupo (a família), quer em grupos secundários (escola, igreja, por exemplo), e, ainda, na relação social com outros seres humanos, que incorrerá em incorporação da cultura no corpo, esta impregna-se de "valores, normas e crenças do mundo externo" (MONTEIRO, 2018, p. 58).

dado no mundo social (a realidade) e as expectativas; a divisão socialmente construída entre os sexos como naturais adquirem a legitimação e a sociedade, essa imensa máquina simbólica institui a ordem e força masculinas como dominantes, “naturalmente” legítimas e neutras.

Pode-se afirmar então que, a acentuação das diferenças e os esquemas de dominação estão profundamente inscritos nas mulheres, especialmente em um trabalho psicossomático, forjado em formas de aprendizagem ligada à identidade, cristalizadas em posturas, formas de agir e de se submeter, “de se apagar”. Essa lógica de dominação impõe as mulheres as virtudes e os princípios morais e éticos, “todas as propriedades negativas que a visão dominante atribui à sua natureza, como a astúcia ou, para lembrar um traço mais favorável, a intuição” (BOURDIEU, 2011, p. 42). Assim, as usuárias, vítimas de violência, compartilham entre si as dores, as dependências, por vezes, econômicas e emocionais, assim como compartilham a visão legitimada do preconceito com relação ao feminino, confirmando tal des(ordem) e aceitando o retorno à “segurança de seus lares”.

As mulheres usuárias do Cramvive, advindas de todo o município, podem incorrer em uma adesão antecipada e lógica, permeada pelo senso comum - reconhecimento prático; crença na própria dominação, ou seja, seus atos de conhecimento, por conseguinte, são atos de reconhecimento da própria dominação, ou, em outras palavras, “assumem a vontade do outro como sua”, incorporam-nas. Embora haja o trabalho efetivo do Cramvive, instrumento de política pública, há que se reconhecer que esse comportamento das mulheres reproduz uma relação incessante (cultural e milenar) de dominação, cadeia sistêmica, cujo rompimento é complexo, mas possível.

Como diz Bourdieu (2011, p. 100), “que o eterno, na história, não pode ser senão produto de um trabalho histórico de eternização”, em outros termos, a história das mulheres é construída, impingida, sem a sua consciência, forjada na permanência e se quiser ser (des)construída, deve-se priorizar a visibilidade da construção. Ou seja, a “[....] história dos agentes e de instituições que concorrem permanentemente para garantir essas permanências, ou seja, Igreja, Estado, Escola etc., cujo peso relativo e funções podem ser diferentes, nas diferentes épocas” (BOURDIEU, 2011, p. 101).

Em medidas e pesos diferentes, é importante jogar luz, desnudar a ação de instituições que agem sobre as estruturas inconscientes, des-historicização; “as meninas incorporam sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal qual é e a prever, de certo modo, o próprio destino [...]” (BOURDIEU, 2011, p. 114).

Não se trata aqui de afirmar que as mulheres sejam cúmplices da ordem patriarcal, tampouco porque, na visão compartilhada pela pesquisadora, Saffioti (2001) afirma que a cumplicidade exige consentimento, e é claro que se as subjetividades são moldadas pelo gênero e este, situado além da consciência, sugeriria que as mulheres, portadoras de pequena parcela de poder, sejam culpabilizadas, senão responsabilizadas pela própria relação de dominação e exploração[178], não sendo isso factível, porque não há consentimento (exige que ambas as partes desfrutem do mesmo poder), mas, tão somente, cessão. Além disso, é atribuído às mulheres estratégias de resistência, como também traduz Federici (2017), na posição em que se opõem, de forma estratégica, às estruturas de dominação, formas de resistência marcadas em suas histórias, analisadas em outro capítulo desta pesquisa. No mesmo sentido afirma Perrot (2012, p. 166) “que o status de vítima não resume o papel das mulheres na história”.

Os Centros de Referência de Atendimento possuem a dimensão multiprofissional, inspirados, como já descrito, na experiência do S.O.S., gestados no final da década de 1970, apesar de essa última experiência ter como objetivo a adesão das mulheres ao feminismo, objetivo não contemplado para os Centros de Referência. No entanto, as dificuldades e contradições apresentadas por aquelas ideias iniciais do S.O.S. estão presentes até hoje, nas narrativas de Silveira (2006), aqui resumidas: a ambiguidade das mulheres na relação com o agressor (situação amorosa versus opressão); fornecer respostas as questões concretas das vidas das mulheres atendidas (trabalho, creche, moradia, dentre outras) a fim de desenvolver a autonomia e permitir o rompimento do ciclo da violência; a urgência e dificuldade em

[178] Saffioti (2011) afirma que a mulher, ao longo da história, se embrenhou em resistência contra o patriarcado (há cerca de 7.000-6.500 anos) na citação de Alan Johnson; ou, por outra forma de contagem, menção a Gerda Lerner (há 5.100-2.500 anos).

garantir agilidade/efetividade para preservar a vida e direitos da mulher no Judiciário; o impacto dos casos de violência na saúde das profissionais que atendem nos serviços.

Sem dúvida, a pesquisadora aponta que as profissionais que atendem nos serviços, especialmente no Cramvive, território deste estudo, são mulheres, tanto a gestora quanto as técnicas, sensíveis ao trabalho e ao desafio de construção da política pública. Em suas narrativas as profissionais destacam como ponto positivo o protagonismo destas mulheres trabalhadoras que, a despeito de todas as dificuldades, levam adiante a implantação e resgate do Cramvive e das redes de serviços, com o comprometimento/engajamento ético militante com relação à temática. Nessa forma, ratifica-se a abordagem de Silveira (2006, p. 69):

> de fato, tem-se dado grande ênfase à questão da capacitação dos profissionais, sem perceber que o cotidiano do trabalho com a violência de gênero (em especial porque são 'mulheres trabalhando com mulheres') contém elementos subjetivos que precisam ser sistematicamente abordados. Infelizmente esta ainda é uma questão subestimada nas propostas e programas de combate à violência.

Há também divergências nas análises das profissionais quanto as redes especializadas de serviços às mulheres em situação de violência, porquanto, ao mesmo tempo em que qualificam como facilidade do trabalho, "*a sensibilidade dos órgãos para estabelecer parcerias [...] tudo o que a gente propõe ou dá ideia a rede adere", no entender de Bertha; contrariamente, detalhes de outros dados, ao mesmo tempo, explicitam a dificuldade do trabalho do Cramvive como "baixo retorno das outras políticas públicas frente a articulação realizada pelo serviço (qualidade da articulação com retorno as demandas apresentadas)"* (Bertha).

As profissionais também informaram, todavia, que apesar das constantes reuniões mensais com os parceiros a fim de construir uma rede de enfrentamento à violência doméstica, inclusive com a montagem de um fluxograma de atendimento e parcerias, há o desafio diário para implantação das redes de serviços, mesmo realizado o "*planejamento de ações envolvendo esta rede com a realização de eventos educativos e de enfrentamento, bem como o diálogo constante com os atores envolvidos com a questão*" (Nísia). Apesar da "sensibilidade" propalada e da "boa

vontade" dos órgãos para estabelecer parcerias, as profissionais, no total de 3 (três) de 4 (quatro), ou melhor, as técnicas diretamente envolvidas na execução da política pública com as redes de serviços informam, em resumo, "*o baixo retorno das outras políticas públicas frente a articulação realizada pelo serviço [...]"* (Nísia).

Por que existem atrativos na constituição das parcerias e dificuldades na execução e implementação das redes? Serão as redes formas complexas teóricas que desfavorecem à execução e implementação dos serviços ou, a despeito dos discursos de "boa vontade" na configuração inicial, não há, na prática, o compromisso para com a política pública dos parceiros? Alguma solução, receita, remédio que, facilmente, resolva tal dificuldade? Não. Como todo processo histórico dialético é necessário tempo e esforço, distanciamento e avaliação. Senão, a título de algumas reflexões, plantar as perguntas e dúvidas para essa análise no cotidiano.

Nos argumentos de Nísia há a informação de que há gestores de outros órgãos da rede "*que não tem esse mesmo olhar o que muitas vezes dificulta o alcance do que seria o ideal para este serviço*". Norteia esse argumento, talvez, as entrelinhas de que, a despeito da boa vontade, há investimento, senão financeiro - postos os limites acima narrados, outro aspecto de visão e compromisso da gestora da SEMAS (de 2017-2020), com a perenização da política em si, da sua continuidade. Outra releitura da afirmação parece indicar que, talvez, as parcerias se deem de forma aleatória pelas chefias, sem a visão do significado e o compromisso com a práxis e suas complexidades pelas demais chefias. Finalmente uma análise sobre a experiência da rede permeada pelo trabalho do Cramvive seria imprescindível. Talvez um outro estudo que permitisse observar os desafios e contradições presentes na rede de serviços.

Apenas para compor algumas observações. Segundo Pasinato (2015), faz-se necessário sair das relações pessoais entre profissionais conhecidos, com facilidade em estabelecer vínculos emocionais – imprescindíveis, é verdade – mas de efeito limitado, eis que mudam "os governos e novas relações se estabelecem", e institucionalizar a atividade de articulação para efetivas respostas às demandas, monitoramento e avaliação constante à execução talvez seja o melhor caminho. Na conceituação da rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher está

presente àquela de união de atores (pessoas, órgãos, instituições) com atuação de forma horizontalizada, democrática, articulada e cooperativa - ultrapassa os limites de um paradigma cartesiano, verticalizado e hierárquico, de forma a diluir o poder a todos e todas, reconhecendo a independência, a ultrapassar, sobretudo, o somatório de relações de “per si” (SIQUEIRA, 2015).

A ideia de trabalho em rede não se confunde com relações pontuais de parceria, alianças constantes, mas temporárias; assim, a construção de uma rede de serviços exige maior formalização das relações, fortalecer vínculos e estabelecer fluxos e competências, papéis e atores, trabalhar também as relações entre os atores das redes, pactuar compromissos e metas, enfim, planejar, monitorar e avaliar (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003). O trabalho inovador em rede que pretende promover vínculos requer investimento em metodologias e dinâmicas participativas; envolve a participação e o compromisso de todos(as) aliado à construção e aprimoramento do ‘espírito democrático; tal espírito participativo requer uma metodologia popular, inspirada em Paulo Freire, com a valorização de cada pessoa, “aprender com a prática alimentada pela teoria”, o respeito à diversidade/conflitos com cooperação, o autoconhecimento e a capacidade/crença nas pessoas e grupos como sujeitos de transformação (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003).

Como aspectos facilitadores compareceram a política municipal expressa no empenho da equipe do Cramvive, no apoio do prefeito e continuidade dos avanços (legais) colocados em prática. Também, foi apontada a sensibilidade para estabelecer as parcerias em relação à questão política municipal, ou seja, o empenho da equipe.

A profissional Nísia destaca que o comprometimento da gestora do serviço, ademais todas as dificuldades do equipamento, *“a luta e boa vontade para que o Cramvive se consolide em Vila Velha, ao contrário de outros gestores que impedem e dificultam o ideal para o trabalho do serviço”* (Nísia). Bertha considera o compromisso das profissionais, a despeito de quaisquer desafios institucionais, além da motivação para a reconstrução do projeto Cramvive, *“[...] o desejo que havia, inconsciente, que existisse um lugar para procurar ajuda [...] começou a divulgar e as mulheres veem, há adesão [...], há a procura [...] a gente não sente resistência*

[...] sente a gratidão das mulheres". Os pontos positivos, na questão da política municipal, apontam como um dos elementos *"[...] a liberdade e a abertura que o prefeito dá para que [...] conduza essa política para mulheres, através do Cramvive [...]. Não há interferência política e não há nenhuma discordância [...]".* Esse apoio e confiança, liberdade para a condução da política pública é primordial, sobretudo, em virtude das exigências e desafios do cotidiano, inclusive pela falta de orçamento e recursos, já discutidos anteriormente.

Em relação à dinâmica de funcionamento e atendimento, constante como mínimo necessário ao funcionamento dos Centros de Referência[179], efetuou-se a análise considerando: acesso à demanda, protocolos e ações (registro, acompanhamento e encaminhamento); prevenção (principais temáticas de discussão); monitoramento, avaliação e desligamento do serviço.

Sobre o acesso à demanda , os achados da pesquisa demonstram a percepção do aumento da demanda do serviço, haja vista a maior divulgação do instrumento junto às munícipes,

> *"[...] quanto mais conhecido o serviço mais demanda [...] as mulheres estão mais empoderadas [...] existe uma divulgação maior do serviço então a demanda ela é crescente, e, inversamente, proporcional não há, [...] o mesmo crescimento no número de RH [...]" (Bertha).*

E mais adiante destaca: *"mas o [...] avanço nesse tempo [...] foi conseguir a aprovação das vagas no concurso e estamos esperando a nomeação para receber esses profissionais*" (Bertha).

Há que se destacar que houve um crescimento da violência doméstica no país~~,~~ nos primeiros seis meses de 2020, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública[180]. Com base no mesmo documento, em termos de análise das unidades da

---

[179] O paradigma é a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência.

[180] Os índices demonstram pequeno acréscimo em homicídios dolosos femininos no país, 1,5% (1834 -1861), assim como se confirmam maiores índices para feminicídios, 1,9% (636 -648) e números de ligações para discagem de emergência da polícia militar (cerca de 3,8%). Em outros casos de crime de lesão corporal e ameaça, relacionados ao feminino, ocorreram um ligeiro decréscimo, de - 11,8% e - 22,5%. Os registros de redução indicam, por outro lado, a subnotificação, vigente em período de medidas de distanciamento social (FBSP, 2020, p. 28).

Federação, com foco no Espírito Santo, aparecem outros dados comparativos para o mesmo período, com relação às vítimas do sexo feminino [181].

Os dados do documento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) parecem indicar que a situação pandêmica reverberou em redução dos percentuais de registros, em virtude de que esses exigiam a presença física das vítimas nas delegacias para formalização da *notícia crime*, coleta e análise dos exames periciais, nos crimes de "[...] lesão corporal dolosa, ameaça, esturpo e estupro de vulnerável e aumento da violência letal contra as mulheres no primeiro semestre de 2020" (FBSP, 2020, p. 39).

O aumento da violência no período da pandemia foi inversamente proporcional às denúncias realizadas pelas mulheres, sinal que ultrapassa fatores individuais, senão alertam para a falta de políticas públicas que interfiram e deflagrem o enfrentamento desse fenômeno pelo governo brasileiro[182]. Por certo, o enfrentamento da violência doméstica nos tempos de pandemia não pode ser, unicamente, aprisionado nas expressões de denúncia, sendo prioritário, portanto, aumentar as respostas públicas ao problema de ordem pública, ainda mais agravado.

O Cramvive também protagonizou, no período, através de plantão online e palestra, o atendimento desenvolvido durante o período da pandemia[183]. Somente foram

---

[181] Os índices demonstram quanto aos crimes no Espírito Santo: 1) lesões corporais dolosas, um aumento percentual de 2,2% (1.097 - em 2019, para 1.121 casos - 2020); 2) nos crimes de ameaça - diminuição de – 20,7% (de 6.609 - em 2019, para 5.241 notificações - 2020); 2) com relação ao total de ligações registradas, natureza de violência doméstica, também decaiu, - 4,2% (de 5.801 – 2019, para 5.559 notificações - 2020) (FBSP, 2020, p. 32 -36).

[182] Entre as medidas de enfrentamento adotadas pelos países (França, Itália e Espanha) na pandemia, recomendadas pela ONU, estão a criação de abrigos temporários para vítimas de violência contra a mulher, estabelecimento de alertas emergenciais em supermercados e farmácias, maior investimento em serviços de atendimento online e em organizações da sociedade civil e declaração de abrigos e serviços de atendimento à mulher como essenciais. Dados obtidos a partir da compilação do quadro elaborado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020, p. 40). O quadro atribui ao Uruguai e Argentina a decretação de abrigos e os serviços de atendimento à mulher como essenciais, enquanto 'los hermanos' ainda avançam na criação dos aconselhamentos de mulheres em supermercados e farmácias como postos de denúncias quando fossem às compras. O Brasil criou, a partir do CNJ e da Associação dos Magistrados, a *'Campanha Sinal Vermelho'*, proposta de alertas de emergências e adaptação de aplicativos online para ampliar as possibilidade de denúncias.

[183] A iniciativa do plantão foi divulgado por vídeo pela gestora da SEMAS, ressaltando o atendimento psicossocial online para as mulheres vítimas de violência de Vila Velha/ES no período (Prefeitura Municipal de Vila Velha. SEMAS, 2020). A gestora do Cramvive também efetuou palestra online, promovida pelo Ministério Público do Estado, por meio do NEVID, sob o tema " Atuação do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência de Vila Velha – Cramvive (14 de

retomados os trabalhos presenciais do órgão, de forma gradual, a partir de setembro de 2020. Por assim dizer, o respectivo aumento da demanda não redunda, na maioria das vezes, em investimento para os Centros Especializados de Atendimento. As Diretrizes Gerais previstas para o funcionamento dos Centros de Referência, no tocante aos recursos humanos, dispõem que o número de profissionais será estabelecido de forma a contemplar a população demográfica[184] do município atendido, sem esquecer, todavia, dos dados quantitativos relacionados à violência contra às mulheres (BRASIL, 2006).

As principais portas de entrada para atendimento às mulheres em situação de violência são por encaminhamento, na maioria das vezes, através das delegacias da mulher. Outras se relacionam aos realizados pelas redes socioassistenciais (CRAS e CREAS) e unidades de saúde (hospitais e pronto-atendimentos), ou seja, pelos demais serviços que compõem a rede de atendimento.

No tocante aos protocolos e às ações de atendimento, acompanhamento e encaminhamento, o grupo de profissionais do Cramvive criou um protocolo próprio para atendimento e encaminhamento à rede. Tal documento foi criado com o objetivo de permitir o levantamento de dados para envio de relatórios mensais, além de propiciar a avaliação do trabalho. O relatório propicia

> *"[...] cada mulher atendida tem um prontuário com diversas informações pessoais que vão desde a identificação, a história pregressa, identificação do autor, com características do tipo de violência, entre outras informações. A partir desse prontuário as mulheres são monitoradas, acompanhadas e encaminhadas a outros serviços"* (Nísia).

A Norma de Uniformização dos Centros de Referência (2006), já citada, divide-se, na interface da metodologia de funcionamento e atendimento, em fases, em etapas prevista nos protocolos.[185]. Como se vê, os protocolos são, de forma pedagógica,

---

agosto de 2020) com o objetivo de partilhar as principais atividades desenvolvidas pelo serviço especializado de atendimento às mulheres vítimas de violência (Ministério Púlbico do Estado do Espírito Santo, NEVID, 2020).

[184] Como já citado antes, a população de Vila Velha, de acordo com o IBGE (2020), é de cerca de 501.325 mil habitantes, consoante já analisado no início do capítulo, tendo o Cramvive a equipe composta de 03 (três) profissionais para a realização de atendimento, ou seja, número aquém de períodos anteriores à existência do equipamento, exceto aqueles constantes do desmonte do instrumento público; e, percentual desarrazoado para o quantitativo populacional do município.

[185] Etapas do protocolo: 1ª) Acolhimento e Informações Gerais; 2ª) Orientação à Mulher em Situação de Violência: atendimento inicial com dupla de profissionais (psicólogo e assistente social com o

apresentados em fases procedimentais, detalhadamente previstos os pequenos trechos conduzidos a longa estrada para o romper do ciclo da violência; “construir a história”, denunciar a invisibilidade e desconstruir o perverso ciclo alimentado, objetiva e subjetivamente, nas memórias e na vida das mulheres vítimas de violência.

Um dos objetivos do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), é a disponibilização de dados e indicadores com o intuito de garantir o controle social nos estágios da implementação à avaliação de políticas púlbicas. Como afirma Sagot (2000), o rompimento do ciclo da violência é um processo que se inicia com a quebra do silêncio. Assim, como uma das principais linhas de atuação do Plano Nacional, o enfrentamento à violência contra a mulher, aponta, logo nos primeiros passos, a realização de um diagnóstico, quanti e qualitativo, com relação aos índices de violência contra às mulheres no país. A unificação de informações, com a produção e sistematização de dados e índices de violência, formará um sistema nacional para guiar as políticas e investimentos financeiros e científicos (BRASIL, 2004).

Em que pesassem as dificuldades apontadas, foram inúmeras as ações de prevenção (educativas, informativas e culturais) empreendidas, anterior ao desmonte da política pública do Cramvive. As temáticas de estudo dos primeiros estudos envolveram as áreas de saúde, educação e lazer com a participação da gestora da política, Secretária de Ação Social. As capacitações se articularam para o rompimento do ciclo da violência e o incentivo ao empreendedorismo para as usuárias. As atividades de prevenção foram viabilizadas quando a infraestrutura estava montada, a partir de 2018, com um calendário mensal de palestras.

> *“[...] a ideia de ser referência é chamar sempre um especialista, um mestre, doutor, pesquisador, para não ter assim, divulgação de ideias baseadas em ‘achismos’, convicções contaminadas por juízo de valor [...] Centro de Referência trabalha com pesquisa [...] E o interessante é que os outros*

objetivo de estabelecer relação de confiança; diagnóstico preliminar de risco; elaboração de um plano personalizado de atendimento e plano pessoal de segurança com a mulher; encaminhamento para o atendimento individual, se for o caso); 3ª) Diagnóstico Aprofundado: demandas e questões a serem tratadas (Assistência Social – inserção da mulher em programas de transferência de recursos e na Psicologia – desenvolvimento da autoestima e resiliência[185], técnicas e estratégias de proteção e segurança pessoal); 4ª) Monitoramento do Atendimento e Encerramento do Atendimento: será o interlocutor com os demais instrumentos da rede de serviços para envio de relatórios periódicos, reuniões de avaliação para constatar a evolução dos casos atendidos e efetuar o desligamento, no caso de a mulher se encontrar em fase de autodeterminação e rompimento do ciclo da violência.

> *atores começaram a convidar para as palestras [..] então a gente vai para muitos eventos em outros órgãos, de muitas secretarias da própria prefeitura [...] levo sempre um estande do CRAMVIVE onde a gente distribui o material , fala dos eventos, convida para participar [...] então aí outros parceiros privados , entidades, ou movimentos estão fazendo eventos e chamam o representante do CRAMVIVE [...] então extrapolou o que a gente pensou de cronograma [...]"* (Bertha).

O sítio oficial de notícias da Prefeitura Municipal de Vila Velha, em 2018, informava sobre o retorno dos atendimentos às mulheres, e, posteriormente, o retorno das atividades da dimensão da prevenção e da constituição das redes de serviços: 1) trabalho de atendimento de mulheres vítimas de violência; 2) instituição de parcerias com instituições (Rotary Club, Tribunal de Justiça do Estado – Coordenadoria do Ministério Público do Trabalho, dentre outras); 3) programa Plantão Mulher – inédito no Estado[186]; e 4) palestras diversas (Violência Obstétrica; Lei Maria da Penha em uma perspectiva jurídica; Saúde na 3ª idade; Feminino e Espiritualidade e Empoderamento Feminino, dentre outras).

Assim, a dimensão preventiva também contemplava as reuniões com as redes de serviços (entidades governamentais e não-governamentais), atuação também ampliada com a distribuição de informativos. Esses argumentos vêm refletidos nas afirmações, *"[...] trabalhamos com círculo de palestras, ações nos terminais, temáticas voltadas para a área de gênero e violência doméstica*" (Mariele). Em 2019 as notícias divulgadas no 'sitio' da prefeitura referem-se aos meses de fevereiro/ março e destacam o lançamento da Campanha Patrulha Maria da Penha; e, o curso Violência contra as Mulheres (Conheça seus direitos e o curso de Empreendedorismo), em parceria com o Ministério Público do Trabalho.

As temáticas de estudo envolvem as áreas de saúde, educação e lazer com a participação da gestora da política, Secretária de Ação Social. As capacitações se articularam para o rompimento do ciclo da violência e o incentivo ao empreendedorismo para as usuárias.

---

[186] O plantão - atendimento telefônico era realizado em horário diferenciado por técnica especializada (de 18 às 23 horas, durante a semana); aos sábado (de 12 h às 23 horas) e aos domingos (de 9 às 12 horas).

As profissionais que atendem junto ao Cramvive reafirmam o monitoramento, avaliação e desligamento das mulheres do serviço. O acompanhamento é feito através de estudo de casos com os profissionais para, em discussão coletiva, "*avaliar quais estratégias serão adotas em cada caso, por ser uma situação de extrema complexidade*" (Nísia). A Norma Técnica dos Centros de Referência dispõe, na metodologia, que o atendimento se dará em 4 (quatro) fases distintas, a saber: 1ª FASE - Acolhimento e Informações Gerais; 2ª FASE - Orientação à mulher em situação de violência – Diagnóstico Inicial e Encaminhamento; 3ª FASE - Diagnóstico Aprofundado e Atendimento; 4ª FASE - Monitoramento do Atendimento e Encerramento do Atendimento (BRASIL, 2006a, p. 33-39).

Ainda que, intuitivamente, já se saiba, cabe perscrutar: O que são e quais os motivos que ensejam o trabalho em redes de serviços? Qual o conceito de redes? As redes são, por assim dizer, formas de construção de estratégias para o enfrentamento à violência de gênero, segundo Soares (2003), abordadas por dois caminhos, a saber: as redes de relações, advindas do cotidiano de trocas, conflitos, entre diferentes seres humanos e a sociedade; e, as redes de serviços, atuação conjunta de instituições ou grupos a fim de combater determinada "questão social". Nessa vertente institucional, a rede de serviços e as ações articuladas advêm, sobretudo, da intenção, do compromisso e do planejamento dos órgãos a partir da intervenção concreta em dada realidade[187].

A motivação para o trabalho em rede de serviços é defendida em diversos estudos, dentre eles o de Carreira e Pandjiarjian (2003), em predomínio à defesa de fortalecimento dos vínculos, papel da Rede de Serviços, pois o ciclo da violência contra as mulheres somente persiste porquanto mais vulneráveis as vítimas, quando isoladas. Assim, a efetividade da ação social perpassa o poder de representação das

[187] As redes primárias, advindas da rede de relações de cada indivíduo (de parentesco, profissionais, dentre outras), prestam relevante papel de prevenção e denúncia das situações de gênero e propiciam o abrigo emocional e social para o rompimento do ciclo da violência, trabalho e objetivo dos programas e projetos públicos, o incentivo e construção do laço que cria maior efetividade de ações. Por outro lado, as *redes secundárias*, fruto da articulação entre o sujeito e as instituições – governamentais e não-governamentais, também são imprescindíveis, vez que prestam um serviço especializado, com orientações e informações à população. Existem, no entanto, as *redes intermediárias*, formadas por pessoas ou grupos que se encontram entre as redes primárias e secundárias. São, aqueles/aquelas que divulgam informações e atuam na prevenção e esclarecimento para que a população exerça seus direitos. Estreitar o potencial das redes secundárias e intermediárias é fundamental para o fortalecimento das redes de serviços (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003).

redes de relações, mudança paradigmática da visão cartesiana[188]. Estabelecer formas em rede permite e perpassa as articulações das políticas públicas, com "interdependência, complementariedade e horizontalidade, e nas quais o poder deve estar atribuído de forma mais igualitária" (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003, p. 22).

> Há tantas redes no mundo: rede de dormir, rede de pescar, rede de cabelo, rede de conhecimento, rede telefônica, rede de pessoas e organizações. As redes se constituem um jeito de unir pontos, fios, coisas, gente. São maneiras de tecer a relação entre esses elementos. Existem muitos tipos de redes, mas nos deteremos naquelas que representam uma forma não-hierárquica de reunir pessoas, grupos e instituições da sociedade (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003, p. 18).

Aliada a essa visão, as profissionais do Cramvive, em unanimidade, traduzida pelos dados, admitem a necessidade da constituição das redes de serviço para o enfrentamento à violência doméstica, ilustrada na posição transcrita a seguir.

> *"[...] sabendo o momento das intervenções, os encaminhamentos para a rede de proteção, porque muitos precisam estar juntos nesse caminho contra a violência, da desconstrução da violência doméstica [...] passa tanto pela delegacia, quanto pelo Centro de Referência que vai parar, entender, ouvir e trabalhar com aquela mulher, como é o caso do CRAMVIVE [...] também pelo Tribunal de Justiça que vai, através das varas de violência, conceder medidas protetivas [...] a rede de saúde porque aquela mulher está fragilizada e sofreu múltiplas violências físicas, psicológicas, muito específicas que tem que ir para uma rede especializada [...] a rede de encaminhamento para trabalho e renda [...] Então o fluxo também de quais seriam os parceiros importantes e o papel de cada um, dentro dessa desconstrução da cultura da violência [...] mapear a constituição desse serviço como uma rede de atendimento [...]"* (Bertha).

Após a reestruturação do serviço do Cramvive, foram realizadas várias reuniões com os parceiros para a construção de um fluxograma de atendimento, elemento de diálogo e planejamento da rede ampliada. Através de reuniões educativas planejadas em diálogos mensais foram elaboradas ações comuns às redes de serviços, organizam-se os procedimentos e atividades, a distribuição de tarefas difíceis e complexas de combate à violência doméstica. Se os Centros de Referência funcionam como articuladores do trabalho na rede de serviços, estes devem acompanhar o

[188] A visão cartesiana é referencial nas sociedades e estabelece parâmetros de compartilhamento de conhecimento com relações hierarquizadas, dissociando sujeito/objeto, natureza/humanidade, qualidade/quantidade, alma/corpo, masculino/feminino finalidade/causalidade, sentimento/razão, formas duais, sobretudo (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003).

atendimento às mulheres, enviar relatórios e proceder a avaliação dos casos atendidos e, inclusive, a proposição de novos procedimentos, portanto, redimensionar e facilitar a compreensão e a distribuição de tarefas ajudará no processo de execução, monitoramento e avaliação (BRASIL, 2006a). Em relação aos principais equipamentos da rede, que o Cramvive estabelece ações artituladas, apresenta-se o gráfico 5.

Gráfico 4 – Principais equipamentos da Rede de Serviços que se articulam ao Cramvive

Fonte: Elaboração própria.

Há que se destacar que é preciso que a ação esteja organizada coletivamente, com planejamento bem definido, principalmente daquelas instituições que, mais diretamente, estejam na ponta do trabalho de atendimento dos casos de violência doméstica. Assim, segundo a experiência das técnicas entrevistadas, a partir da leitura do gráfico, as principais instituições na implantação e execução de ações em Vila Velha são a Polícia Civil, através da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM's); a Polítical Militar; o Ministério Público (através do NEVID) e a Guarda Municipal.

As técnicas descrevem que houve um trabalho conjunto com a DEAM no sentido de viabilizar a formação que proporcionasse a 'humanização da escuta' às mulheres que buscam o serviço. Se, no diagnóstico inicial, pairam às mulheres algumas dúvidas quanto à denúncia ao agressor, esta é, imediatamente, encaminhada ao Cramvive, em casos que demandem atendimento multiprofissional. Outra perspectiva de demanda da Delegacia Especializada para o órgão municipal é no

caso em que há risco de morte para a mulher, caso em que o Cramvive a encaminhará para o abrigamento.

Outros espaços também foram construídos: o Judiciário e o Ministério Público. O espaço de parceria com o judiciário, principalmente com algumas juízas, facilitou a tramitação e encaminhamento/atendimento de determinados processos urgentes; no Ministério Público, dentro da rede de serviços, há ações conjuntas de prevenção, através do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (NEVID).

Sabe-se, todavia, como já foi dito, que as redes de serviços não nascem e nem se articulam de forma aleatória e involuntária. Muitas organizações dispõem também de diferentes tipos e formas de relacionamento (parcerias, convênios ou atribuições formais descritas na lei), assim, em termos institucionais, como foram as formas de organização e os meios pelos quais se estabeleceram tais relações? Silveira (2006) alude que as parcerias em programas sociais, no combate à violência contra a mulher, reconhecem o impacto social e a vulnerabilidade familiar em razão da violência, muito embora também reconheçam que as redes/parcerias, formadas na informalidade, repercutem em desperdício de tempo e baixa resolutividade, senão em fragilidade e desarticulação dos serviços.

Outra questão, em termos de construção, é, sobretudo, identificar quais os sujeitos institucionais que compõem a rede de serviços, aqueles(as) direta e indiretamente envolvidos(as), no encaminhamento, na prevenção e no atendimento à violência de gênero. Para além de identificar as instituições, há que se conhecer as atribuições, potencialidades e limitações de cada sujeito institucional na rede, de modo que não haja confusões, “não se alimentem frustrações e expectativas equivocadas de uma em relação às outras, ou seja, para que as atribuições e as responsabilidades de cada uma delas estejam bem claras” (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003, p. 31).

Planejar. Se o ângulo de visão é conservador na leitura da realidade, o planejamento se dará sob o prisma objetivo, ou seja, o real não se coloca em sua gênese: análise em sua estrutura de classes sociais.

> Por outro lado, se sua perspectiva da realidade objetiva alterações, procura inscrever e reconstruir as situações emergentes em um circuito maior no qual busca as determinações que conformam a estrutura conjuntural da questão analisada. Para isso, assume um posicionamento político que lhe permite romper com os paradigmas explicativos tradicionais e lhe possibilita tematizar as relações mais profundas da sociedade, no interior das quais os processos se desenrolam. Trata-se de entender o ser social em sua genericidade (na qual o político está presente) – o que se faz na relação particularidade/universalidade (BAPTISTA, 2000, p. 20).

Segundo Baptista (2000), é necessário estabelecer objetivos, competências, papéis e relações, identificar obstáculos e avanços, tarefas e responsabilidades, pactuar metas e estratégias, enfim, proceder ao planejamento, monitoramento e avaliação conjuntos. Dessa feita, não basta planejar, é imprescindível a avaliação. A última fase do ciclo de políticas públicas contempla a avaliação. Por que é necessário avaliar? Se necessário, como se dará essa avaliação? Em todas essas noções e significados, em resumo, a avaliação, faz-se em uma perspectiva cidadã e se perfaz como instrumento eficaz para controle social das políticas públicas, por parte da sociedade.

Tornar visível o Cramvive, uma política pública na dimensão da assistência social, compondo a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Vila Velha há quase quinze anos, em diversas vertentes, "roupagem camaleônica", é relembrar seu percurso de resistência em suas multidimensionalidades, "apesar das inúmeras modificações e interferências dos diversos governos municipais". A multiplicação dos serviços de atendimentos à violência contra a mulher em todo o país, a partir da S.P.M. e do contexto histórico favorável, resulta no nascimento do Cramvive, resultado da própria política nacional. Nos últimos anos, como se pode demonstrar no desvelar de sua história, existe fragilidade nos compromissos do poder público local, e como resultado há serviços (SILVEIRA, 2006).

Faz-se necessário que alguma instituição ou serviços, entre os órgãos, seja o ponto de partida, o articulador de tais atuações coletivas.[189] Dada a defesa do trabalho em rede de serviços, caberia perguntar: Qual seria o papel do Cramvive como resultado

[189] A configuração de uma instituição articuladora não significa afirmar ascendência hierárquica e sobrecarga de trabalho e responsabilidades desse órgão frente aos demais. O processo de construção das redes deve permitir, além da formalização das relações, fortalecer os vínculos e instituir fluxos na configuração dessas redes, relacionar, nesse sentido, arregimentar parcerias, articulações e relações, para além de tarefas pontuais, alianças inconstantes.

dessas discussões? A resposta que melhor exprime essa expectativa se traduz em Bertha

> *"É o papel do CRAMVIVE nessa rede toda é, primeiro, ser um receptor e o órgão que encaminha para a sequência do serviço [...] então todos os órgãos quando ouvem que tem mulher que foi procurar ajuda, primeiro o acolhimento e a escuta qualificada para gente saber o que fazer [...] manda para o CRAMVIVE que ele é o CENTRALIZADOR dessas demandas [...] começam todos os órgãos da rede a mandar pra gente [...] Depois a gente consegue ler o cenário com clareza e, tecnicamente, dizer, isso aqui é o caso de medida protetiva. Você quer? A gente acompanha e encaminha [...] isso aqui é o caso de saúde [...] isso aqui é caso para delegacia porque está correndo risco [...] e depois desses encaminhamentos todos você vem para cá que a gente vai continuar trabalhando com você [...] vendo os problemas de reflexo na sua família [...] ir fazendo os encaminhamentos da sua família para o serviço público [...]".*

Bertha volta a afirmar: *"então, assim, a gente ficou como uma referência para pensar o trabalho e propor coisas novas e esse papel também de ser um dos articuladores fortes, de pensar, algum evento coletivo, de convidar um para estar a serviço do outro [...]*". Como se percebe, o trabalho de rede de enfrentamento à violência requer a atuação articulada entre os serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade e o objetivo é intercruzar ações no fortalecimento da equipe interdisciplinar, dentro e fora da própria equipe da instituição. Não basta, portanto, atividades pontuais e disciplinares, estanques, porque o trabalho em rede pressupõe políticas públicas.

> Contudo, os distintos usuários das entidades e organizações prestadoras de ações sócioassistenciais – demandatários das políticas sociais públicas – apresentam uma contraditória combinação de fatores que determinam suas condições e modo de vida, expressos no cotidiano da vida social. Desta forma, as ações desenvolvidas pelas políticas sociais públicas através de entidades e setores necessitam reconhecer o universo dessas condições e modo de vida e, conjunta e articuladamente, desenvolver processos de trabalho que abarquem a efetivação das condições indispensáveis à dignidade humana. Isto somente é possível se houver complementaridade – intencionada e concretizada – nas intervenções de cada política social e desta com as demais políticas sociais, através dos serviços prestados, o que demanda planejamento e ações em parceria (OLIVEIRA, 2004, p. 3).

Nessa direção, cada órgão e política pública precisa ter clareza de suas finalidades e o papel que possui no enfrentamento à violência contra a mulher.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Muitas vezes observou-se que a história das classes populares era difícil de ser feita a partir de arquivos provenientes do olhar dos senhores – prefeitos, magistrados, padres, policiais ... Ora, a exclusão feminina é ainda mais forte. Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ou ouvir pelos camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento [...]. Essa exclusão, aliás, não é senão a tradução redobrada de uma outra exclusão: a das mulheres em relação à vida e ao espaço público [...] (PERROT , 2010, p. 186).

Percorreu-se, assim, um caminho inusitado com essa pesquisa. O projeto inicial seria desnudar até que ponto a atuação do Cramvive poderia contribuir para mudanças na vida das usuárias. Optou-se, assim, por entrevistar essas mulheres, previsão não mais possível em razão da pandemia do Coronavírus. O que faria a pesquisadora dali por diante? Sentar e chorar?! Resistir, pesquisar, indagar, perscrutar... caminho difícil e inesperado! Entrevistar, informalmente, mulheres -, trabalhadoras anteriores do equipamento, vereadoras, subsecretária, militantes, ex-ministra (!); juntar vozes, contos, material, leis... e tudo na pandemia... escapadelas em meio a máscaras e álcool gel; horas de entrevistas online para remontar a história. E o que apareceu?

Lá pelas tantas em uma das visitas ao Cramvive ouviu-se a pergunta, após uma indagação, sem maiores detalhes; somente a resposta veio aos ouvidos: também, o Cramvive é tão novo, tão pouco tempo de funcionamento! (...) Novo?! O contra-argumento da pesquisadora veio logo: Mas o equipamento existe, ao que se saiba (ou não!), desde 2005; quase 16 anos de história! Daí veio a tradução daquele evento, por uma descoberta: Invisibilidade e apagamento; inclusive, no discurso e visão de quem trabalha no órgão. Junto a essa afirmação, tantas outras interrogações .

E apareceu... o Cramvive; o ‘tímido’ instrumento de políticas públicas em nível local, em meio a embaralhados papéis, dissertações, monografias, tese, conversas, leis, notícias de cantos de jornais, escritas de governos municipais (enquetes, notícias e entrevistas). Junto também desnudou-se uma Subsecretaria Municipal de Políticas para Mulheres em Vila Velha, criada em maio de um ano e desfeita em janeiro do ano seguinte; requintes de apagamentos. Que rufem os tambores da história: Não tem

nada de novo, não! Apostou-se no apagar das luzes. Um achado da pesquisa, onde se incluiu o desencadear de processos em que, no entender da pesquisadora, são marcas vividas da história, a superar as relações institucionais nos mais diversos governos municipais. O Cramvive: há quantas formas e governos sobreviveu em seu "túnel do tempo"? Para se avaliar é necessário que se encontre, na memória, o enredo daqueles contos e registros de outras épocas; o caminhar adiante, repassando o "antes" e projetando seus traços sobre o presente e futuro.

Institucionaliza-se o equipamento em 2012/dezembro e o desconstrói-se em 2013/janeiro, assim como se cria uma Subsecretaria de Políticas para Mulheres em março de 2012 e a "des(constitui-se)" em janeiro de 2013. Episódios de extinção que não se concluíram por força do movimento popular e feminista, ainda que, em sequência, desvirtuados de seus objetivos iniciais: ao Cramvive restou, somente, o enfoque de prevenção; e à Subsecretaria, ainda que vigente hoje, por força da lei, a desconstrução da política e do aparato institucional; o "silenciar da criação". O poder público a mantém (mesmo sem pulsar), sem 'descriar'. Assim, houve vida e trabalho, como se afirma por essa pesquisa, antes da reestruturação do Cramvive. Sem dúvida, uma sobrevida, forma de resistência; inclusive, contra e apesar de alguns governos locais.

Daí, o importante legado das pesquisas avaliativas, sobretudo, apreender as múltiplas determinações institucionais e históricas em seus aspectos estruturais, além dos avanços para que os sujeitos históricos coletivos se apropriem e conduzam os instrumentos de política pública local no combate à violência contra a mulher.

Identifica-se, também, no exame das políticas públicas para mulheres em Vila Velha, as ir(regularidades) da macro política no país, características que se repetem: fragmentação, descontinuidade administrativa, contínua interrupção, admissão/abandono de estratégias de políticas opostas àquelas iniciais, além de preferências e concepções pessoais dos governantes, o que demarca a cultura que focaliza as Políticas de Governo e não as Políticas de Estado (ALMEIDA, 2010). Redunda, por assim dizer, que os governos possuem a inicial capacidade decisória, quando provocado para inclusão na agenda das políticas públicas, mas baixo potencial de implementação e continuidade das agendas. Presente, dessa forma, a

hegemonia das políticas econômicas em detrimento das sociais, primazia do lucro sobre as concepções e direitos humanos.

Assim, são várias as agendas das políticas públicas em que, de toda sorte (ou azar!), não podem estar à mercê das “escleroses da história”. Não pode ter fluxos invisíveis para os “invisíveis”. No Brasil, em que os modelos, e Ministras (Damares), repetem o “apagar da história”; não de partidos ou siglas, mas das conquistas do movimento feminista na luta contra o Estado patriarcal, racista, patrimonialista.

Política pública não sobrevive sem investimento. É necessário, sobretudo, repensar as agendas e planejamento públicos, de forma que, para além das aparências, fato que não se demonstra com a redução dos investimentos na construção e reaparelhamento de órgãos essenciais ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Os municípios, com a função de implantar e implementar ações da Política Nacional em nível local, não conseguem garantir, sozinhos, à efetivação das propostas da Rede de Enfrentamento já é a União que centraliza os maiores recursos arrecadados no país.

A elaboração e consolidação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres requer ações preventivas e educativas, portanto, mecanismos que combatam à “naturalização” dos comportamentos sociais; na perspectiva da democracia, igualdade de gênero, raça, cidadania e direitos humanos, mesmo dentro dos limites da sociedade capitalista.

A releitura do Cramvive, na visão da pesquisadora, é resistência e semente em suas várias fases; boa dose de rebeldia não silenciada frente as ausências e fôlegos institucionais. É preciso, pois, escavar essas e outras histórias como padrão revelador de como são tratadas e traçadas essas e outras políticas públicas importantes para as mulheres do nosso país. Necessária formatação de políticas que, pela visão institucional, trata a segurança como questão de polícia, não de políticas.

Revelar os bastidores do movimento popular, feminista, das “militantes de boa vontade”, além das trabalhadoras, gestoras que aportam aos frontes para defender a sobrevivência da política, nos entremeios e em meio ao próprio poder. Guerreiam, na

maioria das vezes, sem investimento, sem estrutura, sem formação continuada, a despeito de tudo o mais (ou o menos!). Seguem, inclusive, em iniciativa pessoal (militante!); às vezes acometidas pela mesma dor: mulheres que atendem mulheres, sem acompanhamento profissional e psicológico necessário.

A nova conquista colonialista em circunstâncias anormais e sociais em épocas de pandemia e o recrudescimento das violências, novos aportes da questão social; aumento do número de mortes de mulheres; criminalização do movimento social e do protagonismo das mulheres, conexões com o período de intensificação do capitalismo e de 'algumas des(ordens) fascistas'. Novas leis e reformas sociais, como diz Federici, se produzem com novas ordenações, aceleração do tempo e controle hierárquico; assim sendo, disciplinar as mulheres, silenciá-las, executá-las. Seria esse o atual projeto em curso? Aparato estatal de perseguição -, teológica, jurídica e política – as novas bruxas indisciplinadas.

O processo da pesquisa aqui delineado se faz como instrumento de anúncio e denúncia, pois se reconhece que a apreensão do processo histórico de construção e desconstrução das lutas e conquistas sociais deve ser conhecido e desocultado. Assim, a presente pesquisa, também teve por objeto explicitar as dimensões do traçado da política pública (Cramvive) em relação aos parâmetros dos documentos nacionais. Teoria produzida em nível nacional à luz das teorias e práticas locais; análise comparativa permeada pelos dados advindos da visão da gestora e trabalhadoras, a partir da segunda reestruturação. Por último, cabe ressaltar a importância do movimento feminista nesse espaço de sobrevivência e monitoramento das políticas públicas; resistência e luta em Vila Velha-ES: Cramvive!

Por fim, e não menos importante, cabe ressaltar que o aprendizado vem com persistência, resistência e luta; não se dobrar aos percalços dos primeiros desafios: projeto – caminho traçado; dissertação, caminho a desbravar... Assim, por toda vida: de trabalhadora da educação, da justiça, da militante (sindicalista e feminista); nada tão estimulante e vívido quanto o desafio ... lambendo, ainda, as feridas de tantas dores e adoecimentos, ressurge adiante... mãe, poetisa, atriz, mulher e pesquisadora. E entrega, assim, nas doces terras 'Canela-Verde' o trilhar de alguns galopes daquele cavalo Ventania; aventuras vividas na barriga de sua mãe, em galope, agora, por

outras terras, caminhos e tempos distantes. Já se abriram as porteiras da vida -, “bora recomeçar ?!!”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.R.S. **Violência Doméstica de Mulheres Atendidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social** – CREAS CENTRAL – VILA VELHA-ES. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Graduação em Serviço Social) – Graduação, Universidade de Vila Velha (UVV), Vila Velha, 2013.

ALMEIDA, P. R. de. O que são políticas públicas. *In*: HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L; BARRETO, A. (orgs.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça**. Módulo 1. Rio de Janeiro: CEEPSC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, dez. 2014.

ANDRADE, M. A. de. **Lukács e a crítica ontológica do direito.** São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, R. A. de. **A influência dos modos de custeio na prestação do prestador privado de serviços socioassistenciais**: o caso de cinco municípios da região metropolitana da Grande Vitória). 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. *In*: PRIORE, M. D. (Org.); PINSKY, C. B. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 45-77.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado/e ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 1, n. 23, p. 33-58, 1º sem. 2015.

ASSIS, T. F.; DESLANDES, S. F. A percepção dos agentes institucionais sobre a rede especializada de atendimento às mulheres que sofrem violência por parceiro íntimo. *In*: PASINATO, W.; MACHADO, B. A.; ÁVILA, T. P. de. **Políticas Públicas de Prevenção à Violência contra a Mulher**: Direito, Transdisciplinaridade & Pesquisas Sociojurídicas. Vol. 6. São Paulo: Marcial Pons: Brasília: Fundação Escola, 2019. p. 159-179.

BANDEIRA, L. M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. *In*: SETEVES, C.; OLIVEIRA, S. R. de; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C. (orgs.). **Mulheres e violências**: interseccionalidades. Brasília: Technopolitik, 2017, p. 14-35.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. 2 ed. São Paulo: Veras, 2000.

BARCELLOS, G. H. A atuação das Delegacias Especializadas da Mulher no Estado do Espírito Santo. In: CAMACHO, T. (org.). **Ensaios sobre a Violência.** Vitória: EDUFES, 2003. p. 115 – 167.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, B. T.; PRATES, M. A. S. **O estilo brasileiro de administrar**. São Paulo: Atlas, 1996.

BEHRING, E. R. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPPSS, 2009, p. 69-86.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

BONORINO, Elaine Bello. **Atuação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Vila Velha – CRAMVIVE**. 2017. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2017.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPPSS, 2009, p. 01-19.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRANCO, R. C. **A "questão social" na origem do capital**: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília, Secretaria.

BRASIL. **Lei n°11.340, de 7 de Agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. **Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Memória 2003-2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2011b. (Retirado o acesso durante o Governo Bolsonaro).

BRASIL. COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO: Relatório Final. Brasília: Senado Federal, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS. **Informações de Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade**.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8. p. 1-74, 11 jan. 2002. PL 634/1975.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ações e Programas**. Brasília. 2020.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS** - NOB/SUAS, Secretaria Nacional de Assistência S n° 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU em 25 de novembro de 2009. Brasília.

BRASIL. **Norma Técnica de Uniformização**: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2006b.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Presidência da República**. Decreto 1.973, de 01/08/1996**, publicada no DOU de 02/08/1996.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 4.316, de 30/07/2002**, publicada no DOU de31/07/2002.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.788, de 10/11/2003**, publicada no DOU de 25/11/2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.104, de 09/03/2015**, publicada no DOU de 10/3/2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.931, de 10/12/2019**, publicada no DOU de 11/12/2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica da Assistência Social. publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília, SPM, 2006a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha**. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília: SPM, 2006b.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **I Plano Nacional de Política para as Mulheres**. Brasília, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres**. II Plano Nacional de Política para as Mulheres**. Brasília, 2013.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Brasília, SPM, 2011a.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011b.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – "Convenção de Belém do Pará".

BRASIL. senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres.httm Acesso em: 1 maio 2019.

BUENO, S.; SOBRAL, I. Um estupro a cada 8 minutos. *In*: FÓRUM NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

CAMPANHA #NemPenseEmMeMatar. Instituto Patrícia Galvão. São Paulo. Mar. 2021. Disponível em: http://www. https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/feminicidio/campanha-nempenseemmematar-denuncia-cultura-feminicida-e-numero-alarmante-de-mortes-no-brasil>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CARREIRA, D.; PANDJIARJIAN, V. **Vem pra roda! Vem pra rede!**: guia de apoio à construção de rede de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2003.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA). **O enfrentamento da violência contra a mulher e o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres**. Brasília: CFEMEA, 2021. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea/124-numero-140-janeiro-de-2005/1028-o-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher-e-o-plano-nacional-de-politicas-publicas-para-as-mulheres. Acesso em: 04 maio 2021.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CHIAVENATO, J.J. **As lutas do povo brasileiro**: do descobrimento a Canudos. São Paulo: Moderna, 2004.

CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

CISNE, M. **Feminismo, Luta de Classes e Consciente Militante Feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutora em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, M. Divisão sexual do trabalho, feminismo e Serviço Social. *In*: TEIXEIRA, M.; ALVES, M. E. R. **Feminismo e Gênero**: desafios para o serviço social. Brasília: Abará Editorial, 2015.

CISNE, M.; GURGEL, T. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008.

CEDAW. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher**. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf. Acesso em: 09 fev. 2021.

CORNWALL, A. Além do "Empoderamento Light": empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos PAGU**, Campinas, n. 52, p. 1-33, 2018.

CORRÊA, M. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. *In*: PRIORE, M. D. (Org.); PINSKY, C. B. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 224-240.

DAMIÃO, N.A.; CARLOTO, C.M. A contribuição de Nancy Fraser para a construção da emancipação das mulheres. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11 & WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13, 2017, Florianópolis. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518099293_ARQUIVO_DAMIAO;CARLOTO-textocompleto.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário. **Libertas**, Juiz de Fora, v.8, n.2, p.83 -94, ago-dez/2008.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

EVANGELISTA, I. S. Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar sob o risco de morte: reflexões sobre o processo de ruptura do ciclo de violência em, em Teresina – PI. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13, Florianópolis, 2017.

FÁVERO, M.H. **Psicologia do Gênero**: psicobiografia, sociocultura e transformações. Curitiba: UFPR, 2010.

FEDERICI, S**. Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e Caça às Bruxas:** da Idade Média aos Dias Atuais. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA; J. D. A experiência do CRAMVIVE: O que é uma relação violenta. *In*: **Movimentos Vila Velha Blogspot**. 2014. Disponível em: http://movimentosvilavelha.blogspot.com/2014/10/a-experiencia-do-cramvive-o-que-e-uma.html. Acesso em: 23 abr. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Ano 2014. São Paulo, 2020.

FREITAS, J. A. de. **Maquiavel e a Arte de Enganar-se**. Direção e Roteiro: Márcia Maia. 2016: Centro de Rádio e TV Cultura – Fundação Padre Anchieta. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ca3KMPG-Zwg. Acesso: 02 fev. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: A Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, A. G.; CARLOTO, C.; M. Geração de Renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p.131-145, jan./mar. 2011.

GONÇALVES, D. S. Por uma língua feminista: uma breve reflexão sobre o feminismo linguístico. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 4, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2018.

GONÇALVES, R.; ABREU, S. Do Plano Nacional de Políticas para Mulheres ao “Machistério” de Temer. **Políticas Públicas**, Maranhão, v. 22. n. 2, p. 756-771, 2018.

GUEDES, R. N; FONSECA, R. M. G. S. da. A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. **Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, p. 1731-1735, 2011.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L; BARRETO, A. (orgs.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça**. Módulo 1. Rio de Janeiro: CEEPSC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, jan./jun. 2009.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, H. B. de. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. 2 ed. São Paulo, 2018.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Olinda (PE), 2016. **Serviço Social & Sociedade** [online], n. 128, pp. 13-38, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.091. Acesso em: 26 set. 2021.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, O. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: v. 5, 1991, p. 2-10.

IKAWA, D.; PIOVESAN, F.; ALMEIDA, G. Convenções Internacionais de Direitos Humanos – Parte II. *In*: RODRIGUES, M. de L. A. **Formação de Conselheiros em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007, p. 29-30.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2018. **Pesquisa Índices Econômicos.** IBGE: parcerias com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). "**População estimada**. IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020"

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020. Disponível em http://cidades.ibge.gov.br/es/vila-velha/panorama. Acesso em: 20 de out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa por Trabalho e Rendimento 2018.** Rio de Janeiro: IBGE. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. IJSN. **Perfil da pobreza no Espírito Santo:** famílias inscritas no CadÚnico 2019. Vitória: IJSN, 2019, 92 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa da Violência.** 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/ Acesso em: 31 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência. 2018.Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432. Acesso em: 31 maio 2019.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: Hirata, H.; Laborie, F.; Doaré, Le H.; Senotier, Danièle. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LAGE, L.; NADER, M. B. Da legitimação à condenação social. *In*: PINSKY, C. B; PEDRO. J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 286- 312.

LEÃO, R. **Tudo nela brilha e queima**: poemas de luta e amor. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LEÓN, M. (Org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas,1997.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, M. D. (Org.); PINSKY, C. B. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 224-240.

MAGESTE, G. de S.; MELO, M. C. de O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. *In*: Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, V, 2008, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANPAD, 2008, p. 1-15.

MARTINS, A.P.A. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Café com Sociologia**, Maceió, vol. 4, n. 1, jan./abr., p.231-245, 2015.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. *In*: PINSKY, C. B; PEDRO. J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 126-147.

MATOS, M.; PARADIS, C. G.. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.43, p. 59-118, dez. 2014.

MAZETTO, F. E. Estado, Políticas Públicas e Neoliberalismo: um estudo teórico sobre as Parcerias-Público-Privadas. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**, Minas Gerais, Edição Especial Gestão Pública e Sociedade, p. 1-21, 2015.

MCCANN, H. (org). **O livro do feminismo**. Tradução: Ana Rodrigues. 1.ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. (As grandes ideias de todos os tempos).

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MELLO, A. R. de. **Feminicídio**: análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

MELO, M.C. G. de; RODRIGUES, A. S. Políticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: os centros de referência de atendimento às mulheres e a abordagem interseccional. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XX, n. 38, p. 153-170, mai./ago., 2017.

MENEGHEL, S. N. et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Vol. 27, Nº 4 (2011), p. 743-752, 2011.

MINAYO, C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 24 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1994, p. 9-29.

MINISTÉRIO PÚBLICO ES. **Estudo técnico sobre os registros de violências de gênero contra as mulheres realizados pela Central de Atendimento à Mulher** - Ligue 180 relativos ao Estado do Espírito Santo nos anos de 2018, 2019 e 2020. Núcleo de Enfrentamento de Gênero em Defesa dos Direitos da Mulher. Vitória. 2020. Disponível em: https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/ed9efb92-c68e-437c-ac5f-4d93de101f93.pdf. Acesso em 13 out. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO ES. **Mapa das Mortes violentas de Mulheres no ES.** Disponível em: https://sedh.es.gov.br/AcessoRapido/consulte-o-mapa-de-mortes-violentas-de-mulheres-no-es-de-a-a-z-mpes. Acesso em: 01 maio 2019.

MIOTO. R.C.T. A Centralidade da Família na Política de Assistência Social. **Políticas Públicas**, Maranhão. Maranhão, v. 8, n. 1, p. 133-142, 2004.

MONTEIRO, J.M. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MORAES, L. de C. G. O “empoderamento” como prática política feminista: fundamentos históricos e ideológicos. *In*: Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, IV, 2018, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP,. v.1, p.1-15, 2018.

MOTA, H. O que é IDH?. In: **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm. Acesso em: 06 dez. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher**. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas 1994.

NADER, M. B. **Paradoxos do Progresso**: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: Edufes, 2008.

NETO, J. B. Mercado Imobiliário e Produção do Espaço Urbano: a expansão dos empreendimentos imobiliários na orla de Vila Velha/ES a partir dos anos 80. **Geografares**, n.10, p.99-127, mar. 2012.

NEVES, M.C.M.S; NEVES, L.G.S. **Vila Velha**: Histórico. Vila Capixaba, 2004-2010. Disponível em: http://www.vilacapixaba.com/vilavelha/historico.htm. Acesso em: 05 fev. 2020.

NIMOR, D. (Direção). O PRÍNCIPE – Nicolau Maquiavel. Série Great Book. Produção: Nancy LeBrun. [S.I.]: Newsweek, 1996. Disponível em: https://youtu.be/LUDOnaqziLo.htm. Acesso em: 02 fev. 2021.

NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. (Série 6. Livre Pensar). São Paulo: SESC, 2001.

OLIVEIRA, M. de. Acessando direitos sociais: redes municipais de políticas sociais – espaço de articulação entre as políticas sociais públicas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, n.3, ano III, p. 1-13, dez., 2004.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher** - Convenção de Belém do Pará. 1994. Disponível em: http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm. Acesso em: 07 dez. 2020.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) MULHERES. **Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)**. Viena, ONU Mulheres, 2013. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração de Beijing. *In*: CNDM. **IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

ORSI, R. A. **Reflexões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade**: o que o IDH e o IDHM podem nos mostrar? 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2009.

PALAR, J. V.; SILVA, M. B. O. da. O Direito como instrumento contra a opressão feminina. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 721-748, jun. 2018.

PASINATO, W. Oito Anos de Lei Maria da Penha: entre avanços, obstáculos e desafios. **Revista Estudos Feministas**, vol. 23, núm. 2, maio-agosto, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2015, pp. 533-545.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia publico/privado. *In*: CASTELLES, Carme (Org.). **Perspectivas feministas em teoria política**. Barcelona: Paidós, 1996, p. 31-52.

PEIXOTO, H. W.; TAUFNER, I. M.; GARCIA, M. S. de P. Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher: O Projeto “Botão Do Pânico” na perspectiva da equipe multidisciplinar. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE E ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO, 4 e 2, Vitória-ES, **Anais**... Vitória-ES: UFES, 2016.

PENHA, C.R. DA; PINTO, G.L. **O perfil das Mulheres Atendidas no CREAS Unidade de Atendimento à Mulher de Vila Velha**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (Graduação em Serviço Social) – Graduação, Universidade de Vila Velha (UVV), Vila Velha.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M.; MIOTO, R.C.T. **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 87-108.

PEREIRA, P. A. P. Sobre a política de assistência social no Brasil. *In*: BRAVO; M. I. S.; PEREIRA; A.P. (Orgs.). **Política Social e Democracia**. 5 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012, p. 221-238.

PERROT, M. **Minhas histórias das Mulheres**. 2 ed. Tradução: Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, M. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 167-184.

PETRAS, J.Os fundamentos do Neoliberalismo. *In*: Ouriques, N.D.; RAMPINELLI, W. J. (Org.). **No fio da navalha**: críticas das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997, p. 15-37.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIOVESAN, F. A Mulher e o debate sobre direitos humanos no Brasil. **Revista Doutrina TRF4**, Porto Alegre, p. 1-8, 2004.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Secretaria Municipal de Finanças de Vila Velha: **Prestação de Contas** – 2005. Vila Velha: 20, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Secretaria Municipal de Finanças de Vila Velha: **Prestação de Contas** – 2006. Vila Velha: Aequus, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Secretaria Municipal de Finanças de Vila Velha: **Prestação de Contas –** 2007. Vila Velha: Aequus, 2007.

PRIORE, M. D. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

PRIORE, M. D. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. *In*: PRIORE, M. D. (Org.); PINSKY, C. B. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 79-113.

PRIORE, M. D. A terra do lenho do diabo. *In*: PRIORE, M. D. **Histórias das Gentes Brasileiras**. Rio de Janeiro: Le Ya, 2016, p. 26 - 39.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Entenda o Cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores**

usados. Organização das Nações Unidas. 2003. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/. Acesso em: 14 out. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** O que é o IDH e o IDHM – Brasil. Organização das Nações Unidas. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html. Acesso em: 14 out. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013.**

RAMINELLI, R. E. T. *In*: PRIORE, M. D. (Org.); PINSKY, C. B. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 11-44.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REIS, E. de A. **Desigualdade e Educação**: a ação de educação de jovens e adultos (EJA) no município de Vila Velha/ES. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2014.

REZZUTTI, P. As mulheres Antes do Brasil. In: REZZUTTI, R. **Mulheres no Brasil**: a história não contada. Rio de Janeiro: Le Ya, 2018. p. 25 – 51.

RUA, M. das G. Análise de Políticas Públicas. Conceitos Básicos. *In*: RUA, M. das G; VALADÃO, M. I. **O Estudo da Política**: Temas Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES/UAB, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. Eqüidade e paridade para obter igualdade. **O social em questão**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 63-70, jan-jun, 1997.

SAFFIOTI, H. I.B. Contribuições femininas para o estudo de violência de gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAGOT, M. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso de diez países. Washington, DC: OPS, 2000.

SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de Gênero e Cidadania. *In*: BONACHHI, G. E GROPPI, A. (orgs.). **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP, 1995, p. 205-234.

SARDEMBERG, C. M. B. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. **Transcrição revisada de comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional**: trilhas do empoderamento de mulheres. Promovido pelo MEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5 a 10 de junho de 2006. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848. Acesso em: 21 jan. 2021.

SARTORI, V. B. Direito e Socialismo? A atualidade da crítica de Marx e Lukács ao Direito. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 277-300, 2014.

SCALQUETTE, A. C. S. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu**, São Paulo, n. 2, p. 97-106, segundo semestre, 2014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise história. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995.

SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos Arranjos Familiares. In: PINSKY, C. B; PEDRO. J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 15- 42.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SÉCULO DIÁRIO. **Após solicitação de vereadores, Rodney aceita discutir alternativa ao CRAM-VIVE**. Vitória: Século Diário, 2013. Disponível em: http://seculodiario.com.br/direitos/apos-solicitacao-de-vereadores-rodney-aceita-discutir-alternativa-ao-cram-vive. Acesso em: 12 out. 2020.

SÉCULO DIÁRIO. **Audiência Pública debate violência contra a mulher em Vila Velha**. Vitória: Século Diário, 20 out. 2013. Disponível em: http://seculodiario.com.br/direitos/audiencia-publica-debate-a-violencia-contra-a-mulher-em-vila-velha. Acesso em: 10 out. 2020.

SÉCULO DIÁRIO. **Depois da reestruturação CRAM-VIVE está de portas fechadas**. Vitória: Século Diário, 30 jun. 2013. Disponível em:http://seculodiario.com.br/direitos/depois-de-reestruturacao-cram-vive-esta-de-portas-fechadas. Acesso em: 12 out. 2020.

SÉCULO DIÁRIO. **Rodney Miranda promete choque de gestão em Vila Velha**. Vitória: Século Diário, 01 jan. 2013. Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/rodney-miranda-promete-choque-de-gestao-em-vila-velha. Acesso em: 10 out. 2020.

SIGNIFICADOS DE DIRETRIZES. Disponível em: https://www.significados.com.br/diretrizes/. Acesso em: 14 jan. 2021.

SILVA, M. O. da S. e. (Org.). Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. *In*: SILVA, M. O. da S. e. **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Veras, 2005, p. 37-93.

SILVA, M. O. da S. e. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. *In*: SILVA, M. O. da S. e. (Org.). **Pesquisa avaliativa**: aspectos teóricos-metodológicos. 1 ed. São Paulo: Veras; São Luís, MA; GAEPP, 2008, p. 89-177.

SILVA, Elaine França da Metodologia feminista e direitos reprodutivos no Centro de Saúde Santa Rosa, Niterói (RJ). **Saúde em Debate** [online], v. 39, n. 106 , pp. 893-903, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104201510600030027. Acesso em: 27 set. 2021.

SILVA, C. Feminismo Negro: de onde viemos: aproximações de uma memória. *In*: Hollanda, H.B.(Org.). **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 252-260.

SILVA, S. M. da; WRIGHT, S. J. Uma reflexão feminista sobre o conceito de justiça de gênero. **Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica**, Brasília: n 1. Jan/jun 2016, p. 1-27.

SILVEIRA, L. P. da. Serviços de Atendimento a mulheres vítimas de violência. *In*: DINIZ, S., SILVEIRA, L.; MIRIM, L. (orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005) –** alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 47-77.

SIQUEIRA, L. de S. et al. A rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica: uma visão econômica de sua articulação pelo Ministério Público. *In*: TABAK, B. M.; AGUIAR, J. C. de (Orgs.). **O Ministério Público e os desafios do século XXI**: uma abordagem juseconômica. Curitiba: CRV, 2015, cap. 8.

SIQUEIRA, M. da P. S. **Industrialização e Empobrecimento Urbano**: o caso da Grande Vitória 1950-1980. Vitória: Edufes, 2001.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: PRIORE, M. D. (Org.); PINSKY, C. B. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 362-400.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

SOUZA, D. C. C. de. Lutas Sociais e Tradições de Luta no Brasil nos anos 2000. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.25-26, p.191-205, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

SOUZA, J. **A subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SPOSATI, A. de O. et al. (orgs.). **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: Uma questão de análise.11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STEARNS, P. N. **História das Relações de Gênero**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Revista da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia**, Bahia, p. 1-11, 2002.

TELES, M. A. de A. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TENÓRIO, E.M. **Lei Maria da Penha e Medidas de Proteção**: entre a polícia e as políticas. Campinas: Papel Social, 2018.

TILIO, R. de. Marcos legais internacionais e nacionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres: Um percurso histórico. **Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 68-93, 2012.

TONET, I. Socialismo e Democracia. **Práxis**, n.8, 1997. Rio de Janeiro,

TONET, I. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 2007.

TONET. I. Cidadania ou Liberdade? **Perspectivas**, São Paulo, v. 22, p. 85-94,1999.

VARIKAS, E. Igualdade. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 116-122.

VELÁZQUEZ, S. **Violências Cotidianas, Violência de Gênero**: escutar, compreender, ajudar. Buenos Aires: Paidós, 2006.

VILA VELHA. **Assistência Social realiza comemorações pelo Dia Internacional da Mulher.** 10 mar. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/03/assitencia-social-realiza-comemoracoes-pelo-dia-internacional-da-mulher-20153. Acesso em: 14 de jul. 2019.

VILA VELHA. **Assistência Social: Dia da Mulher com várias atividades.** 07 mar. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/03/assitencia-social-dia-da-mulher-com-varias-atividades-20117. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Centro de Referência da Mulher oferece palestra nesta quinta** (11). 10 jan. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/01/centro-de-referencia-da-mulher-oferece-palestra-nesta-quinta-11-18748. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Centro resgata autoestima de mulheres em situação de violência doméstica**. Vila Velha, p. 2, 11 nov. 2010.

VILA VELHA. **Cramvive ganha apoio de duas instituições**. 05 fev. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/02/Cramvive-ganha-apoio-de-duas-instituicoes-18926. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Cramvive lança o primeiro plantão da mulher no estado**. 23 abr. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/04/Cramvive-lanca-o-primeiro-platao-da-mulher-no-estado-20474. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Cramvive recebe doações do Rotary Club**. 12 abr. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/04/Cramvive-recebe-doacoes-do-rotary-club-20386. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Cramvive será reestruturado**. [?]. 16 jan. 2013. Vila Velha. 2013. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2013/01/Cramvive-sera-reestruturado-3387. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Decreto 042, de 04 de abril de 2017**. Transfere atribuições e cargos de Secretarias Municipais e dá outras providências. Vila Velha, 2017. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/D422017.html. Acesso em: 10 out. 2020.

VILA VELHA. **Depoimentos em palestras comovem os participantes**. 02 mar. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/03/depoimentos-em-palestras-comovem-os-participantes-20099. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Dia Internacional da Mulher é celebrado com várias atividades**. 06 mar. 2015. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2015/03/dia-internacional-da-mulher-e-celebrado-com-varias-atividades-6380. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Dia Internacional da Mulher terá atividades para servidoras da PMVV**. 07 mar. 2016. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2016/03/dia-internacional-da-mulher-tera-atividades-para-servidoras-da-pmvv-8934. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Direito da Mulher é tema de palestra no Cras de Alvorada.** 26 mar. 2015. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2015/03/prefeito-rodney-miranda-participa-da-semana-nacional-da-justica-pela-paz-em-casa-6496. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Juizado da Lei Maria da Penha já atende em Vila Velha**. 22 ago. 2017. 2017. Disponível em:http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/08/juizado-da-lei-maria-da-penha-ja-atende-em-vila-velha-17460. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Lei 4749, de 20 de janeiro de 200**9. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Vila Velha e dá outras providências. Vila Velha, 2009. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=4722. Acesso em: 10 out. 2020.

VILA VELHA. **Lei 5.283, de 29 de março de 2012**. Dispõe da criação da Subsecretaria Municipal de Políticas para Mulheres e dá outras providências. Vila Velha, 2012. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=9457. Acesso em: 10 out. 2020.

VILA VELHA. **Lei nº 5.387, de 05 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a criação do Centro de Referência Especializado no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no Município de Vila Velha e dá outras providências. Vila Velha, 2012.

Disponível em:http://vilavelha.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=9722. Acesso em: 10 out. 2020.

VILA VELHA. **Lei 5.404, de 16 de janeiro de 2013**. Altera dispositivos da lei 4749/2009 e dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Vila Velha e dá outras providências. Vila Velha, 2013. Disponível em:http://vilavelha.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=9849. Acesso em: 10 out. 2020.

VILA VELHA. **Mês da Mulher:** Prefeitura age no enfrentamento à violência doméstica. 11 mar. 2019. 2019. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/03/mes-da-mulher-prefeitura-age-no-enfrentamento-a-violencia-domestica-25598. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Mulheres de São Conrado participam de palestra sobre direitos das mulheres.** 19 mar. 2015. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2015/03/mulheres-de-sao-conrado-participam-de-palestra-sobre-direitos-das-mulheres-6449. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Mulheres em Ação atende a população de São Torquato.** 12 mar. 2016. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2016/03/mulheres-em-acao-atende-a-populacao-de-sao-torquato-8956. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Mulheres participam de palestra sobre empoderamento feminino**. 28 mar. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/03/mulheres-participam-de-palestra-sobre-empoderamento-feminino-20265. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Mulheres participam de palestra sobre violência**. 12 jan. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/01/mulheres-participam-de-palestra-sobre-violencia-18774. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Mulheres vítimas de violência ganham centro de referência**. 27 dez. 2017. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/12/mulheres/vitimas-de-violencia-ganham-centro-de-referencia-18666. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Novo Centro de Referência em Atendimento à Mulher será inaugurado em setembro.** 23 ago. 2017. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/08/novo-centro-de-referencia-em-atendimento-a-mulher-sera-inaugurado-em-setembro-17475. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Palestra comove a plateia na inauguração do Plantão Cramvive**. 28 abr. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/04/palestra-comove-a-plateia-na-inauguracao-do-plantao-Cramvive-20520. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Palestra sobre empoderamento feminino.** 23 mar. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/03/palestra-sobre-empoderamento--feminino-202239. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Palestra sobre Lei Maria da Penha no Cramvive**. 25 fev. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/02/palestra-sobre-lei-maria-da-penha-no Cramvive-20064. Acesso em: 14 de jul. 2019.

VILA VELHA. **Prefeito Rodney Miranda participa da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa.** 12 mar. 2015. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2015/03/prefeito-rodney-miranda-participa-da-semana-nacional-da-justica-pela-paz-em-casa-6413. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Prefeitura define últimos detalhes para inaugurar Centro de Atendimento a Mulher**. 30 ago. 2017. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/08/prefeitura-define-ultimos-detalhes-para-inaugurar-centro-de-atendimento-a-mulher-17543. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Prefeitura e MPT promovem curso de empreendedorismo para mulheres.** 14 fev. 2019. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/02/Cramvive-prefeitura-e-mpt-promovem-curso-de-empreendedorismo-para-mulheres-25470. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Prefeitura e Tribunal de Justiça orientam mulheres sobre a Lei Maria da Penha.** 11 mar. 2015. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2015/03/prefeitura-e-tribunal-de-justica-orientam-mulheres-sobre-a-lei-maria-da-penha-6395. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Prefeitura promove evento sobre Dia Internacional da Mulher no Centro.** 07 mar. 2019. 2019. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/03/prefeitura-promove-evento-sobre-dia-internacional-da-mulher-no-centro-25576. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Prefeitura vai reativar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.** 18 abr. 2017. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/04/prefeitura-vai-reativar-o-conselho-municipal-dos-direitos-da-mulher-14337. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Secretária representa a Prefeitura em debate sobre defesa da mulher.** 31out.2017. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/10/secretaria-representa-a-prefeitura-em-debate-sobre-defesa-da-mulher-18152. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Segurança é tema de audiência pública.** Secretaria de Defesa Social e trânsito. 09 de out. Vila Velha. 2013. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/segurança-e-tema-de-audiencia-publica-4343. Acesso em: 14 jul. 2019.

VILA VELHA. **Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa acontece em Vila Velha**. 07 mar. 2016. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2016/03/semana-nacional-da-justica-pela-paz-em-casa-acontece-em-vila-velha-8930. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Serviços gratuitos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher**. 10 mar. 2016. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2016/03/servicos-gratuitos-em-comemoracao-ao-dia-internacional-da-mulher-8950. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Terminal de VV é palco de campanha educativa sobre violência contra a Mulhe**r. 04 dez. 2014. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2014/12/terminal-de-vv-e-palco-de-campanha-educativa-sobre-violencia-contra-a-mulher-6057. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Vila Velha amplia atendimento para mulher vítima de violência**. 27 abr. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/04/vila-velha-amplia-atendimento-para-mulher-vitima-de-violencia-20516. Acesso em: 14 de jul. 2019.

VILA VELHA. **Vila Velha intensifica ações de atendimento às mulheres**. 22 ago. 2017. 2017. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/08/vila-velha-intensifica-acoes-de-atendimento-as-mulheres- 17456. Acesso em: 14 de jul. 2019.

VILA VELHA. **Vilavelhenses aderem à campanha "Homens pelo fim da Violência contra a Mulher"**. 05 dez. 2014. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2014/12/vilavelhenses-aderrem-a-campanha-homens-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher-6070. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Violência contra a mulher é tema de ação educativa em Vila Velha**. 24 nov. 2014. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2014/11/ violencia-contra-a-mulher-e-tem-de-acao-educativa-em-vila-velha-6006. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Violência doméstica e direitos das mulheres em pauta no Cras de Morada da Barra.** 23 fev. 2015. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2015/02/violencia-domestica-e-direitos-das-mulheres-em-pauta-no-cras-de-morada-da-barra-6334. Acesso em: 16 out. 2020.

VILA VELHA. **Violência doméstica foi tema de palestra na PMVV**. 02 mar. 2018. 2018. Disponível em: http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/03/violencia-domestica-foi-tema-de-palestra-na-pmvv-20098. Acesso em: 14 jul. 2019.

ZANELLO, V. Violência de gênero contra as mulheres e saúde mental: psiquiatrização, silenciamento e invisibilidade. *In*: PASINATO, W.; MACHADO, B. A.; ÁVILA, T. P. de. **Políticas Públicas de Prevenção à Violência contra a Mulher**: Direito, Transdisciplinaridade & Pesquisas Sociojurídicas. Vol. 6. São Paulo: Marcial Pons; Brasília: Fundação Escola, 2019. p. 135-158.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA COM A GESTORA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VILA VELHA/ES

IDENTIFICAÇÃO GERAL

Data: Horário do início:
Término:
Cidade:
Pesquisadora:

BLOCO 1 – Dados de Identificação

Nome:
Formação:
Órgão que representa:
Ocupação no órgão que representa:

BLOCO 2 – Dados do processo histórico da instituição do CRAMVIVE

1. A constituição do CRAMVIVE em 2012 na estrutura da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

2. O funcionamento do CRAMVIVE: estrutura, composição e metodologia de trabalho na Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

3. Os principais fatos/acontecimentos que antecederam e determinaram a transferência do CRAMVIVE para a Secretaria Municipal da Assistência Social de Vila Velha.

4. O movimento decisório de saída do CRAMVIVE da Secretaria Municipal de Segurança Pública para a Secretaria de Assistência Social do Município de Vila Velha/ES.

5. Os sujeitos, as instituições e os interesses envolvidos no processo de transferência do CRAMVIVE da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social para a Secretaria de Assistência Social do Município de Vila Velha/ES.

6. Outras observações relevantes acerca desse processo.

BLOCO 3 – A reestruturação do Centro de Referência Especializada no Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMVIVE)

1. A transferência e a constituição do CRAMVIVE como serviço da Rede de Atendimento Especializado.
2. Os elementos da reestruturação que compuseram os aspectos teóricos, metodológicos, técnicos, de gestão conforme o previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.
3. As expectativas, os resultados ou efeitos previstos com relação às políticas públicas municipais de enfrentamento à violência contra as mulheres à luz da política nacional.
4. Os aspectos facilitadores, dificultadores e motivos que interferiram na constituição da política municipal de enfrentamento à violência contra as mulheres, especificamente com relação ao serviço de atendimento especializado.
5. A constituição, implantação e implementação das redes de serviços e o papel do CRAMVIVE na articulação com os equipamentos e serviços da rede municipal.
6. Enfoques outros para além do atendimento e constituição da rede de serviços e suas principais temáticas de discussão.
7. Outras observações relevantes do processo.

BLOCO 4 – A estrutura disponibilizada pelo Município de Vila Velha/ES

1. Condições políticas – prioridade
2. Condições administrativas – fluxo, processo, burocracia
3. RH – pessoal, capacitação, condições de trabalho
4. Estrutura física e equipamentos
5. Condições financeiras

BLOCO 5 – Perspectivas para a política de atendimento especializado à mulher em situação de violência no Município de Vila Velha/Es

1. Condições políticas para a constituição do serviço como política de Estado, dentro do município.
2. O governo federal frente à política pública de enfrentamento à violência contra a mulher e as repercussões nos municípios (administrativa, financeira e metodológica).

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO *ONLINE* PARA PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL DO CRAMVIVE

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) PROFISSIONAL

Código do(a) entrevistado(a):
Curso de Graduação: Ano de conclusão:
Curso de Pós-Graduação: Ano de conclusão:
Área(s) de atuação profissional:
Vínculo empregatício: Carga horária semanal de trabalho:
Inserção na equipe de trabalho do CRAMVIVE:
Função: Atribuições da função:

BLOCO 1 – CONCEPÇÃO, OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES QUE ORIENTAM O TRABALHO DO CRAMVIVE

1. Como você define a violência contra às mulheres?
2. Quais os tipos de violência contra às mulheres atendidas?
3. Quais são os objetivos do trabalho efetuado pelo serviço?
4. Que princípios orientam às ações desenvolvidas?
5. Que diretrizes definem e guiam o trabalho realizado pelo serviço?
6. Como as ações estratégicas, estabelecidas na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres são apropriadas e materializadas pelo CRAMVIVE e/ou problematizadas junto à Secretaria Municipal da Assistência Social de Vila Velha/ES?

BLOCO 2 – ESTRUTURA DO CRAMVIVE

1. Quais os equipamentos disponibilizados para o funcionamento do Centro de Referência?
2. Como você avalia a localização e o espaço físico do Centro de Referência?

BLOCO 3 – FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO DO CRAMVIVE

1. Como ocorre o acesso (demanda espontânea e/ou encaminhamento) e qual é a porta de entrada das mulheres em situação de violência?
2. Quais protocolos e ações são adotados para registro do atendimento, acompanhamento e encaminhamento das mulheres em situação de violência?
3. Que ações informativas, educativas e culturais de prevenção (por exemplo, seminários, palestras, dentre outras) são ofertadas pelo serviço e as principais temáticas abordadas?
4. São realizadas ações de monitoramento, avaliação e desligamento das mulheres do serviço de atendimento especializado?
5. Quais as principais dificuldades, desafios postos no cotidiano do trabalho profissional com mulheres em situação de violência contra as mulheres e que sugestões podem contribuir para melhorar a intervenção?

BLOCO 4 – ARTICULAÇÃO DA REDE

1. Como o CRAMVIVE e as redes de serviços vinculadas às diferentes políticas públicas se articulam no atendimento às mulheres em situação de violência?
2. Quais os principais parceiros da rede de serviços do CRAMVIVE na implantação e execução das ações no enfrentamento à violência contra as mulheres?
3. Que aspectos facilitam e/ou dificultam o trabalho em rede?

APÊNDICE C – PARECER (PLATAFORMA BRASIL)

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA - EMESCAM

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER: UMA ANÁLISE DO CENTRO DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE VILA VELHA/ES

Pesquisador: TEREZA CRISTINA ATAIDE CAPUA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 27286619.4.0000.5065

Instituição Proponente: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.849.383

Apresentação do Projeto:

Trata de um estudo de caso, porque pretende analisar o processo de implementação do Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência, do Município de Vila Velha/ES (CRAM/VIVE).As participantes da pesquisa serão:

01 gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social - História Oral

01 coordenadora do serviço - Questionario online

03 profissionais da área da Psicologia e do Serviço Social do CRAM/VIVE - Questionário online.

08 (oito) mulheres usuárias dos serviços - Observação participante, atendidas/acompanhadas pelas profissionais de Psicologia e/ou Serviço Social,

De forma instrumental se fará o uso de roteiro de trabalho para história oral temática, com uso de um gravador como recurso que contribuirá para o registro de palavras, expressões e demais contribuições pessoais e sensoriais da participante da pesquisa. Posteriormente, o conteúdo da comunicação será transcrito em documento, e devolvida à participante para fins de reconhecimento e validação do documento para a pesquisa. Também, se utilizará um roteiro de trabalho para observação participante, com registro de dados em diário de campo da pesquisadora.

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha 2190 - Centro de Pesquisa
Bairro: Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br

APÊNDICE D – CARTA DE ANUÊNCIA

PREFEITURA DE
VILA VELHA

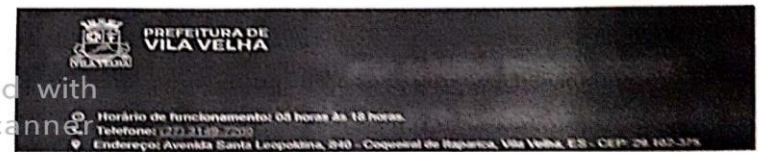
Vila Velha/ES, 19 de novembro de 2019.

CARTA DE ANUÊNCIA

EU, **ANA CLÁUDIA PEREIRA SIMÕES**, Secretária Municipal de Assistência Social Municipal de Vila Velha e Gestora do Centro de Referência no Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica de Vila Velha – CRAMVIVE, AUTORIZO a realização da pesquisa intitulada **POLÍTICAS PÚBLICAS E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER: UMA ANÁLISE DO CENTRO DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE VILA VELHA/ES**, sob a responsabilidade da pesquisadora TEREZA CRISTINA ATAÍDE CÁPUA. Informo que a instituição infraestrutura necessária e adequada ao desenvolvimento da pesquisa. Comunico que os procedimentos da referida pesquisa a serem realizados nesta Instituição somente poderão ter início após a apresentação da Carta de Aprovação emitida pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEO) da Instituição Proponente, conforme o disposto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Ana Claudia P. Simões Lima
Secretária Municipal de
Assistência Social
SEMAS/PMVV

ANA CLÁUDIA PEREIRA SIMÕES
Secretária Municipal de Assistência Social de Vila Velha/ES



Scanned with CamScanner

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA

Você está sendo convidada para participar como voluntária da pesquisa intitulada Políticas Públicas e Enfrentamento da Violência Contra à Mulher: uma análise do Centro de Referência no Atendimento Especializado de Vila Velha/ES sob a responsabilidade da pesquisadora TEREZA CRISTINA ATAÍDE CÁPUA.

JUSTIFICATIVA: A violência contra à mulher é um problema de ordem pública que exige a atenção por parte do Estado e da Sociedade, considerando os elevados índices de violência no Brasil e no Espírito Santo. Para isso, o município de Vila Velha criou o Centro de Referência Especializado no Atendimento à Mulher em situação de violência. Por ser um importante equipamento público de atendimento e acompanhamento de mulheres e ter menos de dez anos de funcionamento entende-se a necessidade de estudos que o tenham como objeto de análise. Reside assim, a relevância social desta pesquisa, que consiste em compreender o trabalho que vem sendo desenvolvido e identificar desafios e possibilidades em suas ações profissionais.

OBJETIVO (S) DA PESQUISA:
OBJETIVO PRIMÁRIO (GERAL)

- Analisar o processo de implementação do Centro de Referência Especializado à Mulher em Situação de Violência de Vila Velha, ES – CRAMVIVE, com o intuito de apreender como as ações desenvolvidas contribuem para mudanças na vida das mulheres, oferecendo subsídios para aprimoramento do trabalho desenvolvido.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS (ESPECÍFICOS)

- Caracterizar o processo de constituição histórica do CRAMVIVE, evidenciando aspectos fundamentais que determinaram sua reestruturação e vinculação de uma secretaria para outra;

- Explicitar aspectos de gestão, técnicos, de metodologia de funcionamento, de atendimento e de acompanhamento às mulheres implementadas pelo CRAMVIVE à luz da política nacional, tendo em vista apreender sua estrutura, a dinâmica institucional e o trabalho desenvolvido;
- Apreender concepções, objetivos e princípios norteadores das ações do CRAMVIVE atribuídos pelos(as) diferentes sujeitos envolvidos, buscando identificar possibilidades, limites e desafios;
- Verificar como o CRAMVIVE articula com os equipamentos e os serviços da rede municipal no atendimento das necessidades das mulheres em situação de violência, intencionando apreender possibilidades de integração e complementaridade e dificuldades enfrentadas;
- Averiguar os resultados obtidos com as ações desenvolvidas, visando apreender como está sendo garantido o direito das mulheres a uma vida sem violência, com autonomia e cidadania plena.

PROCEDIMENTOS:

Para a coleta de dados será realizada história oral temática com a gestora da Secretaria de Assistência Social.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA:

A pesquisa será realizada com a gestora da política pública de assistência social órgão que o CRAMVIVE se vincula, na Secretaria de Assistência Social, com previsão de 03 horas de duração.

RISCOS E DESCONFORTOS:

Os riscos inerentes as estas propostas de pesquisa referem-se à quebra de privacidade de informações, bem como constrangimentos das participantes durante a história oral e a observação participante. Tais riscos serão minimizados pelo cumprimento das disposições previstas nas resoluções do Conselho Nacional de Saúde: 466/2012 e 510/2016, em qual a pesquisadora assume o compromisso formal de assegurar aos participantes o sigilo, o anonimato e a confidencialidade das informações enunciadas. Elenca-se que a pesquisadora guardará o material somente durante o estudo, após a finalização, o material será destruído.

BENEFÍCIOS:
O combate à violência contra a mulher é questão de ordem pública, tal a gravidade e complexidade da temática. É extenso e frutífero o campo de estudo das Políticas Públicas de Enfretamento à Violência contra a mulher no Brasil, principalmente no que se constitui como campo dos instrumentos de enfrentamento e atendimento às mulheres. Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher são espaços de acolhimento/atendimento, psicológico, social e jurídico à mulher em situação de violência e se constituem políticas e linhas de ação propostas pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A rede de serviços, na versão, rede de atendimento, é composta pelas áreas da saúde, justiça, segurança pública e assistência social. Os Centros de Referência fazem parte dos serviços especializados, contidos na dimensão assistência, parte da rede de atendimento, e se constituem em um viés de superação da visão exclusivamente criminal, avanço no quadro geral de serviços. Nesse sentido, a avaliação deste serviço não tem como finalidade de 'medir ou aferir', visto que o caráter formativo é sua intenção, como forma de apreender dificuldades e potencialidades do processo de implementação do CRAMVIVE e, aqui se revela como instrumento para as lutas sociais por políticas públicas.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA:
A pesquisadora se responsabiliza pelo acompanhamento e pela assistência imediata e integral às participantes da pesquisa, que em decorrência de complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, do estudo, sem ônus de qualquer espécie, em situações em que dela necessitem.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO
Você não é obrigada a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizada ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatada pela pesquisadora.

GARANTIA DE MANUTEÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE:
A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO:

A participação na pesquisa, se dará de forma espontânea, sem que acarrete para a as envolvidas qualquer incentivo ou ônus, haja vista que os instrumentos aqui acima listados tem a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso do estudo.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO:

Conforme descrito na lei civil, fica garantido ao participante o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Rubrica do paciente/responsável Rubrica do pesquisador responsável

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o(a) TEREZA CRISTINA ATAÍDE CÁPUA nos telefones (27) 99276 0489 ou Avenida Estudante José Júlio de Souza, 3300, apartamento 303, torre Limnos, Praia de Itaparica, Vila Velha/ES. Você também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Ciências da Saúde- EMESCAM (CEP/EMESCAM) através do telefone (27) 3334-3586, e-mail comite.etica@emescam.br ou correio: Av. N. S. da Penha, 2190, Santa Luiza – Vitória – ES – 29045-402. O CEP/ EMESCAM tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a quinta-feira das 13:30h às 17h e sexta-feira, das 13:30h às 16h.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pela pesquisadora principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Vitória/ES, 20 de novembro de 2019.

_____

Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa Políticas Públicas e Enfrentamento da Violência Contra à Mulher: uma análise do Centro de Referência no Atendimento Especializado de Vila Velha/ES, eu, TEREZA CRISTINA ATAÍDE CÁPUA, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

_____

Tereza Cristina Ataíde Capua

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO DO FORMULÁRIO DE PESQUISA: QUESTIONÁRIO *ONLINE*

Cara Participante,

Convidamos você para participar da PESQUISA DE MESTRADO: Políticas Públicas e Enfrentamento da Violência Contra à Mulher: uma análise do Centro de Referência no Atendimento Especializado de Vila Velha/ES. Gostaríamos muito que você participasse!

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de implementação do Centro de Referência Especializado à Mulher em Situação de Violência de Vila Velha, ES – CRAMVIVE, com o intuito de apreender como as ações desenvolvidas contribuem para mudanças na vida das mulheres, oferecendo subsídios para aprimoramento do trabalho desenvolvido. A pesquisa terá como produtos a dissertação, artigos científicos e sínteses que serão socializadas em Seminário para a devolutiva dos dados obtidos no processo.

Antes de iniciar o preenchimento do questionário, é preciso que você concorde com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que está disponibilizado junto a este questionário.

O questionário será respondido de maneira completamente anônima e sigilosa!

A autora deste projeto é a mestranda do Programa de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da EMESCAM Tereza Cristina Ataíde Cápua, sob orientação da Profa. Dra. Gissele Carraro. Para contato direto com a coordenação da pesquisa o endereço de e-mail é: tcapua@gmail.com.